

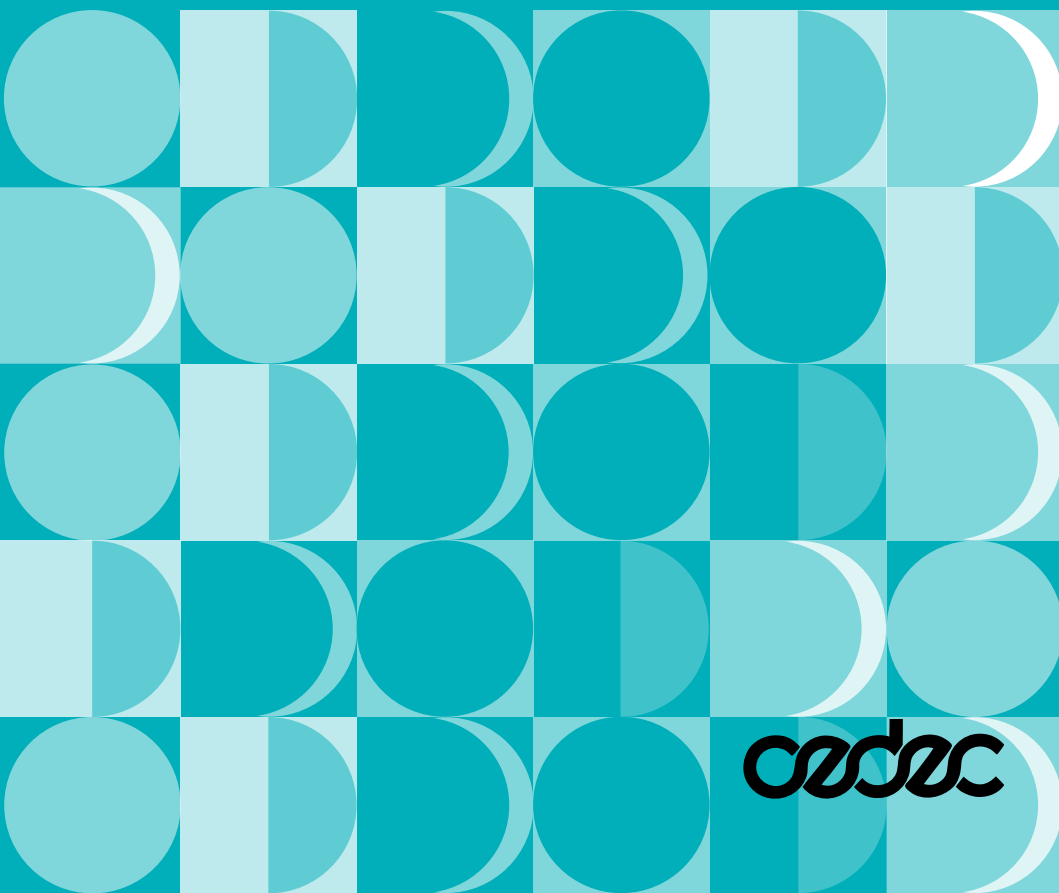
# LUA NOVA

revista de cultura e política

2023 | Nº 118

ISSN 0102-6445

**ESFERA PÚBLICA  
E DISSENSO**



**cedsc**



## SOBRE A REVISTA

*Lua Nova* tem por objetivo fazer a alta reflexão de temas políticos e culturais, contribuindo assim para elevar o nível intelectual do debate público. Em suas páginas, o leitor encontrará elaboradas incursões nos campos da teoria política (clássica e contemporânea), da teoria social, da análise institucional e da crítica cultural, além de discussões dos assuntos candentes de nosso tempo. Entre seus colaboradores típicos estão intelectuais, docentes e pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas, não necessariamente vinculados a instituições acadêmicas.

Os artigos publicados em *Lua Nova* estão indexados no Brasil no Data Índice; na América Latina no Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, no International Political Science Abstracts e na Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. A versão eletrônica da revista está disponível na SciELO e no portal da Capes.

# LUA NOVA

revista de cultura e política

2023 | Nº 118

ISSN 0102-6445

## ESFERA PÚBLICA E DISSENSO

**oesc**

# LUA NOVA – REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA

2023

Razão Social: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC  
Rua Pedro Américo 32, 19 andar - República - CEP: 01045-010 São Paulo, SP  
E-mail: luanova@cedec.org.br  
CNPJ 48.608.251/0001-80- ISSN 0102-6445

## Diretoria

Bernardo Ricupero  
*Diretor Presidente*

Carla Regina Mora Alonso Diéguez  
*Diretora Vice-Presidente*

Bruno Konder Comparato  
*Diretor de Publicações*

Maria Rita Loureiro  
*Diretora Secretária*

Natalia Nóbrega de Mello  
*Diretora Tesoureira*

## Comitê de redação

Bruno Konder Comparato (Unifesp)  
Brasílio Sallum Jr. (USP)

Maria Rita Loureiro (FGV-SP)

Pedro Meira Monteiro (Princeton University)

## Editor

Bruno Konder Comparato (Unifesp)

## Editores Assistentes

Andre Bittencourt (UFRJ)

Christian Jecov Schallenmüller (UFRGS)

Natália Nóbrega de Mello (PUC/SP)

Pedro Henrique Ramos Prado Vasques (Unicamp)

Roberta Kelly Soromenho Nicolete (UERJ)

## Conselho editorial

Adrian Gurza Lavalle (USP), Álvaro de Vita (USP), Brasília Sallum Jr. (USP), Celi Regina Pinto (UFRGS),  
Celina Souza (UFBA), Cicero Araujo (USP), Elide Rugai Bastos (Unicamp), Elisa Reis (UFRJ),  
Gonzalo Delamaza (Universidad de Los Lagos), Horácio Gonzalez (Universidad de B. Aires),  
John Dunn (University of Cambridge), José Augusto Lindgren Alves (Comitê Assessor do Conselho de  
Direitos Humanos das Nações Unidas), Leôncio Martins Rodrigues Netto (Unicamp) (*in Memoriam*),  
Marco Aurélio Garcia (Unicamp) (*in Memoriam*), Marcos Costa Lima (UFPE), Michel Dobry (Université  
Paris I-Sorbonne), Miguel Chaia (PUC-SP), Nadia Urbinati (Columbia University), Newton Bignotto  
(UFMG), Paulo Eduardo Elias (USP) (*in Memoriam*), Philip Oxhorn (McGill University), Philippe Schmitter  
(European University, Florence), Renato Lessa (IUPERJ), Rossana Rocha Reis (Editora) (USP) Sebastião  
Velasco e Cruz (Unicamp), Sergio Costa (Freie Universität Berlin), Tullo Vigevani (UNESP), Victor Manuel  
Durand Ponte (UNAM, México), William C. Smith (University of Miami)

## Preparação e revisão de texto

Tikinet

## Editoração eletrônica

Tikinet

## Impressão

Tikinet

O Cedec é um centro de pesquisa e reflexão na área de ciências humanas. É uma associação civil, sem fins lucrativos e econômicos, que reúne intelectuais de diferentes posições teóricas e político-partidárias.

O **Cedec** agradece a

*Andrei Koerner*

*Bernardo Ricupero*

*Luiz Carlos Bresser-Pereira*

*Maria Rita Loureiro*

*Raquel Kritsch*

*Ricardo Sennes*

pele apoio e contribuição recebidos na Campanha da  
Lua Nova.



## SUMÁRIO

- 9 O DESAFIO SEMPRE RENOVADO DE EDITAR UM PERIÓDICO CIENTÍFICO**  
Bruno Konder Comparato
- 13 ESFERA PÚBLICA SEM MEDIAÇÃO? HABERMAS, ANTI-ILUMINISMO E DEMOCRÁCIA**  
Leonardo Avritzer
- 41 JOSÉ GUILHERME MERQUIOR E OS MARXISTAS BRASILEIROS: DIÁLOGOS E CONFLITOS**  
Alvaro Bianchi
- 75 MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO - ENTRE APROXIMAÇÕES E TENSÕES**  
Bruna da Penha de Mendonça Coelho
- 101 O QUE OS “ARQUIVOS DO IMPERIALISMO” NOS ENSINAM SOBRE O FENÔMENO DA DESERÇÃO DE ATLETAS CUBANOS DURANTE A GUERRA FRIA**  
Renato Beschizza Valentin
- 129 DO FRÁGIL CONSENSO AO RADICAL DISSENSO: RUPTURAS NAS DISPUTAS POR DIREITOS E FISSURA NO PROCESSO DEMOCRÁTICO (1990-2020)**  
Otávio Dias de Souza Ferreira
- 167 PAISAGENS DA MORTE E A COVID-19 NAS AMÉRICAS: AS RESPOSTAS DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM TORNO DA VULNERABILIDADE-MORTE**  
Claudia Marconi, Rafael de Souza Nascimento Miranda e Isabela Agostinelli dos Santos
- 195 TERRITÓRIOS EM DISPUTA: COMENTÁRIOS SOBRE O CONTRALAUDO ELABORADO SOBRE A TERRA INDÍGENA POTRERO GUAÇU**  
João Marcos Francisco Sampaio e Jayme Benvenuto Lima Júnior



**217 TEORIA VIVIDA (COMO PSICOSE): OBJETIVISMO,  
SUBJETIVISMO E ESQUIZOFRENIA**

Gabriel Peters

**251 DA REINVENÇÃO À REPRODUÇÃO DO ATIVISMO CÍVICO:  
OS MOVIMENTOS SOCIAIS ANTI AUSTERIDADE EM  
PORTUGAL NO FACEBOOK**

João Carlos Sousa

**284 RESUMOS/ABSTRACTS**



## O DESAFIO SEMPRE RENOVADO DE EDITAR UM PERIÓDICO CIENTÍFICO

Em artigo publicado na revista *Nature*, Amber Dance relata o caso de um editor da revista *Frontiers in Health Services* que, após ter enviado 150 solicitações de pareceres, obteve apenas quatro pareceres e somente um era de qualidade suficiente para que pudesse ser aproveitado pela comissão editorial do periódico. Nas palavras do autor, ele estava necessitando desesperadamente de um herói (Dance, 2023: 581). Quem acha o relato exagerado desconhece a realidade dos editores de revistas científicas. Em recente reunião dos editores de periódicos da área de humanas da SciELO Brasil, constatou-se que para a maioria dos presentes era comum ter que mobilizar cerca de dez pareceristas para conseguir ao menos dois pareceres consistentes que efetivamente contribuíssem para a tomada de decisão editorial. Quando se confronta essa informação com outra estatística conhecida dos editores de revistas científicas, de acordo com a qual apenas um décimo dos autores de artigos científicos aceita fazer regularmente pareceres para artigos alheios, fica evidente que a conta não fecha. As consequências são o aumento indecente dos prazos entre a submissão de um artigo e sua aprovação ou rejeição com os pareceres comprobatórios, e as inescapáveis crises de ansiedade tanto dos autores, que acham que seus textos foram esquecidos, quanto dos editores, que ficam cada vez mais angustiados com a impossibilidade de responder rapidamente às expectativas neles depositadas na esperança de uma resposta rápida.

Integrei o Conselho de Redação da *Lua Nova* em 1994, quando era editado o número 93 da revista e assumi a edição a partir do número 97, em 2016. Desde então foram 22 números editados em pouco mais de sete anos, totalizando 203 artigos. Esse é o último número de *Lua Nova* em que figurei como editor-chefe, pois a partir do próximo número

a revista passará a ser editada por Natália Nóbrega de Mello, que muito generosamente aceitou essa missão.

Este número da revista se inicia com um artigo de Leonardo Avritzer, intitulado “Esfera pública sem mediação? Habermas, anti-iluminismo e democracia”, no qual ele estabelece um diálogo com Habermas, a partir de uma releitura que o autor alemão realizou do seu próprio trabalho de seis décadas atrás, e o confronta com o pensamento do israelense Zeev Sternhell para aplicar a discussão ao Brasil. O que está em jogo é o debate atual sobre a crise da democracia e o impacto das redes sociais na concepção de esfera pública.

No segundo artigo, intitulado “José Guilherme Merquior e os marxistas brasileiros: diálogos e conflitos”, Álvaro Bianchi reconstrói o diálogo intelectual do crítico e diplomata José Guilherme Merquior com marxistas brasileiros, vários dos quais pertenciam a uma geração intelectual comum e partilhavam com o autor uma mesma estrutura de sociabilidade. Em seguida, Bruna da Penha de Mendonça Coelho dialoga, no artigo “Materialismo histórico e dialético: entre aproximações e tensões”, com os pressupostos valorativos e metodológicos do materialismo histórico e dialético.

No quarto artigo, “O que os ‘arquivos do imperialismo’ nos ensinam sobre o fenômeno da deserção de atletas cubanos durante a Guerra Fria”, Renato Beschizza Valentin realiza uma reconstrução histórica do fenômeno da deserção de atletas cubanos durante a Guerra Fria a partir dos documentos secretos dos serviços de inteligência do governo dos Estados Unidos, recentemente colocados à disposição nos acervos digitais da Central Intelligence Agency (CIA) e dos National Archives.

No artigo seguinte, “Do frágil consenso ao radical dissenso: rupturas nas disputas por direitos e fissura no processo democrático (1990-2020)”, Otávio Dias de Souza

Ferreira investiga como, desde o início da redemocratização, houve continuidades e mudanças nas disputas envolvendo o vocabulário e práticas na temática de direitos humanos, impactando no próprio desenvolvimento do regime democrático e dos esforços de inclusão na política.

No sexto artigo, “Paisagens da morte e a covid-19 nas Américas: as respostas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em torno da vulnerabilidade-morte”, Claudia Marconi, Rafael de Souza Nascimento Miranda e Isabela Agostinelli dos Santos argumentam sobre como, nas duas maiores democracias das Américas, o Brasil e os Estados Unidos, a crise de covid-19 permite desvendar a engrenagem conceitual articulada e denominada de binômio vulnerabilidade-morte que desafia os limites de uma teoria da justiça internacional.

Em seguida, no artigo “Territórios em disputa: comentários sobre o contralaudo elaborado sobre a terra indígena Potrero Guaçu”, João Marcos Francisco Sampaio e Jayme Benvenuto Lima Júnior buscam compreender os dilemas e as fricções nas relações disciplinares que se estabelecem em processos judiciais de demarcação de terras indígenas.

No oitavo artigo, “Teoria vivida (como psicose): objetivismo, subjetivismo e esquizofrenia”, Gabriel Peters explora a relevância da teoria social para a fenomenologia da psicopatologia ao argumentar que a relação entre os poderes de ação do indivíduo e os poderes condicionantes da sociedade não constitui apenas uma questão teórica das ciências sociais, mas um problema existencial que se impõe, na prática, a todo ser humano.

Por fim, o número se encerra com o artigo “Da reinvenção, à reprodução do ativismo cívico: os movimentos sociais antiausteridade em Portugal no Facebook”, no qual João Carlos Sousa apresenta um estudo sobre a forma como o Facebook foi apropriado entre os movimentos sociais antiausteridade em Portugal.

Todos os artigos foram enviados por seus autores ao sistema de submissão da SciELO e receberam avaliação positiva dos nossos pareceristas, aos quais muito agradecemos.

## **Bibliografia**

DANCE, Amber. 2023. Peer review needs a radical rethink. *Nature*, n. 614, pp. 581-583.

Bruno Konder Comparato

*é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).*

*Guarulhos, SP, Brasil. E-mail: [bruno.comparato@unifesp.br](mailto:bruno.comparato@unifesp.br)*

*Orcid: 0000-0001-9356-0362*

**<http://dx.doi.org/10.1590/0102-009012/118>**



# ESFERA PÚBLICA SEM MEDIAÇÃO? HABERMAS, ANTI-ILUMINISMO E DEMOCRACIA

Leonardo Avritzer

*Professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, Brasil.*

*E-mail: avritzer1@gmail.com*

*Orcid: 0000-0001-9691-1834.*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-013040/118>

## Introdução

Em 2022, o teórico social Jürgen Habermas escreveu uma avaliação do seu livro *Mudança estrutural da esfera pública*, um clássico produzido 60 anos antes. Ali, o teórico alemão liga a crise da democracia à perda de relevância do papel da imprensa e dos jornalistas na esfera pública. Neste texto, eu dialogo com Habermas e procuro inserir uma análise complementar, mas não alternativa, com base no livro *A tradição anti-iluminista*, do historiador israelense Zeev Sternhell. A última parte do artigo se dedica a aplicar a discussão ao Brasil.

Estamos vivendo uma crise global da democracia, cuja dimensão não experimentávamos desde o período de entreguerras do século XX. Essa crise está fortemente instalada em países cujas democracias se consolidaram ainda na primeira onda democratização, como é o caso dos Estados Unidos (Huntington, 1991; Levitsky e Ziblatt, 2018); em segundo lugar, ela adquire traços mais fortes nas democracias recentes como o Brasil, as Filipinas e a Hungria (Avritzer, 2021; Bánkuti, Halmai e Scheppele, 2015). Em terceiro lugar, ela tem novos elementos que

exigem conceitualização, tal como o problema da erosão democrática por dentro (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 34) ou a sua coincidência com o ativismo digital.

14 As tentativas de conceitualização da crise da democracia envolveram estratégias divergentes, voltadas, ora à análise de casos muito específicos, tal como ocorreu na obra já clássica de Levitsky e Ziblatt, ora a abordagens mais gerais, como aquela realizada por Adam Przeworski em seu livro *Crises da democracia*. No primeiro caso, a observação ficou limitada a duas questões: a transição da ideia de golpe para a ideia de erosão democrática por dentro e a mudança em relação ao fenômeno do *gatekeeping* pelos partidos (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 142). A investida analítica mais conceitual, contida no trabalho de Adam Przeworski, por outro lado, relaciona casos de crise contemporânea da democracia como eventos críticos no passado, tal como ocorreu na Alemanha de Weimar e, também, no Chile. Embora logre estabelecer certo padrão de correlação a partir da observação de dois momentos de crise do regime democrático, falta à sua abordagem a capacidade de teorizar sobre longas crises democráticas que não redundaram em ruptura ou restauração. Assim, o campo da teorização sobre as formas que a crise da democracia assume permanece aberto e, particularmente, desconectado do processo de mudança na democracia e das formas de mudança no padrão de comunicação e de debate público que constituem parte do processo de deslegitimação dos sistemas políticos das democracias contemporâneas.

Recentemente, o teórico social Jürgen Habermas realizou uma tentativa de conexão entre a mudança nos padrões de comunicação com os problemas relacionados à consolidação e à continuidade dos mecanismos democráticos. De acordo com o pensador alemão, que vem tratando dessas questões desde o seu primeiro livro, publicado há 60 anos, presenciamos a difusão de formas de comunicação que não são submetidas a critérios de validação e que, ao serem

divulgadas em ampla escala, afetam a ancoragem da democracia e de suas formas de deliberação no campo da opinião pública (Habermas, 2022).

O argumento habermasiano abre algumas vias, até o momento pouco exploradas na Ciência Política, e que gostaríamos de abordar neste artigo ao realizar uma mirada adicional sobre dois pontos: o primeiro deles seria uma volta à discussão dos fundamentos da relação entre Iluminismo, revoluções democráticas e democracia. Se, por um lado, uma boa parte da obra da primeira geração da teoria crítica questionou os fundamentos morais-igualitários da tradição iluminista (Adorno e Horkheimer, 1984; Habermas, 1982) e relacionou a fragilidade e ambiguidade desses fundamentos com a ascensão do nacional-socialismo (Neumann, 1957), a segunda geração da Escola de Frankfurt integrou a teoria crítica com a teoria democrática (Avritzer, 1999). Assim, vale a pena uma mirada retrospectiva sobre os fundamentos democráticos da tradição iluminista e sobre a análise habermasiana dos elementos irracionais da conjuntura antidemocrática à luz de novos argumentos (Sternhell, 2010).

Em segundo lugar, temos o problema do entendimento da diversidade dos públicos, que faz parte das discussões críticas do conceito de esfera pública desde os anos 1980. Teóricas feministas, teóricos que trabalham a questão da raça, além de uma série de intelectuais que trabalharam a dimensão popular das Revoluções Francesas e Inglesa estabeleceram diversos diálogos com a obra habermasiana tentando colocar no debate tanto as maneiras de radicalizar a democracia e sua dimensão pública quanto as formas de entender as limitações de uma esfera pública criada a partir das transformações do privado geradas pela formação da burguesia (Benhabib, 1992; Calhoun, 1992; Thompson, 1995). Ambas as questões parecem centrais em uma reavaliação da esfera pública e da sua capacidade de ancorar



práticas democráticas, sem as quais o elemento institucional da democracia faz pouco sentido.

Nesse artigo, pretendo tratar de três questões: em primeiro lugar, como adiantado no parágrafo anterior, reavaliar a abordagem habermasiana sobre a esfera pública e sua relação com as revoluções modernas, tentando entender se, de fato, a perspectiva aberta por *Mudança estrutural da esfera pública* é capaz de ancorar, a partir da sua teoria dos elementos de decadência da esfera pública, a totalidade das determinações não democráticas da esfera pública na modernidade. Em segundo lugar, iremos discutir a maneira como o ativismo digital e as transformações da comunicação pelas redes sociais influenciam os elementos deliberativos das democracias contemporâneas e quais tipos de respostas podemos dar a esse problema. Em terceiro lugar, pretendemos fazer uma rápida incursão no caso brasileiro, mostrando como esses elementos analíticos se aplicam ao país. Nosso objetivo é tentar contribuir para uma conceitualização ampla dos elementos públicos da crise da democracia.

16

## **Retomando o debate sobre a relação entre o Iluminismo e as revoluções democráticas**

O debate sobre a crise global da democracia na forma como ela se manifesta contemporaneamente não prescinde do delineamento de alguma relação com eventos ocorridos há mais de dois séculos: trata-se de destacar o impacto das mudanças ocorridas no final do século XVIII, que implicaram transformações valorativas profundas na concepção de política dos indivíduos (Gay, 1966; Sternhell, 2010). O Iluminismo e as revoluções democráticas do século XVII criaram o caldo de cultura para o constitucionalismo democrático e as formas de controle público do sistema político. Desde a sua obra dos anos 1960, Habermas corretamente analisa a democracia na interseção entre teoria e empiria ao afirmar que:

o cerne normativo de uma constituição democrática precisa estar ancorado na consciência cívica. Não cabe à filosofia, e sim à larga maioria dos cidadãos, o entendimento da legitimidade dos princípios constitucionais. Por outro lado, os cidadãos também precisam confiar que os seus votos têm igual valor nas eleições. (Habermas, 2022, p. 148, tradução livre)<sup>1</sup>

Assim, democracia não consiste em uma idealização e sua estabilidade tem que estar ancorada na confiança dos cidadãos. Nesse sentido, a política deliberativa tampouco constitui uma idealização, pelo contrário, ela constitui uma “precondição existencial” de qualquer democracia.

Habermas, ao longo dos 60 anos nos quais trabalhou as condições para a formação da política deliberativa, ancorou a justificação desse conceito no estado da arte dos debates sobre as características da comunicação pública. Podemos diferenciar três elaborações sobre o papel da comunicação na validação da ordem democrática, a dos anos 1960, a dos anos 1990 e sua atualização mais recente, ocorrida no ano de 2022. Nesta seção, iremos abordar os fundamentos das duas concepções que estiveram fortemente ligadas ao aprofundamento da democracia no pós-guerra.

A primeira elaboração está presente em *Mudança estrutural da esfera pública*, livro que marcou a entrada do autor no campo acadêmico e cuja teoria marcou profundamente os debates sobre comunicação (Calhoun, 1992; Cohen e Arato, 1992; Dahlberg, 2005; Thompson, 1995). O primeiro argumento em relação à capacidade de a esfera pública gerar elementos deliberativos teve como inspiração a formação

17

---

<sup>1</sup> Texto original: “*the normative core of the democratic constitution must be anchored in civic consciousness, that is, in the citizens’ own implicit beliefs. It is not the philosophers, but the large majority of the citizens who must be intuitively convinced of the constitutional principles. On the other hand, citizens must also be able to trust that their votes count equally in democratic elections.*”

de públicos burgueses na Inglaterra e na França nos séculos XVII e XVIII. Para o autor,

a esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera de pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam essa esfera pública regulamentada politicamente, mas direcionada contra a própria autoridade a fim de discutir com ela as leis gerais de intercâmbio em uma esfera privada, publicamente relevante. (Habermas, 1989, p. 42, tradução para o português modificada pelo autor)

18 Assim, temos uma descrição do fenômeno comunicacional e político que produz a deliberação. Enquanto indivíduos privados, os burgueses não governam, mas discutem os atos da autoridade pública a partir de pretensões de validade morais e políticas. Apesar de certa idealização, gera-se a característica fundamental do que denominamos “constitucionalismo democrático”, uma diferenciação entre público e privado que permite discutir os atos da autoridade política a partir de critérios como o verdadeiro ou o moralmente adequado. Como iremos ver abaixo, essa parece ser a dimensão questionada na atual crise da democracia. Ainda que a linha de análise explicitada acima tenha se tornado clássica, a concentração dos elementos críticos em uma esfera pública de homens brancos burgueses gerou uma série de questionamentos (Fraser, 1989) que foi respondida 30 anos depois, através da incorporação de novos elementos na análise dos fundamentos discursivos da democracia.

Em seu texto *Reflexões adicionais sobre a esfera pública*, publicado em 1992 como parte de um simpósio sobre a evolução e adequação do conceito, Habermas reconheceu, em primeiro lugar, os limites de tomar como padrão para a conceitualização da esfera pública as características de uma esfera pública burguesa (Habermas, 1992). Segundo o autor, ele já não tinha dúvidas sobre o caráter patriarcal da esfera pública quando

abordou os públicos burgueses em 1962<sup>2</sup> (Habermas, 1992, p. 427). Ainda assim, para além dos elementos excludentes da abordagem original, ele realizou, nos anos 1990, uma tentativa mais avançada de incorporar movimentos sociais e propor um conceito de esfera pública que não derivaria da propriedade privada ou das ações de indivíduos proprietários. Nesse sentido, Habermas afirma que

Depois da universalização dos direitos civis iguais, a autonomia privada das massas não pode ter como sua base social o controle da propriedade privada, de indivíduos privados que se associaram em uma esfera pública burguesa com o intuito de formar um público de cidadãos. Para que o potencial de autorregulação contido em uma esfera pública em expansão pudesse se atualizar, foi necessário que massas política e culturalmente mobilizadas fizessem um uso efetivo dos seus direitos de comunicação e de participação. (Habermas, 1992, p. 434)<sup>3</sup>

19

Temos, assim, uma segunda formulação muito mais ampla do que a primeira, ainda que ela possa ser situada no mesmo sentido: a esfera pública, para contribuir para o autoentendimento democrático da opinião pública, tem que envolver amplos direitos de comunicação e de participação exercidos em público por indivíduos privados. Ainda mais importante, ela tem que se situar em um contexto no

---

<sup>2</sup> Evidentemente muitas autoras feministas acreditam que alguns elementos de comunicação não distorcida, que Habermas identifica na esfera privada, não poderiam ser mantidos da mesma forma a partir de uma incorporação de públicos feministas na esfera pública (Fraser, 1989; Young, 2002).

<sup>3</sup> Texto original: “*After the universalization of equal civil rights, the private autonomy of the masses could no longer have its social basis in the control over private property, in contrast to those private people who in the associations of the bourgeois public sphere had come together to form the public of citizens. To be sure, the actualization of the potential for societal self-regulation presumptively contained in an expanding public sphere would have required that the culturally and politically mobilized masses make effective use of their rights to communication and participation.*”

qual as falas e opiniões dos atores sociais sejam parte de um debate público pautado por pretensões de validade em relação a questões morais.

É interessante, no entanto, que a teoria habermasiana não trabalhe o conceito de esfera pública apenas a partir da ampliação dos atores envolvidos em processo de comunicação e participação, mas também a partir de uma perspectiva de desempoderamento das formas de comunicação através da expansão das formas de comunicação eletrônica. Assim, o diagnóstico habermasiano dos anos 1990 é de que

As democracias de massa constituídas como *welfare states* no que diz respeito a sua auto interpretação poderão dar continuidade aos princípios da tradição do constitucionalismo liberal apenas na medida em que elas tomarem a sério e tentarem implementar uma esfera pública que preencha as suas funções políticas. Assim, seria necessário demonstrar como colocar em marcha um processo crítico de comunicação pública através das mesmas organizações que exercem seu processo de mediação. (Habermas, 1992, p. 441)

20

Para Habermas, tínhamos, ao final do século XX, o mesmo mecanismo de ancoragem da democracia que o Iluminismo e as revoluções democráticas geraram: o da formação de públicos a partir de debates críticos que são gerados ou chancelados por processos de comunicação que podem ser mais ou menos interativos. Sem tais processos de comunicação, faltariam elementos de validação, pela cidadania, do constitucionalismo liberal democrático, que, por consequência, estaria em crise.

Temos, assim, uma questão a partir da qual podemos analisar as contribuições habermasianas: trata-se de entender a obra do autor dentro da tradição da herança incompleta do Iluminismo e da modernidade, pensando

os elementos de ancoragem do constitucionalismo liberal democrático, não apenas em relação aos potenciais emancipatórios da modernidade, mas também em relação aos elementos regressivos que têm se manifestado e constituído fonte de inspiração contrademocrática ou até mesmo antidemocrática desde o final do século XIX.

Uma linha de pensamento diferente da habermasiana e que, como veremos abaixo, permite uma análise diferente, foi lançada recentemente por Zeev Sternhell com base na obra dos autores anti-iluministas dos séculos XVIII e XIX. A ideia alternativa à habermasiana supõe que autores como Vico, Burke, Herder, entre outros, dão origem a outra corrente de pensamento fortemente desprezada na modernidade, mas não por isso menos relevante. Assim, o Iluminismo teria gerado uma forte resposta antirracionalista e uma cultura política alternativa (Sternhell, 2010, p. I). Essa cultura alternativa já era forte no final do século XIX, com o movimento político conhecido como *Gegenaufklärung* (anti-iluminismo). Esse movimento tinha “uma nova visão da história, do homem e da sociedade contra as novas teorias do conhecimento, contra o famoso *sapere aude*, contra uma visão do iluminismo enquanto um movimento de emancipação e de resistência contra todas as formas injustificadas de dominação” (Sternhell, 2010, p. 5). Assim, temos uma linha de pensamento que é simultânea ao Iluminismo e que defende a tradição colocando em questão três elementos que serão centrais para a tradição habermasiana: o elemento libertário do conhecimento; o individualismo contratualista; e a ideia de que o objetivo da política deve ser o bom governo fundado em direitos da cidadania. Para os objetivos desse artigo, irei discutir apenas o terceiro ponto.

A tradição anti-iluminista colocou em questão três obras fundamentais da tradição política iluminista, *O segundo tratado de governo*, de John Locke, o pequeno panfleto kantiano *O que é iluminismo* e *Discurso sobre a origem da desigualdade*,

obra de Rousseau. Vale a pena aqui destacar a obra de Burke e sua percepção de que o elemento chave do iluminismo reside “em uma conspiração intelectual com o objetivo de destruir a civilização cristã e a ordem política que ela criou” (Sternhell, 2010, p. 11). Ainda segundo Burke, a ideia de direitos humanos e a concepção de uma sociedade voltada para o bem são ilusões perigosas. Ele e seu contemporâneo Herder negaram explicitamente o direito da razão de questionar a ordem existente (Sternhell, 2010). Assim, temos aqui os fundamentos intelectuais do movimento antidemocrático do final do século XIX, do assalto à razão no período de entreguerras (1930-1940) e do atual movimento de restauração conservadora de valores antidemocráticos.

Em todos os casos, existem duas questões que serão objeto do debate habermasiano acerca da crise atual da democracia e da esfera pública e que a abordagem acima permite questionar: a primeira questão está relacionada à continuidade de públicos não racionais e que rejeitam a própria ideia de racionalização moral que está na base da prática democrática; a segunda é a rejeição da ideia do bom governo ou de uma relação entre razão e bom governo. É importante notar, tal como Sternhell (2010) discute detalhadamente, que o movimento antirracionalista e anti-iluminista tem sua vertente liberal,<sup>4</sup> aquela que procura defender um campo de liberdade do indivíduo em relação ao poder da maioria. Assim, temos uma posição anti-iluminista em relação à liberdade de expressão que influencia a discussão sobre a decadência de uma esfera pública de jornalistas e pessoas de mídia capazes de intermediar o discurso público.

---

<sup>4</sup> No século XX o grande representante dessa corrente foi o filósofo russo inglês Isaiah Berlin. Através de duas obras distintas: *Vico e Herder* e *Dois conceitos de liberdade*. Para Berlin, a liberdade sem determinações ou limitações que se coaduna com a defesa atual da liberdade de expressão pela extrema direita é parte da tradição liberal. Sternhell oferece crítica a Berlin ao afirmar que o argumento pressupõe um resgate e um reforço a tradição contra as tendência democrática geradas pelas revoluções do século XVIII. Vide Sternhell (2010, p. 25).

A questão que surge, então, e que será colocada ao final do artigo é a das fontes práticas e políticas nas quais a antide-mocracia se baseia. Estamos agora em condição de examinar detalhadamente o argumento habermasiano sobre a crise da democracia.

## **Esfera pública e crise da democracia: a análise habermasiana 60 anos depois**

Em 2022, ou seja, 60 anos depois de publicar *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas retoma o tema e o aborda de forma semelhante ao que faz nas duas publicações anteriores. Para ele,

a política deliberativa pode ser traçada às ideias do período conhecido como *Vormärz*,<sup>5</sup> mas nesse longo período ela se desenvolveu no contexto do estado de bem estar social.

O seu maior mérito é explicar como em sociedades pluralistas que prescindem de uma religião ou de uma visão de mundo em comum, compromissos políticos podem ser alcançados a partir de um consenso constitucional intuitivo. (HABERMAS, 2022, p. 150 tradução livre).<sup>6</sup>

23

Assim, temos uma convergência no que diz respeito ao ponto de partida das três concepções habermasianas. Em todas elas, trata-se de perceber que o constitucionalismo liberal e democrático está implicitamente incorporado no imaginário e nos valores da opinião pública das democracias da primeira e da segunda ondas de democratização.

<sup>5</sup> *Vormärz*, ou pré-março, é como é conhecido na Alemanha o período que precedeu às revoluções de 1848.

<sup>6</sup> Texto original: “*The approach of deliberative politics can be traced back to the early liberal world of ideas of the Vormärz period but, in the meantime, it has unfolded in the context of the welfare state. Its chief merit is that it explains how, in pluralistic societies that lack a shared religion or world view, political compromises can be reached against the background of an intuitive constitutional consensus.*”



A questão é como pensar os novos desenvolvimentos das formas de comunicação e sua relação com a democracia.

A definição habermasiana da relação entre os debates na esfera pública e a aceitação dos resultados eleitorais pelos perdedores se concentra em uma das pré-condições do debate público, aquela que garante que os debates e as divergências políticas se deem sobre o pano de fundo das regras constitucionais que, no caso das eleições, garantem a vitória da maioria. Para Habermas “sem o consenso acerca do significado da deliberação democrática autolegislante (*deliberative democratic self-legislation*), as minorias não terão nenhuma razão para se submeter às decisões da maioria”. Pelo menos nesse momento, “a formação institucional da vontade política deve funcionar de tal maneira que o consenso constitucional dos votantes tenha que, de tempo em tempos, ser confirmado pela experiência” (Habermas, 2022, p. 152).

24 Temos, assim, algumas questões novas colocadas no debate: a primeira delas é se o consenso constitucional deliberativo é um consenso prático político sobre a natureza e a desejabilidade da democracia. Eventos como o 6 de janeiro de 2021 nos Estados Unidos e o 8 de janeiro de 2023, no Brasil, acendem luzes amarelas, para dizer o mínimo, sobre a questão central das democracias. Eles mostram que a democracia só funciona quando existe o respeito às regras do jogo político enquanto consenso constitucional, ou seja, se um grupo relevante da população não aceita o consenso constitucional democrático, a democracia se erode no campo da opinião pública.

Uma vez colocada essa questão, duas outras indagações de natureza empírica, mas com forte conteúdo normativo, devem se colocar. A primeira delas é: quais são os elementos responsáveis por uma mudança na esfera pública que reduzam a legitimidade dos eleitos entre a maioria e colocam em risco os elementos práticos políticos do consenso constitucional? A segunda questão é: como reestabelecer critérios

mínimos de pretensão de validade no discurso político de forma tal que as *fake news* e as divergências reais em relação a questões morais e políticas possam voltar a gerar debates reais entre todos os interessados?

Para Habermas, a forte mudança na arquitetura do sistema constitucional de direitos que conecta as liberdades dos indivíduos privados “através de um sistema de direitos privados subjetivos [...] [com] a autonomia política dos cidadãos através dos direitos públicos de comunicação e participação, só se tornam completamente operacionalizáveis à luz da complementariedade dos papéis da autonomia privada e pública dos cidadãos” (Habermas, 2022, p. 154).<sup>7</sup> O problema reside no fato que o indivíduo privado, ao se desconectar do sistema de debate público, ameaça a conexão entre liberdades individuais e o consenso político majoritário. Aí estaria a base política do questionamento de resultados eleitorais, como o que ocorreu nos Estados Unidos e no Brasil.

As questões colocadas aqui sugerem um debate mais aprofundado. A primeira delas é um entendimento sobre como a estrutura fundante do constitucionalismo liberal democrático, que gera a legitimidade das decisões políticas, está sendo afetada por uma nova relação entre público e privado. A segunda é se esse fenômeno tem sua origem na mudança nas formas de comunicação ou se ele associa uma rejeição histórica ao iluminismo e ao constitucionalismo democrático com uma mudança comunicacional que favorece a anomia e a deslegitimação política.

---

<sup>7</sup> Texto original: “*The architecture of the constitutional state’s system of fundamental rights – which guarantees, on the one hand, the freedoms of private citizens through subjective private rights (and welfare state entitlements) and, on the other, the political autonomy of citizens through rights of public communication and participation – only becomes fully accessible in the light of the functional meaning of the complementary roles that the private and public autonomy of citizens also play for each other, aside from their respective intrinsic value.*”

## **Mudança comunicacional e deslegitimação democrática: consequências do fim da mediação política**

Na modernidade, as mudanças profundas na forma de organização das tecnologias de comunicação sempre tiveram impacto político (Thompson, 1995). Sabemos que o rádio teve um papel importante na consolidação do nazismo e na expansão do antissemitismo na Alemanha no início dos anos 1930 (Adena et al., 2015), assim, não parece ser uma novidade completa o fato de mudanças nas tecnologias de comunicação afetarem a legitimidade democrática. No entanto, existe uma diferença fundamental entre o papel das novas tecnologias de comunicação nos anos 1930 e o papel das redes sociais atualmente. Nos anos 1930, o uso do rádio pelo nacional-socialismo, que foi extremamente forte depois da sua vitória eleitoral em 1933, se deu já no campo da contestação da democracia e dos direitos (Adena et al., 2015). Hoje, a ação das redes sociais incide sobre o significado da opinião pública para a democracia. O que torna o problema atual mais sério e importante é que a tecnologia de redes sociais cria uma possibilidade nova, que é a de uma democracia não submeter as afirmações políticas ao crivo de um conjunto de atores. Em seu artigo recente sobre mudanças na esfera pública, Habermas apresenta esse problema da seguinte forma:

ainda que para os atores da sociedade civil encontros face a face na vida cotidiana e em eventos públicos representem os dois locais da esfera pública nos quais suas iniciativas tem origem, a comunicação pública organizada por meios massivos representa o único local no qual essas vozes se condensam em opinião pública efetiva e relevante... Um complexo midiático altamente organizado do ponto de vista técnico requer um corpo funcional profissionalizado que desempenha o papel de *gatekeeper* para que os fluxos

comunicativos permitam aos cidadãos destilar as diferentes opiniões públicas. (Habermas, 2022, p. 157, tradução livre).<sup>8</sup>

Temos, assim, um primeiro parâmetro sobre o motivo da erosão dos processos comunicacionais que Habermas localiza na interseção entre profissionalização, complexificação e alta cultura. O jornalismo, por mais que ele tenha sido relativizado pelo elemento comercial introduzido na esfera pública, continua a desempenhar um papel de *gatekeeper* em relação às formas de comunicação que dependem exclusivamente da relação entre atores que emitem discursos e receptores. Se, por um lado, esse problema já existia na ascensão das formas não democráticas do período de entreguerras, quando o nazifascismo utilizou o rádio para se comunicar diretamente com as massas, ele se torna mais grave quando a própria democracia passa a ser afetada por um padrão de comunicação falso, mas, sobretudo, sem elementos de validação do discurso. Assim, de acordo com essa interpretação, o problema central na relação entre esfera pública e democracia reside na possibilidade de discursos mediáticos não mediados pelo jornalismo ou por alguma instância de aferição da veracidade.

Vale a pena apontar que existe uma segunda possibilidade não contemplada completamente pela análise habermasiana, que é a reorganização do conservadorismo por meio de um questionamento da razão iluminista, e que se articula com as novas formas de tecnologia de comunicação. Resgatamos, nesse caso, a noção de um conservadorismo

27

---

<sup>8</sup> Texto original: “*Although for civil society actors, face-to-face encounters in everyday life and in public events represent the two local regions of the public sphere in which their own initiatives originate, the public communication steered by mass media is the only domain in which the noise of voices can condense into relevant and effective public opinions. Our topic is how digitalisation has changed the media system that steers this mass communication. The technically and organisationally highly complex media system requires a professionalised staff that plays the gatekeeper role (as it has come to be called) for the communicative currents from which the citizens distil public opinions.*”

anti-iluminista que fez parte da reação antidemocrática do final do século XIX e do período de entreguerras e que retoma, no século XXI, práticas importantes daquele período, tais como a retomada da centralidade da religião em relação à racionalização moral e o questionamento da noção de bom governo, ambos ancorados em uma visão ampla da liberdade de expressão como possibilidade de ataque aberto à democracia. Assim, se esta análise estiver correta, a democracia não está sofrendo uma via, e sim duas vias interligadas de ataque. Nesse caso, uma forte reorganização do conservadorismo tendo como centro uma extrema direita anti-iluminista, religiosa e moralmente regressiva está se utilizando das novas tecnologias de comunicação para realizar o mais potente ataque à democracia desde o período de entreguerras. Uma última questão se coloca em como essa aliança se manifesta no Brasil.

28

## **Mudanças na forma de comunicação e crise da democracia no Brasil: algumas hipóteses**

As colocações anteriores apontam na direção de uma interpretação da crise da democracia no Brasil, no entanto, é importante perceber que alguns dos fenômenos discutidos nas sessões anteriores têm impacto particular no Brasil devido à forma específica de constituição de uma esfera pública e de instituições de produção de conteúdo midiático. A formação tardia de uma esfera pública no final do século XIX, durante o período abolicionista, não conseguiu imprimir uma relação de controle de governo e de atos da autoridade política na interseção entre esfera pública e imprensa livre (Avritzer, 2001). Pelo contrário, o modelo brasileiro, ao longo do século XX até a promulgação da Constituição de 1988, foi um modelo de controle da imprensa, e de constituição de grandes oligopólios de mídia impressa e eletrônica.

Durante a democratização brasileira, foi se constituindo paulatinamente um modelo de esfera pública no Brasil. Esse modelo contou com diversos componentes: a entrada de movimentos sociais no campo público com conexão entre esses movimentos e um certo jornalismo progressista que havia renovado as redações de órgãos, como o *Jornal do Brasil* e a *Folha de S. Paulo*; a instauração de intelectuais críticos nas escolas de jornalismo com impacto em diversas instituições como os sindicatos e casas de jornalistas e, por fim, uma presença de atores sociais progressistas na esfera política, em especial no Congresso Nacional, tensionando uma forma privada de relação entre governo e atores políticos autoritários. Assim, podemos dizer que o Brasil prescindiu da formação de uma esfera pública burguesa capaz de ancorar um constitucionalismo democrático até a nossa democratização nos anos 1980. Tal fato explicaria, simultaneamente, a instabilidade do constitucionalismo democrático ao longo do século XX e a não constituição de uma imprensa capaz de ancorar públicos burgueses.

29

A promulgação da Assembleia Nacional Constituinte criou expectativas adicionais para a democratização da esfera pública, mas essas expectativas não se realizaram devido, principalmente, a acordos entre o maior monopólio televisivo, a rede Globo, e os principais atores da transição. A única subcomissão da Assembleia Nacional Constituinte que não apresentou um relatório foi a da comunicação (Lima, 2015). Ao mesmo tempo, os quatro artigos da Constituição de 1988 sobre comunicação não foram regulamentados ou o foram apenas tardiamente. O artigo 221, sobre produção regionalizada de conteúdo de comunicação, não está regulamentado, assim como os que falam sobre monopólio e a complementariedade entre os sistemas públicos e privados (Lima, 2015). O importante de se perceber aqui é que todos esses artigos são fundamentais para o estabelecimento de uma esfera pública plural com

capacidade de chancelamento ou crítica de discursos, tal como apontou Habermas.

Assim, o problema brasileiro que iremos abordar abaixo em relação à democracia e à comunicação é um pouco mais complicado do que o problema descrito por Habermas em relação às democracias consolidadas. No caso do Brasil, a constituição de uma esfera de comunicação não contou com os elementos de pluralização próprios do constitucionalismo democrático. Pelo contrário, forças de *lobbies* monopolistas da área de comunicação conseguiram impedir, na era pré-digital, que elementos de pluralismo midiático se manifestassem plenamente, seja por uma configuração mista de empresas públicas e privadas, seja pelo direito de resposta, seja por uma estrutura de jornalismo pluralista.

30

Especialmente no período entre 2014 e 2018, essa configuração facilitou a existência de uma aliança midiática-judicial que rompeu com os elementos críticos em relação ao discurso da corrupção e que teve como consequência a eleição de um político, Jair Bolsonaro, que se aproveitou da fraqueza das estruturas de comunicação pública e da deterioração da confiança no jornalismo das empresas de mídia para instituir uma forma de comunicação fora dos padrões de uma esfera de comunicação pública. Tais formas de relação com a imprensa expressam uma via de desconstituição da esfera pública no Brasil, na qual o alvo foi a credibilidade dos jornalistas na validação de notícias. Assim, jornalistas como Patrícia Campos Melo, que apontou a questão das notícias falsas no WhatsApp, são atacadas, para que a notícia perca a sua dimensão de validade institucional para além do campo político partidário.

O ex-presidente fez isso em duas etapas diferentes: na primeira, durante as eleições, subverteu as formas de comunicação pública e de campanha que haviam funcionado e pautado as eleições entre 1989 e 2014. Bolsonaro ignorou os debates televisivos, não articulou tempo para o programa

eleitoral gratuito na televisão e deu pouca importância a eventos públicos de campanha, mesmo porque eles já não eram viáveis depois da facada de Juiz de Fora (Feres Júnior; Gagliardi, 2018). Na segunda etapa, a do governo, Bolsonaro se aproveitou de um colapso das formas de confiança no sistema político e da baixa ancoragem do jornalismo e da televisão em uma esfera pública de movimentos sociais críticos para propor a desinstitucionalização da comunicação política no Brasil.

No início do seu governo, Jair Bolsonaro estabeleceu quais seriam as balizas principais que norteariam a comunicação entre o seu governo e a opinião pública. Em primeiro lugar, ele negou o papel mediador da principal rede de televisão e dos jornalistas de maior expressão no campo dos jornais impressos. Os primeiros ataques de Jair Bolsonaro a órgãos de imprensa ou a jornalistas ocorreram ainda no primeiro ano de seu governo, tendo como alvo direto a jornalista Miriam Leitão. Em 19 de julho de 2019, Bolsonaro afirmou a jornalistas internacionais que Leitão teria mentido sobre ter sido torturada no período da Ditadura e que foi presa quando estava indo para a Guerrilha do Araguaia – a jornalista não participou da luta armada e foi torturada pelo regime (Jornal Nacional, 2019). Outros jornalistas – principalmente jornalistas mulheres, como Constança Resende e Patrícia Campos Melo, também foram atacadas pessoalmente ainda antes da pandemia, quando esses ataques se acentuaram.

Houve também ataques às instituições de imprensa. Ainda durante a campanha eleitoral, no dia 21 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro atacou a *Folha de S. Paulo* ao afirmar “participem das eleições ativamente”, de forma democrática e “sem mentiras, sem *fake news*, sem *Folha de S. Paulo*” (Marques, 2018). Já durante o governo, o primeiro ataque institucional de Jair Bolsonaro a órgãos de imprensa ocorreu com a rede Globo depois de uma revelação inédita no caso Marielle Franco, que mencionava a presença do assassino no



condomínio no qual o ex-presidente tem casa. Deste modo, a tentativa de anulação da mediação dos órgãos de imprensa ou de jornalistas com credibilidade constitui o primeiro eixo de desmonte de uma esfera pública por Jair Bolsonaro.

A segunda estratégia do Governo Bolsonaro em relação à comunicação foi adotar formas diretas de expressão sobre questões políticas por meio de transmissões ao vivo pela internet – as *lives* – ou uso direto das redes sociais, em especial seu Twitter pessoal ou os de seus filhos. Essa segunda estratégia coincide com aquilo que Habermas, no seu texto de 2022, denomina “transformação imediata de utilizadores da comunicação em autores”. É importante notar também que não se trata apenas do presidente emitindo discurso como autor sem mediação, mas de um conjunto de centenas de emissores de notícias, muitas vezes mais radicais do que as do presidente, ou claramente falsas, que se articulam com as formas diretas de comunicação sem a mediação de profissionais patrocinadas pelo ex-presidente. Vale a pena perceber que aqui são articuladas pelo bolsonarismo as duas dimensões analíticas discutidas acima: de um lado, temos a completa dissociação de uma esfera de crítica constituída por movimentos sociais e atores da sociedade civil e, de outro, temos a defesa de um discurso ilimitado sobre a liberdade de expressão que frequentemente se coloca como um discurso contra a própria democracia (Sternhell, 2010, p. 24).

Sendo assim, é possível dizer que de forma aberta o bolsonarismo rompe tanto com o pressuposto clássico da esfera pública formada ao final dos séculos XVII e XIX, ou seja, com o debate crítico sobre os atos da autoridade política com a mediação de órgãos de imprensa, quanto com o discurso iluminista de utilização da liberdade para aumentar a autonomia dos indivíduos e o bom governo (Gay, 1966). Bolsonaro rompe também com os elementos de uma esfera pública mais tardia na qual movimentos sociais participam do debate comunicativo, a não ser que consideremos

movimentos de extrema direita antidemocráticos como parte da esfera pública.<sup>9</sup>

Por fim, Jair Bolsonaro introduz um terceiro elemento, que é o da mentira nas redes sociais disseminada diretamente e que atinge receptores sem a mediação de quaisquer órgãos de imprensa ou forma de *gatekeeping*. Essa é a maior novidade das formas de comunicação contemporâneas que podem ser descritas como “a dispensa do papel produtivo da mediação jornalística [...]. Tal fato altera radicalmente o padrão anterior de comunicação na esfera pública ao empoderar todos os usuários potenciais para se tornarem independentes e autores da [comunicação]” (Habermas, 2022, p. 159 tradução livre).<sup>10</sup>

Esse parece ser o elemento de ultrapassagem da ideia de esfera pública no qual o bolsonarismo se ancora. Ele pode emitir suas próprias afirmações comunicacionais que, ainda que sejam comentadas pelas mídias tradicionais, chegarão diretamente ao conjunto de usuários das redes sociais que queiram ignorar as formas de mediação utilizadas pelas mídias tradicionais. Esse é o elemento mais forte de ruptura entre bolsonarismo e esfera pública que, no entanto, se associa com os outros dois – o ataque a jornalistas com forte visibilidade e a negação do papel dos movimentos sociais na esfera pública. Vale a pena também apontar que esse elemento de transformação em ator midiático independente se articula com os de outros autores, políticos e empresários

33

---

<sup>9</sup> Della Porta e Caini propuseram um modelo de movimentos sociais de direita baseado em dois modelos de organização dos movimentos sociais: o de oportunidades políticas e o de mobilização de recursos. O maior problema com essa linha de análise dos movimentos sociais é que os movimentos conservadores também prescindem dos elementos de validação da esfera pública. Sobre o assunto, ver: Caiani e Della Porta (2018).

<sup>10</sup> Segue o texto original: For, on the one hand, the platforms dispense with the productive role of journalistic mediation and programme design performed by the old Media... They radically alter the previously predominant pattern of communication in the public sphere by *empowering* all potential users in principle to become independent and equally entitled authors.

que fazem o mesmo, substituindo a esfera pública por um ecossistema autônomo de divulgação e comentários sobre a política.

Vale a pena pensar qual é a relação entre os fenômenos descritos acima e a crise da democracia no Brasil. De um ponto de vista mais geral, a crise da esfera pública tal como mostramos acima gera a crise da democracia. No caso da crise da democracia no Brasil ela parece ter componentes que vão muito além da organização da esfera pública, uma vez que ainda estamos discutindo o papel das forças armadas, ou a maneira como o Congresso atua despolitizando as agendas de relação entre os poderes. No entanto, o importante é pensar como o Brasil se coloca no que diz respeito à possível superação dos diagnósticos de crise da democracia que se ancoram em uma ideia de crise da esfera pública.

### **Algumas pinceladas conclusivas**

34 São dois os pontos de chegada da análise habermasiana: o primeiro tem relação com a ideia de regulação da comunicação pública ao lembrar que “a imprensa escrita, o rádio e a televisão são obrigados a corrigir notícias falsas” (Habermas, 2022, p. 167); ou seja, se as plataformas realizam um trabalho de comunicação pública, elas também terão que se inserir nessa seara que não pode ser gerada unicamente com a regulação estatal.

O segundo ponto é que, independentemente da sua natureza privada, as plataformas não podem se negar a reconhecer que eles trabalham com mais do que meras mercadorias e precisam se colocar as obrigações do cuidado jornalístico (Habermas, 2022, p. 167); ou seja, para que elas sigam sendo parte do debate político, faz-se necessário que realizem um trabalho de mediação jornalística capaz de desfazer a transformação de atores políticos em autores midiáticos. De uma certa forma, foi esse o papel das redes na eleição norte americana de 2020, ainda que o alto número de

pessoas, em especial no partido republicano, que acredita que Donald Trump venceu as eleições sugere uma mistura entre validação midiática e relação direta de autoria sem mediação no caso dos Estados Unidos.

As duas questões nos sugerem uma agenda para o Brasil que deve começar um pouco antes, com a criminalização dos ataques públicos a jornalistas e a políticos. A erosão da esfera pública Brasil é mais grave e mais acentuada do que o cenário apresentado por Habermas, porque o campo comunicacional está se desagregando antes mesmo que tenha se consolidado como uma base comum para o debate democrático constitucional em parte devido à falta de regulamentação dos artigos propostos pela Constituição de 1988. Assim, podemos entender posicionamentos no Brasil a favor do golpe de Estado ou intervenção dos militares na política com base na construção incompleta de uma cultura democrática incorporada no imaginário da opinião pública.

Nesse caso, a incorporação incompleta, uma história de intervenções militares entre os anos 1920 e a década de 1980 e a ausência de uma justiça de transição que tornasse a opinião pública consciente dos abusos desses episódios tornam a cultura constitucional democrática apenas parcialmente presente no imaginário da opinião pública. A desagregação dos demais elementos da cultura democrática é mais fácil de ser realizada nesse caso, e o bolsonarismo se dispôs a fazê-lo chegando muito perto de ter coroada essa tentativa com a reeleição de uma proposta clientelista, militarizante e inimiga das instituições contra majoritárias. Nesse sentido, analisar o bolsonarismo envolve ir além da esfera pública e ver como ele lida com os elementos anti-iluministas, inclusive com a negação da ideia do bom governo como objetivo da política.

A superação, ainda que precária, do pior momento de desagregação da esfera pública coloca uma agenda de reconstrução do público no Brasil que está ligada à própria reconstrução democrática. Duas agendas parecem centrais:

em primeiro lugar, uma agenda de democracia defensiva (Cappocia, 2005; Loewenstein, 1937; Macklem, 2006) que consiga diminuir os usos da democracia para a defesa de atitudes antidemocráticas. Essa defesa, que está em linha com ações tomadas por algumas democracias europeias, em especial a Alemanha e Áustria, antecede a reorganização da esfera pública e das formas de comunicação, ainda que ela tenha que lidar com o problema da liberdade de expressão ampliada que faz parte do discurso de ataque à democracia (Sternhell, 2010).

36

Em segundo lugar, a reordenação da relação entre as instituições midiáticas e redes sociais e a cobrança de ações regulatórias dessas entidades privadas. Existe um conjunto de problemas complexos envolvidos nesse tipo de regulação de plataformas que respondem a empresas cujas sedes não estão baseadas no estado nacional. Ainda assim, durante o período eleitoral de 2022, uma série de medidas do ministro Alexandre de Moraes demonstraram uma capacidade de se antecipar às *fake news* e retirá-las do ar ou desmonetizar canais do YouTube. No entanto, cabe apontar que essas medidas prescindiram de uma base normativa sólida, tal como bem argumentou o próprio ministro Alexandre de Moraes, em decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do dia 20 de outubro de 2022.

Deve-se reconhecer que uma medida que antecipou danos irreversíveis à integridade do processo eleitoral de 2022 e foi assim justificada não pode constituir a base para a retirada indiscriminada de perfis através de medida eleitoral solicitada às plataformas. Assim, precisamos de uma base normativa sólida para a regulação de ações nas redes sociais. Essa base, tal como mostra Habermas, não pode ser apenas produzida estatalmente, tampouco se pode continuar com uma dinâmica completamente privada de comunicação, subordinada a planos de negócios de empresas quase monopolistas. A retomada de padrões públicos de

comunicação depende, portanto, de uma reconstrução do lugar da comunicação como elemento de mediação entre o privado e público, levando em conta tanto as mudanças tecnológicas em curso quanto à relevância da mediação de profissionais. Isso requer que empresas, profissionais e poder público, individual e conjuntamente, “tomem a sério” (para usar o mesmo termo de Habermas, em 1992) seu papel na conformação da esfera pública em sociedades democráticas.

### Leonardo Avritzer

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador do Instituto da democracia e Democratização da Comunicação. Doutor em Sociologia Política pela New School for Social Research (1993) com pós-doutorado pelo Massachusetts Institute of Technology (1998-1999/2003).

### Bibliografia

- ADENA, Maja et al. 2015. Radio and the Rise of The Nazis in Prewar Germany. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 130, n. 4, pp. 1885-1939.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. 1984. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- AVRITZER, Leonardo. 1999. Teoria crítica e teoria democrática: da impossibilidade da democracia ao conceito de esfera pública. *Novos Estudos Cebrap*, v. 53, p. 161-187.
- AVRITZER, Leonardo. 2001. Privatism, etatism and the Formation of a Public Sphere in Brazil. In: ROENIGE, Luis; WEISMANN, Carlos (ed.). *Globality and Multiple Modernities*. Manchester: University of Manchester Press.
- AVRITZER, Leonardo. 2021. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHÉ, Fábio; MARONA, Marjorie (ed.). *Governo Bolsonaro, Retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica. pp. 13-20.
- BÁNKUTI, Miklós; HALMAI, Gábor; SCHEPPELE, Kim Lane. 2015. Hungary's Illiberal Turn: Disabling the Constitution. *Journal of Democracy*, v. 23, n. 3, pp. 37-46.
- BENHABIB, Seyla. 1992. Model of the Public Space: Hannah Arendt, the Liberal Tradition and Jurgen Habermas. In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press. pp. 73-99.

- CAIANI, Manuela; DELLA PORTA, Donatella. 2018. The radical right as social movement organizations. *In: RYDGREN, Jens; RYDGREN, Jens (ed.). The Oxford Handbook of the Radical Right*. New York: Oxford University Press. pp. 52-80.
- CALHOUN, Craig. 1992. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press.
- CAPPOCIA, Giovanni. 2005. *Defending democracy: Reactions to extremism in interwar Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- COHEN, Jean; ARATO, Andrew. 1992. *Civil society and social theory*. Boston: MIT Press.
- DAHLBERG, Lincoln. 2005. The Habermasian public sphere: taking difference seriously? *Theory and Society*, v. 34, n. 2, pp. 111-136.
- FERES JÚNIOR, João; GAGLIARDI, Juliana. 2018. O sucesso eleitoral da Nova Direita no Brasil e a mudança do paradigma comunicativo da política. *In: AVRITZER, Leandro et al. (ed.). Pensando a democracia, a república e o Estado de direito no Brasil*. Belo Horizonte. pp. 89-117.
- FRASER, Nancy. 1989. *Unruly practices: power, discourse and gender in contemporary social theory*. Mineapolis: University of Minesota Press.
- GAY, Peter. 1966. *The enlightenment: an interpretation*. New York: Knof.
- JORNAL NACIONAL. 2019. Globo repudia em nota ataques de Bolsonaro a Miriam Leitão. *GI*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://globo/2YcUwIq>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- HABERMAS, Jürgen. 1982. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Zahar.
- HABERMAS, Jürgen. 1989. *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: Polity Press.
- HABERMAS, Jürgen. 1992. Further reflections on the public sphere. *In: CALHOUN, Craig (ed.). Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT PRESS. pp. 421-462.
- HABERMAS, Jürgen. 2022. Reflections and Hypotheses on a Further Structural Transformation of the Political Public Sphere. *Theory, Culture & Society*, v. 39, n. 4, pp. 145-171.
- HUNTINGTON, Samuel. 1991. *The third wave: democratization in the late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. 2018. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LIMA, Venício A. de. 2015. *Cultura do silêncio e democracia no Brasil: ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015)*. Brasília, DF: Editora UnB.
- LOEWENSTEIN, Karl. 1937. Militant Democracy and Fundamental Rights. *The American Political Science Review*, v. 31, n. 3, pp. 417-432.

- MACKLEM, Patrick. 2006. Militant Democracy, Legal Pluralism, and the Paradox of Self-Determination. *International Journal of Constitutional Law*, v. 4, pp. 488-516.
- MARQUES, José. 2018. Folha é a maior fake news do Brasil, diz Bolsonaro a manifestantes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/2An23Yr>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- NEUMANN, Franz. 1957. *The Democratic and the Authoritarian State: Essays in Political and Legal Theory*. Glencoe: Free Press.
- STERNHELL, Zeev. 2010. *The anti-enlightenment tradition*. New Haven: Yale University Press.
- THOMPSON, John. 1995. *Media and modernity*. Cambridge: Polity Press.
- YOUNG, Iris Marion. 2002. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press.







# JOSÉ GUILHERME MERQUIOR E OS MARXISTAS BRASILEIROS: DIÁLOGOS E CONFLITOS

Alvaro Bianchi

*Professor livre-docente do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de  
Campinas, Campinas, SP, Brasil. E-mail: abianchi@g.unicamp.br*

*Orcid: 0000-0001-5201-5923*

**<http://dx.doi.org/10.1590/0102-041074/118>**

## Introdução

O diálogo de José Guilherme Merquior (1941-1991) com o marxismo foi duradouro, contínuo e se estendeu até seus últimos meses de vida. Frequentemente o diplomata foi apresentado como um adversário do marxismo. A imagem não é completamente inadequada, é parcial, e se encontra assentada na recepção que seu livro *O marxismo ocidental* (Merquior, 2018) recebeu em alguns círculos e nas ácidas polêmicas que se sucederam nas páginas dos suplementos culturais dos grandes jornais. A percepção é muito diferente, entretanto, quando se reconstrói o intercâmbio que Merquior manteve com um grupo intelectual do qual fazia parte e que possuía uma forte marca geracional, tendo na cidade do Rio de Janeiro a sede de sua sociabilidade<sup>1</sup>. A hipótese principal deste artigo é que o confronto de Merquior com o marxismo foi, principalmente, uma conversa crítica com seus amigos Leandro Konder (1936-2014) e Carlos Nelson Coutinho (1943-2012) no interior deste grupo. Com estes, o futuro diplomata manteve uma relação fraterna que se estendeu até

---

<sup>1</sup> Sobre os conceitos de geração intelectual e estrutura de sociabilidade, ver: Sirinelli (1986, 1989).

o fim de sua breve existência. Isso não impediu, entretanto, que emergissem desacordos e mesmo polêmicas públicas em contextos fortemente marcados pela conjuntura política e o debate intelectual mais amplo.

## **Estética e livros italianos**

Frequentemente grupos intelectuais são constituídos em torno de um indivíduo que exerce a função de agregação. Neste grupo de jovens intelectuais cariocas, Leandro Konder, um pouco mais velho do que os demais, parece ter sido o pivô. Em sua biografia, Konder conta que seu contato epistolar com Carlos Nelson Coutinho começou em 1962, quando este encaminhou para a revista *Estudos Sociais* um artigo sobre Jean-Paul Sartre. O artigo enfrentou resistências por parte de Jacob Gorender e Mario Alves, os quais, à época, expressavam na revista uma visão mais ortodoxa do marxismo. A contribuição, entretanto, foi bem recebida por Armênio Guedes, futuro líder dos renovadores pecebistas, e publicada em uma seção intitulada “Problemas e debates”, especialmente criada para abrigar o incômodo texto (Konder, 2008; Coutinho, 1963).

42

Carlos Nelson Coutinho contou de um modo um pouco diferente esse contato epistolar, o qual teria ocorrido antes de enviar o artigo para a revista *Estudos Sociais*. Um amigo comum teria feito chegar a Konder um ensaio que Coutinho havia escrito sobre a Dialética, no qual combinava as ideias de Lukács e Sartre e que, segundo seu autor “é indiscutivelmente um besteiro, mas um besteiro engraçado”. Konder teria então lhe encaminhado uma carta, na qual alertava o jovem Coutinho a respeito das leituras heterodoxas que este fazia (Coutinho, 2011, p. 167, 1961). Provavelmente se encontraram logo depois. Desde pelo menos 1961, Coutinho, residente em Salvador, viajava ao Rio de Janeiro uma ou duas vezes por ano e nessas viagens consolidou seu vínculo com Konder. Foi numa dessas visitas que o futuro tradutor de

Gramsci adquiriu na Livraria Leonardo da Vinci uma edição argentina de *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*, de Antonio Gramsci, e a edição francesa de *Histoire et conscience de classe*, de György Lukács (Coutinho, 2011).

Merquior e Konder se encontraram casualmente, segundo este último, mais ou menos na mesma época, durante um festival de cinema soviético que teve lugar no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (Konder, 2008). Provavelmente se tratava do festival de cinema russo, que ocorreu naquele espaço na segunda quinzena de novembro de 1961 (MAM, 1961). O jovem crítico, muito jovem mesmo, já era conhecido por seus artigos na imprensa carioca. Nessa primeira conversa com Konder, citou um texto “muito ruim, que fora publicado havia poucas semanas por um crítico literário”. Konder respondeu: “O Merquior escreveu um artigo devastador, arrasando o artigo desse paspalhão”. “Sou eu”, replicou o jovem autor (Konder, 2008, p. 57). Nasceu aí uma relação intensa, destinada a durar.

Poucos anos depois, Konder redigiu a orelha do primeiro livro de Merquior, *Razão do poema*, publicado em 1965, quando seu autor tinha apenas 23 anos. Nela, o editor da revista *Estudos Sociais* profetizou: “na medida em que seu racionalismo o impelir para a frente, teremos sempre muito o que aprender com ele” (Konder, 2013, p. 17). Mais tarde, afirmou ter apresentado a obra de Lukács a Merquior e, modestamente, disse nunca ter apresentado ao amigo outro autor que ele já não conhecesse. Contou, também, que o futuro diplomata muitas vezes lhe deu “ótimas indicações de leitura” (Konder, 2008, p. 58).

O impacto de Lukács sobre o jovem Merquior foi profundo, como se pode ver nesse primeiro livro. Não é a única fonte de inspiração, mas é certamente a mais marcante. Com o filósofo húngaro, o jovem crítico literário partilhava um compromisso com a razão que o levava a declarar-se logo na advertência introdutória um “racionalista – embora

firmente convencido de que o único racionalismo consequente é o que se propõe, não a violentar o mundo em nome de seus esquemas, mas a apreender em seus conceitos, sem nunca render-se ao ininteligível, sem jamais declarar o inefável, a essência de toda realidade, ainda a mais esquivada, mais obscura e mais contraditória” (Merquior, 2013, p. 19-20). A marca da teoria estética lukacsiana aparecia fortemente no ensaio mais longo e pretencioso do livro *Crítica, razão e lírica*, dedicado justamente a “Leandro Konder, amigo” (Merquior, 2013, p. 180). Nesse ensaio, a razão recebia a missão de subordinar “o sentimento, a sensação e a fantasia na poesia” (Merquior, 2013, p. 182), para, desse modo, permitir que a lírica se torna-se “crítica social [...], proposta militante de valores novos e de formação coletiva” (Merquior, 2013, p. 196). Não é de se estranhar, portanto, o entusiasmo que Konder demonstrou perante o texto: “Pessoalmente, em virtude da minha posição filosófica, identifico-me mais com a visão de mundo do ensaio que me foi dedicado”, escreveu na orelha do livro (Konder, 2013, p. 16).

Não foi possível estabelecer quando Coutinho e Merquior se encontraram pela primeira vez, mas isso certamente não deve ter sido mais tarde do que 1965, quando o baiano se mudou definitivamente para o Rio de Janeiro. Konder, conhecido pela personalidade afável, deve ter sido quem os apresentou. Segundo Coutinho, Ferreira Gullar também frequentava esse grupo (Coutinho, 2011, p. 170). Nenhum dos membros desse pequeno círculo de amigos ocupava posto acadêmico. Eram jornalistas, escritores e tradutores, “todos mui burgueses”, afirmou Merquior, embora alguns fossem filhos de “pais marxistas ou simpatizantes”<sup>2</sup>. Ainda de acordo com o crítico, as relações familiares não impediam que esses filhos insultassem o stalinismo,

---

<sup>2</sup> A referência era obviamente a Leandro, filho de Valério Konder, um comunista da velha guarda.

zombassem do realismo socialista e questionassem a política do Comintern (Merquior, 1983).

A crítica cultural parece ter ocupado as preocupações centrais do grupo. Em um ensaio de cunho autobiográfico, Merquior afirmou que, para o grupo de intelectuais que integrava com seus amigos, o marxismo significava duas coisas no início dos anos 1960: “estética e livros em italiano” (Merquior, 1983, p. 196). Lukács ocupava ali um lugar de destaque. Mesmo no pensamento de Carlos Nelson Coutinho, a influência mais marcante naqueles anos parece ter sido o húngaro, como se deixa entrever nos seus escritos juvenis. O próprio Coutinho comentou rapidamente a respeito em uma entrevista que fez a Leandro Konder, na qual os papéis se invertiam: “Eu era mais fanaticamente lukacsiano do que o Leandro. Ele já tinha algumas aberturas para Gramsci, para Benjamin” (Konder; Coutinho, 2005, p. 18). As trocas intelectuais eram intensas no grupo. Merquior foi responsável por ter recomendado a leitura de Benjamin a Coutinho, que nunca gostou muito das ideias do alemão, e a Konder, que chegou a escrever um livro a respeito dele (Konder; Coutinho, 2005, p. 16; Konder, 1988). O crítico foi, também, o primeiro autor brasileiro a publicar um livro sobre a Escola de Frankfurt, obra que influenciou a recepção delas neste país (Merquior, 2017). Sobre os efeitos desse livro na recepção das ideias da escola de Frankfurt no Brasil, ver: Duarte (2009).

No firmamento de Merquior, a luz que Lukács emanava logo perdeu intensidade. No final dos anos 1960, é possível perceber certo distanciamento. Não era, entretanto, uma hostilidade; não renegou Lukács e muito menos sua estética, mas o crítico parece ter encontrado em outros autores ideias mais fecundas, ou ao menos mais compatíveis com seu projeto intelectual. Importante nesse processo foi seu Doutorado na França, na Sorbonne, à época em que servia como diplomata na Europa. Foi nessa ocasião que Merquior entrou em contato com Claude Lévi-Strauss e participou por quatro anos do

seminário de Antropologia Social que este organizou sob os auspícios do Collège de France e da École Pratique de Hautes Études. Nesse contexto acadêmico, Merquior apresentou, em 1969, um ensaio sobre a teoria estética de Lévi-Strauss, surpreendente até mesmo para seu mestre. Mais tarde, esse ensaio, escrito originalmente em francês, foi traduzido e publicado em português (Merquior, 2013a)<sup>3</sup>.

Neste ensaio, Merquior exaltou a reorientação que o “estruturalismo *autêntico*” teria imprimido às ciências humanas. Para a teoria estética, o estruturalismo teria contribuído decisivamente para trazer “um novo equilíbrio ao duplo reconhecimento da abertura da arte sobre o real e da especificidade e autonomia da função estética” (Merquior, 2013a). Essa ênfase na autonomia da função estética já indica a distância que Merquior tomava de Lukács, que não era citado no texto, e de Adorno, explicitamente criticado. Não se tratava de uma recusa a compreender a relação entre a arte e a vida social, mas de uma problematização dessa relação, evitando subordinar a forma ao sentido. Assim, se as referências anteriores cediam lugar a outras, é possível dizer que os problemas de sua investigação estética permaneciam os mesmos.

46

## **Democracia e hegemonia**

No início dos anos 1980, em uma conjuntura política fortemente marcada pela crise da Ditadura Militar e pela chamada transição democrática, as preocupações estéticas de Merquior ainda se manifestavam, mas, ao lado destas e com cada vez mais frequência, apareceram os temas da

---

<sup>3</sup> O interesse pelas ideias de Lévi-Strauss pode ser percebido já no ensaio “Estética e antropologia”, escrito em 1964 e parte do livro *Razão do poema* (Merquior, 2013, p. 241-286). A editora É Realizações, a qual detém o espólio bibliográfico de José Guilherme Merquior, acaba de publicar um livro inédito, escrito originalmente em francês quando ele era aluno de Claude Lévi-Strauss (Merquior, 2022). Nesse livro, Merquior se interroga sobre a ética subjacente à Antropologia de seu mestre. Este artigo já havia sido submetido à revista *Lua Nova* quando o livro foi lançado, razão pela qual é aqui apenas mencionado.

política e daquilo que chamou de “crítica das ideologias”. Essas novas preocupações se tornaram evidentes nos ensaios que escreveu entre 1979 e 1981, posteriormente reunidos em *As ideias e as formas*. Nestes, já era possível perceber uma reflexão em curso sobre o marxismo ocidental (Merquior, 1981b; 1981c). Também é possível identificar uma certa maneira de defini-lo. Para o crítico, o culturalismo do marxismo ocidental estava associado à “vontade de elaborar uma cultura antinômica, uma cultura de oposição e ruptura com a sociedade liberal-burguesa” (Merquior, 1981c, p. 161). Era esse o aspecto mais importante e aquele contra o qual Merquior erguia sua crítica.

O crescente engajamento político levou Merquior a confrontar seu amigo Carlos Nelson, o qual, com a publicação de um ensaio sobre a Democracia como valor universal, havia assumido uma posição chave nos debates políticos que tinham lugar na esquerda (Coutinho, 1980). Foi contra esse ensaio de Coutinho que Merquior disparou em um artigo publicado no *Jornal do Brasil*, em 1980. O diplomata afirmava não ser possível compatibilizar Democracia e leninismo, questionando todo o projeto político-intelectual defendido por seu amigo: “Se Carlos Nelson Coutinho tivesse defendido sua concepção da democracia como valor universal só com a ajuda de seu querido Gramsci, sua tarefa teria ficado bem mais fácil. Mas com a de Lenin, realmente não dá pé” (Merquior, 1981d, p. 236). Afirmou não entender por que Coutinho tentava “em vão democratizar a imagem do leninismo” (Merquior, 1981d, p. 237)<sup>4</sup>, mas sequer Gramsci teria

47

---

<sup>4</sup> Na verdade, Merquior tinha uma hipótese explicativa. Esse “mistério” estava “ligado a esses surdos combates internos, a essas obscuras guerras de religião, que constituem a história dos partidos comunistas e de suas respectivas *intelligentsias*” (Merquior, 1981d, p. 237). Acertou na mosca. Quase 20 anos mais tarde, Carlos Nelson Coutinho escreveu a respeito dessa hipótese: “Sou obrigado a reconhecer hoje, tantos anos depois, que Merquior tinha boa dose de razão [...]. Em 1979, quando escrevi *A democracia como valor universal*, ainda era militante do PCB e acreditava em sua renovação” (Coutinho, 2000, p. 11).



permitido a Coutinho ir muito longe. Merquior argumentava que, para o sardo, “a hegemonia é mais uma influência social do que um poder político” (Merquior, 1981d, p. 238). Segundo o crítico, concebida por Coutinho como a realização de um consenso abrangente, a hegemonia dificilmente poderia ser compatibilizada com o pluralismo, como pretendia o autor de *A democracia como valor universal*. É que a democracia pressuporia não o consenso, segundo Merquior, mas a irredutibilidade do conflito político e sua institucionalização. Por esse motivo, o “único consenso de que a verdadeira democracia necessita é, naturalmente, um acordo sobre as regras do jogo – um pacto nomocrático, que consagre a soberania da lei e do estado de direito” (Merquior, 1981d, p. 239).

48 Em *O marxismo ocidental*, Merquior (2018) desenvolveu o alcance de suas polêmicas com o marxismo, retomando e aprofundando as ideias gestadas nos anos precedentes. Neste livro, Kolakowski (1978), Aron (1969) e Gellner (1979) eram as referências mais destacadas. No “Prefácio”, Merquior disse ter se engajado para a realização do livro em “inúmeras e vigorosas trocas de ideias” com esses autores, além de Konder, Coutinho e outros mais (Merquior, 2018, p. 21). Para Merquior, o marxismo ocidental teria como traços comuns uma epistemologia humanista, uma atenção voltada à análise das superestruturas e uma *Kulturkritik*, este o aspecto mais destacado pelo autor, “uma teoria da crise da cultura, uma condenação formal e apaixonada da civilização burguesa” (Merquior, 2018, p. 23).

Georgy Lukács, Ernst Bloch, Karl Korsh e Antonio Gramsci seriam os pais fundadores desse marxismo ocidental<sup>5</sup>, mas se o retorno a Hegel e a ênfase na cultura eram as características principais desse marxismo ocidental, então era

---

<sup>5</sup> No livro, entretanto, a ênfase recai exclusivamente sobre Lukács e Gramsci.

a Lukács que caberia o papel de criador (Merquior, 2018)<sup>6</sup>. De acordo com Merquior, já nas primeiras reflexões estéticas do filósofo húngaro, em particular na coletânea *A alma e as formas*, publicada originalmente em 1911, o sonho de uma idade de ouro, identificada com o restabelecimento da comunidade acalentado por Novalis era visto com simpatia (Merquior, 2018)<sup>7</sup>. Em *A teoria do romance*, de 1916, a atenção dada aos “grandes russos” – Tolstói e Dostoievski – no último capítulo do livro, culminando a argumentação, evidenciava um compromisso utópico e uma aposta na “promessa de redenção humana” (Merquior, 2018, p. 92)<sup>8</sup>. Apesar dessas prefigurações, a obra fundadora da *Kulturkritik* marxista seria *História e consciência de classe*, de 1922, chamada por Merquior de “a bíblia do movimento”, um livro que o próprio Lukács renegaria mais tarde, considerando-o expressão de um “anti-capitalismo romântico” (Merquior, 2018, p. 24; para a auto-crítica, ver: Lukács (1971a).

Em *História e consciência de classe*, Lukács afirmou a totalidade como a “categoria fundamental da realidade”, ponto destacado por Merquior (2018, p. 100). O crítico também enfatizava que para o húngaro, a totalidade como práxis era autoativada, ou seja, um sujeito, mas esse “sujeito-totalidade” requeria, em seu caminho para a liberdade, a subordinação

<sup>6</sup> A bibliografia de Lukács é extensa no livro de Merquior, mas predominam as traduções para o inglês. As eventuais referências neste artigo às obras de Lukács são feitas utilizando as mesmas edições citadas em *O marxismo ocidental*.

<sup>7</sup> No ensaio sobre Novalis, Lukács afirmou que este teria dito que nada existiria de mau no mundo e “tudo nos deixaria cada vez mais perto de outra era de ouro”, mas não há nesse ensaio nexos evidentes entre essa era de ouro e a ideia de comunidade (Lukács, 1974, p. 52).

<sup>8</sup> De acordo com Lukács, “em Tolstói, insinuações de um avanço para uma nova época são visíveis; mas permanecem polêmicos, nostálgicos e abstratos. É nas palavras de Dostoievski que este novo mundo, distante de qualquer luta contra o que realmente existe, é desenhado pela primeira vez simplesmente como uma realidade vista” (Lukács, 1971b, p. 152).

consciente de si ao Partido Comunista (Merquior, 2018)<sup>9</sup>. Merquior não deixou por menos: em Lukács, “a apoteose da totalidade acaba sendo uma ruidosa hipóstase do partido leninista (Merquior, 2018, p. 103). Embora considerasse que Lukács tinha pretendido fornecer uma justificação ideológica para a revolução bolchevique, Merquior achou por bem destacar a distância que separava o húngaro de Lenin. Para Lukács, a ênfase não estaria na organização e sim na ideologia, ou, de modo mais preciso, na cultura. A legitimação filosófica da revolução bolchevique apresentada pelo autor de *História e consciência de classe* teria sido oferecida como um “comunismo-cultura” (Merquior, 2018, p. 106) e, desse modo, era apresentada uma “versão do leninismo aceitável (altamente aceitável) pela mentalidade característica da *intelligentsia* humanística do nosso tempo” (Merquior, 2018, p. 113).

50 Ao lado de Lukács, Gramsci ocuparia um lugar de destaque entre os pais fundadores do marxismo ocidental, segundo Merquior. Esse lugar, entretanto, era contraditório com o próprio argumento do crítico. Embora certamente seja possível encontrar na obra do sardo uma recusa do economicismo e uma revalorização da análise das superestruturas, ele estava muito longe de partilhar aquela *Kulturkritik* e o utopismo que marcaram tão fortemente o jovem Lukács e outras vertentes do marxismo ocidental. Merquior estava ciente da ausência de um pendor romântico no pensamento de Gramsci e dos problemas que isso trazia para seu argumento: “Falta visivelmente a seu pensamento um dos principais ingredientes do marxismo ocidental: o elemento

---

<sup>9</sup> Segundo Lukács: “Não é a primazia dos motivos econômicos na explicação histórica que constitui a diferença decisiva entre o marxismo e o pensamento burguês, mas o ponto de vista da totalidade” (Lukács, 1971a, p. 27). E o “desejo consciente pelo reino da liberdade só pode significar dar conscientemente os passos que realmente levarão a ela. [...] Implica a subordinação consciente de si mesmo àquela vontade coletiva que está destinada a trazer à existência a liberdade real e que hoje está dando seriamente os primeiros passos árduos, incertos e tateantes em direção a ela. Essa vontade coletiva consciente é o Partido Comunista” (Lukács, 1971a, p. 315).

*Kulturkritik*. Seu gosto pelo futurismo e pelo americanismo trai uma óptica produtivista e tecnológica próxima da visão de Sorel” (Merquior, 2018, p. 135).

No capítulo dedicado a Gramsci, nem Aron, nem Gellner eram importantes para o argumento. Ambos parecem não ter dado atenção ao sardo. Kolakowski, por sua vez, lhe dedicou um capítulo pouco inspirado no terceiro volume de sua trilogia, o qual não foi citado por Merquior (Kolakowski, 1978). As fontes da reflexão de Merquior sobre Gramsci eram outras, principalmente inglesas e norte-americanas<sup>10</sup>. O que caracterizava essa literatura, além do uso das precárias edições norte-americanas dos escritos de Gramsci, é o escasso diálogo com a literatura italiana e mesmo com a literatura francesa sobre o tema<sup>11</sup>. Embora listasse nas referências a edição crítica dos *Quaderni del carcere* (Gramsci, 1977a), Merquior, assim como seus interlocutores anglo-saxões, utilizou as edições inglesas, muito incompletas e com as notas rearranjadas tematicamente. Isso o induziu a cometer erros de periodização semelhantes aos que Perry Anderson (1976b) cometeu em seu ensaio sobre Gramsci<sup>12</sup>. Merquior também seguiu Anderson, ao considerar que a teoria da

51

---

<sup>10</sup> Além de Anderson (1976b), Merquior citou Adamson (1980), Boggs (1976), Femia (1981), Levy (1987) e Mouffe (1979), além de alguns poucos italianos. As obras desses autores sobreviveram muito mal ao tempo, não incorporaram os ganhos analíticos decorrentes da edição crítica dos *Quaderni del carcere*, publicada em 1975 sob responsabilidade de Valentino Gerratana, e hoje raramente são citados nos estudos gramscianos.

<sup>11</sup> Trata-se das seleções e traduções de Q. Hoare e G. N. Smith (Gramsci, 1971; 1977b). Além de tardias, estas edições não traziam sequer a totalidade dos textos presentes na chamada edição temática, publicada sob a direção de Felice Platone e Palmiro Togliatti pela editora Einaudi a partir dos anos 1950. Ficavam, portanto, aquém das edições argentina e brasileira, já publicadas.

<sup>12</sup> Cf. p. ex. a seguinte afirmação: “Os cadernos foram começados em 1929. Em 1935, a doença forçou Gramsci a deixar de escrever. As notas mais antigas são, primordialmente, uma reação à vitória do fascismo. No começo da década de 1930, elas se tornam mais teóricas, menos imediatamente políticas. Finalmente, aí pelos últimos dois anos, o foco recai na cultura italiana e nas questões linguísticas” (Merquior, 2018, p. 12). Para a crítica aos erros interpretativos de Anderson, ver: Francioni (1984) e Thomas (2011).

hegemonia aproximava o sardo de Karl Kautsky (Merquior, 2018; Anderson, 1976b) e na afirmação a respeito do “idealismo” de Gramsci (Merquior, 2018; Anderson, 1976b). Ainda assim, o diplomata considerou “proveitosa [...] a sua leitura [de Gramsci], se comparada à dos tratados acadêmicos do marxismo ocidental” (Merquior, 2018, p. 121), principalmente suas “análises de desenvolvimentos concretos políticos e ideológicos” (Merquior, 2018, p. 123). Coutinho, entretanto, reclamou. Segundo ele, apesar dos elogios, Merquior havia transformado o autor dos *Quaderni* em um “brilhante ‘sociólogo histórico’” (Coutinho, 1999, p. 302)<sup>13</sup>.

A presença de Gramsci no livro de Merquior enfraquecia seu argumento sobre a *Kulturkritik*. Tendo localizado, assim como Perry Anderson, o nascimento do marxismo ocidental na publicação de *História e consciência de classe*, tornava-se praticamente impossível evitar a referência a Gramsci como parte de uma revolta contra o marxismo oficial, mas, ao contrário de Anderson, o objetivo de Merquior não era contrapor uma vertente à outra. O diálogo crítico com Coutinho parece ter sido mais relevante para definir o lugar de destaque que Merquior atribuiu a Gramsci na obra *O marxismo ocidental*. Esta hipótese encontra suporte em uma entrevista concedida após a publicação desse livro, na qual Merquior colocou aquilo que denominou de “tendências neo-gramscianas” ao lado do marxismo analítico como as únicas vertentes marxistas que teriam condições de sobreviver à crise que anunciava. As razões para essa sobrevida residiriam, segundo Merquior, no fato de que essas tendências “arquivam tudo o que pudesse haver de demasiadamente isolacionista, intransigente, dogmático e sectário em postulações marxistas anteriores”. Na entrevista, o diplomata se

---

<sup>13</sup> De acordo com Merquior, “Gramsci, dentre os fundadores do marxismo ocidental, mostrou inclinação para a sociologia histórica – mas a própria natureza de suas análises aproximou-o mais da tradição historicista de Weber ou Croce que das preocupações historicistas de Hegel e Marx” (Merquior, 2018, p. 140).

referiu a Coutinho como “meu caro amigo e principal neo-gramsciano brasileiro” (Singer; Merquior, 1987).

Se, na arquitetura do livro, o capítulo sobre Gramsci destoava do argumento principal do autor, se justificava na medida em que lhe permitia retomar a crítica às teses dos “neo-gramscianos”. Para o diplomata, apesar desses autores, entre os quais Coutinho, explicitamente citado, afirmarem que Gramsci teria ido “além de Lenin” ou mesmo se afastado dele, sua revisão do leninismo não o teria conduzido a formular “uma concepção explicitamente pluralista do poder político” (Merquior, 2018, p. 135)<sup>14</sup>. A afirmação remetia de modo quase literal às suas conclusões no debate com Coutinho sobre a democracia como valor universal e reforçava o engajamento de Merquior com uma concepção liberal de democracia. Neste ponto, o argumento do crítico parece ter assumido um tom muito mais político e conjuntural do que seria de se esperar.

O impacto do livro nos meios culturais foi enorme. Sua publicação era anunciada há mais de um ano nas páginas dos suplementos culturais dos grandes jornais, e com destaque no caderno *Idéias*, do *Jornal do Brasil*. Quando o livro foi finalmente lançado pela editora Nova Fronteira, este jornal abriu duas páginas de comentários. Na ocasião, Konder publicou um artigo que começava relembrando sua amizade por Merquior, a qual teria “sobrevivido a múltiplas divergências”. De acordo com o filósofo, teria reconhecido no livro “velhos pontos de controvérsias nas minhas relações com Merquior”. Estes iriam das diferentes avaliações a respeito da obra de Hegel e ao apreço que Konder manifestava

53

---

<sup>14</sup> Apesar da ausência de uma concepção pluralista do poder político, Gramsci teria se mostrado preocupado, segundo Merquior, “com a ampliação do ‘eleitorado’ comunista” e por essa razão teria inspirado as correntes eurocomunistas e as ideias da “democracia de massas” de Pietro Ingrao (Merquior, 2018, p. 135). Segundo Coutinho, em Gramsci, as “colocações básicas de Lenin, assim, são conservadas (no que têm de essencial) e elevadas a nível superior”, ele “assimilou e enriqueceu a teoria lenineana” (Coutinho, 1981, p. 66 e 126).

pela ideia de “absoluto” – “um poderoso antídoto contra a mediocridade do relativismo positivista” –, até a valorização da dimensão crítica do pensamento de Marx, levada a cabo pelos marxistas ocidentais. Para o resenhista, a concepção de marxismo ocidental apresentada por Merquior era artificial, o que explicaria o incômodo lugar ocupado por Gramsci em sua narrativa. Apesar de não concordar com seu amigo e considerar que os caminhos do marxismo no Ocidente eram mais “ricos em sua diversidade do que a esquematização merquioriana admite”, Konder reconhecia que esse marxismo apresentava “lacunas, deficiências, furos” (Konder, 1987, p. 5).

### **Teoria, prática e farpas**

54 Nem todos, entretanto, reagiram a *O marxismo ocidental* com o mesmo espírito de Konder e um debate cheio de farpas teve lugar. Herio Saboga aproveitou a oportunidade concedida pelo *Jornal do Brasil* e acusou Merquior de fazer concessões à “mídia internacional reaganeana” e de ter produzido um “marxismo ‘para inglês ver’”, no qual o marxismo latino-americano – “Fidel Castro, Ernesto Guevara e Camilo Torres” – não teria lugar. Também recusou a crítica de Merquior à ausência de uma teoria marxiana da “sociedade comunista”, afirmando que “Marx tinha mais o que fazer do que elocubrar a futura sociedade comunista, já que seu principal propósito sempre foi sua estrutura presente” (Saboga, 1987b, p. 4). Mais agressivo foi Carlos Henrique Escobar, que chamou Merquior de “intelectual orgânico da ditadura militar”, cujos livros se caracterizariam por um “combate feroz ao comunismo e a qualquer tentativa de renovação do pensamento e da cultura”. De acordo com Escobar, era “impossível encontrar em qualquer um de seus ensaios [de Merquior] qualquer coisa que não seja a reprodução de uma ideia já conhecida” (Escobar, 1987, p. 4).

Merquior respondeu Saboga afirmando que ele “devia ao menos ler as primeiras páginas do livro” para descobrir que seu objeto era “um movimento de filósofos dentro do marxismo contemporâneo” e que, portanto, não faria sentido incluir Castro, Guevara e Torres, os quais não seriam filósofos. O livro tratava-se de um comentário a esse movimento, o qual teria “uma visão profundamente negativa da modernidade” (Trigo; Merquior, 1987, p. 1). A exceção, reconhecida por Merquior, certamente ecoando a crítica de Konder, era Gramsci, o qual faria parte do livro “porque é tão convencional integrá-lo no elenco do marxismo ocidental que, como eu gosto muito dele, lhe dedico um capítulo, mas para dizer o tempo todo que ele está de fora dessa caracterização”. Escobar recebeu palavras ainda mais duras: “não só é um pigmeu intelectual, como um leviano”, “destoa pelo seu absoluto primitivismo” (Trigo; Merquior, 1987, p. 1).

A réplica de Saboga insistiu em seus argumentos e trouxe mais uma vez à discussão o estranho lugar ocupado por Gramsci no livro de Merquior. O resenhista disse não entender por que Merquior justificou na entrevista ter incluído um capítulo sobre o sardo, sem se dar conta de que o crítico respondia à questão posta por seu amigo Konder. Saboga, um acadêmico profissional, acrescentou mais uma acusação contra Merquior, que não o era: o diplomata seguiria “vagamamente a moda acadêmica” e promoveria o “deslocamento de questões teóricas do marxismo da esfera da política para a acadêmica” (SABOGA, 1987a, p. 11). Na tréplica, Merquior voltou ao tema da ausência em Marx de uma reflexão sobre a sociedade comunista, uma crítica que também havia sido feita por marxistas como Perry Anderson, para quem “o legado do pensamento institucional no marxismo sempre foi muito fraco”. Desta vez, explicitou as consequências políticas dessa ausência: “É que na experiência histórica dos nossos tempos, o desprezo pelo institucional geralmente serviu de alibi para a alegre confecção de verdadeiras monstruosidades



institucionais como no chamado socialismo do estado modelo Bolchevique” (Merquior, 1987b, p. 10).

A polêmica continuou nos meses seguintes e assumiu um tom ainda mais belicoso com artigo de Emir Sader publicado na revista *Senhor*. De acordo com Sader, a acusação de irracionalismo, jogada à cara do marxismo ocidental por Merquior, não se justificaria e sequer encontraria amparo no livro que este havia publicado. Para o resenhista, *O marxismo ocidental* não passava de “uma exposição acadêmica sobre uma plêiade de autores marxistas”, com muitas “páginas que se assemelham a notas de curso acadêmico, recheadas de citações e autores, de inegável qualidade e inquestionável falta de originalidade” (Sader, 1987b, p. 65-66). Além da falta de originalidade com relação àquilo que Perry Anderson (1976a) teria dito dez anos antes em seu livro sobre o marxismo ocidental, Sader acusava Merquior de não dar o devido valor à história: “Falta a historiografia e falta a abordagem histórica, que enquadra as aventuras do marxismo ocidental no mar real das oscilações com que a evolução do século fez navegar os principais teóricos das últimas décadas” (Sader, 1987b, p. 66). Sem a história, seria impossível compreender os destinos e as opções dos autores que Merquior submeteu ao escrutínio, fazendo com que seus itinerários parecessem “derivar de problemáticas exclusivamente teóricas, sem nada a ver com as derrotas revolucionárias do primeiro pós-guerra, com a ascensão de Stálin e do nazismo, com os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, o eurocomunismo, o maoísmo, 1968, as revoluções na periferia do capitalismo, entre outros eventos fundamentais” (Sader, 1987b, p. 66). Esgotados os argumentos, Sader tocou em um ponto sensível: a benevolência de Merquior com os “governantes de turno”, do general João Figueiredo a José Sarney, a qual contrastaria com a “implacabilidade” que o “rigoroso crítico” demonstrou “contra os

que denunciam essa total desvinculação entre teoria e prática” (Sader, 1987b, p. 66).

A resposta de Merquior na *Folha de S. Paulo* foi violenta, desqualificando seu resenhista: “desconheço as credenciais intelectuais do sr. Sader. Pelo visto trata-se de uma autoridade discreta, cuja obra permanece oculta do público e seus pares” (Merquior, 1987c). O crítico também insistiu em seu argumento, destacando os traços de irracionalismo presentes no marxismo ocidental, à exceção de Gramsci. Depois de afirmar que conhecia pessoalmente Perry Anderson, bem como sua obra, e que este havia publicado seu livro sobre o estruturalismo, Merquior aproveitou para esclarecer a diferença entre sua abordagem do marxismo ocidental e aquela do editor da *New Left Review*. De acordo com o crítico brasileiro, o principal argumento de seu colega inglês era que os autores do chamado marxismo ocidental eram “teóricos divorciados da práxis revolucionária” (Merquior, 1987c). Mas Anderson não teria tematizado “a relação entre esse teoretismo alienado e a ‘Kulturkritic’” e, desse modo, não teria atribuído “nenhum relevo à rejeição neo-romântica pelos arraiais do moderno humanismo dos valores da cultura moderna” (Merquior, 1987c). Merquior, entretanto, evitou neste artigo comentar a respeito de sua colaboração com o regime militar.

Na réplica, publicada logo depois no mesmo jornal, Sader voltou à carga. O professor da Universidade de São Paulo (USP) criticou o uso de argumentos de autoridade por parte de Merquior, descreveu sua trajetória como exilado e docente de instituições de ensino superior e reiterou seus argumentos, enfatizando que o problema maior da crítica do diplomata estaria na “desvinculação entre teoria e prática política” (Sader, 1987c). O argumento de Sader tinha uma dupla finalidade. Por um lado, lhe permitia contestar a ausência de uma análise histórica na crítica de Merquior ao marxismo ocidental. Por outro, tornava possível atacar o

próprio Merquior e mais uma vez lembrar que sua “carreira diplomática deslanchou, sintomaticamente, em consonância com o movimento de 1964”, uma trajetória que teria deixado “marcas profundamente autoritárias na forma de fazer e receber críticas” (Sader, 1987c).

Para a história da circulação e tradução das ideias políticas, a passagem mais interessante do artigo de Sader é aquela na qual comenta que foi o próprio Perry Anderson quem lhe sugeriu que o livro de Merquior mereceria “uma dura crítica” (Sader, 1987c). Embora não existam outras evidências de que isso realmente ocorreu, é provável que assim tenha sido. Emir Sader participou no final dos anos 1960 da breve mas importante experiência da revista *Teoria e Prática*, a qual foi fundada, como ele próprio recordou, sob a influência da visita de Perry Anderson à USP (Sader, 2005). O contato entre ambos se estendeu no tempo e perdura até os dias de hoje. Embora a colaboração de Sader com a *New Left Review* seja ocasional, em 1987, a revista publicou um artigo seu sobre o Partido dos Trabalhadores (Sader, 1987d). Embora não exista uma crítica direta de Anderson ao livro de Merquior, Sader assumiu a empreitada sugerida pelo amigo e confrontou o diplomata, contrapondo a este os comentários sobre o marxismo ocidental feitos pelo editor da *New Left Review*. O argumento do professor da USP se tornava assim paradoxal: depois de acusar Merquior de reproduzir as ideias de Anderson sobre o marxismo ocidental, Sader usava essas mesmas ideias contra o diplomata brasileiro.

A polêmica continuou nas páginas dos jornais, mas já dizia muito pouco sobre as ideias. Na resposta a Sader, Merquior se dedicou a falar de sua biografia. Contou ter iniciado sua carreira diplomática no governo João Goulart sob a proteção do chanceler João Augusto de Araújo Castro e de ser publicamente ligado a dois arautos da política externa independente: Afonso Arinos de Melo Franco e

Francisco San Thiago Dantas. Refutou, também, que tenha sido um “funcionário do regime” militar e *ghost-writer* do chefe da Casa Civil do Governo Figueiredo, João Leitão de Abreu. Terminou seu artigo afirmando que “às vezes os próprios intelectuais são os maiores inimigos da inteligência” (Merquior, 1987a). Sader contra-atacou no *Jornal do Brasil*, referindo-se a Merquior, cujo sobrenome só era citado no título, como “José, o outro”, aludindo sarcasticamente ao “governante de turno e colega da Academia Brasileira de Letras”, o presidente Sarney. O professor da USP incluía o diplomata no restrito grupo de intelectuais brasileiros que ao invés de terem escolhido o caminho da resistência, do exílio ou da luta contra a ditadura militar, “optaram pelo mais fácil caminho da ascensão individual, do coqueteio com o poder”. De acordo com o resenhista, o livro de Merquior não teria coerência, “porque na verdade não é dirigido ao debate e à reflexão crítica independente, mas voltada para tirar diploma com os de cima, de fervoroso adversário das ideologias populares” (Sader, 1987a).

59

## **Diálogo e tolerância**

Os argumentos de Sader não convenceram Rubem Barbosa Filho, o qual publicou na revista *Presença* uma extensa resenha do livro de Merquior<sup>15</sup>. A revista havia sido fundada em 1983 por um grupo de intelectuais que tinham por objetivo renovar a política do Partido Comunista Brasileiro recuperando a tradição democrática de sua “Declaração de Março de 1958”<sup>16</sup>. Em seu manifesto inaugural, o velho comunista Armênio Guedes definia aquela que para os editores era a única originalidade da revista: “a da tolerância e da generosidade democráticas, qualidades quase sempre ausentes

<sup>15</sup> Sobre a revista *Presença*, ver a tese de Camila Góes (2021), a quem agradeço a indicação desta resenha e da réplica de Merquior.

<sup>16</sup> Sobre a Declaração de Março e seus efeitos na renovação do PCB, ver: Santos (1988).

em nosso país” (Guedes, 1983, p. 7). Tanto Carlos Nelson Coutinho como Leandro Konder, este último com mais frequência, contribuíram com a revista, a qual era fortemente influenciada pelas ideias de Antonio Gramsci.<sup>17</sup>

Para Barbosa Filho, Sader não teria percebido que o livro de Merquior estava construído sobre uma hipótese específica decorrente de uma definição peculiar da modernidade e do moderno. Resumidamente, para Merquior, o marxismo ocidental não teria sido capaz de “elaborar uma adequada reflexão sobre a sociedade moderna” e, por essa razão, estaria marcado por um “aguçado *ethos* antimoderno e anti-industrial, responsável tanto pelo pessimismo quanto pelo angustiado messianismo dos vários pensadores” (Barbosa Filho, 1987, p. 122). Esse *ethos* encontraria suas raízes no próprio Marx, o qual estaria dividido entre uma simpatia pelo industrialismo e uma antipatia romântica pela sociedade moderna.

60 Barbosa Filho procurou enfrentar esse diagnóstico mobilizando o livro de Marshall Berman (1986), publicado havia pouco tempo em português e recebido uma entusiasmada acolhida pelo público brasileiro<sup>18</sup>. O resenhista argumentou que o pensamento marxiano carregava consigo “um radical compromisso com a modernidade que se quer mais ampla do que aquela construída pela burguesia e sustentada pelo pensamento liberal” (Barbosa Filho, 1987, p. 224). Seguindo a trilha de Antonio Gramsci, Barbosa Filho procurou compatibilizar uma perspectiva humanista, presente segundo ele em Marx, com a recusa de uma atitude antirracionalista que não encontrava no pensamento do autor de *Das Kapital*. Modernidade, ciência e razão poderiam

---

<sup>17</sup> De acordo com o levantamento de Camila Góes, Leandro Konder publicou treze artigos na revista entre 1983 e 1990, o que o tornava o segundo autor mais publicado nela. Carlos Nelson Coutinho publicou menos de seis artigos e por isso não fez parte do inventário (cf.: Góes, 2021, Tabela 3, p. 276).

<sup>18</sup> Sobre a recepção desse livro no Brasil ver: Ridenti (2010).

coexistir pacificamente no âmbito do marxismo, desde que este deixasse de ser um economicismo e permitisse a reconciliação entre “uma abordagem científica e possibilidade de transformação social (Barbosa Filho, 1987, p. 126).

Depois de livrar Marx da acusação de irracionalismo, Barbosa Filho procurou demonstrar as incoerências do diagnóstico merquiorano: ao menos quatro expoentes desse marxismo ocidental – Gramsci, Benjamin, Althusser e Habermas – estariam muito longe de serem antimodernos, ou, ao menos, seriam ambíguos a respeito. Haveria, portanto, um problema de “consistência interna” no argumento de Merquior, o qual teria reconhecido em seu livro essas ambiguidades, mas não chegado às conclusões necessárias (Barbosa Filho, 1987). A inconsistência demonstrada pelo autor de *O marxismo ocidental* seria decorrente da apressada homogeneização que fez de autores muito diferentes entre si e de uma reflexão pouco atenta à “contextualização histórica” (Barbosa Filho, 1987, p. 129).

De acordo com Barbosa Filho, uma contextualização adequada teria permitido perceber o marxismo ocidental como um componente de “um período histórico profundamente conturbado e contraditório da história ocidental”, ao mesmo tempo em que permitiria “visualizar o angustiado diálogo com tendências do pensamento liberal” (Barbosa Filho, 1987, p. 129). Aquele pessimismo que Merquior havia identificado no marxismo, o qual seria fundamento da *Kulturkritik*, não seria muito diferente daquele que se encontraria presente também em Weber, Michels, Durkheim, Ortega y Gasset, Arendt, Mosca e Pareto. A crise teórica que teria permitido o desenvolvimento do marxismo ocidental seria, desse modo, uma crise de toda a *intelligentsia* europeia, a liberal incluída.

Conceber a “crise” desse modo seria importante, segundo Barbosa Filho, para compreender os desafios da esquerda no Brasil. Para o resenhista, a “luta conjunta de intelectuais

liberais e de esquerda pela questão democrática” era o caminho para a “modernidade possível” em nosso país. Ele escrevia em um momento no qual o trabalho da Assembleia Constituinte avançava, culminando a transição democrática, e seu texto ecoava fortemente o programa político da revista que nessa altura tinha vários de seus membros alinhados com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Temeroso dos efeitos que o livro de Merquior poderia produzir sobre a intelectualidade em uma conjuntura tão acirrada e advogando uma aliança entre socialistas e liberais, Barbosa Filho concluía acidamente, afirmando que a crítica de Merquior ao marxismo ocidental dava “munição ao conservadorismo” (Barbosa Filho, 1987, p. 131).

62

Apesar da aguda estocada nos parágrafos finais do artigo de Barbosa Filho, Merquior respondeu de modo cordato na edição seguinte da revista *Presença*. O diplomata disse responder a seu resenhista “com especial prazer” e escreveu que o texto publicado era a “melhor crítica brasileira que o livro recebeu até aqui”. Nas palavras de Merquior, Barbosa Filho teria sido atento ao cerne do argumento de seu livro, “a equação entre o grosso do marxismo ocidental e a *Kulturkritik*, com consequências irracionalistas” (Merquior, 1988, p. 115).

Merquior respondeu seu resenhista defendendo os argumentos contidos no livro e esclarecendo alguns pontos importantes. A acusação de irracionalismo atirada à face dos marxistas ocidentais não diria respeito à autoimagem destes e sim ao seu “desempenho analítico” (Merquior, 1988, p. 117). Era justamente esse desempenho, que oscilaria entre a hostilidade e a incompreensão da modernidade, o que permitiria destacar as tendências irracionalistas presentes em autores tão diferentes entre si. A operação de “homogeneização” não caberia, portanto, mas poderia ser devolvida, segundo Merquior, ao resenhista, o qual teria identificado o *Kulturpessimismus* dos frankfurtianos em autores tão diferentes como Durkheim, Weber e os demais

citados por Barbosa Filho. Não apenas o liberalismo de alguns desses autores seria questionável, como a experiência histórica na qual emergiram suas ideias eram muito distintas entre si (Merquior, 1988, pp. 120-121).

Merquior ainda voltou a seu argumento a respeito de Marx, enfatizando que, embora este não fosse um pensador romântico e não possuísse uma mentalidade completamente antimoderna, “é inegável a presença, no seu pensamento, de um forte veio refratário ao sistema institucional da modernidade” (Merquior, 1988, p. 124). O problema seria, para Merquior, que “esse vírus ideológico vira uma verdadeira epidemia antimoderna nas principais obras do MO [marxismo ocidental]” (Merquior, 1988, p. 125). O recurso a Berman não salvaria a defesa que Barbosa Filho teria feito de Marx e do marxismo ocidental. A equação “marxismo = modernismo”, defendida por Berman, estaria sustentada em uma concepção futurista da modernidade, vista como “uma jubilosa destruição criadora, uma avalanche tecnológica e sensorial” (Merquior, 1988, p. 127). Em Berman, entretanto, essa modernidade viria carregada não do otimismo histórico marxiano, mas do niilismo do modernismo. As consequências desse argumento eram inaceitáveis para Merquior.

O diplomata encerrou seu artigo se defendendo da estocada final de seu resenhista. Argumentou que o marxismo ocidental nunca havia demonstrado grande apreço pela democracia, de modo que não via como a crítica deste poderia dar “munição ao conservadorismo” e afirmou que até Habermas, o único a “levantar a questão da democracia” era “evidentemente, Gramsci” (Merquior, 1988, p. 128). A propósito, Merquior lembrou sua polêmica com Carlos Nelson Coutinho, afirmando que, mesmo em Gramsci, a visão democrática era “basicamente insuficiente e insatisfatória”, e completou afirmando que seu amigo teria reconhecido essa insuficiência em seus escritos mais recentes



compreendendo que “a teoria da hegemonia precisa ser reforçada por uma dose de pluralismo liberal”. Arrematou: “depois de ter ultrapassado Lênin, com a ajuda de Gramsci, Carlos Nelson, nosso melhor ensaísta político marxista, acaba de ultrapassar o próprio Gramsci, numa perspectiva democrática que muito deve à renovação do pensamento liberal” (Merquior, 1988, p. 128).

Merquior concluiu seu artigo pedindo a seu interlocutor que não o empurrasse para a direita: “Não é nela que estou, nem para ela vou” (Merquior, 1988, p. 128). Também afirmou que não partilhava de nenhuma posição com “conotações autoritárias”, uma clara referência às acusações que recebera de outros resenhistas: “No Brasil da transição, quem ainda precisa, e muito, de autocrítica em matéria de autoritarismo, não são exatamente os liberais de minha espécie” (Merquior, 1988, p. 128).

## 64 **A última batalha**

O último confronto de Merquior com os marxistas ocorreu poucos meses antes de sua morte. Por ocasião do lançamento de seu livro *Crítica: 1964-1989* (Merquior, 1990a), Ricardo Musse, então doutorando de Filosofia, publicou uma resenha no jornal *Folha de S.Paulo*, comentando o livro. A resenha era precedida por uma entrevista com Merquior, conduzida por Bernardo Carvalho, em um tom belicoso pouco usual para o gênero jornalístico (Carvalho e Merquior, 1990). A crítica de Musse foi muito mais comedida, concentrando-se no livro resenhado e abstendo-se de fazer ilações a respeito dos compromissos políticos do diplomata. Nessa ocasião, o resenhista constatou que, enquanto os artigos de crítica literária de Merquior seguiam um padrão acadêmico, sua crítica cultural era mais livre e pouco rigorosa: “utiliza-se da terminologia filosófica sem controle conceitual, ou mesmo senso histórico, manipulando conceitos sem referencial e vinculando pensamentos sem mediações” (Musse, 1990a, p. F-4).

O ataque de Musse se concentrou, entretanto, na tese principal que percorria o livro de Merquior: o modernismo estético e seu formalismo foi um movimento “culturalmente, e às vezes, mesmo politicamente reacionário”, oposto à modernidade política e social com a qual o diplomata se alinhava (Musse, 1990a, p. F-4). A consequência dessa oposição era uma “crítica da cultura às avessas”, que atacava os elementos de “rebeldia e contestação” presentes na cultura modernista. A recusa das formas próprias do modernismo teria subjugado Merquior aos “vícios da crítica ideológica”, reproduzindo um “procedimento normativo” (Musse, 1990a, p. F-5). Embora a resenha tenha sido escrita de maneira independente, sem o conhecimento da entrevista, ela deve ser lida em conjunto com esta, para melhor compreensão do efeito que ela produziu.

Merquior (1990c) respondeu ao resenhista duas semanas depois, sem deixar de atacar também seu entrevistador. Os epítetos abundavam na resposta: “jovem”, “moço”, “futuro professor”, “palpiteiro” e “baixo clero”. Mais interessante do que a retórica agressiva, característica de Merquior, eram, entretanto, seus argumentos. Neles, o diplomata citou *As ideias e as formas* (Merquior, 1981a), coletânea na qual sua cruzada antiformalista aparecia entrelaçada com sua defesa do liberalismo. E lembrou que, já em *O marxismo ocidental* (Merquior, 2018 [1986]), havia deixado evidente que o jovem Lukács havia transportado sua crítica estética “ético-totalista” para o âmbito da política, um caminho que o “euromodernismo” teria promovido no sentido contrário. Seja qual fosse o sentido, se da estética para a política ou da política para a estética, esse caminho conduziria aos “vários vínculos entre a mente euromodernista e o espírito totalitário” (Merquior, 1990c, p. F-6).

Em sua resposta, Musse (1990b) contestou as ofensas e insinuações, procurou reforçar a acusação de superficialidade já feita, desta vez argumentando com base na réplica

de Merquior, chamou o diplomata de “ultra-romântico enrustido” e esclareceu seu ponto de vista a respeito do modernismo. Segundo o resenhista, “o (bom) exemplo de modernização social e o (mau exemplo) do modernismo” eram apenas uma maneira de ver as coisas. Outro modo, segundo o qual o “modernismo estético é um mero apêndice da modernização social”, também teria sido destacado por muitos autores. Para Musse, entretanto, embora essas duas maneiras de encarar o modernismo tivessem fortes argumentos em seu favor, “ambas fazem um recorte apenas unilateral da modernidade” (Musse, 1990b, p. F-6), mas o tema não foi desenvolvido e o autor concluiu a resenha remetendo o leitor à análise habermasiana do tema (Habermas, 1987).

66

Merquior (1990b) voltou à carga uma semana depois, mas desta vez ignorou solenemente a resposta de Musse. Terçou armas, desta vez, com a pequena notinha que Bernardo Carvalho escreveu e publicou como apêndice à tréplica do diplomata, procurando explicar a confusão que havia feito na transcrição da entrevista entre “metastasis” e o poeta romano Pietro Metastasio (Merquior, 1990b, p. F-2). Quem saiu em defesa de Merquior contra Musse foi Celso Lafer (1990), em um artigo publicado na mesma edição. Lafer protestou contra a afirmação de que Merquior era um ultrarromântico, bem como a insinuação de que não conheceria a obra de Habermas. Para o professor da Faculdade de Direito da USP, o “jovem (29 anos) doutorando em filosofia” teria ofendido as regras apropriadas para a discussão pública preconizadas por autores como John Stuart Mill e Jürgen Habermas. Musse não apenas teria demonstrado “falta de gosto pelo rigor, associado a uma propensão pelo preconceito”, como teria faltado “com a consideração que merece a altíssima envergadura da trajetória intelectual de José Guilherme Merquior” (Lafer, 1990, p. F-2). Mas no artigo do professor não havia mais ideias do que essa defesa do

respeito e da respeitabilidade. O artigo de Lafer parece deslocado, seja por ser um participante externo à discussão, seja por recorrer a razões que dificilmente poderiam ser encontradas nos textos de Musse, bastante cuidadosos no uso das palavras. Mas o artigo pode ter razões outras, servindo como homenagem ao amigo, o qual enfrentava galhardamente uma doença que veio a lhe tirar a vida poucos meses depois.

### **Motivos e intenções**

A maneira como Merquior se engajou no debate com os marxistas brasileiros não foi sempre igual. O tipo de intercâmbio intelectual que manteve com Coutinho e Konder foi muito diferente daquele que marcou suas polêmicas contra Sader, Musse e outros. As razões são várias. O que distinguia Coutinho e Konder dos demais marxistas envolvidos nesses debates era o pertencimento à mesma geração da qual Merquior também fazia parte e, principalmente, a convivência precoce em estruturas de sociabilidade articuladas em torno das redações dos jornais e revistas, das livrarias e editoras, dos museus e dos salões, enfim, da intensa vida intelectual extra-acadêmica que caracterizava a cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 1960.

Além desses traços comuns e das relações pessoais que marcavam Merquior, Coutinho e Konder, é possível identificar ao menos três adversários comuns a esse grupo de amigos e responsáveis por um diálogo crítico intenso e duradouro: o irracionalismo, o dogmatismo e o autoritarismo. Como visto já na orelha que escreveu para *A razão do poema*, publicado em 1965, Konder fazia referência à defesa que seu autor fazia do racionalismo e definia esta como um terreno comum. O engajamento desses três amigos contra tendências que denominavam de irracionalistas na filosofia e na cultura contemporânea foi frequente. Os alvos da crítica nem sempre eram os mesmos, entretanto, Merquior (2018) dirigiu suas baterias contra o marxismo ocidental e o espírito

antimoderno que o caracterizava; Coutinho (2010), por sua vez, preferiu se engalfinhar com o estruturalismo, visto como um anti-humanismo; enquanto Konder (2009) dirigiu sua crítica ao caráter antidialético do marxismo-leninismo. Mesmo assim, os empreendimentos eram convergentes, como se pode ver na crítica que Merquior e Coutinho dirigiram à filosofia de Louis Althusser (Coutinho, 2010; Merquior, 2018) e de Michel Foucault (Coutinho, 2010; Merquior, 2021), bem como na ênfase que todos eles deram ao caráter irracional do stalinismo. Comentando a crítica que moveu contra o irracionalismo e as tendências que procuravam combinar as ideias de Marx e de Nietzsche, Castello (1987) resumiu esse empreendimento: “Nessa luta, um antimarxista como José Guilherme Merquior é meu primo” (p. 6).

68

Uma segunda preocupação comum era o dogmatismo. A luta de Coutinho e Konder no interior do Partido Comunista Brasileiro contra as tendências dogmáticas que se faziam presentes é bastante conhecida. A heterodoxia que sempre demonstraram lhes permitia ter uma atitude crítica com o próprio marxismo, ou ao menos, com as correntes mais ortodoxas que predominavam na esquerda partidária. Desse modo, embora tanto Coutinho como Konder tenham reagido criticamente a certos argumentos presentes em *O marxismo ocidental*, encararam de modo aberto e despedido de preconceitos a crítica de Merquior. Também neste terreno partilhavam inimigos em comum e uma ética do diálogo. Escrevendo sobre Konder, Coutinho afirmou que a ação teórica e política” deste era marcada por “um profundo espírito de tolerância, a abertura para o diverso, a permanente preocupação em manter abertas as condições para um fecundo diálogo entre o marxismo e as demais correntes de pensamento” (Coutinho, 2009, p. 11). E concluiu afirmando: “tampouco me parece casual que o saudoso José Guilherme Merquior, talvez o mais brilhante pensador liberal brasileiro, tenha dedicado a Leandro o seu livro de

crítica ao ‘marxismo ocidental’” (Coutinho, 2009, p. 11-12). Pode se objetar, entretanto, que Merquior não era animado pelo mesmo espírito tolerante de seu amigo e que costumava atacar violentamente seus adversários. Mas também nesses arroubos o que se manifestava era um forte antidogmatismo. Era em nome da recusa de ideias fáceis, cômodas e dóceis que a verve ácida do polemista aparecia com maior intensidade.

O diálogo cordato entre Barbosa Filho e Merquior fornece uma prova adicional. Ambos não pertenciam a uma mesma geração, nem há indícios de que tenham participado de uma mesma estrutura de sociabilidade, mas o lugar no qual este diálogo teve lugar teve sua importância e definiu seus contornos. A revista *Presença*, desde sua fundação, acolhia vozes diversas, provenientes de um amplo espectro democrático e antiautoritário. Embora tivesse uma clara linha política, esta se definia, justamente, pela defesa do pluralismo e pelo antidogmatismo, valores partilhados também por Merquior. O espaço no qual o intercâmbio ocorreu favorecia e estimulava, portanto, o diálogo. As ideias apresentadas por Barbosa Filho e a intenção política que orientava o texto também contribuíram para tal. Ao contrário de outros críticos, o resenhista da *Presença* argumentou a partir de uma perspectiva antirromântica, explicitamente racionalista e fortemente antidogmática, estabelecendo, desse modo, um terreno comum com Merquior.

Mas a convergência não era apenas histórica e filosófica. A resenha de Barbosa Filho estava claramente orientada pelo programa político que encontrava lugar nas páginas da revista *Presença*, a qual via na convergência entre socialistas e liberais democráticos a solução para os impasses da “modernidade possível” no Brasil e para a consolidação da incipiente Democracia. Entre os participantes desse coletivo apareciam nuances a respeito e diferenças sobre os partidos que melhor favoreceriam a construção dessa frente, mas,

apesar dos desacordos, intelectuais como Merquior teriam seu lugar nesse projeto apesar de suas oscilações e de, em algumas oportunidades, fornecerem “mesmo involuntariamente, munição ao conservadorismo”. Por intermédio de Barbosa Filho, Merquior continuou sua conversa com Coutinho e Konder.

Embora o diálogo de Merquior com os marxistas tenha assumido tons estridentes em mais de uma circunstância, ele ainda permanece como vestígio de uma época não muito distante, na qual o intercâmbio intelectual entre diferentes vertentes político-ideológicas ainda era possível. Sua reconstrução permite compreender não apenas as modalidades do debate público, mas também o que estava em jogo nele. Quando a Democracia era um objetivo explicitamente ressaltado pelos interlocutores, a tolerância era uma exigência, e também ela parte de um programa político. Restabelecer dignidade ao princípio da tolerância é, também, fortalecer a Democracia nestes dias que correm.

70

### **Alvaro Bianchi**

Professor livre-docente do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi *visiting researcher* na Columbia University, na Fondazione Gramsci e na Brunel University. Coordenador do Laboratório de Pensamento Político (Pepol-Unicamp). Pesquisa nas áreas de pensamento político italiano e latino-americano.

### **Bibliografia**

- ADAMSON, Walter L. 1980. *Hegemony and revolution*. Berkeley: University of California Press.
- ANDERSON, Perry. 1976a. *Considerations on Western Marxism*. London: NLB.
- ANDERSON, Perry. 1976b. The Antinomies of Antonio Gramsci. *New Left Review*, n. 100, pp. 5-78.
- ARON, Raymond. 1969. *Marxism and the existentialists*. New York: Harper & Row.

- BARBOSA FILHO, Rubem. 1987. Merquior e a coruja. *Presença*, n. 10, pp. 121-131.
- BERMAN, Marshall. 1986. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOGGS, Carl. 1976. *Gramsci's Marxism*. London: Pluto.
- CARVALHO, Bernardo; MERQUIOR, José Guilherme. 1990. Em seu 20º livro, José Guilherme Merquior ataca “paradigma formalista”. *Folha de S.Paulo*, 3 nov. 1990. Letras, p. F4.
- CASTELLO, José. 1987. A vitória da velha razão. *Jornal do Brasil*, 19 dez. 1987. Idéias, p. 6-7.
- COUTINHO, Carlos Nelson. 1961. Problemática atual da dialética. *Ângulos*, v. 9, n. 17, p. 25-47.
- COUTINHO, Carlos Nelson. 1963. Do existencialismo à dialética: a trajetória de Sartre. *Estudos Sociais*, v. 5, n. 18, pp. 148-176.
- COUTINHO, Carlos Nelson. 1980. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. 1981. *Gramsci*. Porto Alegre: LP&M.
- COUTINHO, Carlos Nelson. 1999. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COUTINHO, Carlos Nelson. 2000. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez.
- COUTINHO, Carlos Nelson. 2009. Derrota e revanche da dialética. In: KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular. p. 7-16.
- COUTINHO, Carlos Nelson. 2010. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular.
- COUTINHO, Carlos Nelson. 2011. Conversa com um “marxista convicto e confesso”. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 165-191.
- DUARTE, Rodrigo. 2009. Sobre la recepción de la teoría crítica en Brasil: el caso Merquior. *Constelaciones: Revista de Teoría Crítica*, v. 1, n. 1, p.-36-50.
- ESCOBAR, Carlos Enrique. 1987. Prós e contras. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 14 mar. 1987.
- FEMIA, Joseph V. 1981. *Gramsci's political thought*. Oxford: Oxford University.
- FRANCONI, Gianni. 1984. *L'Officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del carcere"*. Napoli: Bibliopolis.
- GELLNER, Ernest. 1979. *Spectacles and Predicaments*. Cambridge; New York: Cambridge University.



- GÓES, Camila Massaro Cruz de. 2021. *Gramsci e a dialética da tradução na América Latina: o caso das revistas Pasado y Presente e Presença*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- GRAMSCI, Antonio. 1971. *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. New York: International Publishers.
- GRAMSCI, Antonio. 1977a. *Quaderni del carcere: edizione a cura di Valentino Gerratana*. Torino: Einaudi.
- GRAMSCI, Antonio. 1977b. *Selections from political writings*. New York: International Publishers.
- GUEDES, Armênio. 1983. Apresentação. *Presença*, n. 1, pp. 7-10.
- HABERMAS, Jürgen. 1987. *The philosophical discourse of modernity: twelve lectures*. Cambridge: MIT Press.
- KOLAKOWSKI, Leszek. 1978. *Main currents of Marxism: its rise, growth, and dissolution*. Oxford: Clarendon Press.
- KONDER, Leandro. 1987. Minhas discordâncias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 14 mar. 1987.
- KONDER, Leandro. 1988. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Campus.
- KONDER, Leandro. 2008. *Memórias de um intelectual comunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KONDER, Leandro. 2009. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular.
- KONDER, Leandro. 2013. Apresentação. In: MERQUIOR, José Guilherme. *Razão do poema: ensaios de crítica e de estética*. São Paulo: É Realizações, 2013. pp. 15-17.
- KONDER, Leandro; COUTINHO, Carlos Nelson. 2005. Entrevista. Leandro Konder. *Margem Esquerda*, n. 5, p. 11-29.
- LAFER, Celso. 1990. Discussão exige “calma para ver e honestidade para informar”. *Folha de S.Paulo*, p. F-2, 8 dez. 1990.
- LUKÁCS, György. 1971a. *History and class consciousness; studies in Marxist dialectics*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- LUKÁCS, György. 1971b. *The theory of the novel; a historico-philosophical essay on the forms of great epic literature*. Cambridge: MIT Press.
- LUKÁCS, György. 1974. *Soul and form*. Cambridge: MIT Press.
- LEVY, Carl. 1987. Max Weber and Antonio Gramsci. In: MOMMSEN, Wolfgang J.; OSTERHAMMEL, Jürgen (org.). *Max Weber and his contemporaries*. London: Routledge. pp. 388-408.
- MAM vai mostrar ao Brasil como a URSS seguiu no rumo das estrelas: o cinema. 1961. *Jornal do Brasil*, p. 4, 31 out. 1961.

- MERQUIOR, José Guilherme. 1981a *As idéias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MERQUIOR, José Guilherme. 1981b. *Habermas ou a salvação pelo diálogo: as idéias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. pp. 165-174.
- MERQUIOR, José Guilherme. 1981c. *História de uma classe de inconsciência: as idéias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. pp. 155-164.
- MERQUIOR, José Guilherme. 1981d. *Marxismo e democracia: as idéias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. pp. 232-240.
- MERQUIOR, José Guilherme. 1983. *Cultura marxista: o elixir do apocalipse*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. pp. 196-199.
- MERQUIOR, José Guilherme. 1987a. A nudez intelectual de Sader. *Folha de S.Paulo*, p. A-42.
- MERQUIOR, José Guilherme. 1987b. De Marx a Brucutu. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10.
- MERQUIOR, José Guilherme. 1987c. O não-saber de Sader. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, p. A-64.
- MERQUIOR, José Guilherme. 1988. Marxismo e modernidade. *Presença*, n. 11, pp. 115-128.
- MERQUIOR, José Guilherme. 1990a. *Crítica: 1964-1989*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MERQUIOR, José Guilherme. 1990b. O poeta Metastásio, Hoffman, Freud e outros detalhes. *Folha de S.Paulo*, p. F-2.
- MERQUIOR, José Guilherme. 1990c. Resenhador de “Crítica” foi apressado e redutor. *Folha de S.Paulo*, p. F-6.
- MERQUIOR, José Guilherme. 2013a. *A estética de Lévi-Strauss*. São Paulo: É Realizações.
- MERQUIOR, José Guilherme. 2013b. *Razão do poema: ensaios de crítica e de estética*. São Paulo: É Realizações.
- MERQUIOR, José Guilherme. 2017. *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin: ensaio crítico sobre a escola neo-hegeliana de Frankfurt*. São Paulo: É Realizações.
- MERQUIOR, José Guilherme. 2018. *O marxismo ocidental*. São Paulo: É Realizações.
- MERQUIOR, José Guilherme. 2021. *Foucault, ou o nihilismo de cátedra*. São Paulo: É Realizações, 2021.
- MERQUIOR, José Guilherme. 2022. *Estruturalismo como pensamento radical*. São Paulo: É Realizações.
- MOUFFE, Chantal. 1979. *Gramsci's and Marxists Theory*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.

- MUSSE, Ricardo. 1990a. Livro expõe crítica da cultura às avessas. *Folha de S.Paulo*, pp. F-4F-5.
- MUSSE, Ricardo. 1990b. Merquior vê a folha da árvore e atira na floresta. *Folha de S.Paulo*, p. F-6.
- RIDENTI, Marcelo. 2010. Intelectuais e modernidade: Marshall Berman e seu público brasileiro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, pp. 289-316.
- SABOGA, Herio. 1987a. A filosofice de Merquior. *Jornal do Brasil*, p. 11.
- SABOGA, Herio. 1987b. Marxismo acidental. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 14 mar. 1987.
- SADER, Emir. 1987a. A ignorância ilustrada de Merquior. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 11.
- SADER, Emir. 1987b. A moeda falsa da crítica. *Senhor*, pp. 65-66.
- SADER, Emir. 1987c. Merquior, de chique a brega. *Folha de S.Paulo*, p. A-42.
- SADER, Emir. 1987d. The Workers' Party in Brazil. *New Left Review*, n. 1/165, pp. 93-102.
- SADER, Emir. 2005. Nós que amávamos tanto o capital: fragmentos para a história de uma geração. *Sociologias*, n. 5, p. 150-177.
- SANTOS, Raimundo. 1988. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.
- SINGER, André; MERQUIOR, José Guilherme. 1987. O marxismo está morto: entrevista com José Guilherme Merquior. *Folha de S.Paulo*, 30 ago. Disponível em: <https://bit.ly/3MByiZo>. Acesso em: 11 abr. 2023.
- SIRINELLI, Jean-François. 1986. Le hasard ou la nécessité ? Une histoire en chantier : L'histoire des intellectuels. *Vingtième Siècle*, n. 9, p. 97-108.
- SIRINELLI, Jean-François. 1989. Génération et histoire politique. *Vingtième siècle*, v. 22, p. 67-80.
- THOMAS, Peter D. 2011. *The Gramscian moment: philosophy, hegemony and Marxism*. Boston: Haymarket, 2011.
- TRIGO, Luciano; MERQUIOR, José Guilherme. 1987. Um crítico da "Kulturkritik". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1, 6 abr.



# MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO: ENTRE APROXIMAÇÕES E TENSÕES

Bruna da Penha de Mendonça Coelho

*Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.*

*E-mail: brunapmcoelho@gmail.com |*

*Orcid: 0000-0003-4974-1590*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-075100/118>

## Introdução<sup>1</sup>

A obra de Karl Marx, apesar das especificidades de abordagem de cada escrito, encadeia-se por um fio comum: como compreender o capitalismo em sua historicidade concretamente conflituosa e em sua lógica e, diante disso, como pensar a superação verdadeiramente material desse modo de produção? A percepção desse fio permite que, desde já, destrinchemos duas contribuições centrais e interligadas do método que permeia sua análise social: a primeira se refere ao materialismo histórico e dialético<sup>2</sup>, enquanto a segunda diz respeito à concepção de práxis. Tracemos algumas observações sobre cada uma delas.

O materialismo pressupõe que, ao contrário das concepções idealistas, a investigação deve partir das relações sociais concretas – e não de abstrações –, mas não basta que

---

<sup>1</sup> Agradeço aos professores Adalberto Cardoso e Guilherme Leite Gonçalves, cujas reflexões propostas em sala de aula (respectivamente, no Instituto de Estudos Sociais e Políticos [IESP/UERJ] e no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [PPGD-UERJ]) foram fundamentais ao desenvolvimento deste trabalho. Este artigo foi apresentado no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia.

<sup>2</sup> Sobretudo, a partir de *A ideologia alemã* (cf. Marx, Engels, 2007).

a abordagem seja materialista: é preciso que ela seja também histórica e dialética. A realidade só existe enquanto historicamente situada (por isso mesmo não é natural nem imodificável) e compreendida em seus conflitos reais. Ao mesmo tempo em que a análise parte da história, isso não significa recontá-la segundo uma perspectiva cronológico-formal: a lógica dialética permite observar que a história é permeada por movimentos e contradições. Como um constante pôr-se no mundo, as relações sociais precisam ser apreendidas, criticadas e reconstruídas. Note-se também que, além de consistir em um método de compreensão da realidade, o materialismo histórico e dialético conduz a própria forma de exposição dos argumentos por Marx.

76 O caminho proposto é, portanto, primeiro lançar o olhar para a materialidade das relações sociais, compreender seu funcionamento concreto, para só depois abstraí-la em categorias conceituais genéricas e poder fazer o percurso de volta ao concreto sem cair em idealismos<sup>3</sup>. Essa compreensão é explicitada, de forma direta, em *A ideologia alemã*, nas palavras de Marx e Engels: “os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação” (Marx, Engels, 2007, p. 86). Nesse sentido, “são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (Marx, Engels, 2007, p. 86).

Isso possibilita que a análise seja guiada pela noção de práxis social, isto é, pela compreensão de que as atividades prática e teórica são indissociáveis. Explicar a realidade e transformá-la constituem processos que não podem ser descolados (Gouvea, 2018, p. 4), assim como deve ser questionada uma ruptura dicotômica entre sujeito e objeto.

---

<sup>3</sup> No famoso prefácio da *Crítica da Economia Política*, afirma Marx (2008, p. 47) que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual”.

Anota Marx, nas *Teses sobre Feuerbach* (1845), que o problema central do materialismo da época, que beirava o idealismo, era não entender a realidade enquanto práxis ou atividade humana sensível, mas apenas como objeto externo ao sujeito ou mera contemplação: “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (Marx, 1845).

Feitas essas considerações iniciais, estamos agora em condições de traçar os objetivos desse texto. Partindo das compreensões acerca do método e da base central da teoria de Marx, pretende-se, em um primeiro momento, analisar em que medida o materialismo histórico e dialético permeia e se manifesta em três eixos fundamentais de sua obra: (1) a crítica da economia política burguesa e a teoria do valor; (2) a abordagem sobre os pressupostos históricos para o surgimento do capitalismo; (3) a compreensão sobre o processo revolucionário de superação do capitalismo e sobre a luta de classes<sup>4</sup>.

77

Em um segundo momento, o artigo recobra autores clássicos (notadamente, Durkheim e Weber), com a finalidade de apresentar possíveis tensões e aproximações entre suas escolhas metodológicas, de um lado, e os pressupostos do materialismo histórico e dialético, de outro. Com isso, não se pretende qualquer comparação estanque, fechada ou pré-estabelecida, mas, ao revés, uma reflexão sobre as implicações de método a partir de dois pontos centrais: (1) as imbricações e ordens valorativas de precedência entre indivíduo e sociedade; (2) a questão das preconcepções de mundo dos pesquisadores e as relações entre saber científico e ação política.

---

<sup>4</sup> Esses eixos estão profundamente imbricados. Não se pretende, de maneira alguma, qualquer divisão estanque (trata-se apenas de recurso para facilitar a organização do argumento). Além disso, não há cronologia na escolha dessa ordem: o critério foi partir do que seria mais essencial à construção e investigação do argumento aqui lançado.

## O materialismo histórico e dialético em eixos fundamentais

### *A crítica da economia política burguesa e a teoria do valor*

78 Quanto ao primeiro eixo, parte-se, fundamentalmente, das contribuições lançadas na introdução da *Crítica da Economia Política* e nas duas primeiras seções do Livro I de *O Capital*. O materialismo histórico e dialético se evidencia, de forma direta, desde o momento em que Marx apresenta sua proposta de crítica da economia política clássica: “nosso tema é, em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida” – e não o “caçador ou pescador particular e isolado, pelo qual começam Smith e Ricardo” (Marx, 2008, p. 237). Ou seja, só é possível bem compreender as relações sociais quando se lança o olhar para as condições históricas concretas em que certa sociedade produz e reproduz a vida.

Observa Marx (2008, p. 258) que a economia burguesa, tradicionalmente, faz partir a análise de categorias genéricas como população, nação ou Estado, para delas extrair “relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor”. Em vez de empreender esse movimento, pretende partir da concretude, já que cada categoria econômica só se coloca como tal a partir de certas condições de produção e reprodução da vida social que não existem de forma não histórica. Essa análise ganharia sua versão definitiva nos escritos publicados como integrantes de *O Capital*. Focaremos nas duas primeiras seções do Livro I, pois se relacionam mais diretamente com o recorte temático e metodológico adotado aqui: as bases fundamentais da crítica da economia política burguesa.

Como materialista histórico-dialético, Marx se propõe a partir da história, mas isso não é sinônimo de reconstruí-la segundo uma perspectiva formal, linear ou cronológica<sup>5</sup>. O Livro I começa pela categoria mais fundamental à concretude das relações sociais no capitalismo: a mercadoria. Muito embora já existisse mercadoria em modos de produção precedentes, é apenas no capitalismo que a forma-mercadoria se generaliza e universaliza enquanto tal, subvertendo toda lógica social aos ditames da mercantilização. Na especificidade histórica capitalista, a produção se guia precipuamente, portanto, não pela satisfação de necessidades sociais, mas pela potencialidade de que o produto final seja mercantilizado. Diante dessa compreensão, Marx, ao retomar a teoria do valor-trabalho da economia política clássica e a interpretar de forma crítica, explicita a noção de que o valor de uma mercadoria se expressa enquanto tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, abarcando momentos ou dimensões qualitativas e quantitativas (Marx, 2017, pp. 113 e ss.).

79

Ao buscar desvendar o que chama de enigma ou mágica do dinheiro, “o que jamais foi tentado pela economia burguesa”, pretende “provar a gênese dessa forma-dinheiro, portanto, seguir de perto o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias” (Marx, 2017, p. 125). Para isso, passa pela forma de valor simples, pela forma desdobrada, pela forma de valor universal, e, finalmente, pela forma-dinheiro. Analisar o processo de troca de mercadorias (capítulo 2 do Livro I) é a condição lógica para compreender o papel do dinheiro na circulação dessas mercadorias (capítulo 3). Por sua vez,

---

<sup>5</sup> Justamente por isso, os capítulos de resgate histórico mais direto tendem a ser apresentados ao final. Não seria diferente com o Livro I, cujo capítulo XXIV se destina a criticar a explicação da historiografia burguesa para a acumulação inicial de riquezas que possibilitou as condições de surgimento do capitalismo. Por ter uma linha de abordagem específica, deixaremos esse capítulo para o próximo subitem.



no capítulo 4, Marx investiga a transformação do dinheiro em capital, questionando o que pode gerar um acréscimo de valor social que possibilite que, ao fim de uma determinada relação de troca de dinheiro por mercadoria e de posterior reconversão em dinheiro (D-M-D), observe-se um incremento de dinheiro (D-M-D') (Marx, 2017).

Como materialista dialético, Marx observa que “o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação” (Marx, 2017, p. 240). Por intentar explicar essa adição de dinheiro exclusivamente a partir da esfera da circulação, a economia política burguesa se esquece de que o valor é uma categoria social, não individual. A quantidade social de valor total não se altera porque alguém comprou barato e vendeu caro, mas apenas quando se acrescenta valor novo – isto é, não existente antes. O “segredo” da autovalorização de capital, portanto, passa pela inserção de uma mercadoria especial no processo produtivo, capaz de ser fonte de valor e de, conseqüentemente, gerar valor novo ao passo que é consumida: a força de trabalho (Marx, 2017). Como toda mercadoria, seu valor se expressa pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção, mas Marx observou que o trabalhador labora mais do que o tempo necessário à reprodução de sua própria força de trabalho. É esse o segredo da extração de mais-valor.

Em suma, a crítica de Marx à economia política clássica é, a um só tempo, profundamente materialista, pois parte da concretude das relações sociais para só depois chegar aos conceitos explicativos mais gerais; histórica, pois observa a particularidade de autovalorização do capital a partir da transfiguração da força de trabalho em mercadoria; e dialética, porque investiga esse processo em movimento e em suas contradições, sem gerar cisões estanques e dicotômicas entre produção e circulação, bem como entre os momentos ou dimensões de expressão do valor.

## *Os pressupostos históricos para o surgimento do capitalismo*

Quanto ao segundo eixo, a respeito da formação histórica do capitalismo e de seus pressupostos, partimos, sobretudo, das “Formações econômicas pré-capitalistas” e do capítulo da “assim chamada acumulação primitiva” do Livro I de “O Capital”. Mais uma vez, o materialismo histórico e dialético permeia a abordagem: as condições que possibilitaram o surgimento do capitalismo não são tidas como abstratas ou naturais. Ao revés, são apreendidas a partir de sua materialidade, enquanto relações concretas historicamente situadas e dinâmicas.

Novamente, destaca-se que Marx não pretende recontar a história em perspectiva formal ou cronológica (muito menos isolá-la como aquilo que modernamente seria tido como uma “área do saber”), mas compreender o que há de mais nuclear nesse processo, em suas contradições e corporeidade. Vale reforçar também que esses dois escritos se relacionam profunda e diretamente com a crítica da economia política, e apenas são analisados separadamente para fins de sistematização das reflexões aqui lançadas.

A edição de “Formações econômicas pré-capitalistas”, parte integrante dos manuscritos de Marx em preparação para a versão final de sua obra mais madura (“O Capital”), inicia-se com duas observações centrais acerca dos pressupostos históricos para o surgimento e consolidação do modo de produção capitalista e de seu paradigma de trabalho assalariado. A primeira se refere à existência de trabalho “livre”, destinado a ser trocado por dinheiro e a ter seu valor de uso consumido por esse dinheiro no processo de autovalorização. A esse pressuposto, liga-se diretamente o segundo: “a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação — dos meios e do material do trabalho” (Marx, 1985, p. 65). Note-se que não há a pretensão de traçar moldes explicativos descritivos e estanques, mas, ao revés,

partindo-se do que é mais basilar, propor uma análise em que “o pré-capitalismo é apreendido a partir do capitalismo, enquanto o seu outro” (Lefort, 1990, p. 214).

A primeira observação destacada nesse trecho abre caminho para que Marx aprofunde, na versão definitiva de “O Capital”, uma formulação central para que se desvende o chamado *enigma do dinheiro*: a precisão de desprender os conceitos de força de trabalho (enquanto possível capacidade de trabalhar, que é transfigurada em mercadoria no modo de produção capitalista) e de trabalho (enquanto efetivo processo de trabalho).

Já a segunda observação, por sua vez, permite que Marx aperfeiçoe a compreensão que viria a ser desenvolvida no capítulo 24 do Livro I de “O Capital”, sobre o segredo que a historiografia burguesa não conta a respeito das condições históricas que possibilitaram o surgimento do capitalismo: processos expropriatórios abertamente violentos de “separação entre trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho” (Marx, 2017, p. 786). Tudo isso possibilita entender, como explicita Lefort, que não é o trabalho que origina a propriedade, mas a propriedade que viabiliza as condições do exercício do trabalho (Lefort, 1990, p. 215).

De volta às “Formações econômicas pré-capitalistas”, Marx anota que, em sociedades pré-capitalistas, é possível verificar trocas e mesmo produção de excedente. A principal diferença histórica é que é no capitalismo, particularmente, que essa produção se destinará à criação de valor (Marx, 1985). A mediação entre homem e terra é vista não como algo divino, mas historicamente construído. Passando pela problemática do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, Marx observa que a propriedade da terra fornece as bases econômicas para a satisfação das necessidades da comunidade, o que pressupõe a apreensão prévia das condições naturais do trabalho, bem como a caracterização da atitude humana perante a

terra como algo em que se funda o objetivo de sua existência (Marx, 1985, p. 77).

Mais uma vez, o materialismo de Marx se insurge contra a perspectiva idealista da economia política burguesa que compreende essa gênese histórica como algo natural: “o que tem de ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho-assalariado e o capital” (Marx, 1985, p. 82). Ou seja, é preciso compreender os processos históricos de despojamento dos trabalhadores da propriedade da terra e das condições objetivas de seu trabalho, que lhes deixaram apenas com a força de trabalho a ser lançada no mercado – análise que, como já observado, aparece de forma mais robusta no capítulo 24 do Livro I de “O Capital”. Foi essa a precondição nada *idilica* para que o capital pudesse se consolidar enquanto relação de produção (Marx, 1985, p. 112) pautada pela autovalorização.

83

Isso não significa, frise-se, que haveria uma dualidade entre as expropriações (capítulo 24) e a extração de mais-valor (argumentação que vinha sendo desenvolvida por Marx nos capítulos anteriores). Em outras palavras: não se trata de momentos estanques em que, primeiramente, verificam-se expropriações, para depois se consolidar uma espécie de normalização. Esses momentos, na verdade, são permanentes, superpõem-se e se retroalimentam: “ambos os lados se encontram em uma relação de contradição, em que o princípio da equivalência nega o da expropriação, mas, ao mesmo tempo, transforma-o em seu pressuposto” (Gonçalves, 2020, p. 50).

### *O processo revolucionário de superação do capitalismo e a luta de classes*

Por fim, quanto ao terceiro eixo proposto, concernente ao processo revolucionário de superação do capitalismo e

às implicações da luta de classes, são tomados como base o “Manifesto Comunista” e “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”. Novamente, fica a advertência de que esse tema atravessa, de forma perene, toda a obra de Marx, não apenas esses escritos. E por uma razão muito simples, já mencionada: Marx se preocupa com a práxis, isto é, com a inseparabilidade entre as atividades teórica e prática. A teoria deve se destinar à compreensão e à transformação política da realidade material (Gramsci, 1999, p. 209).

É nesse sentido que o Manifesto Comunista, redigido por Marx e Engels, conjuga reflexões teóricas com o chamamento à ação. A partir da constatação central de que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (Marx, Engels, 2005, p. 40), apontam para o fato de que a sociedade burguesa, embora tente ocultar as contradições de classe, não as eliminou. Além da explicitação do projeto político comunista, são expostas observações teórico-críticas sobre as noções de valor, instrumentos e relações de produção, expansão geográfica da acumulação capitalista, superprodução, divisão social do trabalho, exploração, dentre outras.

Anotam que o esgarçamento das contradições sociais capitalistas faz com que a burguesia propicie ao operariado as condições revolucionárias tendentes à derrocada dessa classe dominante e, conseqüentemente, do próprio capitalismo. A convocação à ação da classe trabalhadora, enquanto luta política que deve pressupor a união de todos os trabalhadores do mundo, penetra o escrito do início ao fim. E a práxis do processo de ação política é compreendida, mais uma vez, segundo a ótica do materialismo histórico e dialético, enquanto “expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante dos olhos” (Marx, Engels, 2005, p. 52). Isso permite enxergar que conceitos tidos como abstratos e unívocos na sociedade capitalista, tais como

propriedade, liberdade e cultura, na verdade, apresentam-se sob a forma de seu sentido especificamente burguês nessa sociedade – portanto, é possível reivindicar outro sentido em outro tipo de sociedade.

Ainda sobre uma compreensão dialética e materialista dos processos históricos, vale a pena resgatar a forma como Marx encara as rupturas e continuidades da história em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. A famosa concepção de que os grandes fatos históricos acontecem pela primeira vez como tragédia e, pela segunda, como farsa, que aparece logo no início da obra, é seguida de outra igualmente marcante: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita” (Marx, 2011, p. 25). Segundo Marx, a Revolução de 1848, na França, teria “parodiado” 1789 e os anos que lhe seguiram, tomando a forma de uma contrarrevolução golpista que afirmava as consequências históricas de a burguesia ter rejeitado o proletariado revolucionário em sua atuação política (Marx, 2011, pp. 26/48).

Pelo exposto, reforça-se que o materialismo histórico e dialético permeia a obra de Marx não como uma espécie de adorno ou como uma entidade externa, mas enquanto compromisso que guia, a um só tempo, sua compreensão da realidade e a exposição lógica da própria argumentação ao longo dos escritos. Da apreensão da história enquanto processo dialético de luta de classes à crítica madura da economia política burguesa, a análise de Marx passa, invariavelmente, pela investigação das relações sociais concretas e de seus conflitos e desigualdades materiais. Só assim é possível entender a dimensão histórica do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, desnaturalizá-lo. E mais: só assim é possível, para além de entendê-la, transformar essa realidade por meio da ação coletiva. Não é outra a proposta da práxis marxista.

## **Possíveis pontos de contato e tensão quanto às escolhas metodológicas de Durkheim e Weber**

Não raro, deparamo-nos com o discurso de que a leitura de autores clássicos não teria mais utilidade teórica hoje, sob o argumento de que essa escrita estaria, supostamente, restrita ao tempo de sua elaboração e, conseqüentemente, ultrapassada. Um discurso que, normalmente, vem acompanhado de uma ode ao novo como algo que supera (no sentido comum do termo) as vicissitudes e as incongruências do considerado velho. Vale notar que, ao contrário do que possa parecer, essa posição não vem apenas de fora das Ciências Sociais, mas se difunde também internamente a elas.

Um exemplo cristalino dessa argumentação, por dentro das Ciências Sociais, diz respeito ao posicionamento que sustenta uma insignificância teórica da categoria classe social na contemporaneidade. Segundo esse ponto de vista, as classes sociais (e, da mesma forma, a ideia de luta de classes) teriam sido uma construção restrita aos tempos de Marx, que não guardaria mais relevância analítica para a compreensão da multiplicidade da configuração social dos tempos atuais. Uma espécie de “reducionismo economicista e ultrapassado”, diriam.<sup>6</sup>

Ocorre que, em sentido oposto, é preciso afirmar que os clássicos são mais atuais do que nunca. Não se quer, com isso, supor que a sociedade tenha permanecido imóvel por dois séculos. Pelo contrário: é justamente essa mutabilidade das configurações sociais, em suas continuidades e discontinuidades, que permite concluir que muitas das categorias centrais construídas em contextos pretéritos são capazes, ainda hoje, de fornecer compreensões importantes. Isto porque, muito embora os fenômenos sociais se transmutem, a pretensão explicativa das teorias clássicas transborda uma abordagem estanque da vida social. Ou alguém duvidaria

---

<sup>6</sup> Para uma boa crítica a essas posições do chamado pós-marxismo, cf. Petras, 1996.

que a construção weberiana dos tipos ideais, ou a formulação durkheimiana sobre os fatos sociais, envolve uma pretensão cujo nível de abstração alcança um patamar não restrito a configurações históricas fixas ou particulares?

Não é por outra razão que, mesmo entre os autores clássicos, buscou-se compreender realidades sociais que eram, em seu tempo, também pretéritas. Quando Marx empreende a crítica à explicação da economia política clássica para a assim chamada acumulação primitiva (Marx, 2017), volta nada menos que cinco séculos no tempo. Igualmente, em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, Durkheim pretende buscar aquilo que poderia ser considerado uma primeira religião. Esses resgates significam que a história envolve não só rupturas, mas também continuidades, e que o “passado” tem muito a dizer sobre o presente.

Além disso, as Ciências Sociais pressupõem uma forma de construção do conhecimento e do seu argumento pautada, sobretudo, em esforços de convencimento. A chamada “verdade científica”, para usar uma expressão própria das aspirações modernas, não está dada, tampouco existe como algo externo à sociedade (na qual se incluem, evidentemente, os pesquisadores). Até porque, não fossem os conflitos sociais e as características próprias de uma sociedade moderna em profunda e contínua transformação, sequer teriam as Ciências Sociais se delineado e se estabelecido enquanto tais. Isto é, essas ciências são não apenas uma forma de tentar dar conta dessa realidade plurívoca, mas também – e eminentemente – um fruto social dela.

Questões centrais como os caminhos para a crítica social do capitalismo (Marx), a investigação do que permite que a sociedade se mantenha coesa a despeito das suas transformações radicais (Durkheim), ou o porquê de o capitalismo ter se desenvolvido como tal no dito ocidente (Weber), entre outras, são fundamentalmente atuais. Não há nada de ultrapassado em com elas tentar dialogar.



Nesse sentido, e tendo em vista a necessidade de delimitação metodológica proposta, essa segunda parte do artigo pretende focar nos possíveis pontos de contato e de tensão entre o materialismo histórico-dialético e sua práxis, nos termos expostos na primeira parte do texto, e os métodos de Durkheim e Weber. Como recorte temático, a ideia é passar por dois debates centrais que, sem dúvidas, refletem e retroalimentam as escolhas valorativas de cada uma das teorias analisadas: (1) os influxos entre indivíduo e sociedade, bem como a ordem de precedência entre esses elementos; (2) as diversas percepções sobre o papel dos cientistas ou pesquisadores na sociedade, especialmente no que diz respeito às influências de suas preconcepções axiológicas e às relações entre teoria e ação política transformadora. É por esse caminho, portanto, que se delineiam os dois subitens seguintes.

### *As compreensões de indivíduo e de sociedade: reflexos no método*

88

Toda escolha de método envolve uma tomada de posição axiológica, que permeia não só a forma de investigação, mas também os possíveis resultados que cada pesquisa atinge. É por isso que um mesmo fenômeno social – como o capitalismo, por exemplo – pode ser apreendido por abordagens diversas, como as de Marx e de Weber. Esse exemplo é interessante para compreendermos como, em larga medida, a diferença entre essas abordagens reflete uma escolha que subjaz o caminho investigativo e epistemológico dos dois. É justamente sobre esse ponto que se debruça o presente tópico.

Como exposto no início do artigo, o aperfeiçoamento da crítica ao idealismo de tipo hegeliano levou Marx e Engels (sobretudo, a partir de *A ideologia alemã*) a lançarem as bases do que se convencionou chamar de materialismo histórico e dialético. Em síntese, o materialismo traduz a opção epistemológica de se fazer a investigação partir não

de premissas arbitrárias e abstratas, mas das condições concretas e materiais de existência. Essas condições existem historicamente e são, permanentemente, construídas e reconstruídas a partir dos conflitos e das lutas sociais, daí a dimensão histórica e também dialética desse materialismo.

Explicitado esse ponto, tentemos entender como se opera o jogo entre indivíduo e sociedade aqui. Retomemos a afirmação de Marx e Engels de que os pressupostos de que sua análise parte envolvem “os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (Marx, Engels, 2007, p. 86). Isso implica conferir algum tipo de precedência do indivíduo em face da sociedade? Na verdade, a premissa é a contrária: o indivíduo só existe, nessa visão, enquanto ser social. São os seres sociais (Marx, 2008), a partir da forma como produzem e reproduzem suas possibilidades de vida (e, notadamente, da forma como as organizam socialmente), que constituem a base de análise.

É precisamente esse ponto que permite investigar o cerne da crítica à economia política burguesa desenvolvida por Marx, sobretudo nos capítulos iniciais do Livro I de *O Capital*: valor, mercadoria e trabalho só podem ser bem compreendidos se tomados em sua dimensão relacional e social, e não individual. Muito embora a economia burguesa parta dessas categorias (e Marx o reconhece – por isso sua crítica parte dos pressupostos dessa tradição para, então, mostrar suas incompletudes e contradições), peca por apresentá-las como se fossem resultado de uma questão de preferências e escolhas individuais, naturais e não históricas. Em sua fina ironia: “como a economia política ama robinsonadas, lancemos um olhar sobre Robinson em sua ilha” (Marx, 2017, p. 151).

Com relação às comparações de método entre os clássicos, tal qual proposto nessa segunda parte do artigo, é possível traçar, quanto à questão específica envolvendo indivíduo

e sociedade, um ponto de contato entre Marx e Durkheim. Apesar de toda sua aversão em face do materialismo histórico<sup>7</sup>, Durkheim compartilha (sem fazer menção e muito menos deferência, evidentemente) da escolha epistemológica de se conferir precedência valorativa e metodológica à sociedade, e não ao indivíduo. Pode-se extrair dessa compreensão, de forma paralela, um anticontratualismo basilar em ambos os autores, pois não há como se pensar em indivíduos que preexistam à sociedade.

Essa escolha durkheimiana fica bastante evidente desde *As Regras do Método Sociológico*. Em sua tentativa de delimitar os contornos do objeto de investigação da sociologia, Durkheim define os fatos sociais como “toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma *sociedade* dada e, ao mesmo tempo, possui uma *existência própria, independente de suas manifestações individuais*” (Marx, Engels, 2007, p. 13, grifo da autora). Isto é, a Sociologia se volta, precipuamente, para a sociedade, que não deve ser entendida como uma espécie de soma mecânica de vontades individuais, mas como uma categoria que antecede os indivíduos. A despeito dos novos caminhos de pesquisa abertos ao longo da trajetória cronológica de suas obras, essa é uma escolha metodológica que Durkheim não dispensa<sup>8</sup>.

Vale advertir, mais uma vez, que o fato de ser possível traçar esse ponto de contato não leva, de forma alguma, a uma espécie de correspondência entre as análises de ambos os autores – pelo contrário. Quando Marx olha para a sociedade

---

<sup>7</sup> “A hipótese marxista não só não está provada como é contrária a factos que parecem estabelecidos” (Durkheim, 1975, p. 223).

<sup>8</sup> Em sentido diverso, cf. Giddens, 1971, p. 223, tradução livre: “Como, então, é possível que o indivíduo (concreto) seja um agente ativo? É neste ponto que as duas dimensões, a histórica e a metodológica, no pensamento de Durkheim, divergem”.

(notadamente, a capitalista), o faz sob as lentes da compreensão de que ela se caracteriza por conflitos irremediáveis e que, portanto, é necessária a destruição verdadeiramente material desse modo de produção. Por sua vez, Durkheim está preocupado com a dimensão da coesão social. Sua questão central diz respeito à busca por entender os mecanismos que promovem a coesão e a integração em uma sociedade marcada por sucessivas e intensas transformações<sup>9</sup>.

Passemos à perspectiva de Weber. Inseridos em um mundo caótico e irracional (cuja tentativa de organização e sistematização é atribuída à ciência), é a partir do compartilhamento de uma perspectiva cultural comum que os indivíduos são capazes de elaborar suas noções valorativas e, conseqüentemente, de dirigir seus desejos, ações e decisões. Em última análise, é a intencionalidade e o comportamento dos indivíduos que pautam os processos sociais. É essa posição metodológica central que leva Weber a traçar abordagens e conclusões díspares com relação a Marx, mesmo quando analisam similar fenômeno social. A economia weberiana não é a mesma economia de Marx: em vez de falar em modo de produção capitalista, Weber fala em empresa capitalista (Weber, 2004). Embora advirta não ter a pretensão de explicar a totalidade social, mas apenas um de seus aspectos, o foco na dimensão individual da ação humana pode ser facilmente visualizado: “A ordem econômica capitalista precisa dessa entrega de si, a ‘vocação’ de ganhar dinheiro: ela é um modo de se comportar com os bens exteriores” (Weber, 2004, p. 64).

No subitem seguinte, ainda sob a perspectiva de propor conexões e distanciamentos entre as escolhas metodológicas

---

<sup>9</sup> Muito embora perceba, no prefácio da segunda edição de *Da Divisão do Trabalho Social*, que essa divisão, outrora responsável por promover a transição para uma solidariedade orgânica, tende a gerar desarmonia social com o desenvolvimento da industrialização (Durkheim, 1999, p. VIII), Durkheim não formula, como o fez Marx, uma teoria revolucionária.

de Marx, Durkheim e Weber, outro aspecto merecerá destaque: a forma como cada qual percebe o papel da subjetividade dos pesquisadores, bem como a relação entre as atividades teórico-científica e política. Mais uma vez, é preciso ter em mente que não se trata de mero preciosismo acadêmico, mas de tomadas de posição que impactam, diretamente, na forma de construção dos argumentos centrais de suas teorias.

### *Preconcepções de mundo e as relações entre saber científico e ação política*

Quanto às imbricações entre as concepções valorativas dos investigadores sociais, além da percepção sobre os possíveis influxos entre atividade reflexiva e ação política de transformação da realidade, revela-se também pertinente traçar notas comparativas. Essas reflexões passam por temas como a construção de juízos de valor por parte dos pesquisadores, a viabilidade ou não de uma neutralidade valorativa, além da pertinência ou não do engajamento político de uma teoria científica. Trata-se de debates que, muito embora possam ser analisados sob diferentes prismas, guardam um fio comum que viabiliza sua análise conjunta.

Na obra de Marx, é bastante perceptível uma completa imbricação entre atividade reflexiva e ação política. Indo além, pode-se dizer mesmo que se trata da mesma coisa, vez que a teoria pretende, direta ou indiretamente, ser veículo, produto e ponto de partida de ação política de transformação social radical. A superação revolucionária do capitalismo enquanto possibilidade de emancipação está na perspectiva de qualquer de seus escritos, ainda que em alguns apareça de forma menos explícita do que em outros. O materialismo pressupõe, ainda, que os pesquisadores estão, eles próprios, também inseridos na realidade material. Dessa forma, suas concepções de mundo (delineadas pelas condições de

existência do ser social) jogam um papel inevitável e necessário na interpretação dos fenômenos sociais.

A essa altura, vale recobrar que o materialismo histórico e dialético se pauta, necessariamente, pela concepção de práxis social, ou seja, pela inseparabilidade das noções de atividade prática e teórica. A interpretação da realidade só faz sentido se pretende, na mesma medida, transformá-la material e historicamente. Do contrário, corre-se o risco, sempre latente, de incidir no idealismo. Não é por outra razão que as vicissitudes do capitalismo e o chamamento à ação não deixam de ser expostos mesmo em obras de elevada robustez teórica, como nos livros integrantes de *O Capital*; e que, igualmente, explicações teóricas (tais como as que envolvem as categorias de valor, relações de produção e divisão social do trabalho) estão presentes mesmo em documentos de intervenção política mais direta, como o *Manifesto Comunista*.

93

Durkheim, a seu turno, parte de uma concepção diametralmente distinta sobre o papel das concepções prévias e dos juízos de valor dos pesquisadores durante a investigação científica. A primeira regra do método sociológico se refere, precisamente, à necessidade de que os fatos sociais sejam compreendidos como objetos externos aos pesquisadores, para que, dessa forma, estejam aptos a se desgarrar de suas preconcepções conceituais e valorativas a respeito desses fatos (Durkheim, 2007).

Dessa regra primeira, são traçados alguns corolários, como a delimitação precisa dos fatos sociais a partir da percepção de suas propriedades e características externas comuns, a predileção por dados baseados em uma objetividade satisfatória, bem como a necessidade de que o fato social investigado seja desprendido das suas manifestações de cunho individual. Muito embora Durkheim pareça ter ponderado,

em obras posteriores<sup>10</sup>, que a elaboração do conhecimento envolve circunstâncias e condições que não são aprioristicamente dadas, mas construídas social e historicamente, não chegou a reformular ou refutar suas regras do método sociológico de forma expressa ou sistemática.

Quanto a Weber, esse debate aparece de forma mais esmiuçada e complexa. Tomemos como base primeira, aqui, os textos “A objetividade do conhecimento nas Ciências e Políticas Sociais” e “O sentido da neutralidade axiológica nas Ciências Sociológicas e Econômicas”, tentando argumentar em que medida sua compreensão metodológica a respeito do tema se afasta tanto de Durkheim quanto de Marx. Com relação a Durkheim, afasta-se da ideia de que o cientista poderia se dissociar de suas concepções, uma vez que está inserido no mundo da cultura e parte de juízos de valor. Quanto a Marx, observam-se referências explícitas de suas discordâncias de conteúdo com relação ao materialismo histórico, em virtude de um suposto determinismo econômico (Weber, 2008). Além disso, a teoria weberiana se distancia da ideia de que a ciência deveria apontar uma orientação para a ação política.

De fato, para Weber, em relação às Ciências Sociais, o conhecimento só é possível porque diz respeito ao mundo da cultura e, como tal, perfaz-se em termos históricos e valorativos, sendo construído por homens e mulheres que também fazem parte desse mundo. Dessa forma, para que os cientistas sociais consigam selecionar aquilo que pode ser considerado mais relevante em uma realidade tida por caótica, irracional e desprovida de relações previamente dadas ou autoevidentes

---

<sup>10</sup> Em “As Formas Elementares da Vida Religiosa”, a título de exemplo, observa que “os conceitos, mesmo quando construídos de acordo com todas as regras da ciência, estão longe de derivar sua autoridade unicamente de seu valor objetivo. [...] O valor que atribuímos à ciência depende, em suma, da ideia que temos coletivamente de sua natureza e de seu papel na vida; vale dizer que ela exprime um estado de opinião” (Durkheim, 1996, p. 487).

entre os fatos, é preciso que lancem mão de uma construção valorativa por meio da cultura. Em suas palavras:

O conceito de cultura é um *conceito de valor*. [...] Uma parte ínfima da realidade individual adquire novo aspecto de cada vez que é observada, por ação do nosso interesse condicionado por tais ideias de valor. [...] o que para nós se reveste de significação não poderá ser deduzido de um estudo isento de pressuposições do empiricamente dado; pelo contrário, é a comprovação desta significação que constitui a premissa para que algo se converta em *objeto* da análise. (Weber, 2008, p. 25, pp. 41-42, p. 64)

Partindo dessa ideia, podemos extrair a contribuição de perceber como as próprias escolhas metodológicas que são feitas em uma pesquisa carregam consigo uma tomada de posição axiológica dos pesquisadores. O recorte do tema, a definição do problema e da hipótese de pesquisa, os métodos a serem empregados, entre outras escolhas, não surgem apriorística ou aleatoriamente, mas resultam de um processo de interpretação do mundo que envolve, antes de tudo, juízos de valores. Para Weber, não se trata de um processo passivo, mas de uma tomada de posição ativa dos indivíduos.

Até esse ponto, poderíamos, sem maiores dificuldades, argumentar que Weber não se distanciaria muito de Marx. Afinal, este último também parte do pressuposto de que qualquer interpretação da realidade reflete juízos de valor construídos a partir de concepções axiológicas socialmente compartilhadas. Ocorre que, não obstante, a teoria weberiana pressupõe que o cientista, ao investigar o objeto de análise selecionado, possa se desprender das suas convicções pessoais sobre os fatos. Não caberia à ciência, segundo essa formulação, traçar preceitos para a ação política. Seria preciso, portanto, separar as esferas de envolvimento político e de produção de ciência. Em suas palavras, a respeito do tema,



o “catedrático não deveria ter a pretensão de como catedrático trazer na mochila o bastão de marechal do estadista (ou do reformador cultural), tal como o faz quando aproveita a imunidade da cátedra para exprimir os seus sentimentos políticos (ou político-culturais)” (Weber, 2008, pp. 79-80). Esse ponto se afasta, de forma patente, da práxis marxista.

Na perspectiva weberiana, caberia ao cientista imputar conexões adequadas entre os problemas. Nos termos de Weber (2008, p. 89), “a ciência cumpre uma função [...]: converte em problema o que, convencionalmente, é evidente”. O conceito teórico de tipo ideal se insere também nessa proposta, auxiliando na construção de hipóteses de pesquisa a partir do destaque e da ênfase dados a determinados aspectos da realidade, e, se essa realidade é caótica e infinita, como já exposto, Weber tem consciência de que esse esforço não pode ser senão uma compreensão parcial dela.

96 Sabe-se, de toda forma, que as referências ao materialismo histórico apenas aparecem de forma esparsa e não sistemática na obra weberiana. Como adverte Cohn, “Weber sempre trabalhou à margem do pensamento de Marx, sem jamais atravessá-lo criticamente” (Cohn, 2003, p. 117). Não se pretende aqui, portanto, e seguindo na advertência de Cohn, tomá-lo por uma “espécie de paladino antimarxista” (Cohn, 2003, p. 117). O mesmo se diga de Durkheim. As tensões apresentadas acima não implicam reduzir a comparação a dicotomias estanques, mas, simplesmente, perfazem uma tentativa de cotejar os pressupostos axiológicos que guiam determinadas escolhas investigativas dos fenômenos sociais.

## Considerações finais

As contribuições do materialismo histórico e dialético à interpretação dos fenômenos sociais passam, em larga medida, pelos pressupostos axiológicos que sustentam sua análise. E é possível assim chamá-los porque envolvem, antes

de tudo, uma opção epistemológica de teor valorativo a respeito da forma de construir o conhecimento, bem como de expor o raciocínio ao longo dos escritos. Isto é, trata-se de um método que pauta não só os caminhos de estruturação do pensamento, mas também o próprio desenvolvimento lógico da argumentação.

Tais pressupostos dizem respeito, sobretudo, à precedência das condições e relações sociais concretas em que se produz e reproduz a vida social, tomadas como ponto de partida da análise. Mesmo às categorias e explicações mais gerais (e, conseqüentemente, às abstrações teóricas de cunho mais amplo), só é possível chegar a partir da materialidade. Note-se que se trata de uma materialidade historicamente situada, mas não estática – e, sim, construída e reconstruída a partir de contradições, movimentos e conflitos. Além disso, pressupõe-se a indissociabilidade entre atividades teórica e prática, como exposto ao se recobrar o sentido de práxis.

Nessa esteira, a primeira parte do artigo se destinou a uma tentativa de sistematização das implicações do materialismo histórico e dialético em três eixos fundamentais da obra de Marx: (1) crítica da economia política clássica; (2) condições históricas do surgimento do capitalismo; (3) abordagem sobre o processo revolucionário de superação do capitalismo e sobre a luta de classes. Não se pretendeu, com isso, a construção de esquemas dogmáticos. Ao contrário, a proposta foi analisar em que medida as reflexões envolvidas nesses eixos (que são absolutamente interligados) reverberam nos pressupostos valorativos da investigação.

A respeito da segunda parte do artigo, que se propôs a uma análise comparativa entre Marx, Durkheim e Weber, vale notar que os clássicos não estão, de forma alguma, restritos a um determinado contexto histórico pretérito. Não é por outro motivo que suas categorias de análise envolvem elementos dos mais distintos níveis de abstração.

Evidentemente, toda pesquisa tem de ser situada em seu tempo, sob pena de ser tomada, de forma idealizada, como uma construção não histórica. Isso não significa, em absoluto, que deva ser reduzida a um simples espelho mecânico das condições históricas envolvidas em sua elaboração, afinal, tampouco é essa a pretensão das teorias aqui analisadas.

Foi, justamente, tendo em mente esse pressuposto básico, que se buscou delinear o alcance das possíveis conexões e distanciamentos entre determinadas escolhas metodológicas durkheimianas e weberianas, de um lado, e o materialismo histórico e dialético, de outro. Como recorte temático, a análise se guiou pela seleção de dois aspectos considerados exemplares: primeiramente, sobre as compreensões a respeito de a análise tomar como ponto de partida, precipuamente, a sociedade ou os indivíduos; e, em segundo lugar, sobre as concepções concernentes às possíveis relações entre ciência e ação política, bem como entre o saber científico e a influência das preconcepções valorativas dos pesquisadores.

98

Por fim, vale anotar uma última observação importante. Essa análise nos auxilia a desmistificar a ideia de que existiria uma espécie de ruptura dicotômica entre o método empregado em uma pesquisa e o chamado “conteúdo substancial” dessa mesma pesquisa. Em verdade, é possível sustentar que o método é também substância, e que, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, as escolhas metodológicas já implicam, por si, escolhas valorativas que influenciam diretamente a forma de interpretação dos fenômenos sociais, bem como os futuros resultados e conclusões de toda e qualquer pesquisa.

### **Bruna da Penha de Mendonça Coelho**

Doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutoranda em Sociologia pela mesma universidade.

## Bibliografia

- COHN, Gabriel. 2003. *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes.
- DURKHEIM, Émile. 1975. *A ciência social e a ação*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- DURKHEIM, Émile. 1996. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.
- DURKHEIM, Émile. 1999. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- DURKHEIM, Émile. 2007. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- GIDDENS, Anthony. 1971. The “individual” in the writings of Émile Durkheim. *European Journal of Sociology*, v. 12, n. 2, pp. 210-228.
- GONÇALVES, Guilherme Leite. 2020. Teoria social em Marx. In: CUNHA, José Ricardo (org.). *Teorias Críticas e Crítica do Direito*. v. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris. pp. 39-58.
- GOUVEA, Marina Machado de Magalhaes. 2018. *Marxismo, questão social e capitalismo dependente*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. *Anais [...]*. Brasília, DF: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.
- GRAMSCI, Antonio. 1999. *Cadernos do Cárcere: introdução ao estudo da filosofia*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEFORT, C. 1990. Marx: De uma visão da história a outra. In: LEFORT, Claude. *As formas da História: ensaios de Antropologia Política*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- MARX, Karl. 1845. *Teses sobre Feuerbach*. [S.l.]: [s.n.].
- MARX, Karl. 1985. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARX, Karl. 2008. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, Karl. 2011. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl. 2017. *O Capital: crítica da economia política*. v. 1. 2. ed. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2005. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2007. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.

- PETRAS, James. 1996. Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas. *Revista Lutas Sociais*, n. 1, pp. 1-28.
- WEBER, Marx. 2004. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WEBER, Marx. 2008. *Ensaio sobre a teoria das Ciências Sociais*. 3. ed. São Paulo: Centauro.



# O QUE OS “ARQUIVOS DO IMPERIALISMO” NOS ENSINAM SOBRE O FENÔMENO DA DESERÇÃO DE ATLETAS CUBANOS DURANTE A GUERRA FRIA

Renato Beschizza Valentin

*Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.*

*Assis, SP, Brasil. Email: orenatobeschizza@gmail.com*

*Orcid:0000-0003-0521-8474*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-101128/118>

## Introdução

Em artigo sobre a história recente do esporte cubano, Chappell (2004, p. 10) afirma que 70 atletas desertaram de Cuba no ano de 1991, em sua maioria jogadores de beisebol (*peloteros*) e boxeadores atraídos por altos pagamentos nos Estados Unidos. Por sua vez, Carter (2008, p. 212) diz que, ao longo da década de 1990, a deserção de atletas cubanos aumentou gradualmente tanto em alcance quanto em frequência. De acordo com Salomon (2011, p. 153), o primeiro caso de deserção no beisebol cubano ocorreu no dia 10 de julho de 1991, quando o *pelotero* René Arocha deixou Cuba para jogar profissionalmente nos Estados Unidos; nos vinte anos seguintes, outros 200 *peloteros* cubanos seguiriam o mesmo caminho de Arocha. Todavia, até o ano de 1995, a deserção era algo “relativamente incomum” (Salomon, 2011, p. 161). Mais recentemente, a historiadora Aviva Chomsky (2015, p. 101) referiu-se ao Período

Especial<sup>1</sup> como sendo um período durante o qual “os atletas cubanos encararam a tentação da deserção” e, para evidenciar esta afirmação, a autora destacou a deserção de 50 membros da delegação cubana que participou dos Jogos Centro-Americanos de 1993, bem como as “duas dúzias” de *peloteros* cubanos que foram “recrutados” em troca de “ofertas lucrativas” oferecidas por algum agenciador cubano-americano. Em seguida, a autora citou os depoimentos de dois esportistas cubanos que desertaram durante a década de 1990, nos quais ambos apontam dificuldades econômicas, as carências materiais e até mesmo o igualitarismo cubano como os principais fatores que motivavam a opção pela deserção (Chomsky, 2015, p. 102).

De acordo com os autores supracitados, o fenômeno da deserção de atletas cubanos foi algo espontâneo, não planejado, resultante de causas puramente econômicas relacionadas à crise do socialismo cubano na década de 1990. Entretanto, depois de efetuar uma investigação nos documentos secretos dos órgãos de inteligência do governo dos Estados Unidos, disponibilizados em formato digital pelo próprio governo norte-americano, descobrimos que, diferentemente do que consta na literatura consultada, a deserção de atletas cubanos foi um fenômeno induzido, sistematicamente planejado e motivado por razões de ordem política, cujas raízes históricas remontam às décadas de 1960 e 1970, durante a Guerra Fria. A pesquisa histórica

102

---

<sup>1</sup> O “Período Especial” foi anunciado oficialmente pelo governo cubano no dia 29 de agosto de 1990. O fim dos países socialistas europeus encontra-se na raiz dos problemas enfrentados pelo povo cubano a partir do início desse período, considerando que tais países “[...] forneciam 85% das importações cubanas, 80% dos investimentos e recebiam ao redor de 80% das exportações do país” (García, 2011, p. 29). A crise econômica do socialismo cubano, que se seguiu após o fim do bloco socialista no Leste Europeu, caracterizou-se pela queda do PIB, pelo déficit fiscal e pela queda das importações a preços correntes (García, 2011). Os efeitos negativos gerados pela crise econômica consistiram na deterioração do padrão de vida dos grupos mais vulneráveis, na diminuição do número de matrículas escolares, na deterioração dos serviços de saúde, no crescimento do desemprego e numa distribuição de renda regressiva (García, 2011).

que realizamos consistiu na consulta e na análise de documentos outrora secretos do governo norte-americano, que recentemente foram colocados à disposição nos acervos digitais da Central Intelligence Agency (CIA) e dos Arquivos Nacionais (National Archives). Trata-se de uma documentação que permaneceu sob sigilo durante décadas e que ainda não havia sido tomada como objeto de análise por parte dos autores que se dedicaram a pesquisar a história do esporte cubano. Os documentos citados neste artigo foram publicados pelo próprio governo norte-americano, seja devido ao esgotamento do prazo de sigilo de cada um deles, seja por força da Lei nº 102-526, intitulada “President John F. Kennedy Assassination Records Collection Act of 1992”, que determinou a publicação do conteúdo da documentação relacionada ao assassinato do presidente norte-americano John Kennedy (United States, 1992). Todas as citações de documentos norte-americanos foram traduzidas por este autor e podem ser checadas (em inglês) a partir dos links de acesso que estão na bibliografia ao final do artigo.

103

## Discussão e análise dos documentos

Os primeiros registros documentais da deserção de atletas cubanos durante competições internacionais remontam ao ano de 1962, quando da participação de Cuba nos Jogos Centro-Americanos e do Caribe, realizados na Jamaica. No documento intitulado *Efforts to split the regime* (“Esforços para dividir o regime”), onde consta um relatório de estudo sobre os *loci* de poder, grupos políticos e líderes-chave (*key-leaders*) do governo cubano, há uma referência à deserção de atletas cubanos durante os Jogos Centro-Americanos de 1962. No tópico final do referido documento, há uma lista de dezesseis nomes de membros do governo cubano que a CIA considerava como sendo pessoas que, possivelmente, “não aprovam a direção comunista da Revolução Cubana e podem de fato estar conspirando contra o



regime” (United States, 1962, p. 5). O 13º nome da referida lista é o de José Llanusa, que foi o primeiro diretor-geral do Instituto Nacional de Deportes, Educación Física y Recreación (Inder)<sup>2</sup> entre 1961 e 1965, identificado no documento como “diretor de esportes em Cuba” e “ex-prefeito de Havana” (United States, 1962, p. 7, tradução nossa). De acordo com o documento, a CIA falhou nos seus “esforços para recrutar Llanusa em maio de 1962” (United States, 1962, p. 7, tradução nossa). No mesmo parágrafo, logo após a afirmação de que os esforços para recrutar Llanusa falharam, consta a seguinte ressalva: “entretanto, um total de dez (10) atletas cubanos desertaram durante o mesmo período dos 9º Jogos Centro-Americanos e do Caribe em Kingston, Jamaica” (United States, 1962, p. 7, tradução nossa). Tendo em vista que a informação sobre a deserção dos atletas cubanos encontra-se no interior de um tópico que faz referência a uma “Força-tarefa esforços para dividir o regime”, pensamos que a mesma “força-tarefa” dedicada a “dividir o regime” estava implicada tanto na tentativa de recrutar Llanusa quanto na deserção dos atletas cubanos nos Jogos Centro-Americanos da Jamaica.

A deserção de atletas cubanos nos Jogos Centro-Americanos de 1962 foi objeto de discurso por parte do próprio Llanusa, que, durante o ato de homenagem aos atletas cubanos que regressaram da Jamaica, referiu-se aos meios empregados pelos agentes “a serviço do imperialismo” no sentido de induzir a deserção dos atletas cubanos durante a referida competição; na ocasião, Llanusa disse que, numa delegação “tão numerosa”, não podia faltar a “traição”, isto é, a “fuga de covardes” que perderam a oportunidade de “trabalhar pela construção do socialismo e da Cuba de amanhã” (Llanusa, 1962, p. 2). Mais adiante, ainda no mesmo

---

<sup>2</sup> O Inder foi fundado em fevereiro de 1961 e, desde então, possui *status* ministerial para tratar da gestão do esporte em Cuba.

discurso, Llanusa procedeu a uma contabilidade dos casos de deserção naquela competição: num total de nove desertores, todos homens, quatro eram atletas e cinco eram membros da delegação cubana que atuavam como “conspiradores” dentro de seu próprio país e que haviam passado “definitivamente para as fileiras do imperialismo” (Llanusa, 1962, p. 2). O total de deserções contabilizado por Llanusa se aproxima das dez deserções contabilizadas no relatório secreto do governo dos Estados Unidos, embora a documentação norte-americana tenha registrado que todos os desertores cubanos eram atletas, enquanto Llanusa distinguia os desertores entre atletas e demais membros da delegação cubana. Ainda segundo o diretor-geral do Inder, os atletas cubanos que desertaram durante a competição na Jamaica representavam “1,7%” do conjunto de atletas que compunham a delegação cubana: “de 227 atletas, o imperialismo só pôde comprar quatro” (Llanusa, 1962, p. 2).

A tese de que a CIA estava implicada na deserção dos atletas cubanos em agosto de 1962 foi reforçada por outro documento secreto, formulado pelo governo norte-americano para uso interno, onde consta um relatório de estudos sobre as operações da CIA contra Cuba antes do assassinato do presidente John Kennedy, em novembro de 1963. No referido documento, há uma lista de organizações dedicadas à disseminação de “propaganda anti-Castro”, que surgiram a partir da iniciativa de exilados cubanos em Miami, mas que logo “se tornaram largamente dependentes da CIA para a realização de suas atividades” (United States, 1968, p. 3, tradução nossa). Nessa lista, a segunda organização citada foi a Unión Deportiva de Cuba Libre (UDCL), identificada no referido documento como uma organização esportiva “estabelecida pela CIA em outubro de 1962” e liderada por “uma figura dos esportes cubanos muito conhecida” e por “um proeminente cronista esportivo cubano” (United States, 1968, p. 4, tradução nossa). De acordo com

o referido documento, os líderes da UDCL estiveram presentes nos Jogos Centro-Americanos em agosto de 1962, distribuíram "propaganda anti-Castro" e "foram em parte responsáveis pela deserção de dez atletas cubanos" (United States, 1968, p. 4, tradução nossa).

Nada consta que os líderes da UDCL tenham sido recrutados (ou não) pela CIA anteriormente ao episódio da deserção de atletas cubanos na Jamaica, embora seja possível que alguns deles tenham sido recrutados dentro de Cuba por agentes da CIA, que desde "a última parte de 1959" dedicava-se à realização de ações "quase que totalmente devotadas ao desenvolvimento da operação paramilitar que culminou na invasão da Baía dos Porcos" (United States, 1968, pp. 1-2, tradução nossa). Mesmo após o fracasso da referida invasão, a CIA "manteve uma Estação em Havana" que, por sua vez, "treinou e recrutou agentes de inteligência", além de continuar "fornecendo informações sobre Cuba via comunicação de rádio e malotes diplomáticos latino-americanos" (United States, 1968, pp. 1-2, tradução nossa). O mais provável é que os líderes da UDCL tenham sido recrutados e treinados pela "grande Estação" estabelecida pela CIA em Miami em setembro de 1961 (United States, 1968, pp. 1-2, tradução nossa). Em outubro de 1962, sob a tutela da CIA, a UDCL realizou outra operação semelhante durante os Jogos Ibero-Americanos de Madri, mas com "menos sucesso": além da distribuição de propaganda, "duas deserções foram induzidas" (United States, 1968, p. 4, tradução nossa). Poucos meses depois, a UDCL distribuiu panfletos durante os Jogos Pan-Americanos de São Paulo, em 1963, mas falhou nas suas tentativas de suscitar deserções por parte da delegação cubana durante a sua estadia no Brasil: "Nenhuma deserção foi induzida" (United States, 1968, p. 4, tradução nossa). Por fim, consta no documento que, durante o ano de 1963, a UDCL foi responsável pela "obtenção de uma suspensão temporária de Cuba das competições olímpicas"

e pela “mudança da sede do XVI Campeonato Mundial de Beisebol Amador de Cuba para outro país” (United States, 1968, p. 4, tradução nossa).

A “suspensão temporária” das “competições olímpicas” – creditada à UDCL – foi mesmo algo temporário: no ano seguinte, Cuba participou das Olimpíadas de Tóquio (1964). Por outro lado, não apenas Cuba deixou de ser a sede do Campeonato Mundial de Beisebol Amador de 1965, como também a seleção cubana foi proibida de participar da referida competição por conta de uma medida aprovada pela Federação Internacional de Beisebol Amador (Fiba), que foi denunciada por Llanusa através de um pronunciamento público via rádio que foi gravado, traduzido para o inglês e transcrito pela CIA: em documento datado de 6 de janeiro de 1965, consta que Llanusa teria afirmado que os dirigentes da Fiba agiram “em contato direto com contrarrevolucionários cubanos” e “obedecendo às ordens do mestre imperialista *yankee*” (United States, 1965a, p. 1, tradução nossa).

107

Mais ainda, Llanusa teria declarado que o governo cubano possuía informações sobre o envolvimento do governo norte-americano no referido boicote à seleção cubana de beisebol; nas palavras do diretor-geral do Inder: “já tínhamos ficado sabendo através da imprensa que serve ao Departamento de Estado dos Estados Unidos que Cuba seria eliminada da Federação Internacional de Beisebol Amador” (United States, 1965a, p. 2, tradução nossa). Prosseguindo, Llanusa teria afirmado que, em novembro de 1964, “uma das publicações financiadas pela CIA” veiculou a notícia de que Cuba “foi eliminada de todos os eventos que esta organização [a Fiba] possa realizar” (United States, 1965a, p. 2, tradução nossa).

Em outro documento norte-americano, onde consta uma “mensagem secreta” datada de setembro de 1965, há informações relativas à participação dos serviços de inteligência dos Estados Unidos na realização de operações secretas

destinadas a provocar a deserção de atletas cubanos em competições internacionais. Nesta mensagem secreta consta que um informante cubano – de codinome Iden e identificado no documento como uma figura dos esportes muito popular em Cuba – encontrou-se com um exilado cubano recém-chegado a Madri dizendo ser irmão de Jorge García Bango<sup>3</sup>, recém-nomeado vice-diretor do Inder, ao qual teria escrito pedindo que contactasse Iden para solicitar a sua “ajuda” no sentido de “explorar” a “possibilidade” de que a seleção cubana de beisebol fosse para a Espanha e fizesse algumas partidas contra os espanhóis no mês seguinte, em outubro de 1965 (United States, 1965b, p. 1, tradução nossa). Mais adiante, ainda na referida mensagem secreta, consta a informação de que a “*Station*” previa a realização de “possíveis operações” em função da possível viagem dos *peloteros* cubanos para a Espanha (United States, 1965b, p. 2, tradução nossa). Pouco depois, o autor da mensagem secreta afirmou que Iden estava “confiante” de que conseguiria “induzir vários jogadores” a “desertar” e que “possivelmente” promoveria um “contato da *Station* com Jorge [García Bango]” (United States, 1965b, p. 2, tradução nossa).

A deserção de atletas cubanos voltaria a ser objeto de polêmica por ocasião dos Jogos Centro-Americanos e do Caribe de 1966, em Porto Rico, país que havia sido anexado pelos Estados Unidos no final do século XIX sob a influência da Doutrina Monroe, “que conferia ao governo norte-americano um ‘poder de polícia internacional’ sobre o continente americano” (Losurdo, 2018, pp. 262-263). Em um memorando produzido pela CIA no dia 8 de junho de 1966, há uma crítica contundente em relação à recusa, por parte das autoridades norte-americanas, de autorizar a participação dos atletas cubanos na referida competição esportiva. A própria

---

<sup>3</sup> Jorge García Bango foi vice-diretor (1965-1967) e diretor-geral (1967-1980) do INDER, tendo sido o dirigente cubano que permaneceu mais tempo à frente da gestão dos esportes no país.

CIA classificou essa recusa no referido memorando como uma “ação mesquinha e infantil por parte de Washington”, realizada “em nome da política dos Estados Unidos de isolar Cuba” (United States, 1966a, p. 2, tradução).

Para o autor do memorando da CIA, a ação de Washington estava dando ao “regime de Castro” a oportunidade de explorar, nacional e internacionalmente, a representação dos Estados Unidos como “agressor imperialista”. Dessa forma, além de difundir internamente a imagem dos Estados Unidos como “bicho-papão” (“*bogeyman*”) na esperança de “distrair o povo cubano de suas dificuldades cotidianas”, Fidel Castro teria também um “bom caso” com o qual poderia causar a impressão para outras “nações subdesenvolvidas” de que “os Estados Unidos falam sobre justiça e democracia, mas de fato violam as regras internacionais sempre que acham conveniente” (United States, 1966a, p. 1, tradução nossa). Por meio desse documento a CIA procurou criticar e persuadir o governo norte-americano para que mudasse de estratégia e permitisse a participação dos atletas cubanos nos Jogos Centro-Americanos, evitando assim “maiores dores de cabeça”; caso contrário, na avaliação da CIA, “Fidel Castro terá força moral e uma questão legal contra os Estados Unidos” (United States, 1966a, p. 2, tradução nossa). Além do mais, no penúltimo parágrafo do referido documento, nota-se que a CIA julgava “provável” que “alguns atletas cubanos” desertariam depois que chegassem a Porto Rico, “o que os Estados Unidos poderiam ter explorado em suas transmissões de propaganda para Cuba e para o resto do mundo” (United States, 1966a, p. 2, tradução nossa).

Ainda sobre os Jogos Centro-Americanos de 1966, encontramos algumas informações em um relatório de contato (*contact report*) classificado como secreto, datado de abril de 1971, onde consta o relato do chefe da Miami Station para o chefe da “Divisão do Hemisfério Ocidental”

da CIA (United States, 1971a, p. 2, tradução nossa). Nesse documento, o chefe da Miami Station relata que entrou em contato com um agente cubano-americano identificado pelo codinome Ammug-1, no intuito de rever o volume 1 dos livros de identificação de cubanos (*Cuban mugbooks*) (United States, 1971a, pp. 2-3). Segundo consta no documento, Ammug-1 abordou dois cubanos durante os Jogos Centro-Americanos de Porto Rico, atendendo a pedidos da CIA (United States, 1971a, p. 3). Um dos cubanos abordados por Ammug-1 em 1966 foi Arsenio Franco Villanueva, um agente G-2,<sup>4</sup> que "dispensou de imediato" a abordagem do agente da CIA, "afirmando que ele [Arsenio] era um marxista-leninista" (United States, 1971a, p. 3, tradução nossa). O outro cubano abordado (igualmente sem sucesso) pelo referido agente da CIA foi Jorge García Bango (United States, 1971a, p. 3).

110

O ponto de vista interno, cubano, a respeito dos fatos anteriormente relatados pôde ser identificado nos relatórios diários de informação da CIA sobre as transmissões de rádio e televisão de vários países do mundo: trata-se de alguns volumes dos relatórios diários produzidos pelo Foreign Broadcast Information Service (Serviço de Informação de Transmissão Estrangeira) durante o mês de junho de 1966. Nessa documentação, há traduções para o inglês de algumas transmissões de rádio e televisão feitas a partir de Havana, onde consta o conteúdo discursivo dos meios de comunicação cubanos que se reportaram à participação da delegação cubana nos Jogos Centro-Americanos de 1966. De toda a massa discursiva encontrada nas transmissões de rádio e televisão veiculadas a partir de Havana durante o mês de junho, mencionamos a seguir somente os dizeres e enunciados que fazem referência às tentativas de provocar

---

<sup>4</sup> Serviço cubano de inteligência e espionagem, adscrito ao Departamento de Segurança do Estado (DSE) do Ministério do Interior (Minint).

e induzir a deserção dos atletas cubanos. A versão contida nas transmissões cubanas registradas pela CIA coincide com os depoimentos de atletas e membros da delegação cubana entrevistados em Porto Rico pelo escritor Jesus Díaz e, após o retorno à Cuba, por uma equipe de jornalistas cubanos (Díaz, 1966, p. 44-47; La gran..., 1966, p. 57-65).

No dia 14 de junho de 1966, uma rádio cubana noticiou que, segundo informações do “Movimento Porto-Riquenho Pró-Independência”, a CIA estava “usando todos os meios para impedir os atletas cubanos de participar dos jogos” (United States, 1966b, p. 330). Além disso, na mesma data, a rádio cubana noticiou também as tentativas de induzir as deserções de um jogador de basquetebol e de um boxeador mediante a oferta de dinheiro e de um contrato para atuar profissionalmente no exterior.

Em 15 de junho de 1966, uma rádio cubana noticiou que “contrarrevolucionários e agentes imperialistas” continuavam tentando “assediar”, “agredir” e “subverter” os atletas cubanos; noticiou também que um contrarrevolucionário tentou “subverter Patrícia”, referindo-se à tenista cubana Patrícia La Paz (United States, 1966b, p. 405, tradução nossa). Encontramos também uma menção à malfadada tentativa de provocar a deserção do *pelotero* Aquino Abreu mediante suborno: de acordo com uma notícia transmitida via rádio a partir da capital cubana no dia 15 de junho de 1966, o referido esportista cubano teria recusado uma oferta de 25 mil dólares para “trair Cuba e aceitar um contrato para jogar nos Estados Unidos como jogador profissional” e, mesmo assim, um comentarista esportivo de San Juan “divulgou a notícia de que Abreu havia sido contratado para jogar por 50.000 dólares” (United States, 1966b, p. 406, tradução nossa). Ainda no mesmo dia 15 de junho, a rádio cubana noticiou que um comentarista esportivo de Porto Rico “lamentou-se de que Napoleon Reyes, um agente dos interesses do beisebol dos Estados Unidos, não tinha tido



oportunidade de se aproximar dos jogadores cubanos”, ao que outro comentarista porto-riquenho respondeu dizendo que, muito provavelmente, “era o próprio Reyes que estava com medo de se aproximar dos cubanos depois de sua experiência em Kingston em 1962, quando este traidor correu a sua melhor corrida perseguido por jogadores cubanos indignados” (United States, 1966b, p. 406, tradução nossa).

No dia 22 de junho de 1966, uma rádio cubana noticiou que o ministro cubano da educação e ex-diretor do Inder José Llanusa concedeu uma entrevista em San Juan, durante a qual referiu-se ao mais recente caso de deserção por parte da delegação cubana: “um traidor que abandonou a delegação cubana e que, quando entrevistado, ele disse que tinha saído porque Llanusa era muito duro”; prosseguindo, Llanusa afirmou que: “Numa batalha nunca faltam traidores, mas os heróis se multiplicam. Para cada traidor há 100 Camilos [Cienfuegos]” (United States, 1966c, p. 90, tradução nossa).

112

No dia 23 de junho de 1966, uma rádio cubana noticiou que dois veículos de imprensa dos Estados Unidos haviam publicado pela manhã que a “imigração oficial dos Estados Unidos” havia dito que “12 garotas cubanas tinham desertado do time cubano”; em seguida, outra agência norte-americana de notícias publicou que um “porta-voz” do “serviço metropolitano de ônibus de San Juan” havia anunciado que “10 ou 12 garotas cubanas tinham pulado de um ônibus” (United States, 1966c, p. 176, tradução nossa). Entretanto, no mesmo dia, as agências norte-americanas de notícias anunciaram que “o Serviço de Imigração dos Estados Unidos pensava que a notícia não tinha base nos fatos e acreditava que era apenas um rumor” (United States, 1966c, p. 176, tradução nossa). Ainda durante a mesma transmissão de rádio, veiculada a partir de Havana no dia 23 de junho, um locutor esportivo cubano teria afirmado que, “numa ocasião anterior” à tentativa de sequestro das jogadoras cubanas de

voleibol, outro motorista de ônibus teria “parado em frente a um dos chamados centros de abrigo de San Juan com o objetivo malsucedido de encorajar os cubanos a desertar” (United States, 1966c, p. 176, tradução nossa).

No dia 24 de junho de 1966, uma rádio cubana noticiou que, após uma tentativa de sequestro de 12 jogadoras da seleção cubana de voleibol, o matutino porto-riquenho *El Imparcial* carregava uma manchete “anunciando que 17 meninas tinham desertado da delegação cubana”, o que foi acompanhado de uma “campanha” midiática por parte da rádio San Juan, que “por horas transmitiu uma notícia de que 12 mulheres tinham desertado da delegação cubana” (United States, 1966c, p. 176, tradução nossa). Numa conferência de imprensa em Porto Rico, José Llanusa “negou a mentira” noticiada pela rádio porto-riquenha e “desafiou” a rádio a “apresentar as meninas da delegação cubana que, de acordo com os traidores, haviam desertado” (United States, 1966c, p. 176, tradução nossa).

Ainda no dia 24 de junho de 1966, uma transmissão de rádio cubana noticiou o primeiro caso de deserção por parte da delegação cubana durante os Jogos Centro-Americanos de Porto Rico. Após uma noite de vitórias da seleção cubana de luta greco-romana, um lutador cubano teria feito uma declaração “interessante” que aparecia no *Granma* (o jornal do Partido Comunista de Cuba): dirigindo-se “para todos os seus camaradas”, o atleta cubano afirmou que “esta vitória esmagadora da equipe cubana de luta greco-romana foi a melhor resposta para a deserção covarde de um dos seus membros”; ainda referindo-se ao atleta que havia desertado, afirmou que “sua vil traição nos deu ânimo para obter essas vitórias”; por fim, o lutador cubano afirmou ainda que a “equipe retornará a Cuba com medalhas”, mas que o desertor “felizmente não retornará” (United States, 1966c, p. 273, tradução nossa).

A transmissão de rádio citada no parágrafo anterior não mencionou o nome do lutador cubano que desertou durante os Jogos Centro-Americanos de 1966, todavia ele foi mencionado pelo jornal *The Miami Herald*, em uma reportagem publicada no dia 15 de junho de 1966 intitulada “‘Eu não gostava de Castro’, diz o atleta cubano”: estamos falando de Juan Pablo Vega Romero (Burt, 1966, p. 20, tradução nossa). O lutador cubano é apresentado da seguinte maneira pelo editor responsável pela seção do jornal norte-americano reservada a assuntos latino-americanos: “Juan, um negro, tinha 11 anos de idade quando Fidel chegou ao poder”; “ele aproveitou a onda da juventude privilegiada de Cuba sendo preparada para o comunismo”; recebeu “doutrinação política” por parte de “instrutores soviéticos, tchecos e alemães orientais”; como atleta e como estudante de educação física, “tudo o que Cuba tinha para oferecer era dele”; filho de um membro do Partido Comunista e diretor de uma fábrica de móveis; lutador “peso-leve”; “atraente, cabelo escovinha, 18 anos de idade, que parece falar livremente o que pensa”; enfim, havia desertado “um rapaz que em todos os sentidos deveria ter sido um dos mais fortes apoiadores de Castro”, mas que preferiu “pedir asilo político nos Estados Unidos” (Burt, 1966, p. 20, tradução nossa). Além de apresentá-lo, o *The Miami Herald* veiculou uma série de dizeres e enunciados formulados pelo próprio atleta, dentre os quais destacamos e citamos os seguintes trechos, que se relacionam mais diretamente com o episódio de deserção que havia protagonizado poucos dias antes:

Eu não gostava de Castro. [...] Eu tive a ideia de sair há muitos anos atrás. [...] Eu não acreditava no que eles me diziam sobre os Estados Unidos na escola ou no que eu lia nos jornais. Eu não sei muito sobre os Estados Unidos, mas deve ser melhor que Cuba. Eu vejo as pessoas se movimentando por aí livremente, a liberdade de imprensa, as construções e a boa

comida. [...] Eu falei apenas para a minha namorada antes de partir. Ela me falou para ir e depois ajudá-la a sair. [...] Nós só podíamos dar uma volta ao redor da Vila Olímpica. Se eu tivesse dito a Llanusa que eu queria sair, eu não estaria aqui. (Burt, 1966, p. 20, tradução nossa)

As declarações acima foram feitas em primeira pessoa e citadas literalmente (entre aspas) pelo editor do *The Miami Herald* para assuntos latino-americanos. Além das declarações em primeira pessoa, o referido jornal veiculou também algumas declarações do atleta cubano formuladas em terceira pessoa (sem aspas), que remetem ao episódio de deserção: o lutador cubano teria afirmado que “todos os atletas tinham sido alertados em Cuba que eles seriam tentados com dinheiro e promessas” e que o momento da fuga “veio” de uma “conversa como esta” com um atleta porto-riquenho ao qual “pediu ajuda” e “conseguiu”; após a fuga da Vila Olímpica em Porto Rico, ele “voou para Miami” e planejava ir “em direção à Chicago”, onde pretendia morar com um cunhado e “começar uma vida nova com a carreira de educação física em um país livre”; ainda segundo o jornal, Vega Romero teria dito que “não sabe quantos agentes G2 possam estar na delegação”, mas que “conhecia cerca de 20 homens que eram tipos políticos” (Burt, 1966, p. 20).

No dia 27 de junho de 1966, os serviços de rádio e televisão da CIA em Havana registraram a transmissão ao vivo dos pronunciamentos de Jesus Betancourt, então diretor-geral do Inder, e de Manuel Gonzalez Guerra, então presidente do Comitê Olímpico Cubano (COC), durante a cerimônia de recepção aos membros da delegação cubana em Santiago de Cuba. Logo após o pronunciamento do presidente do COC, o diretor-geral do Inder tomou a palavra e, durante o seu pronunciamento, referiu-se de forma mais contundente às operações da CIA e aos casos de deserção por parte da delegação cubana:

Em Porto Rico reuniram-se todos os vermes, todos os traidores, todas as prostitutas. Em Porto Rico reuniram-se todos os renegados agentes do Departamento de Estado ianque. Eles fizeram planos contra a nossa delegação. Eles fizeram o indizível para tentar rebaixar a nossa moral revolucionária. Nossos atletas, que sabiam que representavam o nosso povo heroico, no meio de todos estes obstáculos criados pelo Departamento de Estado e pela CIA, competiram nos esportes e conquistaram vitórias que ninguém hoje pode negar. [...] Os traidores não importam. Não há lugar para eles na terra de Fidel. Não há lugar para eles na terra de Camilo e Che. Não há lugar para eles na terra deste povo heroico (aplausos). Três quartos de um homem para cada 100 bravos revolucionários permaneceram lá na terra dos inimigos. Aqui permaneceu o melhor da nossa pátria. Aqui permaneceram os representantes do nosso povo. Aqui permaneceram os representantes do nosso glorioso batalhão de frente (aplausos). O que os nossos inimigos dizem agora? Os Miro Cardonas, os Prios, os Rays e todos os vermes contrarrevolucionários – o que eles diriam se vissem esta magnífica reunião popular, aquelas flores que foram atiradas dos helicópteros? Que contraste entre isto e os aviões mercenários ianques que faziam voos rasantes sobre nós tentando apavorar a nossa delegação! (United States, 1966c, p. 444, tradução nossa)

Trata-se de um discurso pronunciado pela autoridade administrativa diretamente responsável pela gestão esportiva no país; logo, o referido discurso do diretor-geral do Inder pode ser tomado como representativo da retórica do governo revolucionário no âmbito do esporte, a qual endossava e animava o ponto de vista sustentado pelos veículos cubanos de rádio e televisão. Os “três quartos de homem para cada 100 bravos revolucionários” representam

a proporção entre os três casos de deserção e os pouco mais de 400 atletas cubanos que regressaram ao seu país após os Jogos Centro-Americanos.

Cinco anos após os acontecimentos relativos aos Jogos Centro-Americanos de 1966, o fenômeno da deserção de atletas cubanos voltaria ser objeto de registro documental e de polêmica internacional por ocasião dos Jogos Pan-Americanos de Cali, em agosto de 1971.

Em relatório datado de 15 de outubro de 1971 e formulado para uso interno pelo subcomitê de segurança interna do Senado dos Estados Unidos, encontramos os depoimentos de três membros da delegação cubana que desertaram durante os Jogos Pan-Americanos de Cali (1971): a ginasta Zulema Bregado Gutierrez, o esgrimista José Díaz Hernández e o treinador da equipe de ciclismo Juan Diaz Lopes foram entrevistados em Miami por Edward Gurney, senador republicano da Flórida, auxiliados por um intérprete. De acordo com o senador Gurney, a “audiência de hoje” era parte integrante de uma investigação mais abrangente – intitulada “Ameaça comunista aos Estados Unidos através do Caribe” –, mas tinha por objetivo tratar “especificamente do uso dos esportes pelo regime comunista em Cuba como meio de propaganda e subversão” (United States, 1971c, p. 1687, tradução nossa). À semelhança do lutador cubano que desertou durante os Jogos Centro-Americanos de 1966, os três atletas cubanos que prestaram depoimento no Senado norte-americano eram recém-chegados aos Estados Unidos, onde receberiam asilo político e passariam a viver após a deserção – é o que afirmou o senador Gurney antes de iniciar a audiência propriamente dita:

Primeiramente, eu quero elogiá-los, *Señorita* Bregado, *Señor* Jose Diaz e *Señor* Juan Diaz pela coragem de vocês de tomar este caminho de fuga do comunismo para a liberdade. [...] Em seguida, eu certamente quero dar-lhes as boas-vindas

a esta nação em nome do governo dos Estados Unidos, do presidente dos Estados Unidos, do Senado dos Estados Unidos e de todo o nosso povo. Eu certamente espero que vocês aproveitem ao máximo a liberdade e que a nova vida de vocês aqui seja feliz e totalmente bem-sucedida. (United States, 1971c, p. 1688, tradução nossa)

118 Antes passar para as declarações dos atletas que desertaram durante os Jogos Pan-Americanos de 1971, há que se ter em conta informações reveladas por outro documento do governo norte-americano que faz referência aos mesmos casos de deserção: em meio à documentação da CIA, encontramos uma lista datada de 13 de setembro de 1971 onde constam os nomes de sete atletas cubanos que desertaram durante os Jogos Pan-Americanos de Cali, dentre os quais encontram-se os três que depuseram em Miami perante o subcomitê de segurança interna do Senado norte-americano (United States, 1971b, p. 1). Anexa à referida lista, há uma mensagem de texto com algumas informações de caráter confidencial que, por sua vez, devem ser levadas em conta quando da análise dos depoimentos prestados pelos três atletas cubanos em outubro de 1971: de acordo com a referida mensagem de texto, Jay Sourwine – identificado como integrante da “equipe do subcomitê de segurança interna do Senado” – acreditava que os atletas listados receberam asilo político no Panamá e que alguns deles poderiam estar na “Zona do Canal”; “especificamente”, prossegue o documento da CIA, “ele [Sourwine] gostaria (1) de saber o presente paradeiro dos indivíduos e (2) de entrevistá-los para possíveis audiências públicas quando e se eles estiverem sob o nosso controle” (United States, 1971b, p. 2, tradução nossa).

Diante de tais informações documentadas pela CIA, não há como evitar a suspeição de que as declarações dos atletas cubanos durante audiência no Senado norte-americano sejam declarações de pessoas “sob o nosso controle”,

isto é, sob o controle do governo dos Estados Unidos através da CIA. Em todo caso, mesmo que os atletas tenham sido entrevistados em Miami somente quando já estavam “sob o nosso controle”, nem por isso o analista deve ignorar o testemunho de cada um deles; muito pelo contrário, os depoimentos dos atletas cubanos que desertaram durante os Jogos Pan-Americanos de 1971 devem ser levados em consideração como sendo representativos de uma espécie de discurso induzido, tendencioso e, no limite, falacioso sobre a situação de Cuba. Nenhum dos esportistas cubanos fez referência à participação da CIA, de grupos contrarrevolucionários ou de agenciadores privados nos episódios de deserção. Tendo em vista que os atletas cubanos seriam chamados a depor somente “quando e se” eles estivessem “sob o nosso controle”, é de se conjecturar que o silêncio sobre a participação da CIA nos casos de deserção tenha sido previamente acordado entre, de um lado, os atletas cubanos que desertaram e migraram para os Estados Unidos e, de outro lado, a própria CIA.

A primeira a depor foi a ginasta Zulema Bregado, de 20 anos de idade. Dentre as várias declarações pronunciadas durante a audiência, selecionamos aquelas em que a ginasta cubana se referiu ao fenômeno da deserção e, mais especificamente, aos motivos e razões utilizados por ela para justificar a sua própria deserção: quando questionada sobre os porquês de sua deserção, ela afirmou que teria dito ao seu noivo que desejava desertar “porque Cuba estava passando por uma situação muito difícil agora; não é só comida, é a liberdade, não há nenhuma liberdade lá”; além do mais, ela “queria ter uma família”, mas, segundo afirma, as autoridades cubanas “não permitem” que uma boa atleta “fique grávida” mesmo depois que “o governo dá autorização para ela se casar e ela se casa”; mais adiante, a ginasta afirmou que “estava pensando” em desertar “desde 1968”, mas que vinha hesitando “porque essa era uma decisão muito difícil,



as questões familiares...”, até que tomou a sua decisão no ano de 1971; por fim, quando perguntada se os demais atletas cubanos também desertariam se tivessem uma oportunidade, ela afirmou acreditar que a “maioria dos atletas” desertaria, embora “entre os atletas” ninguém soubesse ao certo “como o outro pensa” (United States, 1971c, p. 1692).

O esgrimista José Diaz, 21 anos incompletos, foi o segundo a depor. Ao final da audiência, quando questionado sobre os motivos que o levaram a desertar, afirmou que “não simpatizava mais com o governo ou com o sistema”; prosseguindo no depoimento sobre os motivos de sua deserção, o atleta afirmou o seguinte:

No começo, como todos os jovens, eu tinha esperanças e isto foi algo como uma explosão em mim mesmo porque, mesmo se eu aprendesse alguma profissão, eu não tinha muito futuro, e como jovem, eu tinha esperanças de me desenvolver na minha área, culturalmente e tenho ambições de me aperfeiçoar. (United States, 1971c, p. 1698, tradução nossa)

120

O treinador e ex-ciclista Juan Diaz, de 28 anos, foi o último a depor. Ao longo do seu testemunho, fez várias afirmações sobre o fenômeno da deserção, relatando que, para escapar durante os Jogos Pan-Americanos de 1971, ele “se aproveitou da confiança” depositada nele “por causa das diferentes viagens” que havia feito com a equipe de ciclismo, que “era considerada uma das equipes mais seguras” porque “em dez anos” não houvera “nenhuma deserção” no ciclismo cubano (United States, 1971c, p. 1704-1705, tradução nossa). Disse que o momento da deserção se deu durante a realização de compras “em algumas lojas”, quando se separou “do grupo de atletas, treinadores e agentes de segurança” que o acompanhavam (United States, 1971c, p. 1704-1705, tradução nossa). Diaz afirmou também que “o principal objetivo” dos agentes de segurança era “prevenir deserções”, mas que

a presença de agentes de segurança nas equipes cubanas não era a “principal razão” que levava “um grande número” de atletas a não desertar, mesmo porque “não seria muito difícil fugir de alguns agentes de segurança”: os “laços familiares” seriam, para ele, a “principal razão” do reduzido número de deserções, ou seja, os atletas cubanos não desertavam, na maior parte dos casos, porque não queriam passar a vida longe dos seus familiares, cuja “grande maioria” estava em Cuba (United States, 1971c, p. 1705).

Diante da pergunta “Por que você desertou?”, proferida pelo senador norte-americano, o treinador cubano respondeu: “Principalmente porque o sistema em Cuba não tem nada a oferecer para a juventude cubana, só trabalho. O que os jovens querem é se vestir bem e se divertir nos seus anos de juventude. Isso não pode ser realizado lá; é só trabalho...” (United States, 1971c, p. 1705, tradução nossa). Mais adiante, quando questionado sobre o caso do atleta norte-americano agredido por um grupo de atletas cubanos durante os Jogos Pan-Americanos de Cali, o Diaz afirmou que sabia que tais “incidentes” ocorreriam porque seriam “provocados”, tendo sido “um dos principais motivos” que o levaram a “acelerar” a sua “decisão de desertar” (United States, 1971c, p. 1707, tradução nossa).

Tomados comparativamente, os três depoimentos contrastam e divergem entre si em mais de um aspecto. No entanto, há entre eles um ponto de convergência que os aproxima no plano ideológico: quando instados a falar sobre os fatores e motivos de sua própria deserção, os esportistas cubanos alegaram que não havia em Cuba liberdade suficiente para a realização das suas ambições, dos seus desejos e dos seus projetos pessoais. Temos, portanto, um discurso ideologicamente marcado pelo liberalismo: o discurso do *self-made man* que deseja mais liberdades para si no plano individual.

Para além de 1971, somente o que encontramos foi um documento datado de março de 1974, de autoria do

Departamento de Estado, onde constam algumas informações sobre a deserção da tenista Aleida Spek, 23 anos, durante os Jogos Centro-Americanos de Santo Domingo, na República Dominicana. De acordo com o documento, ela conseguiu asilo na embaixada chilena no dia 8 de março de 1974, após o que afirmou à imprensa que “não era comunista” e que “não desejava mais viver sob o regime comunista imposto por Fidel Castro” (United States, 1974, p. 1, tradução nossa). O documento destacou também que o governo chileno se moveu “rapidamente” para conceder asilo político à tenista cubana, o que teria dado origem a uma “especulação local” de que aquela deserção “não foi totalmente inesperada”; por fim, consta que, além da tenista, não houve “nenhuma outra deserção” por parte da delegação cubana (United States, 1974, p. 1, tradução nossa).

122

Após o caso da tenista, nada mais encontramos em meio à massa documental norte-americana que fizesse referência à deserção de atletas cubanos. Todavia, não se pode dizer que os atletas cubanos deixaram de ser objeto da ação de contrarrevolucionários treinados e financiados pela CIA: em outubro de 1976, uma bomba explodiu em pleno voo num avião cubano que levava, entre outros passageiros, a seleção juvenil de esgrima. Os responsáveis pela explosão foram presos em Barbados e confessaram que agiam a mando de dois exilados cubanos, ambos conhecidos pela lista de serviços prestados à CIA (Gott, 2006, p. 294; Morais, 2011, pp. 115-117).

### **Considerações finais**

As descobertas apresentadas ao longo deste artigo revelam as linhas gerais e específicas da ação imperialista contra Cuba no âmbito do esporte entre as décadas de 1960 e 1970. As operações secretas organizadas pela CIA com o objetivo de promover a deserção de atletas cubanos se deram dentro de um arco mais amplo e diversificado de ações de

espionagem, propaganda, infiltração e sabotagem empreendidas pelo governo dos Estados Unidos com o objetivo de derrubar o governo revolucionário e recuperar as propriedades cubanas e norte-americanas recém-estatizadas, o que terminaria na restauração em Cuba de uma situação neocolonial progressa, caracterizada pela dominação indireta de um centro imperial (os Estados Unidos), pela desnacionalização da economia e pela combinação entre, de um lado, formas capitalistas de tecnologia, de organização da produção e de prática comercial e fiscal e, de outro lado, taxas pré-capitalistas de exploração da mais-valia (Fernandes, 2007, pp. 66-67, 79-80).

Nesse sentido, os efeitos da Guerra Fria sobre a história do esporte não se resumiram à organização de boicotes, à disputa entre Estados Unidos e União Soviética pela supremacia nos esportes ou à realização de protestos e atentados durante os Jogos Olímpicos, conforme foi demonstrado por Rubio (2010, p. 61-64) e Campos (2016, p. 17-19) em seus respectivos artigos sobre as tensões e os conflitos de natureza política que atravessaram a história dos Jogos Olímpicos. Os boicotes, as tentativas de sequestro, as agressões, as provocações, os planos de atentado, os esforços da CIA destinados ao recrutamento de dirigentes esportivos (como José Llanusa e Jorge García Bango), a propaganda anticomunista e a oferta de dinheiro e de vantagens materiais foram táticas empregadas no intuito de provocar a deserção dos atletas cubanos e/ou de prejudicar o desempenho da delegação cubana nas competições. No que diz respeito à ação imperialista no campo esportivo durante a Guerra Fria, as nossas análises se aproximam sobremaneira da historiografia do esporte formulada por Ribeiro (2020, p. 222) que, apoiado nas descobertas de Patrick Clastres, reconheceu que “a CIA e a USIA (*United States Information Agency*) se tornaram ‘braços armados’ de intervenção nos assuntos políticos esportivos, nacionais e internacionais”.

As descobertas apresentadas ao longo deste artigo colocaram em evidência as práticas empregadas pelo governo dos Estados Unidos com o objetivo de provocar a deserção de atletas cubanos durante as competições internacionais nas décadas de 1960 e 1970. Além de revelar a incompletude e a ingenuidade das análises e interpretações de autores – citados na introdução deste artigo – segundo os quais a deserção dos atletas cubanos seria um fenômeno recente, espontâneo e resultante das complicações internas do socialismo cubano, tais descobertas permitem questionar certa tendência historiográfica – cujo representante mais eminente foi o historiador Eric Hobsbawm – segundo a qual a Guerra Fria seria dividida em dois períodos: o primeiro, marcado pelo confronto ideológico e sem batalhas diretas entre Estados Unidos e União Soviética, que teria início logo após a Segunda Guerra Mundial e se estenderia até o começo da década de 1970; e o segundo, iniciado nessa década, caracterizada pelo acirramento do conflito entre os Estados Unidos e países do Terceiro Mundo, sobretudo na África e na Ásia (Hobsbawm, 1995, pp. 223, 241).

124

Nesse sentido, as “guerras sujas indizíveis” – localizadas por Hobsbawm (1995, p. 433) na década de 1970 – foram uma constante da história cubana durante toda a década de 1960, quando Cuba foi objeto de um esforço sistemático de desestabilização e subversão por parte de grupos contrarrevolucionários treinados, apoiados e coordenados pela CIA. Segundo Gott (2006, p. 238) e Moraes (2011, p. 48), esse esforço incluiu ataques aéreos, atentados terroristas e ações de sabotagem de centrais elétricas, usinas de açúcar e refinarias de petróleo, além das ações especificamente destinadas ao âmbito do esporte, que foram objeto de análise ao longo deste artigo. Levando em conta as descobertas realizadas através da pesquisa junto à documentação norte-americana, cabe questionar algumas afirmações de Hobsbawm a respeito do começo da década de 1960 como sendo o marco

inicial de um período de *détente* da Guerra Fria, marcado pelo afrouxamento da tensão entre as duas superpotências rivais, quando, após o fracasso da invasão da Baía dos Porcos, em 1961, os Estados Unidos “aceitaram uma Cuba comunista em sua soleira” (Hobsbawm, 1995, p. 239-240). Não aceitaram: o prova o conjunto dos documentos norte-americanos publicados, em sua grande maioria, posteriormente à escrituração de *Era dos extremos* pela mão de mestre de Eric Hobsbawm.

## Renato Beschizza Valentin

É doutorando em História na Universidade Estadual Paulista.

## Bibliografia

- BURT, Al. 1966. “I didn’t like Castro”, Cuban athlete says. *The Miami Herald*, 15 jun. Disponível em: <https://bit.ly/3YtwWT3>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- CAMPOS, Flávio. 2016. Política no pódio: episódios de tensão e conflito nos Jogos Olímpicos da Era Moderna. *Revista USP*, v. 108, pp. 11-20.
- CARTER, Thomas. 2008. New rules to the old game: Cuban sport and State legitimacy in the post-Soviet Era. *Identities*, v. 15, n. 2, pp. 194-215.
- CHAPPELL, Robert. 2004. Sport in Cuba: before and after ‘the wall’ came down. *The Sport Journal*, 3 jan., pp. 1-15.
- CHOMSKY, Aviva. 2015. *A history of the Cuban Revolution*. 2. ed. Chichester: Willey.
- DÍAZ, Jesús. 1966. Broncas en San Juan. *Revista CUBA*, v. 26, n. 13, pp. 44-47. Disponível em: <https://dloc.com/AA00068206/00052>. Acesso em: 17 mar. 2020.
- FERNANDES, Florestan. 2007. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular.
- GARCÍA, José Luis Rodríguez. 2011. A economia cubana: experiências e perspectivas (1989-2010). *Estudos Avançados*, v. 25, n. 72, pp. 29-44.
- GOTT, Richard. 2006. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HOBSBAWM, Eric. 1995. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- LA GRAN prueba. 1966. *Revista Cuba*, v. 26, n. 13, pp. 57-65, 8 ago. Disponível em: <https://dloc.com/AA00068206/00052>. Acesso em: 17 mar. 2020

- LLANUSA, José. 1962. *Discurso pronunciado por el diretor del INDER, José Llanusa, en la Ciudad Deportiva de La Habana, en el acto a los atletas que regresaron de Jamaica “vencedores” despues de competir en los Juegos Centroamericanos.* Disponível em: <https://bit.ly/3IIPCPI>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- LOSURDO, Domenico. 2018. *Um mundo sem guerras: a ideia de paz das promessas do passado às tragédias do presente.* São Paulo: Editora Unesp.
- MORAIS, Fernando. 2011. *Os últimos soldados da Guerra Fria: a história dos agentes secretos infiltrados por Cuba em organizações de extrema direita nos Estados Unidos.* São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. 2020. A (des)politização dos Jogos Olímpicos modernos. *História: Questões & Debates*, v. 68, n. 37, pp. 208-228.
- RUBIO, Kátia. 2010. Jogos Olímpicos na Era Moderna: uma proposta de periodização. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 24, n. 1, pp. 55-68.
- SALOMON, Rachel. 2011. Cuban baseball players, the unlucky ones: United States-Cuban professional baseball relationships should be an integral part of the United States-Cuba relationship. *The Journal of International Business & Law*, v. 10, n. 1, pp. 153-187.
- UNITED STATES. 1962. *Efforts to split the regime.* Disponível em: <https://bit.ly/3XdSrGH>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- UNITED STATES. Foreign Broadcast Information Service. 1965a. *Havana in Spanish to the Americas*, 6 jan. Disponível em: <https://bit.ly/3xnwdqY>. Acesso em: 17 abr. 2020
- UNITED STATES. 1965b. *Classified message.* Disponível em: <https://bit.ly/3jEO9dG>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- UNITED STATES. Central Intelligence Agency. 1966a. *New Cuban anti-US campaign likely.* Disponível em: <https://bit.ly/3RHcWdF>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- UNITED STATES. Central Intelligence Agency. 1966b. *Daily report: foreign radio broadcasts, vols. 111-115.* Disponível em: <https://bit.ly/40CLUiH>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- UNITED STATES. Central Intelligence Agency. 1966c. *Daily report. foreign radio broadcasts, vols. 121-125.* Disponível em: <https://bit.ly/3JNUtdi>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- UNITED STATES. 1968. *CIA operations against Cuba prior to the assassination of president John F. Kennedy on 23 November 1963.* Disponível em: <https://bit.ly/3RHONnb>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- UNITED STATES. Central Intelligence Agency. 1971a. *Contact report: report on meeting with Ammug-1 and review of Cuban mugbooks v. I.* Disponível em: <https://bit.ly/3lfc3rO>. Acesso em: 15 jan. 2021.

- UNITED STATES. Central Intelligence Agency. 1971b. *Cuban athletes who defected early last month during the Pan American Games*. Disponível em: <https://bit.ly/3DPJfRY>. Acesso em: 22 mai. 2020.
- UNITED STATES. Senate. Committee on the Judiciary. 1971c. *Communist threat to the United States through the Caribbean*. Washington: U.S. Government Printing Office. v. 25. Disponível em: <https://bit.ly/3RHr9av>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- UNITED STATES. Department of State. 1974. *Cuban athlete granted political asylum by Chilean embassy*. Disponível em: <https://bit.ly/40G4i31>. Acesso em: 11 abr. 2020.
- UNITED STATES. 1992. *Public Law 102-526, Oct. 26, 1992*. To provide for the expeditious disclosure of records relevant to the assassination of President John F. Kennedy. Disponível em: <https://bit.ly/3XcheuG>. Acesso: 7 fev. 2023.







# DO FRÁGIL CONSENSO AO RADICAL DISSENSO: RUPTURAS NAS DISPUTAS POR DIREITOS E FISSURA NO PROCESSO DEMOCRÁTICO (1990-2020)

Otávio Dias de Souza Ferreira

*Professor Colaborador na Maestria en Estado, Gobierno y Políticas Públicas, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Brasil). São Paulo, SP, Brasil. E-mail: euotavio@gmail.com*

*Orcid: 0000-0001-5659-5347.*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-129166/118>

## Introdução

Desde o início da redemocratização, ao longo dos governos civis implantados no Brasil, houve continuidades e rupturas em relação às disputas envolvendo discursos, vocabulário e práticas de direitos humanos. Este trabalho analisa esses fenômenos entre 1990 e 2020, além de sublinhar e sistematizar mudanças significativas nas disputas, auxiliando no esforço analítico maior de compreensão de processos que nos conduziram até a conjuntura que elegeu Jair Bolsonaro à Presidência da República.

Aqui, propõe-se a leitura de momentos ocorridos no decorrer de três décadas, considerando rupturas no contexto de disputas na esfera pública, numa tendência gradativa de aprofundamento do conflito. Depois de um frágil consenso inicial, o processo crescente de radicalização na disputa eleitoral coloca em risco a ordem contemporânea dos direitos humanos, a construção democrática e os avanços em matéria de participação social. A análise abrange esses processos e os correlaciona.

O recorte metodológico trabalha a partir do conceito de “esfera pública” na tradição habermasiana, admitindo fluxos dinâmicos de deliberação e circulação de discursos como processos de “circulação de poder” (Melo, 2016). Observa-se especialmente a esfera pública “central”, que abrange os debates públicos nos parlamentos e na imprensa, e os públicos “alternativos” e os “novos”, que vão se desenvolvendo e ocupando espaços paralelos de trânsito de comunicação (Cohen e Arato, 1994). Há também os contrapúblicos, que inventam e fazem circular discursos de oposição e resistência ao *establishment* da esfera pública formal. Uma espécie de contrapúblico situado mais na periferia do sistema é a dos “contrapúblicos subalternos”, que funcionam como arenas discursivas de grupos mais distantes do poder central (Fraser, 1990).

130

Adicionalmente, a imagem de eclusas, dentro de um sistema de comportas, é salutar para representar o processo segundo o qual determinadas narrativas e públicos “da periferia” logram galgar progressivamente relevância na esfera pública, até o atingir o patamar mais elevado (Peters, 1992 *apud* Melo, 2015).

Na história moderna, Cohen e Arato (1994) identificaram dois movimentos paralelos: um dominante, de colonização da cultura por dinheiro e poder; e outro, mais inclusivo e pluralista, de democratização e modernização de elementos como a cultura, a sociedade e a personalidade. Ambos os movimentos aparecem ao longo desse período estudado.

A investigação utiliza um amplo banco de dados construído no software Nvivo Pro, versão 12, composto por reportagens de jornais, artigos de opinião<sup>1</sup>, discursos de autoridades, artigos acadêmicos e impressões de páginas da

---

<sup>1</sup> O banco de dados foi construído a partir da ampliação do banco de dados de recortes de jornais sobre direitos humanos do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). Em anos mais remotos, a principal fonte complementar utilizada foram os arquivos da *Folha de S.Paulo*.

internet, complementado por entrevistas com atores importantes nas disputas envolvendo direitos humanos no país nas últimas décadas, da direita à esquerda do espectro político ideológico, realizadas pelo autor.

Além desta introdução e de um breve fechamento, o artigo conta com quatro sessões descrevendo cronologicamente o processo, sistematizando os diferentes momentos ocorridos, considerando as rupturas e conflitos nas narrativas e práticas políticas relacionadas aos direitos humanos. Destacam-se as disputas em torno da concepção e esgarçamento do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), ressignificando essa construção política enquanto marco histórico significativo na compreensão do processo de erosão da democracia no Brasil. Os conflitos se aprofundaram na esfera pública, com o fortalecimento de determinados públicos e discursos, com destaque para pautas antidemocráticas, contra as políticas de participação social e de repúdio às edificações históricas de direitos humanos.

131

### **Do suposto consenso inicial**

Esse primeiro momento histórico abordado compreende quase toda a década de 1990, no período subsequente à queda do muro de Berlim e do alardeado “fim da história” (Fukuyama, 1992), quando se comemorava o consenso inédito na agenda dos direitos humanos conquistado na Convenção de Viena. Negando a ideia difusa de que nos anos 1990 se teria logrado a superação das ideologias do século XX, Traverso (2018 p. 132) prefere definir tal momento histórico como de consagração de uma ideologia única de “idolatria do mercado”.

A década de 1990 foi, em grande parte da América Latina, marcada por reformas liberalizantes, quando o ideário de um certo modelo contemporâneo de liberalismo econômico ganhava considerável apelo, mitigando-se o papel

interventor do Estado na economia e as políticas comerciais protecionistas<sup>2</sup>.

As narrativas de direitos humanos nesse primeiro momento sintonizaram-se com orientações formadas a partir dos esforços internacionais de “reconstrução” (Lafer, 1997) ou de “afirmação” “universal e positiva” (Bobbio, 1992, p. 30) dos direitos humanos no pós-Segunda Guerra Mundial. As práticas dominantes, entretanto, seguiram a tradição mais liberal em torno de direitos humanos, primando pelas liberdades civis e políticas.

Depois de 21 anos de Ditadura Civil-Militar e sistemáticas violações de direitos humanos, o Brasil teve, em 1985, o retorno de um civil para a Presidência da República. As campanhas pela Anistia e Diretas Já, além das mobilizações de vários setores da sociedade civil organizada e de movimentos sociais e o relatório Brasil Nunca Mais, somaram-se enquanto esforços para superar práticas e instituições do regime autoritário, em um cenário que conduziu o vocabulário dos direitos humanos para a centralidade da esfera pública, sendo articulado por atores da direita à esquerda no espectro político ideológico. Em 1988, a Constituição Federal proclamou um Estado Democrático de Direito.

Quando o primeiro presidente civil foi eleito pelo voto direto da população, em 1989, parecia consagrado o consenso nas elites políticas e em parcelas da população sobre a importância dos direitos humanos e da democracia. Foi assim que o presidente Fernando Collor de Mello assumiu o governo em 1990, e, no curto período no poder, ratificou a

---

<sup>2</sup> Embora haja variações envolvendo a definição de neoliberalismo, que varia conforme contextos políticos específicos e a escolas teóricas com a de Chicago e a Austríaca, vamos tratar de forma genérica do receituário liberal adotado por países latino-americanos na insurgência contra correntes desenvolvimentistas, populistas, comunistas e mesmo nacionalistas, preconizando uma receita de salvação que consistiria em: “forte ação governamental contra os sindicatos e prioridade para uma política anti-inflacionária monetarista (doar a quem doar) – reformas orientadas para e pelo mercado ‘libertando’ o capital dos controles estatais [...]” (Moraes, 2001, p. 28).

Convenção Sobre os Direitos da Criança, os Pactos de 1966 e o Pacto de San José da Costa Rica, este que inseriu definitivamente – embora de forma tardia, se comparado aos vizinhos do continente – o país no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (Piovesan, 2001). Na gestão de seu vice, Itamar Franco, destaca-se o protagonismo da representação diplomática brasileira na Convenção de Viena, em 1993<sup>3</sup>. Ambos os mandatários declararam apreço pelos direitos humanos, pelas liberdades e pela democracia (Brasil, [2020]).

O repúdio à extrema violência provocada no episódio de assassinato de 111 detentos na Casa de Detenção de São Paulo, amplamente divulgado na imprensa, causou comoção na esfera pública nacional e internacional. As campanhas eleitorais vitoriosas nos anos seguintes para o Governo de São Paulo (Mário Covas) e da União Federal (Fernando Henrique Cardoso) mobilizaram a defesa dos direitos humanos nos debates (Adorno, 1999; Teixeira, 2009).

Em 1993, realizou-se a Convenção de Viena, evento que contou com a representação de 171 Estados, resultando em conquistas importantes para o sistema internacional dos direitos humanos, consagrando-se, então, a indivisibilidade e a interdependência desses direitos basilares. Celebrada após a queda do Muro de Berlim, teria marcado o período de “ápice dos direitos humanos” (Alves, 2012, p. 62), muito em razão da amplitude do inédito consenso internacional em torno dos direitos humanos.

No discurso de lançamento de projetos de lei na área de direitos humanos, assim se manifestou o novo presidente da República Fernando Henrique Cardoso:

Desde que assumi o governo, temos tentado mostrar, na Semana da Pátria, que direitos humanos são parte constitutiva da democracia. E direito humano significa

---

<sup>3</sup> Sobre o papel do Brasil na Convenção de Viena, ver: Alves (1994).

ampliação de participação, limitação da exclusão social. Exclusão social se faz em vários níveis. Um deles são os portadores de deficiência. Mas não é o único. Há muitos outros níveis em que se deve colocar a questão da necessidade de incluir aqueles que estão fora dos direitos assegurados, muitas vezes pela lei, mas em que não há, ainda, condições sociais e econômicas para que eles tenham plena vigência. (Cardoso, 1997)

Fernando Henrique Cardoso mobilizou reiteradamente os vocabulários de direitos humanos. Sua gestão promoveu avanços significativos na institucionalização dos direitos humanos no país e, no primeiro ano de governo, o então presidente criou o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, que seria, por vezes, entregue pessoalmente por ele, simbolizando o prestígio institucional dedicado à temática (FH..., 1996). Em 1997, foi criada a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (Gielow, 1997).

134

Ao longo de seus dois governos, ratificou-se a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, Erradicar a Violência contra a Mulher, o Protocolo à Convenção Americana referente à Abolição da Pena de Morte e o Protocolo à Convenção Americana referente aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador). Nesse período, também foi reconhecida, no Brasil, a competência da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Piovesan, 2001). Construiu-se, mediante processo amplo de consultas públicas, os primeiros dois Programas Nacionais de Direitos Humanos, em 1996 e 2002. A Comissão de Mortos e Desaparecidos, em 1995, e a Comissão de Anistia, em 2001, foram concebidas. A Lei Contra a Tortura foi sancionada em 1997, e, em 2001, foi realizada a Campanha Nacional contra Tortura. Ligada ao Ministério da Justiça foi desenhada a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, em 1997, para dois anos depois transformá-la em Secretaria de

Estado dos Direitos Humanos, quando se elevou o secretário da pasta ao status de ministro de Estado<sup>4</sup>.

Algumas de suas práticas políticas, porém, especialmente no campo de política econômica e dos direitos sociais, não passaram imunes a críticas, vozes ainda com reduzida reverberação na esfera pública central que foram gradativamente ocupando espaços a partir de públicos alternativos da esquerda no espectro político ideológico e se aproximaram da esfera pública central, mostrando que o suposto consenso de práticas e narrativas não era fundado em bases tão sólidas.

### **Conflitos entre progressistas**

Apesar do multipartidarismo consagrado da Nova República, formou-se, em 1994, tendo durado até 2014, a disputa reiterada nas eleições para a Presidência entre dois partidos políticos: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT).

Parte significativa da elite política desses dois partidos políticos hegemônicos nesse período tinha se aliado alguns anos antes contra a Ditadura Militar em lutas como a da Anistia e das Diretas Já. Muitos dos fundadores das siglas haviam sido perseguidos pelo regime anterior, sofreram violações terríveis de direitos humanos e aprenderam a valorizar e a mobilizar o vocabulário de direitos humanos, compartilhando visões que podemos chamar de progressistas. Quando no poder, ambos trouxeram contribuições significativas para a defesa e promoção dos direitos humanos.

Derrotado reiteradamente nas primeiras disputas e liderando a oposição até o final de 2002, o PT seguiu construindo retóricas críticas ao adversário, algumas convertidas em políticas públicas em outras esferas da federação, adequando e modificando suas estratégias ao longo do tempo.

---

<sup>4</sup> Sobre as realizações desse período, recomenda-se a leitura do artigo de Ballestrin (2008).



Mesmo depois de chegar ao poder, certas narrativas continuaram a ser alimentadas em uma lógica que logrou repaginar disputas tradicionais em torno dos direitos humanos da época da Guerra Fria e que colocava, do lado do bloco estadunidense, a primazia dos direitos civis e políticos sobre os sociais, econômicos e culturais, e, do lado soviético, a maior importância dos últimos em relação aos primeiros<sup>5</sup>. Além de enfatizar os direitos sociais, essa lógica incluiu na agenda a valorização da participação social e mirou os direitos civis e políticos de minorias e alguns direitos difusos e coletivos, como o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, mesmo que mais no âmbito do discurso e das narrativas do que em políticas públicas efetivas.

Entre os feitos dos governos do PT no campo de direitos humanos, costumam ser destacadas principalmente as conquistas em políticas sociais, que beneficiaram populações pobres – como políticas de transferência de renda, de melhoria no acesso a energia, água e educação, incidindo positivamente sobre índices de escolaridade, emprego e renda e negativamente sobre a mortalidade infantil (Arretche, 2015; Guerra et al., 2015). Merecem registro outras realizações como a elaboração do Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2007, e do PNDH-3, em 2009, a criação da Comissão Interministerial Araguaia, em 2003, e da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, além do aprofundamento de arranjos democráticos, que atraíram muitos atores da sociedade civil para perto do Estado, influenciando positivamente na concepção e no aperfeiçoamento de políticas públicas para determinados grupos. Em 2010, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos foi elevada à

---

<sup>5</sup> Tal disputa política foi importante na segunda metade do século XX, inviabilizou a concretização de um tratado único sobre direitos humanos no fim dos anos 1940 e conduziu à elaboração de dois tratados, em 1966: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, encabeçado pelos Estados Unidos, e o Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, sob a batuta da União Soviética.

condição de Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

As diferenças em visões de política econômica em relação aos direitos sociais foram muito mobilizadas nas disputas entre os dois partidos, especialmente a partir da esquerda, desde quando se situava na oposição. No campo econômico, as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso registraram algumas continuidades em relação aos dois governos civis anteriores no avanço de ajustes liberais, incluindo a reforma do Estado. Na política austera de combate à inflação, um dos alvos foi o fim da vinculação de receitas para políticas sociais consagradas no capítulo da Ordem Social da Constituição de 1988 (Fagnani, 2017). Depois do sucesso da campanha pela reeleição e uma vitória no primeiro turno, não se logrou a desejada transição da passagem de estabilização para o crescimento.

O contexto internacional não colaborou, tendo em vista os tempos de crises internacionais do México (1994) e da Rússia (1998). O real se desvalorizou bastante, o Produto Interno Bruto (PIB) não crescia e vários protestos começaram a se difundir no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. A gota d'água para sepultar a popularidade do presidente foi a crise de energia conhecida como o "apagão" (Lamounier, 2005). Mesmo que a experiência brasileira de controle da inflação tenha sido uma conquista econômica relevante almejada há muitos anos por economistas do continente, com impactos sociais significativos, não foi suficiente para reduzir desigualdades sociais e a miséria estrutural, que se aprofundaram durante a estagnação econômica dos anos 1990 (Fagnani, 2017, p. 5).

Esse ideário de ajustes liberalizantes foi reproduzido com diferentes intensidades em vizinhos da América Latina nos anos 1990. Em face dele, a oposição à esquerda no espectro político ideológico explorou narrativas salientando os custos sociais significativos de tais políticas, reivindicando, em seu

lugar, a necessidade imperiosa de políticas redistributivas. Ao lado de atores sociais diversos, como movimentos sociais e numerosas organizações da sociedade civil, enfatizou-se a importância dos direitos sociais da população, ameaçados pelo viés liberalizante de suas políticas econômicas.

É fundamental destacar que o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, de 1996, praticamente silenciou em relação aos direitos sociais, econômicos e políticos, o que foi incorporado apenas no segundo programa, em 2002, em razão das críticas recebidas e da mudança do ambiente político (Ballestrin, 2008).

No início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, no final de 1998, evidenciou-se o aprofundamento da crise econômica. O Real se desvalorizou, aniquilando expectativas sobre uma prometida guinada. A popularidade do então Presidente declinou.

138

Esta alteração brusca dos rumos traçados resultou num crescimento econômico próximo de zero, logo no primeiro ano do segundo mandato, que estava programado para ser o “ano da virada”. Isso fez com que rapidamente se desintegrasse a imagem positiva do governo do presidente Fernando Henrique – percebido à época da fácil reeleição como o único capaz de conduzir o país a um porto seguro. Os índices de impopularidade elevaram-se significativamente e o quadro não foi revertido até o fim do segundo mandato. (Couto e Abrucio, 2003, p. 284)

Nos dois governos de FHC houve esforços no sentido de implementar acordos e convenções internacionais de direitos humanos. O 2º PNDH foi uma das prioridades da segunda gestão de FHC. Concluído em 2002, teve a pretensão de superar pontos objeto de críticas. Incluiu direitos econômicos, sociais e culturais e abrangeu demandas de grupos sociais sub-representados como a população

LGBTQIA+, indígenas, idosos e portadores de necessidades especiais. Em ambos, os primeiros programas as linhas de ações estimularam programas de atendimento a vítimas de discriminação e a criação de conselhos de políticas públicas (Adorno, 2003)<sup>6</sup>.

Embora já houvesse críticas de natureza similar desde o Governo Collor, a força nacional e internacional da esquerda pautando discursos e narrativas foi relativamente pequena até o aprofundamento da recessão econômica. A linha narrativa utilizando o vocabulário dos direitos humanos vinha sendo desenvolvida ao longo de anos e teria alguma centralidade nas disputas eleitorais seguintes. A esquerda conquistava crescente destaque na esfera pública dentro do país e do continente.

Desde a chegada de Hugo Chávez ao poder na Venezuela, em 1998, representantes situados à esquerda no espectro político ideológico começaram a lograr sucesso em várias eleições presidenciais no continente, como na Argentina, Equador, Uruguai, Chile, Bolívia, Nicarágua, Honduras, Paraguai e El Salvador, no fenômeno que veio a ser conhecido como Virada à Esquerda (Levitsky e Roberts, 2011), ou Maré Rosa (Lievesley e Gudlam, 2011), na América Latina. De mais moderados a mais radicais, essas lideranças tinham em comum alguns elementos como uma alternativa ao viés neoliberal predominante na década anterior e como resistência à tradicional influência estadunidense no continente. A própria cor rosa, em vez da vermelha, visa dar conta da heterogeneidade das lideranças e das políticas adotadas.

---

<sup>6</sup> Registra-se que em 2007 foi lançado o Programa Estadual de Direitos Humanos de São Paulo, a partir de esforços de consultas públicas e conferências promovidas pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o Conselho de Defesa da Pessoa Humana e a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. O deputado estadual Renato Simões (PT), uma das lideranças na Alesp, elogiou os avanços daquele programa em relação ao federal e o compromisso assumido pelo então governador Mário Covas (PSDB) com aqueles conteúdos (Ferreira, 2019b).

Era a época também dos movimentos antiglobalização ou altermundistas, registrando protestos em todo o mundo contra a ordem econômica liberal e as injustiças que ela produziria, enfatizando pautas de viés contracultural, denunciando a opressão contra minorias, tendo na liderança, geralmente, uma série de coletivos, fóruns e redes de atores da sociedade civil (Gerbaudo, 2017). O Fórum Social Mundial, realizado inicialmente na cidade de Porto Alegre, reunia multidões a cada ano, com o slogan “Um Novo Mundo é Possível”.

Associa-se o início da Maré Rosa no Brasil com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, em 2003. Sua campanha inicial, de um lado, adotou postura defensiva, afirmando a importância de uma economia sólida e da conciliação naquela sociedade dividida, flertando com os desejos – e atenuando os medos – do mercado desaquecido no cenário de estagnação, inclusive nomeando para vice-presidente uma figura do Partido Liberal, simpática ao olhar dos empresários; e, de outro, foi ofensiva e propositiva, atacando duramente o abandono da área social por parte dos governos anteriores, prometendo a valorização do trabalho, com a produção de empregos e geração de renda (Freitas, 2019). Aqueles públicos, antes alternativos, foram alçados à esfera pública central.

Apesar de uma estratégia exitosa mais alinhada aos interesses do capital, é notória, na gênese da história política de Lula, sua defesa dos direitos de operários da indústria automobilística em São Bernardo e sua ligação com os direitos sociais. Não foi por acaso que, em 2003, o presidente recém-empossado fez questão de discursar na cerimônia de instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, quando advogou o acesso de todos: “[...] às coisas elementares que todo ser humano deve ter: o direito de trabalhar, o direito de morar, o direito de estudar, o direito de ter acesso à saúde e o direito de tomar café, almoçar e

jantar todo santo dia” (Pronunciamento..., 2003). Depois dos primeiros anos de “continuísmo” em políticas macroeconômicas ortodoxas de ajustes fiscais em relação ao período anterior, a partir de 2007, ano em que o Programa de Aceleração do Crescimento foi lançado, o governo federal passou a adotar uma postura inovadora e mais agressiva em investimentos em infraestrutura e em políticas redistributivas (Fagnani, 2017). O Brasil conhecia ali um período de crescimento econômico significativo, com redistribuição, que se manteve mesmo após a eclosão da crise econômica estadunidense, de 2008.

Sem abandonar o discurso em defesa da estabilidade macroeconômica, foi a partir da segunda eleição, em 2006, e daí em diante nas eleições seguintes, que a agenda de políticas redistributivas e de combate às desigualdades e à miséria foi explorada com maior destaque. Foi quando se configurou um realinhamento do eleitorado do PT. Substituiu-se parcela dos eleitores das classes médias da primeira eleição por eleitores das camadas mais pobres da sociedade, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, mas sem perder a relevância no Sul e Sudeste (Singer, 2009).

A celebração de conquistas em direitos sociais está registrada no discurso de posse de Lula em seu segundo mandato:

Eu tenho noção do que significa as coisas que nós fizemos, tenho noção que já fizemos muito. Mas, ao mesmo tempo, tenho noção que diante das necessidades do povo e diante da quantidade de décadas e décadas de dívida social com o povo brasileiro, mesmo fazendo muito, nós fizemos muito menos do que aquilo que precisa ser feito para que a gente possa tornar o Brasil um país mais justo, mais equânime, onde todas as pessoas possam conquistar a cidadania plena, com o direito de trabalhar, de estudar, de ter acesso à cultura, ao lazer, a tomar café de manhã, almoçar, jantar, tirar férias e cuidar da sua família. (Silva, 2007)

Tal disputa de narrativas e práticas envolveu outro elemento que remete aos direitos civis e políticos de minorias e à defesa e promoção de interesses coletivos e difusos, a partir da relevância dedicada ao valor da participação e inclusão de grupos sociais na política. Os processos e arranjos de participação popular foram estimulados nos governos do PT, e as experiências de participação foram consideravelmente ampliadas em relação aos governos anteriores (Mateos, 2011). Estudos mostram que a participação se constituiu como diretriz fundamental para esse partido político, desde sua fundação e experiências mais locais até o âmbito da União, inspirando numerosas experiências de políticas públicas, passando por orçamento participativo, ouvidorias, consultas públicas, conselhos de políticas públicas, conferências locais, regionais e nacionais (Baiocchi, 2017; Bezerra, 2019).

142

[...] há uma dinâmica relacional, em que a adoção de diferentes instituições participativas para a concretização da diretriz da participação simultaneamente molda e reflete as preferências ideológicas partidárias. Se, por um lado, a diretriz da participação vem do processo fundacional do partido e de sua origem movimentista, o modo de colocar em prática essa diretriz é feito de forma experimentalista e difusa, sendo as experiências bem-sucedidas posteriormente incorporadas pelo partido e difundidas enquanto tal. (Bezerra, 2019, p. 2)

Levando essa constatação para o campo dos direitos humanos, os governos do PT ampliaram significativamente práticas de participação institucionalizada, garantindo maior porosidade do Estado para o ingresso na esfera pública central de demandas de atores sociais distintos representantes de minorias e de interesses difusos e coletivos e para o próprio funcionamento dos controles democráticos (Peruzzotti,

2006)<sup>7</sup>. O processo participativo amplo de construção do PNDH-3 e os princípios consagrados no documento – como a transversalidade das políticas públicas, a centralidade do desenvolvimento de forma sustentável como direito humano e o combate às desigualdades estruturais – são constatações dessa tendência. Importa ressaltar que a indivisibilidade e interdependência dos direitos foi afirmada de modo peremptório no programa.

Se a elaboração dos referidos dois Programas Nacionais de Direitos Humanos anteriores foi precedida de consultas públicas amplas, contando com seis grandes Conferências Nacionais de Direitos Humanos, a construção do PNDH-3 foi antecedida por outras 74 conferências posteriores focadas em temáticas plurais (Moutinho, Aguião e Neves, 2018).

Resultado de processos participativos envolvendo amplos setores populares, as mais diversas minorias, o PNDH-3 sagrou-se como uma agenda política transversal do governo, envolvendo compromissos ambiciosos e nomeando as responsabilidades dos gestores das pastas mais diversas. Os direitos em todas as suas categorias ganharam espaço, afirmando a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, superando a própria dicotomia anterior que enfatizava os direitos sociais. Em determinados assuntos, assumiu posições ousadas, como tocar na questão do direito à verdade e à memória, ou em relação ao aborto, à regulação da imprensa ou ao direito à propriedade, superando em audácia os programas anteriores, construídos durante os Governos FHC. Afastando-se do padrão moderado e conciliador dos governos petistas até então<sup>8</sup>, o PNDH-3 adquiriu contornos de maior radicalidade à esquerda.

143

---

<sup>7</sup> Elevar as demandas desses atores para o centro da esfera pública nem sempre significa concretização de políticas públicas. Quando efetivamente concretizadas, a participação social na concepção dessas políticas tende a produzir impacto positivo sobre os seus desenhos.

<sup>8</sup> Esse padrão conciliador é bem descrito por Singer (2012) como uma das características do fenômeno que chama de Lulismo.



Essa “origem movimentista” e a valorização das práticas da participação social, encontram similaridades em outros governos da Virada à Esquerda na América Latina. A participação como ideário e diretriz povoou as narrativas de tais governos, exaltando a participação como uma marca política, na diferenciação de opositores, considerados menos inclusivos e menos democráticos. Toda a construção democrática do PNDH-3 representou o ápice de processos de aprofundamento da democracia e de edificação de um aparato de defesa e promoção de direitos humanos no país, que foram ganhando corpo desde o início dos governos do PSDB no estado de São Paulo e no Brasil.

### **Coalizão conservadora**

A permanência longa da esquerda no poder em vários países no continente latino-americano incomodou muitos atores sociais no Brasil e no exterior.

144

Estudo sobre a repercussão do PNDH-3 em três dos principais jornais da imprensa escrita do país (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*) constatou o ataque duro e sistemático, mostrando-o como “[...] antidemocrático e com intenções eleitorais, induzindo o leitor a encarar o Programa Nacional de Direitos Humanos como uma ferramenta de doutrinação ideológica e revanchista” (D’Addio, 2016, p. 120).

Mais avermelhado que rosa, para servir-se da metáfora de cores, o PNDH-3 se constituiu como alvo preferencial da aliança ampla orquestrada inicialmente em quatro frentes: proprietários rurais e urbanos, religiosos conservadores de diversos credos, dos grupos “pró-vida” (Luna, 2014) –, civis e militares apoiadores dos governos militares e imprensa corporativa (Adorno, 2010; Ferreira, 2019; Mehl, 2019).

Um momento emblemático de ataques deu-se em março de 2010, no âmbito do 3º Encontro pela Democracia, quando o PNDH-3 foi apresentado reiteradamente como

uma grande ameaça à democracia (Grupo Inconfidência, s.d.). Na ocasião, se reuniram vários grupos da sociedade civil da direita e lideranças políticas, como o presidente do Clube Militar do Rio de Janeiro, general Gilberto Barbosa Figueiredo, o general Marco Antonio Felício da Silva, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Waldemar Zveiter, o jornalista do *Estadão* Antonio Carlos Pereira, e o advogado Ives Gandra Martins.

Em outras oportunidades, o repúdio ao PNDH-3 atingiu outros públicos. No campo conservador, o banco de dados reuniu declarações de Ives Gandra Martins Filho, do deputado Jair Bolsonaro, do herdeiro da família imperial dom Bertrand de Orleans e Bragança, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) do Rio de Janeiro, do bispo de Guarulhos e da Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família da CNBB. No campo da direita liberal, apareceu em escritos de Rodrigo Constantino, Henrique Sartori Giovana Stefani, publicados nas páginas de *think tanks* liberais, e do jornalista Reinaldo Azevedo, na revista *Veja*. Entidades diversas protestaram publicamente contra o PNDH-3, como: a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, o Sindicato de Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Associação Nacional dos Jornais, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV, a Associação Nacional dos Editores de Revistas, a Associação do Voto Democrático Distrital, o Foro da Democracia Representativa, o Foro do Brasil, o Grupo Atitude Nacional, o Grupo Guararapes, o Grupo Inconfidência, o Movimento Endireita Brasil, o Movimento Verde Amarelo/RS, o Grupo Terrorismo Nunca Mais e a União Nacionalista Democrática. A maioria dessas manifestações miraram não apenas os conteúdos do documento, mas questionaram sua forma, deslegitimando especialmente os mecanismos de participação social que lhe deram origem (Ferreira, 2019). Até o ex-presidente Fernando Henrique

Cardoso, apesar de biografia associada à defesa dos direitos humanos, aderiu à onda de ataques ao PNDH-3, em palestra na 23ª edição do Fórum da Liberdade. Considerou o modelo de consultas públicas adotado como não democrático e tendente ao autoritarismo e alertou para uma suposta tendência histórica de os perigos contra as liberdades surgirem justamente “de baixo, e não de quem está no topo”. Concluiu apostando que “[...] este modelo não vai passar. Quem acha que tem a chave para tudo acaba impondo. Não se pode ser a favor dos Direitos Humanos aqui e se ser contrário em Cuba” (Vigna, 2010).

146

Essa ofensiva operou também a partir de um instrumental novo de difusão na sociedade: o uso de redes sociais e mídias digitais. Exatamente naquele momento, o acesso à internet se ampliava significativamente no Brasil<sup>9</sup>. Sabe-se que contrapúblicos da direita tiveram pioneirismo no domínio e utilização das novas mídias e das redes para fins políticos no exterior (Moore, 2018; Mounk, 2019) e no Brasil (Messemberg, 2017; Fucs, 2017).

Em fevereiro de 2010, o governo sofreu um revés na Comissão de Constituição e Justiça, quando a maioria no colegiado (9x7) decidiu em favor do pleito da oposição no sentido de convocar a ministra da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos sobre o PNDH-3 (Chagas, 2010).

Em face dos ataques, o governo não bancou a manutenção do programa em sua integralidade por muito tempo. Em maio de 2010, houve recuos significativos em alguns pontos do PNDH-3 que causaram polêmicas na esfera pública. O Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, alterou a redação de sete itens e revogou duas ações programáticas.

---

<sup>9</sup> Em 2011 o Brasil chegava a 73,9 milhões de pessoas com acesso à internet, sendo 43,2 milhões usuários ativos. Ano a ano, os registros de acesso expandiam-se consideravelmente (Brasil..., 2011).

Acrescenta-se que, algum tempo depois, a então candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, cederia novamente em matéria do PNDH-3, admitindo publicamente a revogação completa da discussão sobre o aborto do programa (Lima, 2010).

Diante do momento político e econômico plenamente favorável, surpreendem as derrotas. Esses recuos deslegitimaram e desmotivaram parte de suas bases de apoio popular que se envolveram nos processos participativos e encorajaram uma oposição que parecia enfraquecida e desacreditada.

A importância do PNDH-3 como catalizador e aglutinador da direita contra a esquerda conduziu o tema dos direitos humanos para uma disputa que ganhou fôlego com a Comissão Nacional da Verdade, o grande fruto do programa que saiu do papel. Desde o decreto de sua fundação, em 2011, e durante todo o tempo em que esteve em funcionamento, entre 2012 e 2014, foi alvo constante de ataques dos diversos grupos que se aliaram contra o PNDH-3, com algum protagonismo de atores individuais e coletivos simpáticos ao Regime Militar e de certas narrativas por eles defendidas na esfera pública.

Alguns exemplos reunidos no banco de dados são declarações do influenciador Olavo de Carvalho, dos jornalistas Boris Casoy e Alexandre Garcia, vídeos do “Brasil Paralelo”, artigo de opinião e entrevistas do deputado Jair Bolsonaro, do jurista Ives Gandra e de generais e simpatizantes de militares no *Jornal Inconfidência* e em *think tanks* liberais como o Instituto Liberal e o Instituto Millenium, inclusive com a publicação de nova edição do livro *Orvil*, além de memes diversos difundidos nas redes sociais digitais. O Clube Naval anunciou a criação de uma comissão da verdade paralela à oficial (Ferreira, 2019b).

Embora constituído o colegiado da Comissão Nacional da Verdade em meio a evento pomposo, contando com a presença de todos os ex-presidentes civis vivos, gradativamente

foi perdendo respaldo político das autoridades e sem conquistar prestígio com parcelas significativas da opinião pública, a ponto de o Relatório Final ter sido entregue em cerimônia modesta e de suas recomendações terem sido ignoradas. Na imprensa corporativa foi identificada uma postura ambígua, como em editoriais que relativizaram a importância da iniciativa (Ferreira, 2019b).

Várias reações nos depoimentos prestados para essa pesquisa sobre a Comissão Nacional da Verdade foram negativas. Para Conte Lopes, as autoridades deveriam mirar no futuro, não num passado tão distante. Ribas Paiva asseverou que abusos foram cometidos pelos dois lados. “Uma piada”, foi como o coronel Telhada tratou da iniciativa, por ter supostamente investigado “um lado só”. Carla Zambelli lamentou que os atos terroristas da esquerda não tenham sido investigados. Marcello Reis classificou o trabalho da Comissão como uma “inverdade”. Tais atores compartilham entre si algum saudosismo em relação ao período da ditadura (Ferreira, 2019b).

148

Em sentido diverso, Paulo Sérgio Pinheiro, um dos integrantes do colegiado, elogiou os esforços dos três presidentes para a viabilização do colegiado: FHC, Dilma e Lula. Adriano Diogo considerou tão importante a iniciativa que reproduziu uma comissão similar na Alesp (Ferreira, 2019b).

A partir dos ataques ao PNDH-3 e à Comissão Nacional da Verdade, alguns contrapúblicos, agindo em comunidades em redes sociais digitais, passaram a produzir e a difundir discursos em diversos influxos comunicativos na esfera pública. Suas teses ganharam maior reverberação, especialmente com as perspectivas negacionistas em relação à história do período da Ditadura Militar e às acusações de violências criminosas por parte dos agentes do Estado (Ferreira, 2019b). Paralelamente, os direitos humanos estiveram sob ataque também por parte de discursos de religiosos, importando correntes de orientação moralista identificados com a

expressão provida<sup>10</sup>. Por seu turno, a ideia de direitos sociais e econômicos foi repudiada nos discursos de liberais<sup>11</sup>. No âmbito dessa aliança, por vezes esses discursos apresentaram formas combinadas e sincréticas em fóruns e manifestações dos atores políticos na esfera pública<sup>12</sup>.

Elementos marcantes nos discursos sobre direitos humanos difundidos contra a esquerda no poder foram: a acusação de flerte com o autoritarismo, com o comunismo e de desprezo pela democracia e pelas liberdades, o ataque às reivindicações dos atores sociais envolvidos na concepção do PNDH-3 e a acusação de ilegitimidade desses mesmos atores sociais e dos processos de consulta pública promovidos por meio dos novos arranjos democráticos vigentes.

Contrapúblicos da direita política passaram a conduzir essa disputa na esfera pública central, ocupando espaços nos parlamentos tradicionalmente dominados pela esquerda como as Comissões Permanentes de Direitos Humanos. Há evidências desse movimento em diferentes entes federativos. Houve a reforma das comissões da Alesp, em 2011, que reduziu as atribuições da antiga Comissão de Direitos Humanos. Na Câmara Municipal de São Paulo, em 2013, o suposto interesse do então vereador Coronel Telhada pela Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, gerou enorme celeuma na esfera pública. Em 2015, a polêmica foi repaginada quando da eleição do Coronel Telhada para a Assembleia Legislativa.

149

---

<sup>10</sup> Na pauta do aborto, entre os entrevistados pelo autor situados à direita no espectro político ideológico, apenas o bispo Oliveira, da Igreja Mundial do Reino de Deus, posicionou-se contra a intervenção na gravidez em qualquer hipótese. Prevaleceu a concordância com as exceções legais previstas no ordenamento brasileiro (Ferreira, 2019b). Sobre as tendências ideológicas de evangélicos brasileiros, recomenda-se a leitura de Almeida (2019).

<sup>11</sup> Nas entrevistas colhidas, tal posição foi abraçada pelo influenciador autodefinido como “ultraliberal” Geanluca Lorenzon (Ferreira, 2019b).

<sup>12</sup> Exemplos de conteúdos dessa natureza apareceram em edições do Fórum da Liberdade, no 3º Encontro pela Democracia, no Jornal Inconfidência e em páginas da internet de *think tanks*, como o Instituto Liberal e o Instituto Millenium.

Na Câmara dos Deputados, em 2013, a eleição do deputado Pastor Feliciano para a Comissão de Direitos Humanos marcou novo episódio dessa tendência (Ferreira, 2019b).

## Disputas intensas

O último momento constitui o contemporâneo. Essa aliança de oposição e de todo um longo esforço comunicativo provocado por públicos alternativos, contrapúblicos, e inclusive contrapúblicos subalternos, atuando desde a imprensa corporativa tradicional até as redes sociais digitais, conquistou numerosos simpatizantes de diversos perfis etários e socioeconômicos. As tensões se acentuaram.

A partir da onda de protestos no Brasil de junho de 2013, registrou-se enfraquecimento do respaldo popular aos governantes no poder em face das críticas e demandas conduzidas nas ruas e do apelo por novas narrativas *antiestablishment* e atores identificados com elas. Não foi um fenômeno exclusivamente brasileiro, tendo sido registrada uma onda de protestos com certas similaridades em vários lugares do mundo. Na análise de Gerbaudo (2017), tais movimentos seriam significativamente distintos daqueles altermundistas da década anterior, tendo um caráter mais nacional, em vez de global, tendo uma identidade mais voltada às maiorias e a um populismo democrático, em vez de minorias, além de serem fortemente difundidos a partir da popularização de novas tecnologias de comunicação e sua lógica de redes sociais digitais. No Brasil e em boa parte do continente, isso significou o reforço das retóricas difundidas pela oposição, contra as autoridades e as políticas vigentes de orientação à esquerda no espectro político ideológico.

Outro fenômeno a ressaltar, dessa vez particular do Brasil, especialmente a partir de 2014, deu-se com as investidas sistemáticas da chamada Operação Lava-Jato, abalando frontalmente a imagem e as pretensões políticas das principais lideranças do PT e de sua coalizão no governo

e solapando os negócios, os atores e os setores do mercado nacional que tiveram protagonismo na promoção do recente crescimento econômico do país. Foi viabilizada por uma autodenominada Força-Tarefa que aliou significativamente os esforços de autoridades das Polícias Federais e do Ministério Público com determinadas autoridades do judiciário e que se utilizou estrategicamente dos holofotes da imprensa corporativa brasileira.

Depois do crescimento elevado da economia brasileira desde 2004, com alguma desaceleração a partir de 2010, em 2014 ela ingressou em período de estagnação. A conjuntura econômica internacional não era favorável, salientando que a imensa Crise de 2008 não teve um impacto imediato severo no Brasil devido ao aquecimento do mercado de *commodities* até 2010. O processo de desindustrialização de muitas economias, fenômeno contemporâneo global, não foi revertido no Brasil, e a conjuntura internacional favoreceu, em parte, a reprimarização de pautas de exportação. O país registrou perda significativa de arrecadação e as estratégias de ajustes adotadas almejando o controle da recessão não obtiveram sucesso (Guerra et al., 2017).

O processo complexo de desgaste político que se desenhou desde a vitória de Dilma nas eleições de 2014, sem a aceitação dos resultados pelo adversário, seguida pela conturbada eleição do algoz Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados e pelas investidas reiteradas da Operação Lava-Jato, desaguou no processo de Impeachment que retirou Dilma Rousseff, em 2016, encerrando o período da Maré Rosa no Brasil<sup>13</sup>.

O vice-presidente, Michel Temer, assumiu o poder costurando coalizão com a oposição, contando com grande base de apoio da maioria do Congresso e do próprio PSDB. Iniciou-se

---

<sup>13</sup> Recomenda-se, para entender tal processo em pormenores, a leitura de: Singer (2018).



ali um processo de desmantelamento de determinadas políticas sociais, inclusive dos arranjos de participação social.

Em matéria de direitos humanos, ressalta-se ataques ao financiamento de políticas sociais e aos direitos sociais trabalhistas e previdenciários. Aprovou-se a Emenda Constitucional nº 95, que congelou por 20 os gastos públicos sociais, afetando frontalmente a promoção de direitos sociais, abalando as políticas nas áreas de saúde, educação e assistência social. Mudou-se ainda a regulação dos gastos do Pré-Sal brasileiro, desvinculando os recursos do financiamento de políticas de saúde e educação. Outra realização foi a reforma trabalhista, amplamente criticada por sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais, que flexibilizou direitos diversos (Souza e Soares, 2019).

152

Apesar de retrocessos nas práticas e da introdução de militares e atores da direita mais radical em cargos elevados da máquina pública e da reorientação ideológica na diplomacia, com José Serra como chanceler, o Governo Temer manteve as narrativas segundo diretrizes históricas sobre direitos humanos. O então presidente transformou a Secretaria de Direitos Humanos em Ministério dos Direitos Humanos e até nomeou uma professora com trajetória reconhecida ligada à defesa dos direitos humanos, Flávia Piovesan, para o comando da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e, depois, para a Secretaria da Cidadania, no novo Ministério dos Direitos Humanos (Garcia, 2017). A radicalização da disputa, sem precedentes, seria constatada, de fato, com a eleição de seu sucessor (de quem, registre-se, Temer se revelaria um aliado, anos depois).

Nas disputas eleitorais de 2018, ao contrário das previsões da maioria dos analistas, quem se sagrou vitorioso foi Jair Messias Bolsonaro, antigo deputado de história política pouco expressiva do chamado “baixo clero” do Congresso Nacional, conhecido por posições radicais na esfera pública, em uma campanha que enfatizou sua posição de *outsider* da

política e que articulou com destreza o apoio de grupos como ruralistas, religiosos, membros do Ministério Público, do Judiciário, das forças de Segurança Pública, das Forças Armadas e de milícias, influenciadores com o discurso da ordem e do combate à corrupção, sendo decisiva a aliança com liberais do mercado financeiro e a ação estratégica nas redes sociais digitais (Avelar, 2020).

No que tange à Democracia e aos direitos humanos, são conhecidas declarações incisivas da trajetória de Jair Bolsonaro, como a que assumiu ser favorável à tortura, em 1999, que pode ser complementada pela que afirmou que o erro da Ditadura Militar tinha sido apenas “torturar e não matar”, em 2008 e 2016, e pela que lamentou que o regime militar brasileiro não tivesse matado umas 30 mil pessoas, a começar pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1999. Reafirmou, em mais de um momento, sua idolatria pelo famoso torturador e comandante da repressão na Ditadura, Carlos Brilhante Ustra, tendo elegido sua biografia como livro de cabeceira. No campo das minorias e dos costumes, já afirmou que preferiria um filho morto a um filho gay, em 2011, e que uma parlamentar merecia ser estuprada, em 2003 e 2014. Já como candidato a presidente, em 2018, vale acrescentar ao seu currículo a adoção da simulação de armas de fogo com os dedos da mão como símbolo de sua campanha eleitoral, manifestações no sentido de estimular – e premiar – o aumento da letalidade policial e um discurso proferido no Acre que tentou instigar o público a “fuzilar a petralhada”, referindo-se pejorativamente aos simpatizantes do partido de oposição (Kokay, 2018; *The Danger...*, 2018).

Em um governo eleito democraticamente, liderado por dois militares, o capitão e o general (sendo o segundo o general Hamilton Mourão, candidato à Vice-Presidência), militares da ativa ocupam milhares de cargos nos mais elevados escalões dos três poderes, desde ministérios a empresas públicas, em dimensão tal qual não registrada nem na Ditadura Militar

(Cavalcanti, 2020). Crenças antigas difundidas em setores das Forças Armadas ganharam, nos últimos anos, maior difusão na esfera pública<sup>14</sup>. O culto ao Movimento de 1964 encontra ecos reiterados na comunicação do governo. A ideia de guerra cultural ideológica contra a esquerda e os comunistas, a ser travada em diferentes arenas (que tem versão similar na direita estadunidense), encontrou ressonância na retórica de influenciadores como Olavo de Carvalho. Justifica toda série de ataques virulentos a opositores e por vezes é reproduzida por autoridades públicas como “marxismo cultural” ou na acepção de “politicamente correto” (Pedretti, 2021).

Estruturas de arranjos democráticos foram sistematicamente atacadas em pouco tempo, eliminando centenas de espaços de participação social e de representação de grupos diversos da sociedade civil construídos ao longo das últimas décadas no Brasil, pela edição de normas monocráticas como a Medida Provisória no 870, o Decreto nº 9.784, o Decreto nº 9.806, o Decreto nº 9.926, e o Decreto nº 9.759, todos de 2019. Quando não foram eliminados completamente, foram aparelhados politicamente com aliados, por vezes com pessoas cuja trajetória é contrária aos próprios fins institucionais do conselho. Colegiados ligados aos direitos humanos foram alvos preferenciais (Ferreira, 2019a).

Jair Bolsonaro acabou, nos primeiros dias de governo, com o Ministério de Direitos Humanos, e, em seu lugar, concebeu a Secretaria da Mulher, Família e Direitos Humanos. Nomeou para o comando da pasta a advogada e pastora evangélica (da Igreja do Evangelho Quadrangular e da Igreja Batista da Lagoinha) Damares Alves, assumidamente de orientação ideológica de direita conservadora evangélica, com experiência na assessoria legislativa do senador Magno Malta e na chefia de gabinete do deputado João Campos, ambos cristãos, e militância contra o aborto.

---

<sup>14</sup> Ver mais sobre esses discursos sintetizados na obra *Orvil*, em Pedretti (2021).

Com a presença constante e ativa nas redes sociais digitais, inegáveis habilidades na retórica e oratória, com facilidade para se comunicar com as pessoas simples, com frequentes recursos emotivos para tratar de pautas de apelo popular, a ministra angariou a simpatia de grandes parcelas da população, sobretudo entre camadas mais pobres (Betim, 2020).

Entre campanhas polêmicas que liderou no governo, Damares defendeu a associação da cor azul para os meninos e da rosa, para as meninas, enfatizando a normatividade heterossexual, e preconizou a abstinência sexual dos jovens, no intuito de combater a gravidez juvenil e doenças sexualmente transmissíveis. Além da negação do aborto mesmo em casos permitidos na legislação, a agenda política prioriza pautas voltadas ao combate de crimes comuns (como estupro, pedofilia e abuso sexual) e contra tragédias de ordem familiar (como automutilação e suicídio), todos de grande impacto emotivo e que tocam na esfera privada do indivíduo e da família e em valores morais e religiosos.

O governo e seus apoiadores têm protagonizado medidas sistemáticas contra vários dos direitos humanos e contra instituições, entidades e ativistas que zelam por sua defesa, como se constata em vários episódios. Registrou-se numerosas ofensas e embates com jornalistas, sobretudo contra mulheres; as tensões com o Supremo Tribunal Federal; conflitos tensos contra etnias indígenas; a exclusão os casos de violência policial de relatório sobre violações de direitos humanos (Pagnan, 2020); a anulação de declarações de anistia política de centenas de vítimas da Ditadura Militar (Vasconcellos, 2020); a interferência reiterada no Conselho Nacional de Direitos Humanos (Amado, 2020); e a determinação, no sentido de monitorar organizações internacionais e não governamentais no território nacional<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Tal disposição consta do artigo 5º, da Medida Provisória nº 870, de 2019.

Na linha internacional, sob o comando pelo chanceler Ernesto Araújo, discípulo de Olavo de Carvalho, a diplomacia também registrou reorientação radical contra tradições do Itamaraty, com apelo ideológico conservador marcando discursos e práticas. O país se alinhou a um grupo reduzido de países autoritários, como Hungria, de Victor Orbán, e Polônia, de Andrzej Duda, além de organizações internacionais conservadoras Pró-Vida e Pró-Família, sob a liderança dos Estados Unidos, de Donald Trump. Depois de comandarem, desde o fim de 2019, a “Parceria pelas Famílias”, que organizaria evento em 15 de fevereiro de 2020 sobre políticas de apoio às famílias na Comissão para o Desenvolvimento Social da Organização das Nações Unidas, o quarteto lançou em, Washington, a “Aliança Internacional pela Liberdade Religiosa”, em 5 de fevereiro 2020 (Desideri, 2020). Priorizam agendas morais e de costumes e o conflito ideológico contra narrativas e práticas tradicionais de direitos humanos nas relações internacionais, resultando em um isolamento crescente em relação à comunidade democrática internacional. Nessa lógica também se situam investidas recentes contra a autonomia da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Bernardi et al., 2020). Chade (2020) sustenta que a estratégia consiste na destruição dos arranjos institucionais multilaterais e vocabulários de direitos humanos construídos desde o final da Segunda Guerra Mundial, para depois propor uma agenda própria, posição que parece ter respaldo na própria intenção declarada do governo estadunidense de “redefinir os direitos humanos”, promovendo uma releitura dos documentos sobre o tema segundo sua própria agenda política (Leão, 2020).

Os patriotas de Bolsonaro vociferam reiteradamente a antiga tríade do Integralismo “Deus, família e pátria” (Veiga, 2022), conjugada com a palavra liberdade, numa apropriação peculiar e instrumental do vocábulo que remete ora ao repúdio ao Estado interventor nas áreas sociais, própria da tradição do liberalismo econômico, e ora a uma liberdade

de expressão radical, sem qualquer controle, que – no limite – autoriza a difusão de ideias autoritárias de extermínio e crimes contra a honra de opositores, com a manipulação e dissimulação de fatos.

Na edição de 2019, do encontro da Conservative Political Action no Brasil, promovida pelo *think tank* American Conservative Union Foundation, que teve Eduardo Bolsonaro como anfitrião, os alvos de ataques seguiram os mesmos. A ministra Damares Alves (2019 *apud* Bolsonaro, 2019b) prometeu que o presidente Bolsonaro seria aquele que mais criticou o PNDH-3 e que entregaria em sua gestão o quarto PNDH. Na mesa de alunos de Olavo de Carvalho, em homenagem ao mestre, o jurista influenciador Taiguara Fernandez (2019 *apud* CPAC, 2019) lembrou que a edição do PNDH-3 provocou uma luta imensa na época. “O PNDH-3 foi um horror, um horror! Eles pretendiam fazer ali a venezuelização do Brasil, ali, naquele momento mesmo”. Argumentou que a criação de conselhos de políticas era uma estratégia para impor políticas públicas sem passar pela burocracia, sem passar pelo Legislativo. O Deputado Federal Fernando Francisquini (2019 *apud* Bolsonaro, 2019a) afirmou que “a esquerda se apropriou dos direitos humanos com o discurso de defender as minorias” com fins eleitorais. Vídeo da produtora “Brasil Paralelo” transmitido no evento questionam a legitimidade da Nova República e a da Constituição de 1988, colocando-as como espécie de farsa orquestrada pela esquerda (CPAC, 2019). Onix Lorenzoni (2019 *apud* Bolsonaro, 2019a) arrematou, asseverando que Lula e FHC seriam “a mesma coisa”.

O governo Bolsonaro esforçou-se para reproduzir discursos dos contrapúblicos da grande aliança constituída a partir da edição do PNDH-3 e tentou, até certo ponto, representar esses grupos diversos, insistindo de forma recorrente nos ataques aos principais avanços dos governos anteriores ligados aos direitos humanos e ao aprofundamento da democracia.

## Considerações finais

Registraram-se, ao longo dessas décadas, notáveis avanços na área dos direitos humanos e na participação social no Brasil. O país se integrou na comunidade internacional e no sistema interamericano, construiu e fortaleceu instituições de controle democrático e colegiados fomentadores de novas formas de representação de grupos – muitos deles tradicionalmente excluídos –, e criou espaços para o exercício de deliberação pública, que tiveram impacto na formulação de políticas públicas inovadoras. Difundiu o próprio vocabulário de direitos. Foram conquistas decorrentes de esforços de atores progressistas do centro e da esquerda no espectro político ideológico. Parte dos esforços, entretanto, foi destruída ou encontra-se ameaçada e sob processo de esgarçamento.

Aproveitando-se de condições favoráveis e fazendo uso de novas ferramentas da tecnologia, determinados contrapúblicos revelaram-se habilidosos para galgar novos espaços na esfera pública. Seus discursos conquistaram mais e mais respaldo na sociedade, difundindo certas narrativas, empunhando bandeiras antigas; e, a partir da identificação de alvos em comum, forjaram amplas alianças com outros públicos alternativos e com a mídia corporativa. Ergueram-se gradativamente nas eclusas da esfera pública até o ponto mais elevado: a esfera pública central.

Essa trajetória mostrada no trabalho resta coerente com aquele duplo movimento observado ao longo da história moderna por Cohen e Arato (1994), de coexistência da penetração da cultura pelo poder e pelo dinheiro com o outro, mais inclusivo e pluralista, de democratização e modernização dos espaços onde os atores comunicativos se movimentam e interagem – no âmbito da cultura, da personalidade e da sociedade; registrando a proeminência do primeiro movimento sobre o primeiro. A grande aliança da direita uniu o poder financeiro, o capital internacional e nacional associado, as grandes corporações de imprensa, além de outros atores

como instituições religiosas e militares. Enfrentou o esforço de atores coletivos da sociedade civil e movimentos sociais e forças políticas da esquerda no sentido de expandir direitos e de aperfeiçoar os mecanismos democráticos no país.

A análise das disputas sobre direitos humanos nos convida a repensar eventuais as estratégias políticas adotadas, o próprio modelo de justiça de transição e eventuais equívocos cometidos pelos atores, bem como a revisitar barreiras estruturais que dificultaram a consolidação dos direitos humanos e da democracia no Brasil. A tese de Pinheiro (1991) sobre como o legado de violências não se restringe aos períodos autoritários e seu conceito de “autoritarismo socialmente implantado” seguem atuais e merecem ser revisitadas. Apesar de avanços, o país permaneceu convivendo com rotineiras violações de direitos humanos, como tortura, execuções primárias e ataques sistemáticos a minorias. No momento atual, todavia, parecem se agravar.

Ainda que o jovem Marx (2010) tenha feito críticas à ideia de liberdades civis por essa origem burguesa e que tenha havido divisão na Guerra Fria, em que o bloco soviético sustentasse a primazia dos direitos sociais, econômicos e culturais, desde pelo menos os anos 1960, a maioria dos atores individuais e coletivos da esquerda contemporânea mundial passou a valorizar em demasia os direitos civis e políticos, sobretudo em face da consciência sobre as perseguições sofridas por muitos de seus militantes em regimes autoritários de direita ou de esquerda. Considerando que muitos expoentes da direita também foram vítimas de violências por razões políticas, causa estranhamento verificar a aversão aos direitos humanos em pleno século XXI.

Lado a lado com os direitos humanos, as construções institucionais de participação social, como colegiados, conselhos de políticas públicas, formas de orçamento participativo, o sistema de conferências locais, regionais e nacionais, componentes de uma arquitetura visando o



aprofundamento da democracia, o aperfeiçoamento de controles democráticos, de processos deliberativos e a concepção de novas formas de representação de grupos na sociedade, incomodaram muitas forças políticas.

O cenário internacional mostrou-se de suma importância para compreender a erosão da democracia brasileira, mas insuficiente. Entre as particularidades da política nacional, o histórico de construção dos Programas Nacionais de Direitos Humanos e das políticas de participação social edificadas ao longo dos governos do PSDB e do PT não podem ser ignorados. Constituem algumas das mais engenhosas e democráticas produções políticas de governos progressistas no planeta. Não por acaso tornaram-se os alvos preferenciais na formação da coalizão que elevou atores da extrema direita ao poder no Brasil.

### **Otávio Dias de Souza Ferreira**

160

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, é professor colaborador no programa Maestria em Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Brasil) e coordenador do Núcleo de Transparência e Gestão da Informação da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB/SP).

### **Bibliografia**

- ADORNO, Sérgio. 1999. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 2, pp. 129-153.
- ADORNO, Sérgio. 2003. “Lei e ordem no segundo governo FHC”. *Tempo Social*, v. 15, n. 2, pp. 103-140.
- ADORNO, Sérgio. 2010. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. *Novos Estudos*, n. 86, pp. 5-20.
- ALVES, José Augusto Lindgren. 1994. Direitos humanos: o significado político da Conferência de Viena. *Lua Nova*, n. 32, pp. 169-180.
- ALVES, José Augusto Lindgren. 2012. É preciso salvar os direitos humanos! *Lua Nova*, n. 86, pp. 51-88.

- AMADO, Guilherme. 2020. Damares volta a interferir no Conselho de Direitos Humanos. *Época*, 30 abr. 2020. Disponível em: <http://globo/3KplMcP>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- ARRETCHE, Marta (org.). 2015. *Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, CEM.
- AVELAR, Idelber. 2020. A rebelião do eles: morfologia e sintaxe do fascismo bolsonarista. *O Estado de S. Paulo*, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3KK4GaU>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- BAIOCCHI, Gianpaolo. 2017. A century of councils: Participatory Budgeting and the long history of participation in Brazil. In: ALVAREZ, Sonia E. et al. (org.). *Beyond Civil Society: Activism, Participation and Protest in Latin America*. Durham: Duke University Press. pp. 27-44.
- BALLESTRIN, Luciana M. 2008. Direitos humanos, Estado e sociedade civil nos Governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). *Teoria e Sociedade*, v. 2, n. 16, pp. 10-33.
- BERNARDI, Bruno B. et al. 2020. Ataque contra direitos humanos situa Comissão da OEA. *O Estado de S. Paulo*, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ZXcA50>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- BETIM, Felipe. 2020. Damares demonstra força entre os mais pobres e acende alerta na esquerda. *El País Brasil*, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3KKxcjC>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- BEZERRA, Carla de Paiva. 2019. Os sentidos da participação para o Partido dos Trabalhadores (1980-2016). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 100, e3410016.
- BOBBIO, Norberto. 1992. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- BOLSONARO, Eduardo. 2019a. CPAC Brasil 2019 (ao vivo). Youtube. Disponível em: <bit.ly/3KL0W7V>. Acesso em: 01 abr. 2023.
- BOLSONARO, Eduardo. 2019b. Min. Damares no CPAC Brasil 2019. Youtube. Disponível em: <bit.ly/43yAGq1>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- BRASIL. [2020]. Ex-Presidentes. *Biblioteca da Presidência da República*. Disponível em: <https://bit.ly/3zIeYlx>. Acesso em: 3 set. 2020.
- BRASIL tem 43,2 milhões de usuários ativos de internet, segundo Ibope. 2011. *GI*.
- CARDOSO, Fernando Henrique. 1997. Discurso na cerimônia de assinatura de mensagens de projetos de lei na área de direitos humanos. *Biblioteca da Presidência da República*.
- CAVALCANTI, Leonardo. 2020. Militares da ativa ocupam 2.930 cargos nos 3 poderes. *Poder 360*. Disponível em: <https://bit.ly/3UjPdBw>. Acesso em 7 abr. 2023.

- CHADE, J. [entrev.]. 2020. “Jamil Chade, Itamaraty e Direitos Humanos”. In: *Podcast Chutando a Escada*. Disponível em: <https://bit.ly/3MLasdZ>. Acesso em: 10.09.2020.
- CHAGAS, Marcos. 2010. CCJ do Senado aprova convocação de Dilma para falar sobre Programa de Direitos Humanos. *Agência Brasil*. Disponível em: <https://bit.ly/3MpjtsV>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- COHEN, Jean; ARATO, Andrew. 1994. *Civil society and political theory*. Massachusetts: MIT Press.
- COUTO, Cláudio G.; ABRUCIO, Fernando. 2003. O segundo Governo FHC: coalizões, agendas e instituições. *Tempo Social*, v. 15, n. 2, pp. 269-301.
- CPAC Brasil 2019 – Mercedes, Filipe G. Martins, Rafael Nogueira, Flávio Morgenstein e Taiguara F. 2019. [S. l.: s. n]. 1 vídeo (122 min). Publicado pelo canal Odair Júnior. Disponível em: <bit.ly/3oiqOR0>. Acesso em: 1 abr. 2019.
- D’ADDIO, Thomas Ferrari. 2016. *Um novo amanhã: o Programa Nacional de Direitos Humanos 3*. Dissertação de Mestrado em Análise de Políticas Públicas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- DESIDERI, Leonardo. 2020. Brasil, Hungria, Polônia e EUA se unem por agenda conservadora internacional. *Gazeta do Povo*. Disponível em: <https://bit.ly/3MuDPkq>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- DISCURSO do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. 2023. *Biblioteca da Presidência da República*. Disponível em: <https://bit.ly/3Mtx7vc>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- FAGNANI, Eduardo. 2017. *O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015)*. Campinas: Instituto de Economia Unicamp.
- FH diz que país cansou de ser insensível. 1996. *O Estado de S. Paulo*.
- FERREIRA, Otávio Dias de Souza. 2019a. Ataque aos conselhos é revés para democracia. *Entendendo Bolsonaro*. Disponível em: <https://bit.ly/31Qf6g7>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- FERREIRA, Otávio Dias de Souza. 2019b. *Do Carandiru à Lei Antiterror: democratização e maré cinza sobre direitos humanos no sistema punitivo de São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- FRASER, Nancy. 1990. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25/26, 56-80.
- FREITAS, Felipe Corral de. 2019. Antagonismo e propaganda eleitoral: os discursos de PSDB e PT na eleição de 2002. *Revista de Ciências Sociais*, v. 50, n. 1, pp. 475-524.

- FUCS, J. 2017. “A máquina barulhenta da direita na internet”. *O Estado de S. Paulo*.
- FUKUYAMA, Francis. 1992. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- GARCIA, Ronald Vizzoni. 2017. Direitos humanos nos primeiros meses do governo Temer. *Congresso em foco*. Disponível em: <https://bit.ly/40dyUYp>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- GERBAUDO, Paolo. 2017. *The mask and the flag: populism, citizenism and global protest*. New York: Oxford University Press.
- GIELOW, Igor. 1997. FHC confirma Gregori e constrange Covas. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/07/cotidiano/27.html>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- GRUPO INCONFIDÊNCIA. 2020. *III Encontro Pela Democracia*. Disponível em: [http://grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com\\_content&view=article&id=134%3Aiii-encontro-pela-democracia&catid=72%3Aarea-je-brasil&Itemid=113](http://grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com_content&view=article&id=134%3Aiii-encontro-pela-democracia&catid=72%3Aarea-je-brasil&Itemid=113). Acesso em: 5 set. 2020. [Link não está mais disponível]
- GUERRA, Alexandre et al. (org.). 2017. *Brasil 2016: recessão e golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- GUERRA, Alexandre; POCHMAN, Marcio; SILVA, Ronnie Alves. 2015. *Atlas da exclusão social no Brasil: Dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI*. São Paulo: Cortez.
- KOKAY, Érika. 2018. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. *Deutsche Welle*. Disponível em: <https://bit.ly/2QNmj5z>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- LAFER, Celso. 1997. “A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hanna Arendt”. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 30, pp. 55-65.
- LAMOUNIER, Bolívar. 2005. *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium.
- LEÃO, Hannah de Gregório. 2020. EUA e a redefinição dos direitos humanos. *Observatório Político dos Estados Unidos*. Disponível em: <https://bit.ly/3GtQCzF>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. 2011. *The resurgence of the Latin America left*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- LIEVESLEY, Geraldina; LUDLAM, Steve. 2011. Introduction: reaction and revolt. In: DOMINGUEZ, Francisco; Lievesley; LIEVESLEY, Geraldina; LUDLAM, Steve. *Right-Wing Politics in the New Latin America: reaction and revolt*. Londres, Nova Iorque: Zed Books.
- LIMA, Maria. 2010. Após polêmica, aborto foi retirado do Plano Nacional de Direitos Humanos. *O Globo*. Disponível em: <http://globo.bo/419FDU2>. Acesso em: 7 abr. 2023.

- LUNA, Naara. 2014. A polêmica do aborto e o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. *Dados*, v. 57, n. 1, pp. 237-275.
- MARX, Karl. 2010. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo.
- MATEOS, Simone Biehler. 2011. Participação popular: a construção da democracia participativa. *Desafios do Desenvolvimento*, v. 8, n. 65, pp. 1-8.
- MEHL, Gustavo. 2019. Movimentos lançam campanha pela integralidade e implementação do PNDH-3. *Justiça Global*. Disponível em: <https://bit.ly/408Ax9T>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- MELO, Rúrión. 2015. Repensando a esfera pública: esboço de uma teoria crítica da democracia. *Lua Nova*, n. 94, pp. 11-39.
- MELO, Rúrión. 2016. O “paradoxo” da democracia radical: crise, protestos e perda de legitimação. *Dois pontos*, v. 13, n. 2, pp. 71-82.
- MESSEMBERG, Débora. 2017. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Estado e Sociedade*, v. 32, n. 3, pp. 621-648.
- MOORE, Martin. 2018. *Democracy Hacked: political turmoil and information Warfare in the Digital Age*. London: One World Publications.
- MORAES, Reginaldo. 2001. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora Senac.
- MOUNK, Yascha. 2019. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MOUTINHO, Laura; AGUIÃO, Silvia; NEVES, Paulo S. C. 2018. A construção política das interfaces entre (homos)sexualidade, raça e aids nos programas nacionais de direitos humanos. *Ponto Urbe*, v. 23, pp. 1-21.
- PAGNAN, Rogério. 2020. Governo Bolsonaro exclui violência policial de relatório sobre violações de direitos humanos. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <https://bit.ly/43gHhVE>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- PEDRETTI, Lucas. 2021. Os ecos do Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura. *A Pública*. Disponível em: <https://bit.ly/3KTZKk1>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- PERUZZOTTI, Enrique. 2006. La política de accountability social en America Latina. In: VERA, Ernesto Insunza; OLVERA, Alberto J. (org.). *Democratización, rendición de cuentas y sociedad civil*. Ciudad de México: Ciesas.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1991. Autoritarismo e transição. *Revista USP*, v. 9, pp. 45-56.
- PIOVESAN, F. 2001. A Constituição Brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. In: ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA. *Direitos Humanos: visões contemporâneas*. São Paulo: Associação Juizes para a Democracia.

- PRONUNCIAMENTO à nação do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na Cerimônia de Posse. 2007. *Biblioteca da Presidência da República*, [s.l.]. Disponível em: <https://bit.ly/3Gpz5Zu>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- SINGER, André. 2009. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebrah*, n. 85, pp. 83-102.
- SINGER, André. 2012. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das letras.
- SINGER, André. 2018. *O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUZA, Giselle; SOARES, Morena Gomes Marques. 2019. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. *Ser Social*, v. 21, n. 44, pp. 11-28.
- TEIXEIRA, Alessandra. 2009. *Prisões de exceção: política penal e penitenciária no Brasil Contemporâneo*. Curitiba: Juruá.
- THE DANGER posed by Jair Bolsonaro. 2018. *The Economist*. Disponível em: <https://econ.st/2vxMFWu>. Acesso em: 7 ar. 2023.
- TRAVERSO, Enzo. 2018. *Las nuevas caras de la derecha*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina.
- VASCONCELLOS, Jorge. 2020. Damares Alves anula mais de 300 declarações de anistia. *Correio Braziliense*, Brasília, DF. Disponível em: <https://bit.ly/3KJQezy>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- VEIGA, E. 2022. Como “Deus, Pátria e Família” entrou na política no Brasil. *Deutsche Welle*.
- VIGNA, R. 2010. Fernando Henrique Cardoso e Jorge Gerdau encerram o Fórum da Liberdade. *Jornal do Comercio*.





# AS PAISAGENS DE MORTE E A COVID-19 NAS AMÉRICAS: AS RESPOSTAS NORMATIVAS DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM TORNO DA VULNERABILIDADE-MORTE

Claudia Marconi

*Professora da graduação em Relações Internacionais e do Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.*

*São Paulo, SP, Brasil. E-mail: claudia.marconi@gmail.com*

*Orcid: 0000-0001-9394-6724*

Rafael de Souza Nascimento Miranda

*Doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.*

*E-mail: rafaelsnmiranda@gmail.com*

*Orcid: 0000-0002-4387-0968*

Isabela Agostinelli dos Santos

*Doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade*

*Católica de São Paulo). São Paulo, SP, Brasil. E-mail: isagostinelli@hotmail.com*

*Orcid: 0000-0001-9209-2683*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-167194/118>

## **Introdução: breve incursão nas paisagens de morte nas Américas diante da Covid-19**

Em finais de março de 2021, após um ano conturbado marcado pela tragédia anunciada da pandemia de Covid-19, o Brasil superou a marca dos 300 mil mortos pelo vírus, atrás apenas dos Estados Unidos (EUA), que contava à época com mais de 549 mil óbitos. Dois dos maiores países do continente



americano, Brasil e EUA, representavam, até o momento da escrita deste artigo, 30% do total de mortes do mundo – que já passou dos 2,7 milhões –, sendo dessa forma caracterizados, tal como sugere Lopes (2020), como os “coveiros globais”.

Não surpreendentemente, populações indígenas, quilombolas, negras e precarizadas, tanto dos grandes centros urbanos quanto das áreas rurais brasileiras, foram as mais atingidas pela pandemia, pois as medidas de contenção, como o isolamento social, foram desenhadas para um grupo específico e privilegiado da sociedade que já tem sua vulnerabilidade contornada pelo Estado. Como notam Milanez e Silva (2020a), a solução para a continuação da produção do trabalho pelo regime de home office, por exemplo, não incluía aqueles que precisam se deslocar cotidianamente em transportes públicos lotados e sucateados para garantir sua sobrevivência. Nesse sentido, trata-se de uma medida, dentre tantas outras, que emana da racionalidade neoliberal e que pode ser usufruída por apenas uma parcela da sociedade.

168

É possível dizer que a conjuntura da pandemia revela uma estrutura histórica de vulnerabilidade de certas parcelas da população. E isso não é distinto na paisagem estadunidense da pandemia. Marcadores sociais de desigualdade como raça, gênero, pobreza, insegurança alimentar, habitações precárias, falta de saneamento básico, discriminação no acesso a bens e serviços públicos, entre outros, resultantes de políticas valorizadoras de um senso de existência individual e ainda da omissão deliberada dos poderes públicos federais – como no caso do Brasil, que em janeiro de 2021 permitiu que pelo menos 30 pessoas em Manaus morressem asfixiadas por falta de cilindros de oxigênio nos hospitais (G1 AM, 2021) –, tornam a tragédia da vulnerabilidade um evento quase cotidiano e a morte um horizonte não mediado e, arriscadamente, naturalizado. Inclusive, como afirmam Milanez e Silva (2020b), tragédias são socialmente desiguais e “expõem da forma mais gritante as desigualdades

historicamente construídas, como o grau de exposição aos riscos e a construção das vulnerabilidades”.

Assim, uma dinâmica de *laissez-faire* conduzida pelo governo brasileiro, que buscou privilegiar a economia em detrimento de intervenções necessárias no sistema público de saúde (Lotta et al., 2020), e também pelos Estados Unidos, que há quatro décadas têm privilegiado políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que enfraquece o sistema de saúde, leva por consequência a um *laissez-mourir* (Assa, 2020). Pessoas são “deixadas para morrer” diante de políticas de austeridade que precarizam serviços públicos, principalmente o de saúde.

O artigo, ao partir dessa paisagem de morte das duas maiores democracias das Américas e ao trazer uma engrenagem conceitual articulada no que aqui se denomina de binômio vulnerabilidade-morte, busca iluminar em que medida a crise sanitária e humanitária provocada pela Covid-19 globalmente pode se configurar como um ponto de inflexão no tratamento das mesmas vulnerabilidades e da morte no âmbito da política institucional regional, com um olhar sobre a produção normativa da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) nesse contexto.

Pretende-se aqui afunilar a análise da política institucional internacional para a grande pedra angular do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos (SIDH), problematizando o papel normativo da CIDH no curso da tragédia sanitária e humanitária, bem como localizando as Américas em um espaço *sui generis* de tragédia global. Ecoando Salazar (2014) nesse ínterim:

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é a pedra angular do sistema de defesa e defesa dos direitos humanos que temos na região. Nos últimos dois anos, a Comissão passou por um processo – oficialmente chamado de “fortalecimento”, mas que às vezes parecia “desafiador” – que acabou por se tornar uma espécie de reforma.

Em outras palavras, pretende-se aqui problematizar em que medida essa correlação positiva entre as paisagens de morte nas Américas, tomando o Brasil e Estados Unidos como realidades paradigmáticas, e a política de esvaziamento multilateral ao longo da crise de Covid-19 afeta a CIDH e, ainda, se a própria CIDH opera no binômio vulnerabilidade-morte,<sup>1</sup> recriando-o de alguma(s) forma(s).

No que tange a esses últimos aspectos, vale notar como os então governantes das duas maiores democracias das Américas – Donald Trump e Jair Bolsonaro –, assim como seus apoiadores, paralelamente à banalização – e, em alguns casos, à sua produção, sobretudo por conta da negligência em promover de políticas públicas de combate à pandemia – da vulnerabilidade e da morte, proferiram discursos e atitudes, embora não exatamente equivalentes, que expressaram forte descrédito quanto ao papel para as instituições internacionais no contexto pandêmico, em particular a Organização Mundial da Saúde (OMS), instituição internacional de escopo global e funcionalmente atrelada à agenda de saúde.

É notório, do ponto de vista de uma realidade institucional regional, que a CIDH não se esquivou, em sua prática político-institucional em matéria de direitos humanos, das questões reveladoras da vulnerabilidade-morte tanto em escala regional quanto global ao longo de sua trajetória de vida:

A CIDH conquistou sua reputação de vigilante dos direitos humanos nas Américas. Desde a documentação de desaparecimentos nas décadas de 1970 e 1980 até o apoio às transições democráticas e a defesa das comunidades indígenas e LGBTI contra a discriminação em tempos mais recentes, o trabalho da Comissão está inserido no tecido

---

<sup>1</sup> O binômio vulnerabilidade-morte será devidamente tratado na seção subsequente deste artigo.

de um hemisfério que se define como uma comunidade de democracias. Embora imperfeita e cronicamente carente de recursos, a CIDH continua a ser um baluarte contra os piores abusos, apoiada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e empunhando um conjunto de tratados interamericanos de direitos humanos. (Camilleri; Edmonds, 2017, p. 1, tradução nossa)

Entretanto é também notório que as instituições internacionais busquem reforçar, mesmo quando diante de graves violações de direitos humanos, as possibilidades de vida, recolocando a ideia moderna de que avanços humanos de ordem racional e moral passaram pelo caminho da institucionalização da política internacional a partir da metade do século XX. Em outras palavras, operar no binômio vulnerabilidade-morte seria revelar as instituições também como parte dos problemas relativos a injustiças globais, e não tão somente mantê-las no espectro da solução de problemas de justiça global. Tal relação binomial exige, vale dizer, uma refronteirização do sentido de vida internacional que orienta a noção de estrutura básica da qual partimos aqui e que se distancia, em grande medida, do sentido conceituado em uma teoria da justiça internacional proposta por John Rawls (2000).

Com vistas a cumprir seu propósito, este artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução: a primeira busca esclarecer os sentidos do binômio vulnerabilidade-morte diante das paisagens de morte nas Américas preliminarmente apresentadas nesta Introdução; a segunda seção discute a possibilidade de pensar um adensamento moral da noção de estrutura básica internacional a partir da ideia de vulnerabilidade mobilizada por instituições internacionais de justiça com potencial de impactar a vida de diferentes cidadãos; em seguida, a terceira seção aponta, mesmo diante do esvaziamento multilateral propulsionado pelas lideranças norte-americana e brasileira, para a produção normativa da

CIDH ao longo da pandemia de Covid-19 com vistas a revelar se a própria CIDH opera no binômio vulnerabilidade-morte, recriando-o de alguma(s) forma(s). Finalmente, pondera-se, nas considerações finais, para uma nova produção normativa em torno, especialmente, das paisagens de morte nas Américas, mas não necessariamente associada à agenda de vulnerabilidades existente. Vê-se, assim, certa bifurcação – no sentido de uma escolha entre dois caminhos não necessariamente excludentes entre si – da morte e da vulnerabilidade e não a evidenciação de seu nexos na nova produção normativa advinda da CIDH.

### **O binômio vulnerabilidade-morte: o vocabulário político internacional ausente?**

172 Nas últimas décadas, a noção de vulnerabilidade vem sendo discutida de forma interdisciplinar, sobretudo nas áreas das Ciências Sociais, da Ciência Política, da Saúde, da Filosofia e do Direito, resvalando também nas Relações Internacionais. Algumas teorizações da vulnerabilidade têm aparecido como ferramentas capazes de colocar em xeque o mito do sujeito moderno, liberal, racional, descorporificado e descontextualizado (Furusho, 2016), uma vez que a vulnerabilidade, como conceito, é capaz de expor os limites da proteção atribuída aos sentidos modernos do político, do social e do legal por ele fronteirizados.

Uma das pioneiras desse campo de estudo, Martha Fineman (2008) define a vulnerabilidade como uma condição humana inerente, universal e constante, além de ser um estado de contínua exposição ao dano. A autora propõe ler a vulnerabilidade por meio de uma concepção pós-identitária para identificar as vulnerabilidades comuns a todos os seres humanos e, assim, chegar a uma proposta de como deve ser

a responsividade do Estado diante delas.<sup>2</sup> Ela advoga que é preciso desenvolver um sujeito mais complexo do que está posto nas políticas sociais e na lei, contrapondo-se à ideia de autonomia do sujeito construído pela tradição liberal (Fineman, 2008).

Apesar da definição ontológica de Fineman (2008), autoras como Butler (2016) e Furusho (2016) defendem – em adição – um olhar mais contextual para a vulnerabilidade, visto que ela se manifesta de maneira diferente em função de determinantes contextuais sociomateriais. Vale ressaltar que as críticas voltadas à concepção universal da vulnerabilidade são válidas para demonstrar os limites do conceito e para identificar que, apesar de parecer inclusivo, ele deve ser pensado com cautela, uma vez que seus enquadramentos políticos, inclusive por atores políticos e por instituições internacionais, revelam considerável seletividade.

De maneira geral, o conceito de sujeito vulnerável revela uma condição ontológica universal do humano que pressupõe que seu corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, ou seja, desde o próprio nascimento, o corpo está sempre entregue a normas e organizações sociais e políticas seletivas quanto à sua precariedade, o que caracteriza sua vulnerabilidade (Butler, 2016). Logo, a vulnerabilidade não pode ser pensada fora do campo do poder e da política, tampouco fora do terreno da morte.

Nesse sentido, este artigo sustenta que um vocabulário político internacional robustecido para a vulnerabilidade está intrinsecamente conectado ao reconhecimento da morte, assim como um vocabulário político robustecido para a morte está inexoravelmente atrelado a reconhecer ontológica e contextualmente a vulnerabilidade.

---

<sup>2</sup> Aqui queremos problematizar a responsividade das instituições internacionais a elas.

Em importante contribuição intitulada *Mortal democracy*, Barringer (2016, p. 1, tradução e grifos nossos) enseja provocante reflexão a respeito do necessário deslocamento da morte para um vocabulário e paisagem políticos ao afirmar que: “a morte é entendida como um fato médico, material ou ontológico, excluída da vida política”. Com isso, a autora reitera o papel limitado, circunscrito e eminentemente privado da temática da morte, reforçando que, ainda que inexoravelmente afete a todos – mesmo que não homogeneamente – e revele variadas conexões transnacionais, encontra-se apartada da política e da política internacional de forma mais detida.

Produzir, assim, uma zona de inclusão teórica da morte na esfera política e da política democrática se configura como imperativo ético, sobremaneira no contexto de fortes injustiças preliminarmente aqui delineadas. Acompanhando Barringer (2016, p. 2, tradução nossa), acreditamos que “evitar discussões políticas sobre a morte acarreta o risco de encorajar outros enquadramentos do significado da vida e da morte, menos eticamente adequados, entrarem no discurso político por omissão”. Em outubro de 2020, por exemplo, ao referir-se a Jair Bolsonaro<sup>3</sup> leu-se no *The Atlantic* (PAZ, 2020, tradução nossa) que “As pesquisas agora o mostram com um índice de aprovação de quase 40%, em comparação com 32% em junho. A maioria dos brasileiros não o responsabiliza pelo número de mortos no país”.

Assim, a compreensão da morte espectral e transnacionalmente,<sup>4</sup> isto é, em um continuum de morte lenta-rápida e em seu deslocamento espacial à revelia das fronteiras

---

<sup>3</sup> Em outro texto publicado no *The Atlantic* a esse respeito, em 27 de março de 2020, Bolsonaro é chamado de Trump dos Trópicos (Friedman, 2020).

<sup>4</sup> No que tange a essa dimensão transnacional, vale destacar aqui a obra intitulada *Transnational death*, de 2019, co-organizada por Snellman, Koskinen-Koivisto e Saramo. De acordo com Saramo (2019, p. 8, tradução nossa), “A morte transnacional levanta questões sobre identidade, pertencimento e costumes, mas também sobre o cuidado logístico dos corpos, rituais e celebração”.

nacionais, possibilita criar e expandir o terreno político da morte, que inclui não só o morrer em si,<sup>5</sup> mas as variações, em forma e conteúdo, de todas as *politics* e *policies*<sup>6</sup> que dela emanam e a ela se vinculam: política do luto, política da memória e política do trauma, para citar apenas alguns exemplos.<sup>7</sup>

A tragédia cotidiana da Covid-19 expõe de forma muito clara o entrelaçamento ou a combinação binomial da vulnerabilidade e da morte. Como nos diz Butler (2016), pensando a vulnerabilidade no campo da política, muitas vezes a condição de ser e/ou estar vulnerável é induzida politicamente, ou seja, é fruto de ações deliberadas de atores políticos. Inclui-se aqui também a negligência, por exemplo, de fornecimento de condições básicas sanitárias, no contexto da pandemia, para populações já vulneráveis por conta de seus locais de moradia, como aquelas que moram nas periferias ou em favelas e não têm acesso a água tratada e a uma rede de saneamento básico. Assim, essa maior exposição à morte se revela em geografias de morte, tanto doméstica quanto globalmente, que por sua vez refletem desigualdades estruturais anteriores (Maddrell, 2020).

Ainda, a negligência em conduzir uma espécie de governança para redução das vulnerabilidades e da exposição desigual à morte mostra que, para os atores dotados de poder, algumas populações estruturalmente vulneráveis são consideradas um “excedente” ou, como diz Mbembe (2018,

---

<sup>5</sup> Não se quer aqui incorrer no desvio apontado por Barringer (2016), que é o de lateralizar e despolitizar a discussão sobre a morte na medida em que tematizamos e politizamos – ainda que seja um movimento recente – aquilo que orbita em torno dela: o luto, a memória, o trauma.

<sup>6</sup> Entendemos *politics* em seu sentido de ideologia, grande estratégia, grande política, política de Estado, ao passo que o termo *policies* carrega um sentido de táticas, políticas públicas, políticas de governo.

<sup>7</sup> Cabe mencionar aqui aqueles que são responsáveis por importantes esforços teórico-analíticos críticos, respectivamente, em torno dessas três *politics* e *policies* elencadas aqui: Butler (2004), Rahman (2015) e Fassin e Retchman (2009).



p. 73),<sup>8</sup> “uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou dispendida sem reservas”. Em muitos casos, a morte se torna, portanto, naturalizada.

Logo, a morte – lenta ou rápida – já estaria dada e não seria sentida como uma perda, exceto por aqueles que defendem o luto de seus entes queridos não só como um rito de passagem, mas reconhecem em adição o seu sentido político – como foi o caso, no início da pandemia, dos idosos: as primeiras vítimas acometidas pela doença. Daí, declarações tais como as de Bolsonaro, que ao ser questionado sobre as mortes por coronavírus no país afirmou não ser coveiro (Gomes, 2020), ou como de Trump, que afirmou, quando os EUA chegaram a 350 mil mortos, que a contagem era feita por uma metodologia errônea e era, portanto, exagerada (McEvoy, 2021).

176

Voltando a Barringer (2016), não apenas a morte em si, mas atitudes sobre ela, em especial daqueles que são representantes de uma democracia, são modeladoras de como indivíduos de determinada sociedade se envolvem em relações políticas. Narrativas disputadas e concorrentes sobre os tantos significados da morte, argumenta a autora, devem ser discutidas, principalmente quando nos debruçamos sobre a invisibilidade da morte de certas populações.

É nesse sentido que vulnerabilidade e morte não devem pertencer exclusivamente ao terreno moral de uma discussão sobre a Covid-19, por exemplo. É necessária sua politização diante das paisagens de morte apresentadas a fim de, por um lado, reconhecer suas nuances e particularidades e, por outro, identificar se e como as instituições internacionais podem lidar com ou mesmo ressignificar o binômio vulnerabilidade-morte.

---

<sup>8</sup> Aqui, Mbembe (2018) faz referência especialmente a como a raça é um marcador que categoriza certas vidas como matáveis, desperdiçadas ou protegidas, principalmente em espaços marcados por experiências coloniais.

## **Um nexó entre uma estrutura básica internacional e vulnerabilidade? A governança da vulnerabilidade pelas instituições internacionais de justiça**

Ao depararmos com certas institucionalidades internacionais, fica evidente que o conceito de vulnerabilidade migrou de uma concepção quase exclusivamente moral para uma dimensão política – no sentido de poder e de ser passível de manejo pelos atores políticos –, e é possível observar como a vulnerabilidade é definida e utilizada por instituições internacionais que compõem a governança dos direitos humanos e da justiça internacional.<sup>9</sup>

A dimensão cotidiana da tragédia da Covid-19, em particular, ilustra certa ampliação do sentido político de vulnerabilidade, ainda que não aprofundado o suficiente. No entanto, argumentamos aqui que não é possível adensar o significado e dar tratamento à vulnerabilidade sem que as instituições internacionais reconheçam a centralidade da morte na vida política.

Partimos aqui, primeiramente, da centralidade da noção de estrutura básica numa das mais importantes formulações da teoria da justiça no campo da Teoria Política Normativa: *A Theory of justice* (1971). Como fruto de um raciocínio contratual neokantiano e apoiado na contrafactualidade, a noção que aqui nos importa de estrutura básica rawlsiana está para onde os princípios de justiça devem se dirigir com vistas à manutenção de um esquema social cooperativo justo no âmbito doméstico. Em outras palavras, o funcionamento justo de uma estrutura básica está para a vida justa e para o prolongamento da vida dos que compõem o esquema social.

---

<sup>9</sup> Importa aqui destacar a contribuição de Al Tamimi (2015, 2018) em duas produções relativamente recentes, em que o autor se debruça sobre a institucionalidade do Sistema Europeu de Direitos Humanos. Em certo sentido, há um esforço aqui paralelo, propulsionado pelas paisagens de morte que colocam as Américas em um lugar *sui generis* da pandemia de Covid-19 e demandam respostas do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, especialmente da CIDH.

A noção de estrutura básica foi definida pelo teórico político John Rawls (2016, p. 8) como o conjunto dos arranjos institucionais sociais que “distribuem os direitos e os deveres fundamentais e determinam a divisão das vantagens correntes da cooperação social”. Rawls (2016) afirma que, no plano doméstico, a responsabilidade de aplicar os princípios justos é das instituições, no sentido de que no seu conjunto compõem a estrutura básica da sociedade, constituída pelo mercado, a Igreja, a família etc.

Já numa perspectiva internacional/global de sua teorização, Rawls (2000) não crê que as instituições internacionais sejam aquelas para onde devem se dirigir os princípios internacionais da justiça, desconfiando de um lastro de institucionalidade internacional suficiente para se assumir o internacional a partir de preocupações globais de justiça. Para ele, não há uma estrutura básica internacional,<sup>10</sup> uma vez que as instituições internacionais não têm contato suficiente entre si e não produzem impacto direto nos esquemas domésticos de cooperação social e na produção de danos concretos.

De acordo com a leitura de Rawls feita por Vita (2012), no âmbito global, as obrigações de quem tem mais privilégios para com os mais desfavorecidos:

devem ser entendidas como obrigações de benevolência e de assistência humanitária, e não como obrigações de justiça que têm por fundamento a correção da iniquidade distributiva de arranjos institucionais dos quais os povos ricos são os maiores beneficiários. (Vita, 2012, p. 6)

---

<sup>10</sup> Em *The Law of Peoples*, Rawls (2000) nos mostra que os princípios de justiça internacional não se dirigem às instituições internacionais, mas à política externa dos países. Segundo o autor: “O Direito dos Povos procede no mundo político internacional como o vemos, e se refere a como deveria ser a política externa de um povo liberal razoavelmente justo” (Rawls, 2000, p. 83, tradução nossa).

Diante da necessidade de ampliar o significado moral da noção de estrutura básica internacional, autores como Braga (2005) e Buchanan (2000), que aqui acompanhamos em seu teor, criticam os limites impostos a uma teoria da justiça internacional. Ambos almejam adensar normativamente a noção de estrutura básica e não limitá-la ao espectro doméstico, permitindo-nos interpretar que a ordem internacional é de fato capaz de afetar mais ou menos diretamente as experiências de vida – e quiçá de morte – dos indivíduos.

É nesse ínterim que cremos que a noção de vulnerabilidade, discutida neste artigo, é capaz de complementar as análises desses autores que buscam afirmar uma estrutura básica internacional, na medida em que se evidencia e se articula sob a forma de uma governança global, criando pontos de contato entre os sentidos de vida e também de morte de uma estrutura básica globalmente articulada.

A esse respeito, vale ressaltar que a fronteira estatal tem impacto na nossa percepção de vulnerabilidade corporificada, uma vez que o cidadão tende a crer que sua vulnerabilidade está contida pela soberania estatal, um contrato que se estabelece entre sujeitos e pelo qual se ergue um ente abstrato com muito mais poder e mediante o qual os mesmos sujeitos abrem mão de um grau de autonomia e liberdade, para que este ente – ou seja, o Estado – garanta a maximização da proteção corpórea humana e, dessa forma, prolongue a vida do cidadão.

Contudo a fronteira estatal, em vários momentos, não é suficiente para manter a vulnerabilidade dos cidadãos baixa, uma vez que há outra fronteira em jogo: a fronteira corpórea do próprio indivíduo. Quando pensamos em uma fronteira estatal, parece fácil fixá-la em uma escala tempo-espaco. Já no caso da fronteira corpórea, essa escala difere para cada indivíduo a depender de fatores situacionais. Nesse sentido, ao pensar a partir de uma fronteira mais micro, a escala da vulnerabilidade se maximiza muito, expondo determinados

indivíduos e grupos à morte. Diante disso, pode-se dizer que o contrato social não altera a característica humana de que nossos corpos são vulneráveis.

Torna-se possível, portanto, pensar a vulnerabilidade em dois eixos: um primeiro, mais fixo, remetendo à noção de que a vulnerabilidade corpórea é uma condição ontológica de todo ser humano e, nesse sentido, podemos conferir um lugar ao sujeito vulnerável na Teoria Política que não está posto devido à concepção predominante de sujeito moderno, liberal e autônomo. O segundo eixo é contextual e busca diferenciar as maneiras e as intensidades pelas quais a vulnerabilidade se manifesta, a depender de elementos circunstanciais, demonstrando que a vulnerabilidade é sentida de maneira diferente pelos diferentes corpos. A exposição desigual à morte e à violência, conseqüentemente, pode ser compreendida pela análise desse segundo eixo de vulnerabilidade.

180

Tendo em vista ainda que as instituições internacionais de direitos humanos dialogam mais com grupos vulneráveis do que com sujeitos individuais (Peroni e Timer, 2013), pode-se problematizar qual é o tratamento dado por elas às vulnerabilidades contingenciais de diversos corpos. Assim, e com o intuito de trazer uma ilustração mais empírica para essa discussão mais teórica em torno da vulnerabilidade, buscamos analisar se e como a institucionalidade da CIDH leva em conta a vulnerabilidade enquanto condição humana e situacionalidade no contexto da Covid-19.

Esse movimento nos permite, no que diz respeito à estrutura básica da sociedade internacional, indagar se, a partir da existência de um lugar para a vulnerabilidade dentro das instituições internacionais que lidam diretamente com uma noção universalista de direitos humanos e de justiça internacional, poderíamos reivindicar uma ampliação do entendimento da estrutura básica. Se partimos da ideia de que a vulnerabilidade é algo atingido o tempo todo na vida de todo ser humano, e de que ela pode

ser – idealmente – minimizada ou, ao contrário, maximizada, pela ação de instituições internacionais, estas poderiam ter seu impacto mais direto sobre a experiência de vida/morte humanas.

## **A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Covid-19**

A utilização do conceito de vulnerabilidade não é exclusividade da CIDH.<sup>11</sup> Essa linguagem é comumente utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela Organização Mundial do Comércio (OMC), pela União Europeia (UE), pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pela OMS, entre outras. Essas organizações definem quais indivíduos e/ou grupos são considerados vulneráveis e sob que critérios. Mas, apesar de ser amplamente utilizada pelas organizações internacionais, a discussão sobre vulnerabilidade carece de maior aprofundamento e também de um estatuto legal.<sup>12</sup>

181

A crise global imposta pela Covid-19 exigiu uma resposta quase imediata de Estados e de instituições internacionais na expectativa de atenuar os efeitos nocivos da crise sobre a vida dos indivíduos, em especial dos mais vulneráveis. Apesar de as principais organizações internacionais terem orientações

---

<sup>11</sup> Na literatura não há muitos trabalhos que se debruçam sobre o uso político da noção de vulnerabilidade pela CIDH. No máximo, há alguns esforços de pensar a vulnerabilidade dentro da Corte Interamericana de Direitos Humanos, um órgão expressamente judicial, como os expressos nos trabalhos de Oliveira (2014) e Saldanha e Bohrz (2017). Tais autores apontam que não há uma definição clara do que seria a noção de vulnerabilidade para a jurisprudência da Corte, tampouco possibilidade de mensurá-la. Saldanha e Bohrz (2017), por exemplo, mostram que há certa seletividade no uso de termos como sujeito vulnerável e contexto vulnerável, apontando para certo esvaziamento de seus significados.

<sup>12</sup> Não há consenso que se identifique na literatura e nem mesmo nas práticas decisórias das instituições internacionais sobre o que seria vulnerabilidade. A definição de grupos ontologicamente definidos como vulneráveis não garante a construção de um marco legal internacional, assim como também não articula camadas protetivas nacional, regional e internacionalmente.

gerais para a questão da Covid-19, a crise evidenciou a insuficiência da utilização do conceito de vulnerabilidade nos moldes atuais. Isso porque as instituições internacionais de justiça e direitos humanos, como apontado anteriormente, tendem a dialogar mais com grupos vulneráveis do que com sujeitos, isto é, há certa generalização das experiências de vulnerabilidade (Peroni e Timer, 2013). Crê-se, então, que a pandemia de Covid-19 nos impôs novos enquadramentos e evidenciou novas vulnerabilidades: interseccionais e sobrepostas.

Ao longo de importante curso de institucionalização da política internacional, sobretudo do contexto dos anos 1990 em diante, as instituições internacionais formais construíram um sentido de vulnerabilidade muito mais tácito, isto é, embutido em suas práticas e tomada de decisão, do que o emancipando ou a ele conferindo possibilidades político-jurídicas ampliadas.

182 Dos anos 2000 em diante, assumindo determinadas demandas por reconhecimento já mais articuladas, algumas instituições internacionais assumem a dimensão ontológica da vulnerabilidade, fazendo, por vezes, referência mais direta à noção de vulnerabilidade corpórea, mas sem dar vazão de maneira sistemática aos sentidos mais estruturantes e contextuais da vulnerabilidade. Merece destaque, por exemplo, o trabalho de Rapporteurship da própria CIDH no campo da agenda e institucionalidade relacionadas ao tema da migração. A trajetória de sua Relatoria Especial para os Direitos Migrantes é exemplo de como a vulnerabilidade vem adquirindo contornos pluralizados, interseccionados e mais sensíveis ao contexto espaço-tempo dos migrantes ao longo dos últimos anos, o que foi observado após análise dos relatórios produzidos por essa institucionalidade entre 1996 e 2015 (Marconi e Santos, 2019).

Há aqui como inquietação motora levantar e compreender o que, no caso da CIDH, é produzido, consolidado e/ou alterado no que tange à produção normativa em torno da

vulnerabilidade diante do contexto da Covid-19. Já em abril de 2020, foi publicada a Resolução nº 01/2020, intitulada Pandemia e direitos humanos nas Américas (Organização dos Estados Americanos, 2020a). Diferentemente do que se poderia esperar, não há ampliação do rol dos grupos vulneráveis, mas a manutenção das categorias de grupos vulneráveis já consolidadas, independentemente do fator contextual.

Pessoas idosas, pessoas privadas de liberdade, mulheres, povos indígenas, migrantes, solicitantes de asilo, refugiados, apátridas, vítimas do tráfico de pessoas e pessoas deslocadas internamente, crianças e adolescentes, pessoas LGBTQIA+, pessoas afrodescendentes e pessoas com deficiência são exemplos dos grupos vulneráveis reconhecidos como tal ontologicamente e que recebem maior atenção no documento. Especial ênfase, distintamente dos demais grupos, é dada à situação das mulheres na pandemia, fazendo daí emergir o eixo contextual.

Apesar de haver menção a novas possíveis categorias vulneráveis emergentes, tais como trabalhadores informais, líderes sociais, profissionais da saúde e jornalistas, grupos em especial situação de vulnerabilidade-morte, em nenhum dos documentos emitidos pela CIDH há orientações específicas dedicadas a esses grupos para afirmar a transição das preocupações eminentemente ontológicas em direção aos desafios contextuais de forma contundente (Inter-American Commission on Human Rights, 2020).

Em um esforço do International Justice Resource Center (IJRC on-line)<sup>13</sup> de compilar as principais resoluções, comunicados à imprensa e outras declarações de órgãos de direitos humanos e organizações intergovernamentais

---

<sup>13</sup> A base reuniu documentos da ONU, do Sistema Africano de Direitos Humanos, do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, do Sistema Europeu de Direitos Humanos, da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), do Comitê Árabe de Direitos Humanos, da Liga dos Estados Árabes, de seus respectivos órgãos e suas organizações.



diante da situação da Covid-19, nenhuma das organizações mapeadas estabeleceu de fato novos grupos/categorias vulneráveis. De acordo com essa base, na verdade, consolida-se a divisão por grupos vulneráveis tradicionalmente arraigada nas instituições internacionais.

Observando especificamente a CIDH, movimento importante foi a publicação, em março de 2020, da Resolução nº 4/2020, chamada *Derechos Humanos de las Personas con COVID-19* (Organização dos Estados Americanos, 2020b). O documento atribui maior relevância que o anterior aos riscos de maximização de danos frente a indivíduos, grupos e coletividades regionais que possam ter sua vulnerabilidade ampliada ou ainda novas camadas de vulnerabilidade expostas aos aspectos sociais estigmatizadores da Covid-19:

Para superar o estigma social associado à COVID-19 e o comportamento potencialmente discriminatório em relação às pessoas percebidas como tendo estado em contato com o vírus, medidas devem ser adotadas imediatamente que incluam a igualdade de gênero e as perspectivas intersetoriais, bem como abordagens diferenciadas, a fim de destacar os riscos adicionais de violação dos direitos humanos de pessoas, grupos e coletividades da região que são especialmente vulneráveis ou que historicamente sofreram exclusão, como pessoas que vivem na pobreza ou nas ruas, idosos, pessoas privadas de liberdade, indígenas povos, comunidades tribais, afrodescendentes, pessoas com deficiência, migrantes, refugiados e pessoas deslocadas em outros contextos de mobilidade humana, pessoas LGBTI, crianças e adolescentes e mulheres, especialmente mulheres grávidas e vítimas de violência de gênero. (Organização dos Estados Americanos, 2020b, tradução nossa)

De partida, pode-se dizer que a Covid-19 não se comportou como ponto de inflexão na criação de novas camadas

protetivas para os grupos existentes e não resultou na criação de novas categorias vulneráveis por parte das instituições internacionais, mas reforçou certa tendência já existente de que esse espaço institucional não parece empreender novas normas a esse respeito. Essa inércia também guarda relação com uma virada populista e antimultilateral, que tem como duas de suas figuras destacadas Donald Trump e Jair Bolsonaro.

Não é coincidência que Estados Unidos e Brasil sejam dois dos piores países na gestão da Covid-19 (Leng e Lemahieu, 2021)<sup>14</sup> e aqueles que de forma mais direta ameaçaram retirada da OMS, por exemplo, ao longo do ano 2020: Trump alegando que a organização não tinha independência em relação à China e que aceitava direcionamentos equivocados desta para a condução do combate à pandemia; e Bolsonaro, que, seguindo a mesma linha, afirmou que a OMS tem um “viés ideológico” e que o Brasil não precisaria de palpites externos para lidar com as políticas internas de saúde<sup>15</sup> (Alvim e Sanches, 2020; Garcia, 2020).

185

De acordo com relatório da OMS (2021) publicado em 23 de fevereiro de 2021, os dois países com maior número de novos casos, na semana que antecedeu a publicação deste relatório, continuaram sendo os Estados Unidos (480.467

---

<sup>14</sup> De acordo com o think tank australiano Lowy Institute, responsável por desenvolver o Covid Performance Index, atualizado em 21 de janeiro de 2021, dos 98 países mapeados, quatro entre os cinco piores países na gestão da crise da Covid-19 são americanos: 94º Estados Unidos, 96º Colômbia, 97º México e 98º Brasil (Leng e Lemahieu, 2021).

<sup>15</sup> Conforme a cobertura do The Japan Times de 6 de junho de 2020, o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, ameaçou sair da OMS, ao mesmo tempo em que a pandemia de Covid-19 matava um brasileiro por minuto (Reuters, 2020). Ainda de acordo com a matéria (Reuters, 2020, tradução nossa): “As nações mais populosas da América Latina, Brasil e México, estão observando as taxas mais altas de novas infecções, embora a pandemia também esteja ganhando velocidade em países como Peru, Colômbia, Chile e Bolívia. No geral, mais de 1,1 milhão de latino-americanos foram infectados. Embora a maioria dos líderes tenha levado a pandemia mais a sério do que Bolsonaro, alguns políticos que apoiam bloqueios rígidos em março e abril estão pressionando para abrir as economias de volta à medida que a fome e a pobreza aumentam”.

novos casos) e o Brasil (316.221 novos casos), números bem distantes dos países que ocupavam as posições subseqüentes, tais como França (131.179 novos casos), a Federação Russa (92.843 novos casos) e a Índia (86.711 novos casos).

Naquele momento, portanto, as Américas acumulavam 45% de todos os casos do mundo, o que representava 49.296.115 infecções por Covid-19. Na última semana de fevereiro de 2021, detinham 43% dos novos casos e 52% de todas as mortes do mundo. Os maiores números de novas mortes foram relatados nos mesmos países: Estados Unidos (14.747 novas mortes; 4,5 novas mortes por 100 mil) e Brasil (7.276 novas mortes; 3,4 novas mortes por 100 mil) (Organização Mundial da Saúde, 2021).

Na agenda de saúde global, se, por um lado, pensamos de imediato na OMS desempenhando papel de gatekeeper, isto é, de um ator<sup>16</sup> que controla o acesso a algo ou a alguém (Merton, 1973), por outro, a organização vem sofrendo precisamente com esse descrédito nesta que pode ser a maior crise de sua história. Importante marco dessa crise foi a interrupção do financiamento e cooperação dos EUA com a Organização.

Nesse sentido, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos – e mais especificamente a CIDH – teria o potencial de controlar e influenciar essa agenda de vulnerabilidade-morte nas Américas diante das paisagens de morte *sui generis* aqui demarcadas. O que se pode observar pela análise dos documentos da CIDH é, entretanto, uma bifurcação, e não um entrelaçamento: se, por um lado, sobre a questão da vulnerabilidade, já cristalizada nas instituições internacionais, não há inovações normativas, por outro, sobre a questão da morte, a Covid-19 se comporta como um terreno fértil para certo desenvolvimento normativo,

---

<sup>16</sup> Entendemos aqui que as instituições internacionais desempenham também esse papel e detêm certo controle e influência sobre atores, recursos, informação e padrões internacionais (Husu e De Cheveigné, 2010).

já que um dos efeitos mais perversos e intangíveis dessa crise é a falta de respeito ao luto, aos ritos fúnebres e memoriais, que marcam de forma simbólica, religiosa e espiritual o fim do ciclo da vida.

Em setembro de 2020, a CIDH, por meio da Rapid and Integrated Response Coordination Unit (Rircu) Covid-19, lançou um guia prático sobre o respeito ao luto, a ritos funerários e memoriais daqueles que morreram e de suas famílias enlutadas. Desse modo, estrutura-se “este guia prático junto com uma lista de recomendações e considerações para orientar os Estados na formulação e ajuste de políticas públicas, bem como nas práticas e decisões sobre a disposição de corpos, o respeito aos familiares enlutados do falecido durante a pandemia” (Inter-American Commission on Human Rights, 2020, tradução nossa).

Figuram nesse guia como violação aos direitos humanos no contexto de Covid-19, por exemplo, as seguintes (in)ações administrativas:

Enterrar um grande número de restos mortais em valas comuns sem identificá-los ou cumprir os requisitos técnicos; Sujeição de familiares de falecidos a pesadas revistas corporais, longa espera pelo descarte dos corpos; Nenhum protocolo em vigor para que os migrantes possam contatar e encontrar seus familiares; Problemas com a identificação e repatriação de restos mortais; Casas funerárias e necrotérios sobrecarregados, levando a: Corpos se amontoando em necrotérios e nas ruas; Incapacidade de aceitar corpos devido à falta de espaço e trabalhadores do cemitério sobrecarregados. (Inter-American Commission on Human Rights, 2020, tradução nossa)

Diferentemente da linguagem da vulnerabilidade, amplamente adotada – ainda que de forma superficial – pelas instituições internacionais, a linguagem da morte carece de

aprofundamento quanto a um norm-making internacional. Um dos principais esforços institucionais internacionais predecessores nessa direção, ainda que no registro de mortes suspeitas, é o Minnesota Protocol on the investigation of potentially unlawful death (Organização das Nações Unidas, 2016), derivado da revisão de dois documentos anteriores, o UN Principles on the effective prevention and investigation of extra-legal, arbitrary and summary executions (1989) e seu documento complementar, o UN Manual on the effective prevention and investigation of extra-legal, arbitrary and summary executions (1991).

### **Considerações finais**

A crise provocada pela Covid-19 é reveladora da necessidade, urgente e emergente, da atribuição de um caráter político para o que aqui chamamos pelo binômio vulnerabilidade-morte. Se, por um lado, o tratamento da vulnerabilidade como conceito político utilizado pelas organizações internacionais quase exclusivamente baseado em seu eixo ontológico demarca fronteiras limitadas e pouco contextualizadas de proteção, por outro, o tratamento da morte como conceito despolitizado e pouco mobilizado para a construção de normas no plano internacional resulta em noções de vida e morte menos alinhadas com um papel ético-político das instituições internacionais. A generalidade da vulnerabilidade e a manutenção da morte em um registro despolitizado não colaboram, por exemplo, para que as instituições internacionais possam ser consideradas aquilo para o que princípios de justiça internacionais devem se dirigir e nem mesmo para que esses mesmos princípios dialoguem com as paisagens de morte transnacionais.

A partir da paisagem *sui generis* de morte que se conforma nas Américas diante do avanço da crise sanitário-humanitária, há um *locus* pelo qual se torna possível exatamente questionar que noções de vida e de morte são moral

e politicamente aceitáveis e quais precisam ser, inclusive, tematizadas e pautadas no âmbito de uma estrutura básica internacional, constituindo-se em matéria para as instituições.

Ao nos debruçarmos sobre a CIDH e seus três documentos-chave no tratamento da crise de Covid-19 (Inter-American Commission on Human Rights, 2020; Organização dos Estados Americanos, 2020a, 2020b), analisados na terceira parte deste artigo, restou evidente que a vulnerabilidade e morte não formam um binômio, mas são eixos abordados de forma dissociada e, em certa medida, bifurcada, já que não há tratamento da questão da morte nos dois primeiros documentos, enquanto não se verifica, simultaneamente, o tratamento da vulnerabilidade no último. A bifurcação parece muito mais fronteirizar – no sentido de fixar – ambas as noções aqui exploradas fora de seus sentidos políticos aqui demonstrados através da paisagem mortal das democracias das Américas, sobretudo do Brasil e dos Estados Unidos.

Apesar de não ser constatada até o momento a fertilização normativa cruzada da vulnerabilidade-morte no âmbito da CIDH, a crise sanitária e humanitária de Covid-19 em escala global pode ser tratada como um ponto de inflexão e já se pode observar, respectivamente, a emergência de um processo de norm-making em torno da questão da morte e incipiente fortalecimento do eixo contextual da vulnerabilidade. Há, portanto, uma possível tendência de que as instituições internacionais de justiça, que compõem a estrutura básica internacional, assumam o gatekeeping do que aqui chamamos de binômio vulnerabilidade-morte, especialmente em direção a espacialidades em que a morte se torna uma tragédia tecida na vida cotidiana, como se verifica nas Américas.

Seguir mapeando os termos em que essa bifurcação vulnerabilidade/morte pode vir a se converter no seio da pedra angular do SIDH – a CIDH – em um binômio vulnerabilidade-morte, isto é, em uma inter-relação, parece ser

determinante do tratamento político-institucional internacional que essas paisagens de morte das Américas, que não são passageiras e sequer podem ser apagadas, necessitam receber diante das nossas democracias mortais.

### **Claudia Marconi**

Professora da Graduação em Relações Internacionais e do Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professora da Graduação em Relações Internacionais na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado e Cátedra Jean Monnet de Estudos Europeus.

### **Rafael de Souza Nascimento Miranda**

Doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP. Na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, é Coordenador Executivo dos Projetos Jean Monnet.

190

### **Isabela Agostinelli dos Santos**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Universidade Estadual Paulista – Unesp, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP). Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-SP. Integrante do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (Geci) da PUC-SP.

### **Bibliografia**

- AL TAMIMI, Yussef. 2018. Human rights and the excess of identity: a legal and theoretical inquiry into the notion of identity in Strasbourg case law. *Social & Legal Studies*, v. 27, n. 3, pp. 283-298.
- AL TAMIMI, Yussef. 2015. The protection of vulnerable groups and individuals by the European Court of Human Rights. Tese de doutorado. Tilburg: MSc Tilburg Law School.

- ALVIM, Mariana; SANCHES, Mariana. 2020. O dito e o não dito no anúncio de Trump de 'rompimento' entre EUA e OMS. BBC News Brasil, . Disponível em: <https://bbc.in/3kjfTF3>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- ASSA, Jacob. 2020. Laissez-Faire, Laissez Mourir. *Developing Economics*. Disponível em: <https://bit.ly/3IP9if6>. Acesso em 25 jan. 2021.
- BARRINGER, Elizabeth Brandon. 2016. *Mortal democracy: confronting death in political life*. Tese de doutorado em Ciência Política. Los Angeles: University of California.
- BRAGA, Antônio Frederico Saturnino. 2005. "Estrutura básica" e "Posição original" em *The law of peoples*, de J. Rawls. *Ethic@-An international Journal for Moral Philosophy*, v. 4, n. 2, pp. 157-173.
- BUCHANAN, Allen. 2000. Rawls's law of peoples: rules for a vanished Westphalian world. *Ethics*, v. 110, n. 4, pp. 697-721.
- BUTLER, Judith. 2016. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAMILLERI, Michael; EDMONDS, Danielle. 2017. An institution worth defending: the Inter-American Human Rights System in the Trump Era. *The Dialogue*. Disponível em: <https://bit.ly/3IPanna>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. 2009. *The empire of trauma: an inquiry into the condition of victimhood*. Princeton: Princeton University Press.
- FINEMAN, Marta Albertson. 2008. The Vulnerable subject: anchoring equality in the human condition. *Yale Journal of Law & Feminism*, v. 20, n. 1, pp. 1-23.
- FRIEDMAN, Uri. 2020. The Coronavirus-Denial Movement now has a leader. *The Atlantic*, v. 27. Disponível em: <https://bit.ly/3m3ueGg>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- FURUSHO, Carolina Yoo. 2016. Uncovering the human rights of the vulnerable subject and correlated state duties under liberalism. *UCL Journal of Law and Jurisprudence*, v. 5, n. 1, pp. 175-205.
- GARCIA, Gustavo. 2020. Bolsonaro aponta 'viés ideológico' na OMS e ameaça tirar Brasil da organização. G1. Disponível em: <http://glo.bo/3SpvqzJ>. Acesso em 25 jan. 2021.
- G1 AM. 2021. Documentos mostram que mais de 30 morreram nos dois dias de colapso por falta de oxigênio em Manaus. G1 Amazonas. Disponível em: <http://glo.bo/3kmCTD6>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- GOMES, Pedro Henrique. 2020. 'Não sou covão, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. G1 Política. Disponível em: <http://glo.bo/3INzqQD>. Acesso em: 27 jan. 2021.



- HUSU Liisa; DE CHEVEIGNÉ Suzanne. 2010. Gender and gatekeeping of excellence in research funding: European perspectives. In: RIEGRAF, Birgit, AULENBACHER, Brigitte, KIRSCH-AUWÄRTER, Edit; MÜLLER, Ursula (ed.). Gender change in academia. Nova York: VS Verlag für Sozialwissenschaften. pp. 43-59.
- INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. 2020. RIRCU practical guides to Covid-19 01: What are the standards for ensuring respect for the grieving, funeral rites, and memorials of those who died 01 during the COVID-19 pandemic? Washington: OAS. Disponível em: <https://bit.ly/3XVFjWT>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- LENG, Alyssa; LEMAHIEU, Hervé. 2021. Covid Performance Index. Lowy Institute, . Disponível em: <https://bit.ly/3kl8tRx>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- LOPES, Dawisson Belém. (@dbelemlopes). 2021. O Brasil tem menos de 3% da população mundial e quase 11% de todos os óbitos por covid-19. Os EUA têm 4,5% da população do planeta e 19% dos óbitos. Juntos, Bolsonaro e Trump carregam nos ombros 30% das mortes diretamente ligadas à pandemia. São, por opção, os covetores globais. Twitter, 7 jan. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3IpNKUL>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- LOTTA, Gabriela; FERNANDEZ, Michelle; VENTURA, Deisy; RACHED, Danielle; AMORIM, Melania; BARBERIA, Lorena; SOUSA, Tatiane; WENHAM, Clare. 2020. Quem é responsável pela catástrofe brasileira na crise de COVID-19? LSE. Disponível em: <https://bit.ly/3YRNS6q>. Acesso em: 11 jan. 2021.
- MADDRELL, Avril. 2020. Bereavement, grief, and consolation: emotional-affective geographies of loss during COVID-19. *Dialogues in Human Geography*, v. 10, n. 2, pp. 107-111.
- MARCONI, Cláudia Alvarenga; SANTOS, Isabela Agostinelli. 2019. A trajetória da(s) vulnerabilidade(s) migrante(s) na Relatoria Especial dos Direitos dos Migrantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos: entre a política da injustiça e a política do reconhecimento. In: NASSER, Reginaldo Mattar (org.). Governança global: conexões entre políticas domésticas e internacionais. São Paulo: Educ. pp. 49-69.
- MBEMBE, Achille. 2018. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições.
- MCEVOY, Jemima. 2021. Trump claims Covid deaths are 'exaggerated' as U.S. Surpasses 350,000. *Forbes*. Disponível em: <https://bit.ly/3KzoH4i>. Acesso em: 27 jan. 2021.
- MERTON, Robert. 1973. *The sociology of science: theoretical and empirical investigations*. Chicago: The University of Chicago Press.
- MILANEZ, Felipe; VIDA, Samuel. 2020a. Pandemia, racismo e genocídio indígena e negro no Brasil: coronavírus e a política da morte.

- São Paulo: n-1 edições. Disponível em: <https://bit.ly/3ILuH8O>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- MILANEZ, Felipe; VIDA, Samuel. 2020b. Pandemia, racismo e genocídio indígena e negro no Brasil: coronavírus e a política de extermínio.
- CLACSO. Disponível em: <https://bit.ly/3InLk93>. Acesso em: 9 jan. 2021.
- OLIVEIRA, Eduardo Teles. 2014. Vulnerabilidade na ótica da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH): aporte necessário para a humanização do homem na sociedade contemporânea. *Doutrina – Revista da Ejuse*, n. 20, pp. 363-383.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. 2020a. Pandemia y derechos Humanos en las Américas: Resolución 1/2020. San José: IACHR. Disponível em: <https://bit.ly/3INJKPa>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. 2020b. Derechos Humanos de las Personas con COVID-19: Resolución 4/2020. San José: IACHR. Disponível em: <https://bit.ly/3XXpOhk>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. 2020c. What are the standards for ensuring respect for the grieving, funeral rites, and memorials of those who died during the COVID-19 pandemic? San José: IACHR. Disponível em: <https://bit.ly/3ExdGfQ>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. 2021. COVID-19 weekly epidemiological update. Disponível em: <https://bit.ly/3IoCY0Y>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 2016. Revision of the UN Manual on the Effective Prevention and Investigation of Extra-Legal, Arbitrary and Summary Executions (the Minnesota Protocol). Disponível em: Acesso em: 25 fev. 2021.
- PAZ, Christian. 2020. What Bolsonaro's COVID-19 case tells us about Trump's. *The Atlantic*. Disponível em: <https://bit.ly/41ytWw>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- PERONI, Lourdes; TIMMER, Alexandra. 2013. Vulnerable groups: the promise of an emerging concept in European Human Rights Convention law. *International Journal of Constitutional Law*, v. 11, n. 4, pp. 1056-1085.
- RAHMAN, Smita. 2015. Time, memory, and the politics of contingency. London: Routledge.
- RAWLS, John. 2000. The law of peoples: with the idea of public reason revisited. Cambridge: Harvard University Press.
- RAWLS, John. 2016. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes.
- REUTERS. 2020. Jair Bolsonaro threatens WHO exit as COVID-19 kills 'a Brazilian per minute'. *The Japan Times*. Disponível em: <https://bit.ly/3Zew6dl>. Acesso em: 18 fev. 2021.

- SALAZAR, Katya. 2014. Editorial. *Aportes DPLF: Magazine of the Due Process of Law Foundation*. v. 19, n. 7, p. 1.
- SALDANHA, Jânia Maria Lopes; BOHRZ, Clara Rossatto. 2017. A vulnerabilidade nas decisões da Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH): impacto nas políticas públicas e no modelo econômico dos Estados. *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano*, ano XXIII, pp. 481-502.
- SARAMO, Samira. 2019. Introductory essay: making transnational death familiar. In: SNELMANN, Hanna; KOSKINEN-KOIVISTO, Eerika; SARAMO, Samira. 2019. *Transnational death*. Helsinki: Finnish Literature Society. pp. 8-23.
- SNELLMAN, Hanna; KOSKINEN-KOIVISTO, Eerika; SARAMO, Samira. 2019. *Transnational death*. Helsinki: Finnish Literature Society.
- VITA, Alvaro de. 2012. A justiça internacional entre o humanitarismo e o igualitarismo global. Trabalho apresentado no VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Gramado. Disponível em: Acesso em 10 jan. 2021.



# TERRITÓRIOS EM DISPUTA: COMENTÁRIOS SOBRE O CONTRALAUDE ELABORADO SOBRE A TERRA INDÍGENA POTRERO GUAÇU

João Marcos Francisco Sampaio

*Doutorando em Direito e professor, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Alta Floresta, MT, Brasil. E-mail: joao.sampaio@ifmt.edu.br*

*Orcid: 0000-0003-2674-6612*

Jayme Benvenuto Lima Júnior

*Doutor em Direito e professor associado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.*

*E-mail: benvenutojayme@gmail.com*

*Orcid: 0000-0001-7521-866X*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-195216/118>

## Introdução

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que modificou a dinâmica e os critérios para a demarcação das terras indígenas no Brasil, houve um aumento exponencial na atuação dos antropólogos enquanto auxiliares do juízo, na qualidade de peritos. É de especial relevância compreender esse contexto específico de produção desse trabalho e conceber a elaboração de perícias por parte dos antropólogos, não como prática apartada e diversa da qual se ocupam os antropólogos, mas, sim, como gênero no qual se aplicam ferramentas, instrumentos e teorias pertinentes à Antropologia para a confecção de um produto específico, o laudo antropológico, seja no curso de processos judiciais ou administrativos.

Essa perspectiva é relevante, pois os laudos elaborados por esses especialistas devem ser apreciados pelos juízes, a partir da perspectiva científica que embasaram sua produção, os ditames da Antropologia. Esses documentos não podem ser apreciados de modo adequado a partir de uma simples leitura baseada no senso comum e na imagem estereotipada do que seria ser índio. Para tanto, é necessário compreender minimamente a forma como se produzem os laudos antropológicos periciais e sua forma de produção.

A importância se opera, sobretudo, em um momento de crescente tensão no que se refere à garantia dos direitos territoriais de populações indígenas e incompreensão com a metodologia e a forma de trabalho operacionalizada pelos profissionais antropólogos. Exemplo maior foi a instauração da intitulada CPI da Funai, na qual diversos antropólogos foram acusados de se conluir com lideranças indígenas, com o intuito de lesar os latifundiários.

196

Dessa maneira, este artigo tem como intuito apresentar as balizas que envolvem a produção antropológica de um laudo pericial, para que este tipo de documento técnico possa ser adequadamente apreciado em processos, judiciais ou administrativos, que envolvam terras tradicionalmente ocupadas por populações indígenas.

Para tanto, buscou-se analisar um laudo de assistência técnica, ou contralaudo, elaborado no curso do processo judicial de demarcação da Terra indígena Potrero Guaçu, ocupada por povos Guarani no estado de Mato Grosso do Sul. O referido contralaudo foi elaborado por um indivíduo sem qualquer formação antropológica e reforça argumentos simplistas calcados no senso comum, que não levam em conta a multiplicidade de significados do Território. Entretanto, analisá-lo é útil para que se possa confrontá-lo com a adequada produção de laudos antropológicos e, assim, apresentá-lo à consideração jurídica.

## Reconceituando o(s) território(s)

Inicialmente, é preciso estabelecer alguns marcos conceituais, sobretudo para compreender que a forma como se pensa e se operacionaliza a categoria “território” não é unívoca e estanque, e que ela decorre de um processo histórico e de apropriação que não é compartilhado por todos. Assim, a categoria “território” pode ter diferentes concepções e significados a depender da visão de mundo que a maneja. A concepção de território se encontra encartada em dispositivos legais que estão pautados no modelo europeu e vinculados ao período da construção do Estado moderno, resultando na definição de um Estado-territorial, a forma geográfico-política típica do mundo colonial que teve origem no fim da Idade Média na Península Ibérica (Porto-Gonçalves, 2006). Trata-se, portanto, de um construto tipicamente colonial, estabelecido num contexto de supremacia do poder político, econômico e religioso da Europa, e de consequente subjugação do *resto* do mundo à Europa.

197

Ainda que a colonização da América Latina tenha formalmente se encerrado, não mais havendo vínculo jurídico do tipo metrópole-colônia, como o que marcou a construção do que chamamos hoje de “América Latina”, a colonialidade na região não chegou ao fim, assim como em vastas outras regiões do planeta. Na verdade, ela persistiu em uma série de esferas: a colonialidade do saber, do poder e do ser (Quijano, 2011).

A partir da colonialidade do saber, encontramos uma concepção de território ancorada em um ponto de vista liberal, baseado no sentido de propriedade igualmente liberal, associado à concepção de direito fundamental de primeira dimensão. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha inovado, comparando-se com as cartas constitucionais pretéritas, ainda temos dificuldade de compreender a importância dos territórios para os povos indígenas.

Embora os povos indígenas tenham se destacado em movimentos emancipatórios na América Latina, em que novas territorialidades com valores emancipatórios ganharam força e corpo (Porto-Gonçalves, 2006), ainda se evidenciam empecilhos na compreensão do que os povos indígenas, cada um com suas diferenças e nuances, entendem por território. Para os povos indígenas, o território não está relacionado a uma concepção fundiária, mas de (r)existência, no sentido de que é nele que realizam suas práticas culturais, religiosas e de produção.

É importante esclarecer que não se deve imaginar os povos indígenas como um grupo uno ou homogêneo. Cada coletividade tem uma cosmologia particular e sua própria concepção de território. Assim, devemos compreender os territórios como substâncias históricas que são sempre produzidas e que se concretizam com base nos sujeitos históricos que os instituíram (Porto-Gonçalves, 2006).

198

Existe uma pluralidade de territórios, mas, em razão da imposição de um entendimento estatal limitado a uma visão eurocêntrica e monodirecionada, confere-se aos povos indígenas apenas uma autonomia débil (Porto-Gonçalves, 2006). De modo que, ao não conseguir fazer prevalecer uma visão produtivista e neoliberal economicista do território, iniciam-se as tentativas de usurpação por parte daqueles que se colocam na defesa da continuidade do projeto de submissão dos povos indígenas no contexto da colonialidade do poder.

É importante ressaltar ainda que a forma como as coletividades indígenas se apropriam e convivem com o território vai na contramão do uso dos recursos naturais e dos bens comuns próprios à sociedade hegemônica neoliberal, que vem se agravando e ganhando novos contornos. Svampa (2019) ressalta que, nas duas últimas décadas, tem ganhado força o neoextrativismo, uma forma de exploração do ambiente que busca tirar o máximo de

proveito econômico do território, sem levar em consideração uma série de variáveis e demais formas de lidar com a terra e o ambiente.

É justamente nesse embate entre visões de mundo e formas de viver, que tais conflitos ganham contorno e chegam ao Poder Judiciário, espaço dominado por conceitos liberais e atrelados a noções eurocêntricas, mas que terá o poder de definir e demarcar os territórios indígenas. É por essas razões que a perícia antropológica é fundamental e que se devem compreender as bases teórico-metodológicas que a fundamentam para que possa ser realizada uma correta apreciação do laudo pericial antropológico.

### **Territórios em juízo: a perícia nos processos de demarcação de Terras Indígenas**

À primeira vista, pode-se imaginar um panorama maniqueísta, no qual haveria um abismo entre a produção antropológica acadêmica e a produção na realização de perícias. Contudo é muito mais produtivo compreender ambas as espécies de produções enquanto científicas e capazes de aplicar instrumentos e metodologias científicas próprias da Antropologia. O'Dwyer (2005) se debruça sobre a eventual diferença entre os supostos “antropólogos práticos” e os “antropólogos teóricos”, estendendo a análise para o resgate de possíveis distinções entre uma “Antropologia da Ação”, que estaria vinculada a princípios éticos de respeito aos povos e grupos estudados, e uma “Antropologia Aplicada”, que se encontraria inteiramente a serviço de interesses alheios ao fazer antropológico. Diante de tais dicotomias, afirma a autora que o resgate dessas categorizações no contexto brasileiro, sobretudo reafirmando suas distinções, desemboca em ilações vazias e que rendem poucos frutos. Propõe então que os pesquisadores em situações de perícia “reflitam sobre as condições e possibilidades de seu fazer antropológico” (O'Dwyer, 2005, p. 220).



Caminho semelhante aponta João Pacheco de Oliveira (1994) ao afirmar que, quando da elaboração de um laudo antropológico, o perito antropólogo deve se munir dos instrumentos teóricos e metodológicos que são próprios da Antropologia, de forma que a elaboração de laudos, relatórios e pareceres os torne igualmente científicos. Contudo, ainda que as produções acadêmicas e periciais sejam ambas científicas e (ou devessem ser) realizadas por antropólogos com formação plena, há de se considerar que os contextos de produção desses diversos gêneros são distintos e atendem a interesses diversos.

200

É preciso reconhecer que, quando há a requisição de perícia antropológica, seja no curso de um processo judicial ou de um procedimento administrativo, não são interesses acadêmicos que a realização do estudo deverá atender, além do fato de que os financiamentos para tais estudos não advêm da comunidade acadêmica. Assim, nesse encontro entre Antropologia e Direito, o perito antropólogo deparará com regras e regulamentos que não são próprios da prática antropológica, e deverá elaborar respostas a questionamentos construídos a partir de um saber disciplinar diverso, sem, contudo, abandonar as ferramentas que lhe são próprias (Oliveira, 1994).

Todavia, não bastassem os percalços dessa interação, há um problema de outra ordem, ressaltado por ambos os autores, O'Dwyer (2005) e Oliveira (1994), que é a falta de regulamentação da profissão do antropólogo com o estabelecimento de requisitos de formação. Em que pese os esforços da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e de outros órgãos – a exemplo do MPF, que inclusive celebrou convênio com a ABA para estabelecer critérios de atuação aos peritos antropólogos nas demandas judiciais –, a ausência de tal regramento quanto a quem pode ser considerado antropólogo permite que ocorram distorções. A falta de regulamentação permite que indivíduos sem qualquer

formação em Antropologia se autointitulem antropólogos e atuem na elaboração de perícias judiciais como peritos e, mais comumente, na qualidade de assistentes técnicos de uma das partes em litígio.

É justamente sobre um contralaudo produzido no ano 2000 por um antropólogo autoproclamado, de nome Hilário Rosa (2000), que se debruçará este trabalho, buscando compreender quais os argumentos utilizados para contrarrazoar o laudo elaborado pelo perito antropólogo de formação, e como essas fundamentações não se sustentam diante dos instrumentos teóricos e metodológicos da Antropologia, e mesmo se confrontados com postulados do Direito que regem o processo judicial, com especial relevo para os critérios de impedimento e suspeição.

Logo de início, o autor do laudo de assistência técnica ora analisado, doravante chamado de assistente, argui a tese de que o laudo antropológico elaborado pelo perito nomeado pelo juízo, doravante chamado apenas perito, estaria eivado de nulidades, visto que tendências ideológicas – portanto parciais – teriam norteadado a atuação do perito e, conseqüentemente, a elaboração do laudo apresentado ao juízo.

Tal alegação teria base no fato de que o perito teria se fundamentado na obra de Ruben Thomaz de Almeida que, por sua vez, estaria comprometido com os princípios da Declaração de Barbados. Assim, haja vista tal declaração encartar o princípio do desenvolvimento comunitário induzido por antropólogos, estaria patente o caráter parcial do autor. Assim, invocando uma suposta subserviência do perito para com esta obra, não haveria dúvidas da sua parcialidade, e tal laudo não poderia ser admitido em juízo. Cumpre lembrar que não há prova que fundamente tais elucubrações, mas tão somente essa relação construída pelo assistente técnico. Porquanto a ideologia integra todo sistema de pensamento, ela está presente tanto no trabalho

do perito quanto no do assistente. Almeida (2015) já aponta que as exceções de suspeição e impedimento são comuns em casos de litígios que envolvam conflitos fundiários e necessitem da atuação de um perito antropólogo, contudo a discussão se aprofunda para além de uma suposta filiação teórica ou “tendência ideológica”, como nomeia o assistente técnico. Tais discussões envolvem diretamente as condições necessárias à própria realização do fazer antropológico, sem as quais o próprio laudo careceria de cientificidade.

As hipóteses de suspeição aplicadas aos peritos judiciais no processo judicial brasileiro estão previstas no Código de Processo Civil, que as enumera em um rol taxativo, sendo elas:

- I – amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados;
- II – que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio;
- III – quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive;
- IV – interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes. (Brasil, 2015)

O inciso mais invocado para solicitar a suspeição de peritos antropólogos é o IV, visto que ele possibilita uma diversidade de interpretações, de modo que se utilizam do compromisso ético dos antropólogos com seus interlocutores para desqualificá-los como sujeitos idôneos a realizar um laudo pericial que pudesse ser aceito como prova em um processo judicial.

Contudo considerar tal compromisso ético como uma prova cabal de parcialidade do perito antropólogo é reflexo

da incompreensão do arcabouço teórico e metodológico da própria Antropologia. Barbosa (2015) ressalta que a própria etnografia necessita de contato entre o pesquisador e os sujeitos, contato este a partir do qual se estabelecem relações que se fundam na confiança, sem as quais não seria possível construir os dados necessários à elaboração de um estudo, seja ele qual for, e mesmo o contexto necessário para a produção de um laudo antropológico não fugirá a essa regra. Assim, os princípios da ABA pressupõem que os dados fornecidos pelos interlocutores não sejam utilizados de forma que possa prejudicá-los, e isso não estaria em contradição com os próprios postulados do Direito, visto que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo.

Deve-se ainda considerar que os juízes têm imposto aos peritos que ambas as partes em litígio estejam em campo durante a realização da perícia antropológica, sob a alegação de que tal situação garantiria mais transparência e imparcialidade ao trabalho do antropólogo, assim já se lança sobre o trabalho desse profissional uma dúvida quanto a seu proceder, que estaria inclinado a favorecer os grupos sociais que estão a pleitear direitos. Quando, na verdade, pela própria forma como o trabalho antropológico é realizado, respeitando e compreendendo as maneiras de fazer, os credos e visões de mundo dos interlocutores com os quais se lida, desenvolve-se uma característica singular: “geralmente revelamos lógicas e ações de dominação e de imposição em nada ‘naturais’ — embora tidas como tais. Como consequência, descortinamos também interesses de grupos hegemônicos de poder” (Silva, 2015, pp. 158-159). Tal situação decorre de um entendimento diverso quanto à imparcialidade e verdade entre os dois ramos do saber, direito e antropologia.

Ferreira (2015) desenvolve os conceitos de verdade e poder, e como eles são pensados de forma distinta na Antropologia e no Direito. O segundo buscaria verdades exclusivas que estariam protegidas pelo manto da

neutralidade, mas que terminaria por estar impregnada de parcialidade, visto que não haveria capacidade teórica e científica para vislumbrar e compreender os processos de violência nos quais se assentaram categorias históricas ainda hoje invocadas como unívocas e universais, que, embora se apresentando como imparciais, estão apenas perpetrando violências simbólicas e reforçando hegemonias de poder construídas historicamente.

Ainda assim, não seria suficiente que fossem explicitadas verdades relativas, entendidas como verdades específicas de cada contexto ou grupo, mas é preciso que sejam trazidas à tona verdades subversivas, estas entendidas como verdades que subvertem a lógica de poder; explicitam relações de dominação construídas ao longo do tempo e calcadas no uso da violência; e em práticas de governo e controle cujo objetivo era o silenciamento. Assim, a aplicação dos instrumentos antropológicos possibilita que a verdade que foi solapada durante a construção do Estado nacional, e outras situações, seja explicitada. Dessa forma, subverte-se esse processo de produção de verdade, o que permite trazer objetividade a partir do descortinamento do contexto histórico de espoliação e subjugação (Ferreira, 2015).

204

Além disso, é necessário compreender não os campos de disputas como formados por arenas constituídas por saberes diversos e específicos, que são impermeáveis entre si, mas entender esses espaços de disputa como campos unificados nos quais os diversos saberes se interpenetram e dialogam na produção de verdades. A ação social dos sujeitos não é isolada e descontextualizada, de modo que, quando um indivíduo age, os demais se articularão a partir daquele ato, de modo que saberes e indivíduos não estão isolados e agem à revelia dos demais, como sugere Mura (2015).

Assim, para considerar a suspeição ou não de um perito antropólogo, é necessário compreender antes a natureza do trabalho antropológico, e não medi-lo pela mesma régua

que se mede a perícia realizada pelas ciências naturais. João Pacheco de Oliveira (1994) é claro ao considerar desmedida a comparação de uma perícia antropológica com um exame laboratorial como uma investigação de paternidade, realizada por meio do DNA.

Portanto, considerando o próprio fazer antropológico, ou seja, os meios pelos quais é possível realizar uma pesquisa que resultará em um laudo, é inviável considerar suspeito um antropólogo tão somente por considerar que por ter desenvolvido laços de confiança com seus interlocutores, sobretudo considerando que, como bem cita Silva (2015), é cada vez mais frequente a presença de ambas as partes na situação de campo, visto que essa é o cerne de sua metodologia e que o compromisso ético para com os periciados decorre da própria natureza das ferramentas da Antropologia, que permitem revelar as relações de poder e dominação que permeiam esses campos unificados, nos quais atuam diversos saberes e atores sociais.

Assim, seria mais profícuo, utilizar como critério para julgar a suspeição de um perito antropólogo a cientificidade do trabalho, como propõe Almeida (2015). Contudo tal cientificidade deve ser avaliada internamente, a partir da averiguação a respeito do cumprimento ou não dos pressupostos teóricos e metodológicos da Antropologia, se tais técnicas e teorias foram previamente avaliadas e reconhecidas pelos pares, por exemplo. Afinal, se se aplicam critérios científicos próprios da disciplina na realização de uma perícia, não se pode acusá-la de parcial ou suspeita.

Dessa forma, o simples uso de bibliografia já consolidada sobre determinada coletividade que pleiteava a demarcação de terras, não configura subserviência aos interesses do grupo indígena, nos termos empregados pelo assistente técnico, visto que, além de tal alegação de “tendências ideológicas”, não houve qualquer demonstração de que foram descumpridos postulados teóricos ou metodológicos da Antropologia.

### *Vestígios arqueológicos, registros escritos e território*

Um dos pontos sobre os quais se debruça o contralaudado analisado no caso em tela consiste em reafirmar incessantemente que não há vestígios arqueológicos que comprovem a existência desses indígenas na terra, desde tempos imemoriais, como sociedades pré-colombianas. Embora o perito antropólogo tenha deixado claro que buscas de tal natureza seriam inviáveis, visto que a terra já teria passado por diversos processos de aragem e curva de nível, o assistente técnico reforça o fato de que não havia vestígios arqueológicos nas áreas pretendidas pelos grupos indígenas. Chega a relatar que haveria um pequeno trecho de mata nativa e que, mesmo lá, os indígenas não foram capazes de apontar evidências materiais de sua ocupação.

206

Essa preocupação exacerbada com vestígios se assenta em dois erros básicos na compreensão do que seriam Terras Indígenas. O primeiro deles é quanto à conceituação de Terra Indígena como ocupada desde tempos imemoriais, e a outra é a imprescindibilidade de vestígios arqueológicos para que esteja caracterizada a ocupação indígena em determinada área.

Inicialmente, é assaz relevante lembrar que a Constituição Federal não mais caracteriza a terra indígena como ocupada desde tempos imemoriais, mas, sim, aquela tradicionalmente ocupada por indígenas, *in verbis*:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as

necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (Brasil, 1988)

Como se pode observar da leitura atenta do texto constitucional, não há qualquer menção à necessidade de comprovar ocupação de povos pré-colombianos ou à existência de vestígios arqueológicos que reconstruam uma ligação com povos que reivindicam as terras Potrero Guaçu com habitantes pré-colombianos, sobretudo em um contexto no qual a terra já havia sofrido ação humana em sua maior parte.

Em segundo lugar, o assistente técnico confunde vestígios arqueológicos com evidências etnográficas. Oliveira (2015), ao descrever as contribuições da Arqueologia nos processos de demarcação de Terras Indígenas, é claro ao afirmar que a principal contribuição que tal ciência dá é a “apresentação de evidências materiais sobre a ocupação humana em áreas reivindicadas por comunidades tradicionais”. Contudo essas evidências não podem ser consideradas vestígios arqueológicos que tracem um passado pré-colombiano, o ponto fulcral de seu valor reside no fato de ser o grupo que reivindica a tradicionalidade dessas evidências. Eremites de Oliveira (2015) reafirma ainda que a arqueologia trabalha com a “materialidade das relações no tempo e no espaço”, de modo que tal ciência de fato pode contribuir na produção de laudos periciais antropológicos, porém o que tem mais relevância no enquadramento de terras como indígenas é a etnografia que se baseia na relação do grupo com o território.

No mesmo sentido disserta O’Dwyer (2005) ao afirmar que a descoberta de vestígios de uma ocupação antiga permitiu que a pesquisa fosse iniciada. Ela considerou tais achados materiais não como vestígios arqueológicos essenciais à consecução da demarcação das terras ou, mesmo que ela os tivesse procurado, tal descoberta ocorreu em decorrência da própria relação de pesquisa construída. Tais achados devem,



portanto, ser considerados uma evidência etnográfica sobre o passado, “apropriada presentemente pelo grupo para a construção do que eles chamam ‘história dos princípios’” (O’Dwyer, 2005, p. 229). Ressalte-se ainda que a inexistência de vestígios arqueológicos não tem o condão de impedir o reconhecimento da terra como indígena.

Outro ponto ao qual o assistente técnico dispensa sua atenção é o fato de não haver registros históricos sobre a fixação desses povos na região pleiteada. Entretanto é importante ressaltar que o reconhecimento da identidade de um grupo étnico não deve se basear necessariamente em registros históricos e em sua continuidade até à atualidade. João Pacheco de Oliveira (1994) alerta que a identidade dessas coletividades é construída a partir de sua memória coletiva e seus princípios organizacionais.

208

Assim, não é necessário que haja um robusto acervo documental que comprove a existência de determinado grupo em um período e que essa coletividade permaneça atrelada a um mesmo modo de vida. Reconhecer a identidade de grupos étnicos tão somente balizados nesses critérios seria condená-los a viver em uma bolha temporal insuscetível a mudanças, tirando-os da linha temporal, como alerta Fabian (2013). Na verdade, a identidade é dinâmica e se amolda às diversas possibilidades e condições disponíveis, buscando então os princípios organizacionais que regem determinado grupo para reconhecer sua identidade. A busca pelo ancestral imemorial no construto do pensamento do assistente técnico tem um caráter carregado de ideologia e cumpre a finalidade de negar reconhecimento, identidade e titularidade aos indígenas.

Valle (2003) ressalta a importância do uso dos recursos etno-históricos – considerados por ele como relevantes para compreender como essas coletividades se arranjam e se constroem como grupo étnico –, mas como técnicas de suporte não essenciais ao reconhecimento ou não da identidade

indígena de um grupo. Até mesmo porque, como bem relata Ferreira (2015), os topônimos e etnônimos podem se modificar com o passar do tempo devido a diversas circunstâncias alheias a esses sujeitos, visto que as relações interétnicas foram pautadas pelo uso de violência simbólica e hegemonia de poder por parte dos não indígenas. Assim, os registros escritos podem não ser capazes de dar conta de todas as relações e ocorrências que acontecem ao longo dos anos. Não havendo, portanto, prevalência das fontes escritas sobre a tradição oral, como supõe o assistente técnico.

Questão importante também levantada pelo assistente técnico se refere ao uso do território como mero espaço necessário para a manutenção e subsistência dos indígenas, afirmando inclusive que as terras que já se encontravam demarcadas seriam mais que suficientes para prover o sustento dessas coletividades. Entretanto deve-se compreender que a visão indígena sobre território difere da visão ocidental quanto a sua extensão e uso.

Como já mencionado, a própria Constituição Federal considera o território indígena não só como aquele suficiente à exploração agropecuária que baste para subsistência e habitação, sendo Terras Indígenas: “as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (Brasil, 1988).

Tal conceito se coaduna com a compreensão de que o território é mais do que o simples lugar em que se vive e/ou produz, compreendendo também o espaço necessário para que tais grupos possam se desenvolver plenamente, conforme suas tradições e crenças. Assim, acerta Dallari (1994) ao afirmar a relevância de explicitar a delimitação do território por parte do antropólogo quando da confecção do respectivo laudo, visto que nele devem ser evidenciadas

todas as razões pelas quais é necessária a demarcação de território maior do que o que a lógica de produção capitalista considera suficiente para a manutenção de determinada quantidade de indivíduos.

Contudo Oliveira (1994) alerta que não é essa uma tarefa fácil, visto que diversos fatores influenciam nas delimitações desse território, sobretudo a necessidade de que tais fronteiras espaciais tenham limites exatos, o que não necessariamente se alinha com os usos de determinados grupos étnicos, que usam o território de outra forma. Essa preocupação ganha ainda mais relevo com a proibição de que sejam ampliadas terras já demarcadas, visto que tal limitação não considera os aumentos demográficos e conflitos internos que ocorrem no interior dessas coletividades.

210 Ainda no que tange às Terras Indígenas conforme usos, costumes e tradições, o assistente técnico afirma que não haveria possibilidade de reconhecer a ocupação tradicional dos indígenas, visto que eles seriam “nômades” e viviam “perambulando” onde quer que encontrassem serviço, ou ainda por ocasião de peregrinações capitaneadas por seus pajés, que os levariam até a “terra sem males”, com senso de direção precário sempre do oeste para o leste, em direção ao Oceano Atlântico, sem que, portanto, fosse possível delimitar um território.

O’Dwyer (2005) enfrenta situação semelhante quando instada a atuar como perita em processo de demarcação de terras do povo Awá. Situação na qual termos como “nomadismo”, perambulação e migração apresentam sentidos muito específicos carregados, que, nesse caso, eram utilizados para supor que os Awá vivessem em constante deslocamento “em busca de matas e de fontes d’água para exercer suas atividades de caça, pesca e coleta de frutos, principalmente nos babaçuais, sem estabelecer uma área ou porção de terra na qual se fixem” (O’Dwyer, 2005, p. 233). De tal forma, era construído o argumento de que não haveria

território próprio. No caso dos Guarani de Potrero Guaçu, o motor das movimentações seria tradicionalmente a erva-mate, que deveria descansar por um ano, o que os obrigaria a ir em busca de novas árvores e fontes de água no ano seguinte. Contudo tal uso do território por parte desse grupo não impede que haja o reconhecimento da tradicionalidade da ocupação.

Por fim, o assistente técnico repete questões que o perito já havia respondido ou destacado as impertinências delas no contexto de uma perícia antropológica. Embora a Antropologia tenha uma ampla gama de ferramentas para realizar perícias em situações como essas, não cabe ao perito antropólogo responder questões que são próprias de outros ramos disciplinares, como o Direito. Dallari (1994), ao exemplificar situação em que o antropólogo é questionado sobre a distinção jurídica entre os termos posse e ocupação, o caminho mais acertado seria informar que não seria competente para responder a tais perguntas. Assim, é preferível que não sejam dadas respostas que extrapolem a competência do perito e que devam ser formuladas por detentores de outros saberes. Em resumo, cabe à Antropologia resolver as questões de cunho antropológico, não se podendo esperar que também resolva as questões jurídicas, porquanto estas cabem aos operadores do Direito resolver.

Entretanto há situações em que questionamentos direcionados ao perito antropólogo permitem que ele possa reanalisar alguns conceitos, como aponta Mura (2015). O caso por ele levantado envolve o conceito de *Tekoha*, questionado quanto à validade técnica pelo assistente técnico na elaboração do contralaundero, com a alegação de que só passara a ser utilizado recentemente para a demarcação das terras Guarani.

Assim, em vez de simplesmente deixar a questão prejudicada, o autor se ateu ao conceito e inferiu que o conceito estava sendo reificado e reiterado diversas vezes por parte

dos acadêmicos, de modo que não mais guardava correspondência com o uso feito pelos povos Guarani. Sobretudo porque as coletividades que reivindicam seus direitos se apropriam das produções antropológicas e as reinterpretam conforme o contexto no qual vivem. Assim, tal exercício permitiu que Mura (2015) compreendesse que o que estava em jogo não era mais o *Tekoha*, mas, sim, o *Tekoha Guaçu*, mais amplo e que compreende o local não só onde grupos aliados convivem, mas um espaço no qual todos convivam, aliados e rivais, numa concepção amplificada do território que não necessariamente alinhava-se ao conceito reificado de *Tekoha*.

### Considerações finais

212

Neste trabalho, analisou-se o Laudo de Assistência Técnica elaborado pelo assistente técnico Hilário Rosa, nos autos do processo que discutiu conflitos fundiários relativos à terra indígena Potrero Guaçu. No referido documento, o assistente técnico buscou desqualificar o laudo antropológico produzido a mando do juízo, mas com pouca profundidade teórica e metodológica.

Inicialmente, o assistente técnico buscou apontar uma suposta parcialidade do perito antropólogo, baseada em “tendências ideológicas” às quais ele seria subserviente. Entretanto não levou em consideração os critérios que ensejariam a suspeição previstos no ordenamento jurídico brasileiro, nem tampouco as questões que são inerentes ao próprio fazer antropológico, cuja produção de dados requer que seja construída uma relação de confiança com os interlocutores, que não pode ser desrespeitada, tornando públicas informações que lhes seriam prejudiciais.

Sobretudo levando em consideração a natureza do trabalho antropológico, que faz vir à tona dados que estavam ocultos e silenciados por relações de poder assimétricas que perduraram por longos períodos, de modo que ignorar

a dominação e a violência simbólica ocorrida, acarretaria parcialidade por aplicar acriticamente conceitos universais historicamente carregados de etnocentrismo e que só servem para reforçar as relações desiguais decorrentes do contato interétnico.

Considere-se ainda que a cientificidade e imparcialidade de estudo elaborado em determinada área deve considerar os próprios critérios teóricos e metodológicos que a disciplina estabelece, critérios estes que sofrem constante revisão pelos pares e não são baseados em critérios generalistas elaborados com o olhar voltado para as Ciências Naturais.

Ressaltou-se também que, no contralaudado analisado, o assistente técnico incorre em imprecisões conceituais, como considerar como requisito essencial à demarcação das terras Potrero Guaçu a comprovação da ocupação desde tempos imemoriais, quando a própria Constituição Federal considera Terras Indígenas aquelas tradicionalmente ocupadas por tais povos, debelando assim a necessidade de estabelecer um elo entre tais coletividades e povos pré-colombianos. Inclusive considerando a distinção entre evidências etnográficas e vestígios arqueológicos, visto que não é necessária a existência de elementos materiais que atestem a ocupação do grupo, bastando que seja analisada etnograficamente a relação do grupo com o território.

Apesar das dificuldades que a tarefa de delimitação territorial implica, ela não pode ser inviabilizada pelos usos diversos do território pelos Guarani de Potrero Guaçu, sobretudo porque a lógica de uso da terra não é a mesma da noção produtivista do uso da terra, devendo ser garantido espaço territorial suficiente para que as coletividades possam desenvolver suas atividades e tenham garantido seu bem-estar.

Por fim, cumpre salientar que, por mais distorcidas que sejam as interpretações encartadas no referido Laudo de Assistência Técnica, o diálogo com seu conteúdo e com as questões que elabora são úteis para revisitar a Teoria

Antropológica e repensar alguns conceitos, haja vista a dinamicidade e possibilidade de ressignificação de conceitos por parte dos próprios indígenas.

### **João Marcos Francisco Sampaio**

Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – *campus* Alta Floresta. Bacharel em Direito e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Alagoas, e doutorando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisador nos grupos de pesquisa Observatório de Jurisprudência Internacional (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq) e Mandacaru (CNPQ).

### **Jayme Benvenuto Lima Júnior**

Professor associado da Universidade Federal de Pernambuco, onde ministra as disciplinas Direito Internacional Público (graduação) e Direito Internacional dos Direitos Humanos (pós-graduação em Direito e em Direitos Humanos). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Líder do grupo de pesquisa Observatório de Jurisprudência Internacional (CNPq).

### **Bibliografia**

- ALMEIDA, Marco Antonio Delfino de. 2015. Diálogos entre antropologia e direito à luz dos laudos periciais. *In: OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa. Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília, DF: ABA. pp. 23-47.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 fev. 2023
- BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*, 17 mar. 2015.

- DALLARI, Dalmo. 1994. Argumento antropológico e linguagem jurídica. *In: SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lídia; HELM, Cecília Maria Vieira. A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Editora da UFSC. pp. 103-110.
- FABIAN, Johannes. 2013. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. 2015. Antropologia, verdade e poder. *In: OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa. Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília, DF: ABA. pp. 129-141.
- MURA, Fabio. 2015. Conflitos fundiários, conflitos de saberes e produção de conhecimento: uma reflexão a partir do caso dos Guarani Kaiowa. *In: OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa. Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília, DF: ABA. pp. 104-128.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. 2005. Laudos antropológicos: pesquisa aplicada ou exercício profissional da disciplina? *In: LEITE, Ilka Boaventura. Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER; ABA.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. 1994. Os instrumentos de bordo: perspectivas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. *In: SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lídia; HELM, Cecília Maria Vieira. A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Editora da UFSC. pp. 111-138.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de. 2015. (Re)Aproximando os campos da antropologia social e da arqueologia no Brasil: etnoarqueologia em laudos antropológicos judiciais sobre Terras Indígenas em Mato Grosso do Sul. *In: OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa. Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília, DF: ABA. pp. 234-261.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2006. *A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha*. Buenos Aires: Clacso. Disponível em: <https://bit.ly/3Skxj72>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- QUIJANO, Anibal. 2011. La colonialidad del poder. *In: LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eucentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Clacso. pp. 117-142. Disponível em: <https://bit.ly/3KuyoB1>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- ROSA, Hilário. 2000. *Laudo de assistência técnica – parte antropológica*. 1ª Vara Federal de Dourados/MS. Laudo de Assistência Técnica. Processo nº 92.2000962-6. Dourados: 1ª Vara Federal de Dourados. pp. 552-586.



- SILVA, Alexandra Barbosa da Silva. 2015. Antropologia e laudos: de ética, de imparcialidade e a etnografia como processo prático. *In: OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa. *Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília, DF: ABA. pp. 142-168.*
- SVAMPA, Maristela. 2019. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*. São Paulo: Elefante.
- VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. 2003. Identidade em Caucaia: etnografia e vicissitudes de uma perícia antropológica. *Revista Antropológicas*, v. 14, n. 1-2, pp. . Disponível em: <https://bit.ly/3IVb5WM>. Acesso: 27 abr. 2022.



# A TEORIA VIVIDA (COMO PSICOSE): OBJETIVISMO, SUBJETIVISMO E ESQUIZOFRENIA<sup>1</sup>

Gabriel Peters

*Professor de Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.*

*E-mail: gabrielpeters@hotmail.com*

*Orcid: 0000-0002-0595-2663*

**<http://dx.doi.org/10.1590/0102-217250/118>**

## Introdução

Este estudo integra um programa mais abrangente de investigações, o qual se volta não apenas à mobilização de ferramentas analíticas da teoria social no exame de psicopatologias, mas também às valiosas lições que a elucidação de psicopatologias abriga para problemas centrais na teoria social. A despeito da relativa aceitação de que interpretações da loucura podem se basear em concepções de agência e subjetividade oriundas de teorias influentes nas ciências sociais, a relevância de retratos da loucura para as caracterizações do agente humano na teoria social tem sido, por seu turno, muito menos sublinhada. A exploração analítica dessa relevância está no coração do programa de pesquisa que denomino “heurística da insanidade”, programa que empresta à investigação de experiências insanas na teoria social um papel epistemológico similar àquele já amplamente desempenhado pelos ensinamentos da antropologia cultural e da

---

<sup>1</sup> Agradeço a dois pareceristas anônimos de *Lua Nova* por seus comentários críticos à primeira versão deste artigo, bem como ao editor Bruno Konder Comparato por reconhecer no texto um trabalho de teoria social em diálogo com a psicologia clínica, não o reverso.

historiografia. Corporificado em ideias como as de “sensibilidade histórica” (Giddens, 1986, pp. 13-14) e de “imaginação etnológica” (Kurasawa, 2004), o valor daqueles ensinamentos para a teoria social se atrela, sobretudo, ao cultivo de um agudo senso da *variedade histórico-cultural dos modos de ação e vivência humana*. Ao demonstrarem a pluralidade das formas de conduta e experiência exibidas pelo *anthropos* nas mais diversas esferas da vida social, da organização econômica aos tabus sexuais, o influxo das sensibilidades histórica e etnológica ajuda a manter sob controle a propensão da teoria social a universalizações infundadas, isto é, à falácia de tomar como traços gerais da condição humana o que são particularidades de tais ou quais contextos histórico-culturais.

218

Este artigo sustenta que, assim como a historiografia e a antropologia cultural, os estudos da loucura, sobretudo quando dirigidos primordialmente a apreendê-la como experiência vivida, também promovem o cultivo de sensibilidade socioteórica às múltiplas modalidades do estar-no-mundo humano. De par com as “sensibilidades” ou “imaginações” histórica e antropológica, a teoria social se beneficiaria em acalentar, assim, uma “sensibilidade psicopatológica”, informada pelo que investigações da insanidade descortinam acerca da diversidade de formas de conduta e vivência humana – sejam elas mais ou menos “(in)felizes”, mais ou menos “(a)normais” ou mais ou menos “(dis)funcionais”, segundo nossas concepções valorativas.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Defender a relevância analítica de estudos da insanidade para a teoria social não significa abraçar, por força, uma visão idealizada ou romantizada da loucura, propensa a menosprezar as dificuldades e sofrimentos muitíssimo reais por ela provocados. De modo análogo, ao recorrer a categorias psiquiátricas como “esquizofrenia” e “psicose” na referência a certas condições psíquicas, a teoria social não precisa dar por resolvidas as agudas controvérsias quanto à validade analítica (p.ex., grau de rigor e cientificidade) e à justificação prática (p.ex., terapêutica ou ético-política) dessas categorias. No que se segue, utilizarei rótulos correntes na psiquiatria atual não porque não os considere problemáticos sob ambos os aspectos, mas, sim, porque minha preocupação fulcral aqui é desenhar um retrato tão fidedigno quanto possível das *experiências vividas* que aqueles termos procuram (bem ou mal) identificar.

Embora não derive de uma pesquisa empírica direta, a reflexão teórica aqui desenvolvida é informada por um amplo acervo de casos concretos de vivências esquizofrênicas retratadas na literatura psiquiátrica, sobretudo quando advindos de perspectivas voltadas à descrição minuciosa da esquizofrenia *qua* experiência vivida, tais como a fenomenologia e a psicanálise. As importantes diferenças entre essas abordagens não apagam suas semelhanças, em especial quando suas inclinações “interpretativistas” no trato com o sofrimento psíquico são contrastadas, em conjunto, com o déficit de tratamento da dimensão interpretativa e experiencial que prejudica boa parte da psiquiatria biomédica. Isto dito, por razões que se tornarão mais nítidas logo adiante,<sup>3</sup> a principal inspiração analítica para o exame dos quadros de esquizofrenia discutidos neste artigo advém das obras de clínicos praticantes orientados por abordagens fenomenológicas e fenomenológico-existenciais, como Eugène Minkowski (1958), Ludwig Binswanger (1977), Ronald Laing (1974), Thomas Fuchs (2005a, 2005b, 2010; 2011) e Louis Sass (1992), *inter alios*.

219

## **Subjetivismo e objetivismo como perspectivas teóricas e atitudes existenciais**

Graças ao imenso impacto do “novo movimento teórico” (Alexander, 1987) nas ciências sociais das últimas décadas, as noções de “objetivismo” e “subjetivismo”, como abordagens

---

<sup>3</sup> Por um lado, o recurso explanatório da psicanálise a processos inconscientes, como as formações de compromisso entre os impulsos do “isso” e as defesas do “eu” e do “supereu”, já indica seu rechaço de qualquer *redução* do exame do sofrimento psíquico a uma descrição detalhada da experiência consciente. Por outro lado, desde as narrativas “detetivescas” de Freud sobre diversos casos particulares (“Anna O”, o “homem dos ratos”, o “pequeno Hans”, entre tantos outros), a literatura psicanalítica está de tal modo repleta daquelas descrições pormenorizadas de vivências conscientes que permite inclusive que elas sejam interpretadas a partir de referenciais teóricos distintos. Por exemplo, o fato de que a interpretação teórica de Victor Tausk quanto ao famoso caso da “máquina influenciadora” possa ser questionada com base no relato oferecido por ele próprio, como faremos adiante neste artigo (Cf. Sass, 1992), dá testemunho do seu talento e rigor descritivos.

da conduta humana e do mundo societário, podem ser rapidamente passadas em revista. Um propósito central dos esquemas analíticos associados àquele movimento nos anos 1970 e 1980, tais como a praxiologia de Bourdieu (2009) e o estruturacionismo de Giddens (2003), foi a concessão dos pesos explicativos devidos tanto às competências subjetivas do agente quanto às influências condicionantes que ele sofre das estruturas sociais. Tal projeto envolvia, em suma, a superação de abordagens objetivistas e subjetivistas da relação indivíduo/sociedade.<sup>4</sup> Formas objetivistas de conhecimento do social sublinhavam a existência de circunstâncias estruturais da ação humana que escapam à consciência e à vontade dos indivíduos, assim como o fato de que o mundo societário penetra nos recantos mais íntimos de suas subjetividades. Em terminologia menos técnica, o objetivismo veiculava um retrato do indivíduo humano como, em larga medida, dominado por forças exteriores à sua intencionalidade consciente.<sup>5</sup> Faltaria ao objetivismo, segundo seus críticos, um senso mais agudo da dependência histórica que as estruturas sociais têm das práticas de agentes motivados e hábeis. Correlativamente, entre abordagens objetivistas, o fato de que os indivíduos são fundamente penetrados pela influência social terminava por

---

<sup>4</sup> Uma das dificuldades inerentes a um trabalho situado na fronteira entre diferentes disciplinas e correntes de pensamento, como tenciono ser o corrente texto, é o fato de que uma explicitação detalhada daqueles distintos ingredientes analíticos só poderia ser feita às custas de um tremendo desvio do argumento principal – argumento que já é difícil, por si só, de encaixar no espaço de um artigo. Isto dito, embora eu não possa justificar minha preferência pelas críticas particulares da dicotomia objetivismo/subjetivismo tecidas por Giddens e Bourdieu (Peters, 2015), certamente não suponho que estas sejam as únicas disponíveis para o manejo analítico daqueles conceitos e, mais amplamente, das questões substantivas a que eles se referem, questões que aparecem frequentemente sob vocabulários distintos em autores tão variados quanto Durkheim, Weber, Sartre ou Foucault.

<sup>5</sup> A fórmula é um tanto palavrosa, mas serve para acentuar que a “exterioridade” em jogo não é apenas aquela de forças exteriores à subjetividade como tal (a exterioridade em sentido durkheimiano), mas também inclui processos internos à subjetividade, porém “exterioros” à autoidentidade e ao controle intencional do sujeito – a exterioridade em sentido freudiano, por assim dizer (Frankfurt, 1988; Graham e Stephens, 2000).

levar a uma concepção que os reduzia erroneamente a matérias passivas ou meras “marionetes” de forças coletivas. Contra essa redução, autores como Bourdieu e Giddens sublinharam que a subjetividade socializada, resultante da experiência de tais ou quais condições estruturais no mundo social, não é um autômato, mas um agente dinâmico impulsionado por vontades e capacitado por habilidades cognitivas e práticas para intervir nos seus ambientes sociais.

O reconhecimento de que a conduta no mundo social não é mero efeito mecânico de forças externas, mas um desempenho prático inteligente, fundado em competências complexas, informa as visões subjetivistas do mundo social. No sentido mais frouxo de uma sensibilidade, o “subjetivismo” aparece em qualquer retrato do agente como imbuído de significativo poder na determinação de sua própria conduta socialmente situada. Segundo as perspectivas de síntese na teoria social, se as abordagens subjetivistas se mostram corretamente sensíveis às habilidades que capacitam os agentes a participar da (re) produção da realidade societária, elas pecariam, no entanto, por um defeito inverso ao objetivista: a negligência das influências socioestruturais que pesam sobre a conduta e a experiência dos agentes. Tais influências se apresentam seja como coações externas a eles, seja como características de personalidade que eles internalizam de seu *milieu* social a partir da socialização.<sup>6</sup>

221

---

<sup>6</sup> Segundo as leituras críticas propostas por esses autores, abordagens mais próximas ao subjetivismo incluiriam a fenomenologia social de Schütz, a etnometodologia de Garfinkel, o interacionismo simbólico de Blumer e a microsociologia da ordem interacional de Goffman. Mais inclinadas ao objetivismo estariam, por seu turno, interpretações determinísticas do marxismo, variantes do estrutural-funcionalismo e da teoria sistêmica (de Durkheim a Parsons e Luhmann), e diversos “estruturalismos” (da linguística de Saussure à antropologia de Lévi-Strauss) e “pós-estruturalismos” (e.g., a “gramatologia” de Derrida). A tenacidade da dicotomia entre objetivismo e subjetivismo como problema analítico ou, pelo menos, esquema de leitura crítica na teoria social transparece no fato de que a teoria da estruturação de Giddens e a teoria da prática de Bourdieu, a despeito de suas semelhanças (Peters, 2015), são comumente criticadas como versões sofisticadas de neosubjetivismo (Thompson, 1989) e neo-objetivismo (Peters, 2013), respectivamente. Escapa aos propósitos deste artigo, naturalmente, uma avaliação crítica de quão bem-sucedidos foram Giddens e Bourdieu em seus projetos teóricos de transcendência da dicotomia objetivismo/subjetivismo.

Não são apenas teóricos sociais que formulam concepções da relação entre as capacidades do agente individual e as influências que o mundo lhe impõe. Os próprios atores imersos na vida social sustentam visões implícitas ou explícitas quanto àquela relação, as quais também podem se revestir de inclinações ao “objetivismo” ou ao “subjetivismo”. Nesse sentido, ainda que os termos em si tenham procedência técnica, aproximações ao “objetivismo” e ao “subjetivismo” existem nas mentes dos agentes leigos embebidos no mundo societário, ou seja, nos *pressupostos que eles mantêm quanto aos seus poderes de agência e aos poderes dos ambientes sociais que os influenciam*. Como sublinhou Archer (1988), a relação entre agência e estrutura não se impõe apenas como um problema teórico nas ciências sociais, mas também como uma questão existencial vivida na prática pelos seres humanos:

222

[o] problema da relação entre estrutura e agência não se impõe apenas a acadêmicos, mas a todo ser humano. Pois é parte e parcela da experiência cotidiana nos sentirmos tanto livres quanto coagidos, capazes de moldarmos nosso próprio futuro e, ainda assim, confrontados por coerções poderosas e aparentemente impessoais. Aqueles cuja reflexão leva-os a rejeitar a grandiosa ilusão de serem mestres de fantoches, mas também a...conclusão inerte de que são meras marionetes, têm então a mesma tarefa de reconciliar essa bivalência experiencial [...] ao tratar da relação entre estrutura e agência, os teóricos sociais não estão apenas lidando com questões técnicas no estudo da sociedade, mas também confrontando o problema social mais premente da condição humana. (p. X)

A citação indica que faz parte da experiência humana “normal” conjugar, em maior ou menor grau, dois aspectos do “ser sujeito”: ser um agente que produz suas marcas na

realidade (“sujeito de”) e ser exposto às influências que a realidade nos impõe (“sujeito a”). Um “equilíbrio” dinâmico entre o “fazer” e o “padecer” na relação do agente humano com o mundo tende a ser, assim, tanto um desiderato na teoria social contemporânea quanto um pressuposto de senso comum acerca do que significa ser humano em condições normais. A aplicabilidade desse modelo de equilíbrio entre atividade e passividade se torna problemática, no entanto, à luz da literatura sobre a esquizofrenia. Essa literatura documenta, sobretudo nos casos de psicose, vivências da relação entre si próprio e o mundo que se afastam daquele equilíbrio experiencial em direção seja a um extremo (o senso inflacionado dos próprios poderes de agência no “subjetivismo” vivido), seja a outro (a experiência objetivista de si como um joguete completo de forças externas, mesmo no domínio dos pensamentos e sentimentos mais íntimos).

Os extremos de objetivismo e subjetivismo foram frequentemente criticados na teoria social pelo seu irrealismo, mas o que aconteceria caso tais extremos “irrealistas” adentrassem a autoconcepção de certas pessoas? Começemos pelos modelos objetivistas. Como visto, o impulso epistêmico primeiro de abordagens objetivistas é a demonstração de que os seres humanos sabem muito menos do que pensam saber acerca das verdadeiras forças que movem sua conduta, sejam tais forças “leis da história” (segundo as versões mais determinísticas do marxismo), “desejos inconscientes” (segundo a tese psicanalítica de que o ego não é senhor “nem mesmo na sua própria casa”), “estruturas semióticas” (segundo as “críticas do sujeito” de inspiração estruturalista) ou *tutti quanti*. Em todas as variantes de objetivismo, a ênfase sobre determinações inconscientes do pensamento e da conduta humana se atrela a uma “filosofia da suspeita”, isto é, ao postulado de que a consciência do sujeito se ilude sobre – ou simplesmente ignora – as verdadeiras forças que a propõem. Os mecanismos de produção das ilusões da consciência



sobre sua autodeterminação, como a mistificação ideológica ou a repressão intrapsíquica, são identificados a fenômenos distintos nas diferentes perspectivas objetivistas. Em todos os casos, no entanto, é ponto pacífico que o relato sobre as determinações inconscientes da subjetividade é algo que *rompe* com a concepção que o sujeito tem dos motores da sua conduta.

Como responde o subjetivismo à “crítica do sujeito” de cunho objetivista? O desacordo não incide sobre a concepção que os agentes humanos possuem de si mesmos, segundo a qual eles seriam essencialmente os motores intencionais de suas próprias condutas. A discordância fundamental está no fato de que, enquanto objetivistas sustentam que essa autoconcepção é *ilusória*, subjetivistas sustentam que ela é *acurada*, já que os agentes humanos realmente teriam autonomia para responder às condições que encontram nos seus ambientes sócio-históricos. O que ocorreria, no entanto, se um indivíduo tomasse a si próprio, na sua vida cotidiana e no seu trato efetivo com os outros, nos termos do objetivismo mais radical? A ideia de que seus processos subjetivos e suas condutas exteriores são completamente determinadas por forças alheias não seria, nesse caso, uma tese teórica oriunda da retirada dos véus típicos da autoconsciência leiga, mas uma *experiência efetivamente vivida*. E o que aconteceria, por outro lado, se o senso do indivíduo quanto aos próprios poderes de agência não desaparecesse, mas fosse, ao contrário, ampliado para além de qualquer limite razoável, como nos casos em que o agente sente que seus pensamentos são responsáveis pela existência do universo inteiro? Eis os cenários de objetivismo e subjetivismo vividos que analisaremos. A despeito das diferenças radicais entre tais experiências das próprias capacidades e limites de ação, elas apresentam semelhanças paradoxais: (a) um componente *hiper-reflexivo*, que tende a ser negligenciado por modelos clássicos da loucura como vitória de forças

“dionisíacas” sobre as faculdades autoconscientes da psique; b) uma tendência ao encolhimento do escopo de iniciativas práticas disponível às pessoas afligidas por ambos os tipos de sintoma. Como parte de um programa de pesquisa em “heurística da insanidade”, o trabalho explora, assim, a relevância da teoria social para a fenomenologia da psicopatologia e vice-versa.

## O objetivismo vivido

Como seria a experiência de alguém que, para parafrasear a famosa frase de Lévi-Strauss sobre os mitos (2004), nunca sente que “pensa” seus próprios pensamentos, mas, sim, que seus pensamentos é que “pensam nele”? E quanto a pessoas que vivenciam na prática, com aguda e contínua consciência, a ideia “pós-estruturalista” de que não são elas que falam uma linguagem, mas a linguagem é que fala por meio delas? A tese de que as próprias condutas e/ou vivências são controladas por forças exteriores, completamente independentes do indivíduo, nem sempre é somente um diagnóstico teórico associado a perspectivas objetivistas. Ela constitui uma *vivência efetiva* entre alguns pacientes de esquizofrenia:

quando estendo a mão para pegar um pente, são minha mão e meu braço que se movem, mas eu não os controlo [...]. Eu sento lá vendo-os se moverem, e eles são bastante independentes, o que fazem não tem nada a ver comigo. Sou apenas um fantoche manipulado por cordas cósmicas. Quando as cordas se movem, meu corpo se move sem que eu possa evitar. (Sass, 1992, p. 214)

Em vez de eu desejar fazer as coisas, elas são feitas por algo que parece mecânico e assustador porque é capaz de fazer coisas e, no entanto, incapaz de querê-lo ou não querê-lo. (Sass, 1992, p. 15)

A força moveu meus lábios. Eu comecei a falar. As palavras vieram prontas para mim. (Gallagher, 2003, p. 344)

Como os depoimentos indicam, a disjunção intrassubjetiva pode incidir sobre a relação entre os processos mentais do indivíduo (“eu sento lá vendo-os”) e seus movimentos corpóreos (“são minha mão e meu braço que se movem”). Nesses casos, o sujeito é acometido pela perda do senso da própria agência intencional ou, pelo menos, de domínio intencional sobre a conduta de seu corpo (por exemplo, estender o braço para pegar um objeto). Casos mais radicais de objetivismo vivido na esquizofrenia afetam não apenas a experiência dos próprios movimentos corporais, mas o domínio dos pensamentos e sentimentos mais íntimos. Sendo o rótulo “esquizofrenia” um termo guarda-chuva que abarca uma diversidade de condições psíquicas (Bleuler, 1969), não surpreende que os sintomas envolvendo a perda do senso da autoidentidade se revistam de roupagens variadas. Nas suas formas não psicóticas (as quais, por vezes, precedem a entrada na psicose), a antiga identificação vivida consigo próprio pode ser dissolvida, dando lugar a um estranhamento intenso, mas difuso, em relação a si mesmo: “Tudo o que era meu antigo eu se desfez e desabou, e assim emergiu uma criatura sobre a qual eu não sei nada. Ela é uma estranha para mim” (Sass, 1992, p. 215); “Eu me sinto não existente como uma personalidade – um vácuo” (Radovic e Radovic, 2003, p. 271).

Em diversos casos de psicose, por outro lado, a perda vivida de domínio intencional sobre a própria psique não é atribuída a forças impessoais (“algo que parece mecânico”), mas a entidades específicas, como uma pessoa, uma divindade, uma máquina etc. Nos sintomas de “inserção de pensamento”, o sujeito sente que uma pessoa particular (por exemplo, uma celebridade) projeta abruptamente pensamentos em sua mente (Sass, 1999). Nos sintomas de “inserção de sentimentos”, indivíduos podem ter suas expressões corpóreo-afetivas arrebatadas por emoções que eles não tomam por

correspondentes ao seu verdadeiro estado emocional, mas como projetadas neles por outras pessoas:

Eu choro, lágrimas descem pelas minhas bochechas, e eu pareço infeliz, mas dentro eu sinto uma fria raiva por eles estarem me usando desse modo, e não sou eu quem está infeliz, são eles que estão projetando infelicidade no meu cérebro. Eles projetam em mim o riso, por razão nenhuma, e você não tem ideia do quão terrível é rir, parecer feliz e saber que não é você, mas são as emoções deles.  
(Mellor, 1970, p. 17)

Uma das experiências mais impressionantes de perda sentida de controle sobre a própria conduta foi descrita por Victor Tausk (1992), integrante do primeiro grupo de psicanalistas reunidos ao redor de Freud. “Natalija A”, uma mulher de 31 anos, ex-estudante de filosofia, acreditava estar completamente à mercê de um “aparelho de influenciar” ou “máquina influenciadora”. Segundo ela, tratava-se de um aparato elétrico mantido em Berlim, dotado de uma forma semelhante àquela de um corpo humano (embora sem cabeça) e preenchido com baterias correlativas aos órgãos internos de Natalija. Ao longo de seis anos, continuava a moça, qualquer coisa feita a esse aparelho longínquo era de pronto sentida por ela. Quando o homem supostamente encarregado da máquina a golpeava, Natalija sentia o dolorido golpe na parte correspondente do seu corpo. O manuseio da “genitália” do aparelho provocava nela afecções eróticas, enquanto odores desagradáveis invadiam seu nariz devido a uma substância engendrada pelo equipamento. A máquina influenciadora também lançava em sua mente ideias e imagens, prejudicando a concentração de Natalija em atividades cotidianas (Tausk, 1992). A experiência exemplifica um “objetivismo vivido” na sua forma mais radical. Para oferecer um contraste com outras

experiências esquizofrênicas, o indivíduo que experimenta alucinações auditivas e se submete aos comandos de uma voz por temor em desagradá-la (Jenkins, 2004), por exemplo, ainda mantém pelo menos um módico de autonomia ao decidir, embora sob intensa pressão, obedecer às ordens da voz. Tal senso de si próprio como capaz de responder a uma influência exterior era precisamente o que havia desaparecido da experiência de Natalija. Suas vivências não envolviam uma pressão exterior imposta à sua vontade autônoma, mas já afloravam imediatamente, na sua consciência, como epifenômenos do que acontecia com a máquina longínqua.

A interpretação que Tausk (1992) oferece das experiências de Natalija alcançaria significativa influência nas concepções psicanalíticas da psicose. De acordo com o autor, a experiência de privação do domínio sobre a própria subjetividade derivaria de uma “perda de fronteiras do ego” (p. 194) conectada à regressão a um estágio anterior do desenvolvimento psíquico. Natalija estaria revivendo a experiência do bebê que não se concebe ainda como diferente de seu ambiente e tem pouco ou nenhum controle sobre os processos de seu próprio corpo, sendo tão vulnerável que sensações o assaltam como se fossem provocadas por algo que está para além de sua compreensão e seu controle. É interessante notar que essa pintura psicanalítica da esquizofrenia como experiência de dissolução da fronteira entre si e o mundo seria acolhida mesmo em visões críticas à psicanálise e à psiquiatria. O esboroar do *principium individuationis*, com base no qual o sujeito se experimentava como distinto do mundo, seria festejado por tais visões como uma subversão emancipadora em face dos dispositivos psíquicos de controle característicos da racionalidade ocidental. Antes comemorada por Nietzsche (1992a) como própria à insanidade dionisíaca, a explosão do limite vivenciado entre o “interior” e o “exterior” foi vista como parte da esquizofrenia tanto por psicanalistas ortodoxos quanto

por seus críticos libertários *à la* Deleuze e Guattari (2011). A discordância entre tais abordagens psicanalíticas e antipsicanalíticas concerniria, assim, não tanto à *interpretação* da experiência esquizofrênica quanto aos juízos de *valor* conflitantes acerca dela.

Como demonstrou Sass (1992), entretanto, ambas as visões não notam que experiências como a de Natalija, se efetivamente dissolvem o senso de autoidentificação da subjetividade, não levam ao esquecimento de si ou à plena identificação com o mundo. Ao contrário: a própria caracterização que ela ofereceu de sua condição psíquica indica que a estranheza por ela sentida em relação à sua vida subjetiva não neutralizava suas faculdades reflexivas; sua experiência *exacerbava* uma postura de constante auto-observação. A radicalização de uma atitude autorreflexiva torna problemática, nesse sentido, a interpretação da psicose como regressão a um estágio infantil do desenvolvimento psíquico, já que a falta de senso de diferenciação entre si próprio e o mundo coexiste, nos bebês, com a incapacidade de tomar as suas próprias experiências subjetivas como *objeto* da sua atenção.

Na sua pintura fenomenológico-existencial da subjetividade humana, Sartre (1997) afirmou que a consciência, ao se dirigir para um objeto específico, já o apreende como *não idêntico* a ela própria. A consciência do perceptor quanto à sua não identidade com o objeto percebido corresponde ao que autor chama, em *O ser e o nada*, de “nadificação”. Com base no que foi dito anteriormente, poderíamos acrescentar à perspectiva sartreana a ressalva de que tais percepções “nadificantes” só são possíveis a partir de etapas do desenvolvimento cognitivo posteriores àquele estágio primeiro de experiência indiferenciada descrito por psicanalistas como Tausk. O que mais importa salientar aqui com a referência a Sartre, no entanto, é que o senso de não identificação com seus objetos intencionais, aspecto constitutivo da consciência

segundo o autor existencialista, tem de aparecer também quando a consciência toma a *si própria* por objeto. Ao procurar apreender não tal ou qual objeto do mundo exterior, mas tal ou qual fenômeno transcorrido nela própria, a consciência é obrigada a produzir algum grau de autoestranheza ou, com o perdão da palavra, “autonadificação”. Se quero observar minha própria consciência, tenho de me fracionar interiormente entre uma “parte” minha que observa e uma “parte” minha que é observada. Essa divisão interna, intrínseca à faculdade da consciência humana de refletir sobre si própria, não é banida da mente nas experiências psicóticas de ruptura da autoidentidade. A bem da verdade, o ato mental em que o sujeito toma a si próprio como objeto é, nesses casos, tão intenso e radical que o senso de si como objeto sobrepuja o senso de si como sujeito. Longe de resultar da regressão psíquica a uma etapa infantil do desenvolvimento psíquico, na qual não haveria emergido ainda a consciência da distinção entre a própria subjetividade e o mundo, a experiência de Natalija consiste, portanto, na *radicalização* do elemento de autodivisão implicado nos atos mais “normais” e “adultos” de objetivação reflexiva de si.

230

Sem que seja preciso idealizar romanticamente a esquizofrenia, deixando de lado as dificuldades e sofrimentos por ela acarretados, é possível notar que quadros esquizofrênicos como os de Natalija possuem um componente filosófico “vivido”, como se fossem concretizações existenciais de alguns retratos do ser humano pintados pela filosofia. Já vimos que o sujeito com esquizofrenia que experimenta os pensamentos que brotam em sua mente não como “seus” pensamentos, mas como produto de forças anônimas que ele não compreende nem controla, vivencia uma espécie de radical “crítica do sujeito” aplicada a si próprio. O que vários filósofos julgaram descobrir com espanto, após a retirada de diversos véus ilusórios que os seres humanos interpõem entre o modo como se representam e o que

efetivamente são, é vivido por certos indivíduos como experiência efetiva. Alguns dos depoimentos de pacientes psicóticos que encontramos anteriormente não diferem muito, para dar somente uma ilustração, da afirmação de Nietzsche segundo a qual “um pensamento vem quando ‘ele’ quer e não quando ‘eu’ quero [...] Isso pensa” (Nietzsche, 1992b; p. 23; grifo do autor).

É sabido que Aristóteles afirmou que a reflexão filosófica floresce do espanto (*thambos*) experimentado pelo ser humano diante do mundo que o circunda. Compreensivelmente, quando a subjetividade filosofante dirige seus questionamentos para sua própria existência, ela introduz, com frequência, uma dose de espanto e perplexidade no que eram habitualmente experiências seguras e autoevidentes de identificação consigo mesmo. Se o senso de si é um pressuposto tomado como óbvio na experiência cotidiana, ele é altamente problematizado por auto-observadores crônicos como Montaigne, Hume, James e Valéry. Cada um deles parece ter se dado conta, à sua maneira, de que a autoidentidade é, por assim dizer, como o horizonte: ela recua na medida em que caminhamos na sua direção. Uma vez mais dando testemunho do caráter de “filosofia vivida” que marca certos quadros esquizofrênicos, algumas psicoses progridem de modo similar ao que Valéry denominou “centrifugação de si” (Marx, 1998, p. 158).

Anteriormente ao mergulho no delírio, o indivíduo se vê capturado em círculo de retroalimentação entre autoestranhamento e autorreflexão: primeiramente, algum aspecto de sua vivência de si, seja mental (como a imagem de uma criatura semi-humana que pipoca em sua mente), seja corpóreo (o abrir e fechar automático de suas pálpebras), aparece à sua consciência como estranho. Um impulso comum diante desse estranhamento é tomar o fenômeno psíquico estranhado como objeto de reflexão. Por vezes, a reflexão, longe de levar a uma retomada da familiaridade consigo



mesmo, acaba reforçando a sensação de estranheza, que reforça o impulso à introspecção problematizadora, que, por sua vez, reforça a sensação de estranheza... e assim por diante. Tal como retratado na psicologia fenomenológico-existencial, este círculo de hiper-reflexão é menos uma entrada na caverna profunda dos conflitos inconscientes do que uma espécie de mirada para o abismo, um processo em que o sujeito busca insistentemente a si próprio somente para se dar conta, com crescente desespero, que um senso seguro da sua própria existência lhe escapa. Sass assimila esse processo psíquico à geometria fractal do que é conhecido como “efeito Droste”, isto é, a

infinita involução ou vertiginoso abismo autorreferencial que ocorre quando dois espelhos são colocados um em frente do outro ou quando uma fotografia mostra uma fotografia em que primeira fotografia aparece, exibindo assim outra fotografia exibindo a si própria, e assim por diante, infundamente. (Sass, 1992, p. 225)

232

### **“A estátua com insônia”: objetivismo vivido e hiper-reflexividade**

Abordagens objetivistas na filosofia e na teoria social tendem tratar as concepções dos próprios agentes imersos na vida societária pelo prisma de uma “hermenêutica da suspeita” (Ricoeur, 1988): na medida em que o pensamento e a conduta dos seres humanos seriam determinados por forças que eles não compreendem nem controlam, eles estariam essencialmente enganados acerca das verdadeiras fontes causais de suas ações e experiências. O curioso a notar é que, caso os objetivistas tenham razão sobre o fato de que o agente humano “normal” se concebe como mais livre e autodeterminado do que realmente é, as formas esquizofrênicas de “determinismo vivido” que analisamos anteriormente, nas quais os indivíduos experienciam

a própria vida subjetiva e prática como epifenômeno de forças anônimas e impessoais, seriam exemplos paradoxais de patologias provocadas por excesso de lucidez. Eis apenas um dos diversos paradoxos existenciais que povoam o objetivismo vivido. Nesta seção, gostaria de me debruçar sobre outra circunstância paradoxal: a impotência e a passividade extremas envolvidas em vivências objetivistas de si não estão relacionadas, no mais das vezes, a uma dissolução das faculdades reflexivas e autoconscientes da mente, mas, ao contrário, a uma espécie de *hiper-reflexividade* mórbida. A associação entre passividade e hiper-reflexividade no objetivismo vivido impõe um desafio, nesse sentido, tanto às concepções do agente humano na teoria social quanto aos retratos hegemônicos da loucura no pensamento filosófico e científico do Ocidente.

Por um lado, em contraponto à associação entre objetivismo e filosofia da suspeita traçada anteriormente, o acento subjetivista sobre os poderes do agente tende a andar de braços dados, na teoria social, com uma ênfase correlata nas suas faculdades reflexivas, isto é, na sua capacidade de monitoramento e deliberação autoconsciente sobre seus cursos de conduta. Ao enfraquecerem o senso de agência, mas não a própria reflexividade, casos de objetivismo vivido embaralham essa associação: os indivíduos imersos no objetivismo esquizofrênico são, como na experiência de Natalija A, notavelmente reflexivos quanto a si próprios, embora vivenciem essa reflexividade como incapaz de influenciar sua vida subjetiva e prática. A dimensão hiper-reflexiva dos casos de esquizofrenia também escapa, por seu turno, às pinturas mais comuns da loucura no pensamento ocidental, as quais são propensas a conceber a insanidade, nos termos que Nietzsche tomou de empréstimo à tragédia grega (1992a), como vitória das forças “dionisíacas” (irracionais, “selvagens”, “arcaicas” etc.) sobre as faculdades “apolíneas” (racionais, ordeiras, autorreflexivas) da subjetividade.

A contraparte desse retrato da loucura como triunfo psíquico de Dionísio sobre Apolo ou, na linguagem cristianizada de Montaigne e Pascal, da “besta-fera” sobre o “anjo” em nossa psique, consiste em um acento sobre a autoconsciência e o autodomínio racional como atributos capitais da sanidade. Sem que seja preciso descambar para uma celebração irracionalista do dionisíaco entre os seres humanos, pode-se perceber, entretanto, uma lacuna imensamente significativa nesse modelo da sanidade e da loucura: a negligência de modos de sofrimento psíquico marcados não pela dissolução, mas pela *exacerbação radical* da autoconsciência. A partir da crítica a uma das clássicas interpretações psicanalíticas do caso de “Natalija A” e da “máquina influenciadora”, já provemos uma dentre muitas ilustrações disponíveis de tais “psicopatologias da hiper-reflexividade” (Fuchs, 2011). Como a condição humana é pródiga na distribuição de sofrimentos, os círculos infernais da autorreflexão, diferentemente dos círculos do inferno visitados por Dante n’*A divina comédia*, somam bem mais do que nove. Conquanto nenhuma análise detalhada seja possível aqui, diversos outros exemplos de patologias da hiper-reflexividade poderiam ser mencionados: o caso do insone que, ao perder a confiança na capacidade de seu próprio corpo em mergulhá-lo no sono, monitora atentamente seu estado físico e mental para saber se está relaxando, mantendo assim uma atitude alerta que só *prejudica* seu relaxamento; o indivíduo com transtorno obsessivo-compulsivo que tem a mente invadida por pensamentos terríveis (como de sua família sendo torturada ou uma imagem blasfema de sexo com o demônio, no caso de uma pessoa intensamente devota) e luta para afastá-los da mente, apenas para observar seu retorno contínuo como “efeito rebote”; o ataque de pânico em que a sensação de morte iminente intensifica a ansiedade, a qual reforça a sensação de morte iminente, que incrementa, por seu turno, a ansiedade e assim por diante; outras formas

de “objetivismo vivido” na esquizofrenia, como aquelas que envolvem a escuta alucinatória de vozes.<sup>7</sup>

## **O subjetivismo vivido: autoconsciência “epistemológica”, grandiosidade solipsista e terror apocalíptico**

Nas seções anteriores, tratamos de casos de “objetivismo vivido” nos quais os indivíduos perdem, inteiramente ou em grande medida, o senso de si próprios como agentes dotados de algum domínio intencional sobre a própria conduta e experiência. Nesses casos, a ideia objetivista de que os sujeitos humanos são governados por forças exteriores que eles não controlam, sejam elas anônimas e impessoais, sejam elas conscientemente identificadas pelo sujeito, deixa de ser uma crítica teórica às ilusões da autoconsciência para se tornar uma *vivência* autoconsciente. Quanto à contraparte de tais vivências, a saber, o “subjetivismo vivido”, dele também há registros na literatura que documenta essas experiências variadas do mundo e de si classificadas como “esquizofrênicas”. As formas mais mitigadas de “subjetivismo vivido”

235

---

<sup>7</sup> No seu “Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos”, Freud (1974) inaugurou uma das visões psicanalíticas mais influentes das alucinações auditivas na esquizofrenia: as vozes alucinatórias corresponderiam a impulsos e memórias que se encontravam reprimidos no id, mas lograram dissolver ou driblar as barreiras da cidadela (super)egoica, penetrando na consciência do sujeito. O que é problemático nessa interpretação, contudo, é que a maior parte dos casos registrados de alucinação auditiva não cabe no modelo de fantasias primárias que desagradariam às demandas morais interiorizadas no superego. Em vez de impulsos e lembranças reprimidos que escaparam do id, o feitiço das vozes alucinatórias lembra mais aquele superego hipertrofiado que o mesmo Freud (1974:) identificara em pacientes melancólicos: uma instância impiedosa de críticas contínuas ao que o ego faz ou deixa de fazer. Segundo autores diversos (Mellor, 1970; Sass, 1992), as alucinações auditivas mais frequentes na esquizofrenia tendem a se encaixar em três tipos: (1) uma voz provê comentários ao que o sujeito faz, seja simplesmente descrevendo seus comportamentos, seja condenando-os ou ridicularizando-os; (2) duas ou mais vozes se engajam em uma discussão a respeito da conduta do indivíduo; (3) o indivíduo escuta seus próprios pensamentos, quer simultaneamente, quer imediatamente depois de pensá-los. Nos três “estilos” de alucinação auditiva, a esquizofrenia não oblitera a reflexividade do indivíduo (sua capacidade de tomar a si mesmo como objeto de atenção), mas, ao contrário, consiste em uma modalidade exacerbada de auto-objetivação.

assumem um feitiço, por assim dizer, “epistemológico”: a consciência se torna a máxima realidade em face da qual os objetos e pessoas percebidas adquirem o *status* de meras ilusões ou aparências. A solidez ontológica normalmente atribuída à realidade objetiva pode dar lugar a uma sensação de irrealidade, de presença fantasmática, no mesmo passo em que o indivíduo se torna agudamente ciente do papel da sua subjetividade nos modos pelos quais seu mundo é percebido. Rompendo com o realismo perceptual ingênuo característico do trato “dóxico” (Husserl/Bourdieu) com as entidades do mundo da vida, o indivíduo obedece a uma espécie de compulsão hiper-reflexiva que o leva a prestar detalhada atenção às condições internas de possibilidade de suas percepções – por exemplo, no caso de um paciente que não conseguia parar de se conscientizar do seu próprio olho quando olhava para objetos (Fuchs, 2010). Uma das consequências dessa “fenomenologia” *in actu* é uma subjetivização crescente da experiência do universo circundante, subjetivização oriunda, nesse caso, não de uma *epoché* instaurada com esforço, mas de um senso agudo do papel da própria mente na constituição dos objetos que a ela aparecem, sobre os quais passa a pairar aquele senso de irrealidade ou artificialidade (Chung, 2007).

Tal como as abordagens objetivistas, o subjetivismo é frequentemente criticado na teoria social como irrealista, ainda que por um motivo reverso: em vez de menosprezarem as capacidades de ação dos seres humanos em face de seus contextos, as perspectivas subjetivistas subestimariam o peso de tais contextos na conduta do *anthropos*. Como sucede com o objetivismo, a “falácia” subjetivista pode assumir uma forma existencialmente vivida: se a “normalidade” psicológica envolve uma concepção relativamente equilibrada dos próprios poderes e limites de ação, certas formas de subjetivismo vivido na psicose acarretam uma inflação delirante do senso da própria agência. Enquanto o objetivismo psicótico

corrói a noção de si como alguém capaz de produzir intencionalmente consequências no mundo, a psicose subjetivista amplia espetacularmente a avaliação dos próprios poderes:

Um paciente acreditava que o seu olhar era uma espécie de feixe de radar que movia as pessoas ou as tornava pálidas e assustadas; um segundo sentia que podia controlar o clima através de mudanças no seu humor interno; uma terceira sentia que, por meio de um fluido eletromagnético, ela estava causando todas as mortes, doenças e catástrofes do mundo. (Sass, 1992, p 271)

No mais das vezes, tal senso delirantemente inflacionado dos próprios poderes não leva o sujeito à serenidade impassível de uma divindade autossatisfeita. Longe disso: a convicção de que a própria subjetividade governa gigantescas porções da realidade assoberba o indivíduo psicótico com uma sensação agoniada de responsabilidade ontológica, como nos casos de pacientes que acreditavam que suas mortes acarretariam o desaparecimento de todas as outras consciências no universo (Sass, 1992) ou até mesmo do universo inteiro. A grandiosidade solipsista é propensa a conduzir, nesse sentido, a uma espécie de pânico apocalíptico, uma sensação aterrorizada de que tudo pode desaparecer caso o sujeito não exerça controle apropriado sobre seus pensamentos e ações. De modo paradoxal, o sentimento de expansão dos poderes da própria subjetividade em relação ao destino da realidade *in toto* empurra o psicótico, assim, para uma redução autoinflingida da sua liberdade de pensamento e ação. Uma consciência dotada de poder sobre o destino do mundo termina instada a controlar rigidamente a si própria, de modo a exercer apropriadamente aquele poder. Em alguns casos, por exemplo, o sujeito acredita que a continuidade da realidade depende de que ela seja continuamente representada na sua consciência: “eles

precisam de alguém para manter o mundo; o mundo tem de ser representado ou o mundo desaparecerá” (Sass, 1992, p. 303). Em outros, o senso delirante de domínio sobre a (in)existência do mundo engendra algum tipo de ritual supersticioso, como na vivência de um paciente catatônico que se via forçado a fazer girar “a roda do mundo” realizando, ele próprio, contínuos movimentos circulares ou, ainda, no caso de um sujeito que permanecia horas a fio em uma única posição (com um braço erguido e sustentando-se na ponta dos pés) para impedir a destruição do mundo: “Se eu conseguir ficar em um perfeito estado de suspensão, suspenderei o movimento da Terra e interromperei a marcha do mundo para a destruição” (Sass, 1992, p. 303). Nas palavras de outro paciente:

Você não pode imaginar quão aterrorizante é se dar conta de que você está num mundo... onde tudo o que você precisa fazer é conceber alguma coisa para que ela se torne realidade. [...] O que realmente me aterrorizava era quando eu podia conceber arrancar o mundo do seu eixo. Você sabe como se sentiria se tivesse esse tipo de poder? (Sass, 1992, p. )

238

## **Teorias vividas**

De um lado, o objetivismo vivido: a consciência como tal não desaparece, mas o sujeito não mais reconhece as ideias e sentimentos que pipocam nessa consciência como “suas” ideias e “seus” sentimentos. A vivência aguda de “alienação introspectiva” (Graham e Stephens, 1994, p. 92) pode ser atribuída à perda de controle de si para algum mecanismo anônimo (por exemplo: “sou apenas um fantoche manipulado por cordas cósmicas”) ou para alguma entidade definida (como um apresentador de TV). De outro lado, o subjetivismo vivido: em vez de uma invasão da própria subjetividade por forças estranhas, o que ocorre é uma

espécie de subjetivização do real. Em alguns casos, o senso da realidade exterior como indubitavelmente existente dá lugar a uma consciência continuamente alerta quanto ao seu próprio papel na constituição dos fenômenos que a ela aparecem. Essa espécie de subjetivismo “epistemológico” ou “kantianismo vivido” pode desembocar também em vivências mais radicais de subjetivismo “ontológico”, nas quais brota a crença delirante de que a própria subjetividade é capaz de produzir, por si só, efeitos na realidade: “este evento acontece porque eu o penso”; “para manter o mundo funcionando, eu não posso parar de pensar” (Sass, 1992, p. 325). No entanto, em contraste com quaisquer celebrações “empoderadoras” do agente individual em perspectivas subjetivistas na teoria social, os casos esquizofrênicos de subjetivismo vivido se mostram tão restritivos ou mesmo incapacitantes quanto suas contrapartes objetivistas. Delírios psicóticos de grandeza, nos quais o indivíduo toma sua psique como coextensiva ao mundo inteiro ou causalmente responsável pela manutenção do universo, não costumam levar a um solipsismo sereno, mas, ao contrário, a um terror apocalíptico diante dos próprios poderes destrutivos. No fim das contas, as formas psicóticas de objetivismo e subjetivismo terminam por redundar *ambas* na restrição da iniciativa dos agentes afetados: no primeiro caso, devido à experiência da ausência de controle sobre si; no segundo, pela crença de que os próprios poderes são tão gigantescos que precisam ser cuidadosamente mantidos sob controle.

Ao sustentar que a relação entre “agência” e “estrutura” não é um problema exclusivo à teoria social, mas uma questão existencial implicada na própria condição humana, Archer (1988) destacou que “é parte e parcela da experiência cotidiana nos sentirmos tanto livres quanto coagidos, capazes de moldarmos nosso próprio futuro e, ainda assim, confrontados por coerções poderosas e aparentemente impessoais” (p. X). Quando a autora se refere,



porém, às tentativas de dar inteligibilidade a essa “bivalência experiencial” por meio dos caminhos igualmente insatisfatórios do objetivismo (“a grandiosa ilusão” dos que se consideram “mestres de fantoches”) e do subjetivismo (“a conclusão inerte” dos que se acham “meras marionetes”), Archer alude, sobretudo, à dicotomia que marcou a teoria social após a derrocada da hegemonia de Parsons, às vésperas do “novo movimento teórico” do qual a própria autora viria a fazer parte nos anos de 1980. Tal qual ocorre com o filósofo que acredita ser impossível provar a existência do mundo exterior à sua mente, mas não hesita em adentrar os aposentos pela porta em vez de tentar atravessar paredes, os excessos objetivistas e subjetivistas da teoria social tendem a ser vistos como posições estritamente intelectuais, situadas a uma distância segura das rotinas experienciais da vida cotidiana. Como mostrou Laing (1974), é essa distância que se vê severamente diminuída ou mesmo aniquilada em certos casos de esquizofrenia. O autor escocês notou que as dificuldades práticas de diversos de seus pacientes derivavam do fato de que eles levavam visceralmente a sério, nos cenários de sua vida ordinária, precisamente aquelas dúvidas que os filósofos se acostumaram a acalantar tranquilamente em seus gabinetes, abandonando-as na hora do almoço: “Que garantia tenho de que o mundo realmente é tal como aparece à minha percepção?”; “Como posso ter certeza de que as pessoas com quem interajo são realmente dotadas de vida subjetiva, em vez de simples autômatos?”; “Sou eu mesmo a pensar ou há ‘algo’ que pensa ‘dentro’ de mim?”, e assim por diante. De modo análogo ao “ceticismo vivido” surpreendido por Laing entre seus pacientes, algumas experiências da relação entre os próprios poderes de ação, de um lado, e as influências condicionantes impostas pelo mundo, de outro, são concretizações existenciais, efetivamente vividas, das “ilusões” objetivistas e subjetivistas.

## **A loucura como experiência e representação: questões remanescentes para uma heurística sociológica da insanidade**

O modo pelo qual este artigo discutiu um conjunto de experiências peculiares do mundo e de si, comumente designadas pela psiquiatria por meio da categoria “esquizofrenia”, difere daquele é mais habitual em discussões da loucura desde o ponto de vista das ciências sociais. Como lembrou um parecerista anônimo deste artigo, “a não incorporação da psicopatologia como campo de reflexão matizador da teoria social (em contraponto com a história e antropologia, citadas na introdução) se relaciona com a profunda assimetria de poder entre as ciências ‘humanas’ e ‘biomédicas’, bem como a história de violência constitutiva destas últimas”. O lembrete é muito bem-vindo, ajudando a dar sentido ao fato de que tanto da energia crítica das ciências sociais foi dedicado a desancar as autocomplacências da psiquiatria como discurso e instituição, mediante a recuperação dos seus condicionantes sócio-históricos (como preconceitos socioculturais de cunho sexista e homofóbico se traduziram em diagnósticos pretensamente científicos), assim como de seus efeitos performativos – por exemplo, a demonstração detalhada de que os comportamentos de um indivíduo no manicômio, os quais são tomados pelos psiquiatras como sintomas psicopatológicos, são respostas perfeitamente inteligíveis para qualquer agente que se visse internado, contra sua vontade, em uma “instituição total” (Goffman, 1996).

Se há uma lição a extrair de abordagens históricas e sociológicas da loucura que vão de Howard Becker (1963) a Michel Foucault (1978), passando por Erving Goffman (1996) e Ronald Laing (1967), trata-se dessa dimensão performativa – diríamos hoje – dos rótulos psiquiátricos, capazes de afetar profundamente as próprias subjetividades que pretendem descrever. Reconhecer essa performatividade

dos rótulos psiquiátricos não significa, por outro lado, que tenhamos de reduzir toda a realidade das condições psíquicas referidas por termos como “esquizofrenia” a *nada além* de efeitos performativos de tais rótulos. O princípio se estende aos sofrimentos inerentes à loucura. Por um lado, não resta dúvida de que muitos desses sofrimentos, por vezes os mais terríveis deles, derivam dos próprios modos pelos quais regimes sociais de saber-poder respondem aos indivíduos que classificam como loucos, classificações que frequentemente travestem preconceitos morais sob uma roupagem pretensamente científica. Por outro lado, reconhecer esse fato não leva necessariamente à suposição de que as dificuldades existenciais dos “loucos” simplesmente desapareceriam caso parássemos de utilizar rótulos psiquiátricos para descrevê-las. De modo similar, o registro e a explicação históricos das violências perpetradas em nome da instituição psiquiátrica permanecem tarefas centrais às ciências sociais, desde que não deem ensejo, a meu ver, à suposição errônea de que a psiquiatria seja simplesmente uma oferta sem demanda – a qual decerto existe na forma das extraordinárias dificuldades enfrentadas por indivíduos que, afligidos por sofrimento psíquico grave, procuram cuidado e atenção psicossocial. Como perceberam idealizadores da reforma psiquiátrica em países como Brasil e Itália, a luta por uma sociedade sem manicômios e, mais amplamente, pela superação da lógica manicomial não implica, por força, o abandono de pessoas com sofrimento mental grave à sua própria sorte, mas o desenvolvimento de formas transformadas de cuidado e atenção psicossocial (e.g., com a intensificação da participação ativa e democrática dos “loucos” no seu próprio cuidado e na comunidade mais ampla).

Isso nos traz a outros dois conjuntos de complexas questões trabalhadas anteriormente: a relação entre teoria social, fenomenologia e psicanálise na elucidação das formas vividas de objetivismo e subjetivismo; o projeto de

uma investigação dessas experiências que escape tanto à sua redução simplista a mero déficit quanto a uma romantização que negue o que há de intenso – por vezes, extremo – sofrimento naquelas experiências. Vejamos.

Ao contrapor um olhar informado pela teoria social e pela psiquiatria fenomenológico-existencial, de um lado, às interpretações psicanalíticas desenvolvidas por autores como Freud e Tausk, de outro, meu propósito fulcral foi o de sublinhar contrastes importantes (e.g., entre as modalidades apolínea e dionisíaca de loucura), não o de propor qualquer espécie de confrontação global entre teoria social e psicanálise. Para além do fato de que a crítica à interpretação dionisíaca da loucura é também aplicável, *mutatis mutandis*, a escritos com significativo veio antipsicanalítico como os de Deleuze e Foucault (Peters, 2022), quaisquer alusões genéricas à “visão psicanalítica” atropelarão, por óbvio, a extraordinária variedade interna de retratos da esquizofrenia em diferentes correntes da psicanálise. Minha posição, no fim das contas, se equilibra entre duas afirmações: (1) por um lado, interpretações como as de Freud e Tausk não ficaram abandonadas no passado, mas continuam a ter ressonâncias contemporâneas em representações influentes da esquizofrenia na – e para além da – psicanálise; e (2) por outro lado, a despeito do impacto continuado dessas interpretações, elas obviamente não recobrem, de modo algum, todo o escopo e a diversidade de caracterizações psicanalíticas da condição esquizofrênica.

Como uma “psiquiatria alternativa”, situada a meio caminho entre o *mainstream* biomédico e as alternativas antipsiquiátricas, a perspectiva fenomenológico-existencial me parece bem equipada para escapar tanto, de um lado, a visões psiquiátricas que negligenciam a complexidade interna da esquizofrenia como experiência vivida quanto, de outro, a teorias antipsiquiátricas que ressaltam aquela complexidade experiencial, inclusive nos seus componentes

de criatividade e lucidez, mas o fazem às custas de um reconhecimento dos graus intensos (por vezes atrozes) de sofrimento implicados em vivências esquizofrênicas. A contraposição é ideal-típica – isto é, simplificada e exagerada para fins heurísticos –, porém relevante, por isso mesmo, para uma leitura de autores mais próximos a um ou outro dos polos típico-ideais elencados. A utilidade heurística dessa oposição como ferramenta de aproximações e contrastes entre autores tão diversos quanto Emil Kraepelin e Karl Jaspers, de um lado, e Ronald Laing e Michel Foucault, de outro, pode coexistir com a consciência crítica da complexidade interna das obras de cada um deles – complexidade em função da qual, por exemplo, seria grotescamente simplificador classificar as críticas de Laing e Foucault à psiquiatria ocidental moderna como “elogios românticos” da loucura. A “psiquiatria alternativa” de orientação fenomenológico-existencial que Laing abraçou em *O eu dividido* (1974) é, como mencionei anteriormente, uma inspiração decisiva para este artigo. No meu entender, o equilíbrio ambivalente alcançado em seu primeiro livro, como um retrato fidedigno de ambivalências intrínsecas à própria esquizofrenia *qua* experiência vivida, tendeu a dar lugar, em obras tardias de Laing, como *The politics of experience and the bird of paradise* (1967), a uma visão celebratória da experiência esquizofrênica, reclamada pelo autor escocês como instrumento de crítica (contra) cultural. Se tal caracterização da trajetória de Laing já tem seu quê de simplificação, o caso de Foucault é ainda mais complexo, envolvendo questões como sua estratégia retórica de aparente elogio a modos pré-modernos de trato com os loucos – um recurso de desmistificação das intenções humanitárias de psiquiatras modernos como Pinel e Tuke (Foucault, 1978) –, bem como a tensão entre duas facetas do seu trabalho: de um lado, a crítica àquele humanitarismo psiquiátrico em estudos histórico-filosóficos como *História da loucura* (1978); e, de outro, seu apoio prático a iniciativas

antimanicomiais de cuidado como aquelas levadas a cabo por figuras como Franco Basaglia, David Cooper e o próprio Laing, iniciativas que destoavam da sua insistência sobre a “alteridade fundamental” do louco (Eribon, 2011; Oliveira, 2016). Devotei um artigo inteiro a uma análise circunstanciada dessas questões analíticas e ético-políticas legadas pela análise foucaultiana da loucura (Peters, 2022).

## Conclusão

Foi desde o ponto de vista da crença “ingênua” na realidade experimentada pelo senso comum que se pôde afirmar, de Cícero a Hobbes, passando por Montaigne e Descartes, que não há qualquer absurdo que já não tenha sido dito por algum filósofo. Na maior parte dos casos, contudo, os filósofos podem acalentar a crença em tais “absurdos” como necessitada pela lógica de sua argumentação sem abandonar, na prática, seus vínculos estreitos com as “proposições vividas” que possibilitam a conduta ordinária no mundo de senso comum. Os exemplos são diversos: o cético radical que não duvida da existência do chão em que pisa; a filósofa pós-estruturalista que, ao conversar, toma os significantes como veículos transparentes e imediatos dos seus significados; o crítico do sujeito que se experimenta como fonte intencional do seu ato de buscar um copo d’água na cozinha; a pensadora berkeleyana que não questiona, na prática, o fato de que as coisas continuam a existir mesmo quando não percebidas por ninguém. Por outro lado, pode-se conjecturar como seriam indivíduos que fossem “coerentes”, nas suas condutas cotidianas, com tais posturas filosóficas: um indivíduo cronicamente incerto quanto à continuidade do mundo externo (“ceticismo vivido”); outro contínua e intensamente consciente da arbitrariedade dos vínculos entre significante e significado (“estruturalismo vivido”); outro ainda que experimenta seu próprio comportamento como efeito de forças impessoais e anônimas (“objetivismo vivido”);

outro, finalmente, destituído da crença visceral de que há um mundo exterior que opera independentemente da sua subjetividade (“subjetivismo vivido”).

Tais formas de experiência não existem somente no plano de conjecturas; cada um desses casos corresponde, em algum grau, a experiências descritas na casuística da esquizofrenia. É possível defender que tais vivências psicopatológicas têm um componente “filosófico”, o qual frequentemente escapa a uma psiquiatria simplista, sem deslizar para o erro antípoda de uma romantização da insanidade que se mantenha alheia aos inegáveis (e, com frequência, atrozes) sofrimentos e dificuldades por ela acarretados. A desconcertante complexidade de tais condições psíquicas, nas quais as tensões inerentes à condição humana aparecem seja sob uma “lente de aumento”, seja como movimentos existenciais na direção de um dos polos daquelas tensões (por exemplo, entre atividade e passividade ou entre solidão e sociedade), não deveria deixar indiferente nenhum estudioso das formas de vida do *anthropos*. Na situação-limite da psicose, os parâmetros experienciais que aparecem levados ao paroxismo são, no fim das contas, aqueles da condição humana como tal.

246

### **Gabriel Peters**

É doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor de Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco. É autor de dois livros: *Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu e A ordem social como problema psíquico: do existencialismo sociológico à epistemologia insana*. Autor de diversos artigos sobre teoria social, também escreve com frequência no Blog do Labemus: <https://blogdolabemus.com/>.

### **Bibliografia**

ALEXANDER, Jeffrey. 1987. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2.

- ARCHER, Margareth. 1988. *Culture and agency*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BECKER, Howard. 1963. *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York: Free Press.
- BINSWANGER, Ludwig. 1977. *Três formas da existência malograda: extravagância, excentricidade e amaneiramento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BLEULER, Eugen. 1969. *Dementia praecox or the group of schizophrenias*. New York: International Universities Press.
- BOURDIEU, Pierre. 2009. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes.
- CHUNG, Man Cheung. 2007. Conceptions of schizophrenia. In: CHUNG, Man Cheung; FULFORD, Bill; GRAHAM, George. *Reconceiving schizophrenia*. New York: Oxford University Press.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 2011. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia I*. São Paulo: Editora 34.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Paris: Flammarion, 2011.
- FOUCAULT, Michel. 1978. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva.
- FRANKFURT, Harry. 1988. *The importance of what we care about*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FREUD, Sigmund. 1974. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago.
- FUCHS, Thomas. 2005a. Delusional mood and delusional perception: a phenomenological analysis. *Psychopathology*, v. 38, pp. 133-139.
- FUCHS, Thomas. 2005b. Corporealized and disembodied minds: a phenomenological view of the body in Melancholia and Schizophrenia. *Philosophy, Psychology & Psychiatry*, v. 12, n. 2, p. 95-107.
- FUCHS, Thomas. 2010. Phenomenology and psychopathology. In: SCHIMICKING, Daniel.; GALLAGHER, Shaun. *Handbook of phenomenology and cognitive science*. Dordrecht: Springer.
- FUCHS, Thomas. 2011. The psychopathology of hyperreflexivity. *Journal of Speculative Philosophy*, v. 24, n. 3, pp. 239-246.
- GALLAGHER, Shaun. 2003. Self-narrative in schizophrenia. In: KIRCHER, Tilo; DAVID, Anthony. In: *The self in neuroscience and psychiatry*. New York: Cambridge University Press. pp. 336-358.
- GIDDENS, Anthony. 1986. *Sociology: a brief but critical introduction*. London: Macmillan.
- GIDDENS, Anthony. 2003. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- GOFFMAN, E. 1996. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- GRAHAM, George; STEPHENS, G. Lynn (org.). 1994. *Philosophical psychopathology*. Cambridge, MA: MIT Press.



- GRAHAM, George; STEPHENS, G. Lynn. 2000. *When self-consciousness breaks*. Cambridge, MA: MIT Press.
- HIRJAK, Dusan; FUCHS, Thomas. 2010. Delusions of technical alien control: a phenomenological description of three cases. *Psychopathology*, n. 43, pp.96-103.
- JASPERS, Karl. 1979a. *Psicopatologia geral*. Rio de Janeiro: Atheneu.
- v. 1-2. JENKINS, Janis H. 2004. Schizophrenia as a paradigm case for fundamental human processes. In: JENKINS, Janis H.; BARRET, Robert J. (orgs.). *Schizophrenia, culture and subjectivity*. New York: Cambridge University Press. pp. xxi-xxii.
- KURASAWA, Fuyuki. 2004. *The ethnological imagination*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- LAING, Ronald. 1967. *The politics of experience and the bird of paradise*. London: Penguin Books.
- LAING, Ronald. 1974. *The divided self*. Harmondsworth: Penguin Books.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 2004. *Mitológicas I*. São Paulo: Cosac Naify.
- MAGEE, Joshua C.; TEACHMAN, Bethany A. 2007. Why did the white bear return? Obsessive-compulsive symptoms and attribution for unsuccessful thought suppression. *Behavior Research and Therapy*, v. 45, n. 12, pp. 2884-2898.
- MARX, William. 1998. The dialogues and 'Mon Faust': the inner politics of thought. In: GIFFORD, Paul; STIMPSON, Brian (org.). *Reading Paul Valéry: universe in mind*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 155-169.
- MELLOR, Clive S. 1970. First rank symptoms of schizophrenia. *British Journal of Psychiatry*, v. 117, n. 536, pp. 15-23.
- MINKOWSKI, Eugene. 1958. Findings in a case of schizophrenic depression. In: MAY, Rollo; ANGEL, Ernest; ELLENBERGER, Henri (org.). *Existence: a new dimension in psychiatry and psychology*. New York: Basic Books. pp. 127-138
- NIETZSCHE, Friedrich. 1992a. *O nascimento da tragédia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NIETZSCHE, Friedrich. 1992b. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- OLIVEIRA, Luciano. 2016. O peixinho dourado e o samurai: sujeito empírico e sujeito epistemológico em Michel Foucault. *Lua Nova*, n. 99, pp. 15-46.
- PETERS, Gabriel. 2013. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 83, pp. 47-81.

- PETERS, Gabriel. 2015. *Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu*. São Paulo: Annablume.
- PETERS, Gabriel. 2017. *A ordem social como problema psíquico: do existencialismo sociológico à epistemologia insana*. São Paulo: Annablume.
- PETERS, Gabriel. 2022. A violência da (in)compreensão: notas sobre Foucault, psicanálise e a interpretação da loucura. *Tempo Social*, v. 34, n. 1, pp. 5-30.
- RADOVIC, Filip; RADOVIC, Susanna. 2002. Feelings of unreality: a conceptual and phenomenological analysis of the language of depersonalization. *Philosophy, Psychiatry, & Psychology*, v. 9, n. 3, pp. 271-279.
- RICOEUR, Paul. 1988. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Porto: Rés.
- SARTRE, Jean-Paul. 1997. *O ser e o nada*. Petrópolis: Vozes.
- SASS, Louis. 1992. *Madness and modernism*. New York: Basic Books.
- SASS, Louis. 1999. Analyzing and deconstructing psychopathology. *Theory & Psychology*, v. 9, n. 2, pp. 257-268.
- TAUSK, V. 1992. On the origin of the 'influencing machine' in schizophrenia. *Journal of Psychotherapy Practice and Research*, v. 1, n. 2, pp. 185-206.
- THOMPSON, John. 1989. The theory of structuration. In: HELD, David; THOMPSON, John (org.). *Social theory of modern societies: Anthony Giddens and his critics*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 55-76.





# DA REINVENÇÃO À REPRODUÇÃO DO ATIVISMO CÍVICO: OS MOVIMENTOS SOCIAIS ANTIAUSTERIDADE EM PORTUGAL NO FACEBOOK

João Carlos Sousa

*Doutorando, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, Portugal.*

*E-mail: joao.carlos.sousa@iscte-iul.pt*

*Orcid: 0000-0002-7374-0152*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-251282/118>

## Introdução

O início da década de 2010 foi marcado pelos ecos da crise financeira iniciada em 2008 nos Estados Unidos da América, mas também pela intensa disseminação das redes sociais digitais como o Facebook. Após um complexo processo político<sup>1</sup>, foi solicitada ajuda externa<sup>2</sup>. De um ponto de vista político e cívico, assumiu-se esse como um período de inaudita mobilização, sem paralelo em Portugal (Accornero, 2015; Accornero e Pinto, 2015), como é ilustrado na

---

<sup>1</sup> O processo político que desencadeou o pedido de resgate teve o seu epicentro no chumbo, na Assembleia da República, do quarto Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC-4), apresentado pelo governo liderado por José Sócrates, levando à demissão deste e à marcação de novas eleições. Nestas, saiu vencedora a coligação pós-eleitoral entre o Partido Social-Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP), liderados, respetivamente, por Pedro Passos Coelho e Paulo Portas.

<sup>2</sup> A opção pelo termo “troika” em detrimento de “troica” justifica-se sobretudo pelo fato de ter sido esta a opção nas mais diversas instâncias, nomeadamente no espaço mediático, pelos meios de comunicação, mas também pelos próprios movimentos sociais. Este termo designa o organismo informal que emergiu do BCE (Banco Central Europeu), Comissão Europeia e FMI (Fundo Monetário Internacional) e que era o principal interlocutor com o Governo português.

manifestação de 15 setembro 2012<sup>3</sup>. Na linha de movimentos internacionais, como Os Indignados (Espanha) e os Occupy, nos EUA (Chomsky, 2013; García, 2017), também em Portugal, primeiro com Geração à Rasca, depois, por um diverso conjunto de movimentos, como o Que se Lixe a Troika, viveu-se um forte período de conflito social. A mobilização cívica contestava sobretudo as sucessivas medidas de austeridade (Accornero, 2019; Baumgarten, 2013).

Com a generalização do acesso à internet em Portugal<sup>4</sup>, assistiu-se também à rápida disseminação das redes sociais digitais. Em Portugal, em 2017, o número de utilizadores cifrava-se em 76,7% para o Facebook e 23,7% para o YouTube (Cardoso, Paisana e Pinto-Martinho, 2017). Deste modo, o período de 2010 a 2013 foi marcante na expansão da internet, dos seus utilizadores e da apropriação das redes sociais digitais e, em particular, do Facebook. De um ponto de vista instrumental, as redes sociais digitais estão longe de se circunscreverem a uma função de entretenimento e de ocupação dos tempos livres. Elas são em muito um mecanismo de disseminação e consumo de informação. Dados atualizados de 2021 permitem saber que 73% dos portugueses dizem utilizar Facebook, e 47,7% o fazem para consumir notícias; o YouTube segue na segunda posição, com respetivamente 65,6% e 19,9%, e o WhatsApp com 63,8%, dos quais 20,9% o fazem para consultar notícias (Cardoso, Paisana & Pinto-Martinho, 2021). É patente a relevância destas plataformas digitais no acesso à informação e no estabelecimento de diálogo entre atores ao longo da última

252

---

<sup>3</sup> Sobre a cobertura noticiosa deste conjunto de manifestações, ver: <https://bit.ly/3KNWpmq>. Acesso em: 11 abr. 2023.

<sup>4</sup> Em relação à utilização de internet em 2010, contabilizava-se 55,1%. Em 2012, eram já 60,3% e, em 2020, cifra-se em 78,3% da população, numa clara tendência de convergência com os congêneres da União Europeia. Tendência similar verifica-se no crescente número de famílias com acesso à internet que, em 2010, se cifrava nos 53,1%, em 2012, em 61%, e, em 2020, 84,5%. Disponível em: <https://bit.ly/41m7ctx>. Acesso em: 11 abr. 2023.

década, ainda que em alguns casos enfermando de forte polarização (Klein, 2020).

A convergência destas duas circunstâncias, por um lado o despoletar de um inusitado surto de mobilização política e cívica coincidente com a intensificação e disseminação das redes sociais digitais levou a um quadro político e social particular em Portugal. Este contexto requer uma abordagem em que convirjam conhecimentos distintos, como são os casos de dados das interações ocorridas no Facebook, devidamente articulados com as percepções dos próprios ativistas, contribuindo o melhor conhecimento do sucedido no Sul da Europa, nomeadamente em Espanha, Itália e Portugal (Baumgarten e Díez, 2017; Della Porta, 2017; Della Porta et al., 2018; Fishman, 2011; 2019; Nunes, 2019; Portos e Carvalho, 2019). Desta forma, temos como objetivo contribuir para o debate em torno do papel das redes sociais digitais na estruturação da esfera pública, isto é, verificando que potenciais impactos, positivos ou negativos, terão no acesso à participação cívica e política. Desta forma, almejamos contribuir para o debate que se centra na articulação do papel dos movimentos sociais com a esfera estatal e do processo político decisório (cf. Abers, Silva e Tatagiba, 2018), permitindo compreender como estes atores coletivos podem contribuir para debate público e influenciar a esfera institucional.

253

### **Caraterização e distinção do ativismo cívico e político antiausteridade em Portugal**

Num dos Estados europeus em que a sociedade civil é mais inócua (Baumgarten, 2013), a insatisfação para com a Democracia e a classe política é normalmente expressa no chamado voto de protesto ou mesmo através da abstenção (Freire e Magalhães, 2009). O panorama associativo e cívico português é nas quatro décadas e meia de democracia pautado por duas tendências (Barreto, 2004; Morais e Sousa, 2012): por um lado, uma substantiva intensificação

da atividade partidária e sindical, por outro, a progressiva diminuição da vida associativa, onde incluímos o voluntariado, acentuando o déficit de espontaneidade na mobilização cívica e política dos portugueses (Amaral, 2020). A opção tem recaído invariavelmente pela participação por canais institucionalizados, quando existe uma grande diversidade de possibilidade e com diferentes níveis de formalidade (Lüchmann, 2020). Desse ponto de vista, existem, no Brasil, experiências mais variadas e relativamente sedimentadas (Fontes, 2020). Deste modo, a participação que vá para lá dos partidos políticos é normalmente fraca e bastante volátil (David, 2018). Com efeito, é lícito postular que os portugueses priorizam mecanismos institucionais de participação na esfera pública, como o voto ou os próprios partidos políticos e sindicatos.

254

A emergência dos movimentos sociais antiausteridade tem indubitavelmente uma forte ancoragem aos fatos ocorridos noutras latitudes, como em Espanha, Grécia ou, ainda, nos Estados Unidos da América (Tejerina et al., 2013), mas também não deixam de estar intrincados com a crescente multiplicação das plataformas de comunicação como o Facebook (Amaral, 2020; Nunes, 2019).

Ainda que tenham emergido num contexto social e político antiausteridade, os movimentos sociais em Portugal apresentam alguma diversidade interna, nomeadamente em termos de atores envolvidos, além da organização interna (Baumgarten, 2013), por esta razão, distinguem-se do restante movimento associativo. Uma dessas particularidades é o fato de a maioria ter emergido de iniciativas e eventos realizados em copresença em plena apropriação do espaço público (Sousa e Morais, 2021). Um outro elemento de distinção passa por estes movimentos centrarem as suas reivindicações em questões estritamente nacionais, em contraste com os seus homólogos espanhóis (Silva, 2019).

Considerando como critério a tipologia de eventos e iniciativas realizadas, podem-se distinguir algumas estratégias de mobilização. De acordo com Baumgarten (2013), em primeiro lugar, grupos de ativistas reúnem-se em torno de causas particulares, como a contestação às medidas de austeridade, tendendo a utilizar como recurso as redes sociais, como o Facebook, realizando manifestações; uma segunda tipologia consiste naqueles movimentos que, fazendo uso da via pública, apropriam-se desta e realizam ações de protesto relativamente espontâneas.

Tradicionalmente, são consideradas dimensões de análise dos movimentos sociais as questões identitárias, a orientação programática e o possível ideário ideológico (Nunes, 2019). Por conseguinte, a geração de movimentos sociais antiausteridade (Della Porta, 2017) distingue-se dos demais na medida em que conseguem mobilizar atores com limitada participação cívica e política até aqui. Esta asserção nos remete à análise das condições materiais e sociais de existência, em que operam tanto os ativistas como os cidadãos mobilizados (Tejerina et al., 2013).

Com efeito, é lícito distinguir os movimentos sociais tradicionais que assentavam num forte caráter profissionalizante e institucional, ao contrário dos movimentos antiausteridade que têm na espontaneidade e na horizontalidade da sua organização princípios basilares fundamentais. Estes últimos também se distinguem pela apropriação e uso das redes sociais digitais, tanto na sua organização interna como na comunicação e interação com a comunidade envolvente.

### **Mobilização e participação cívica e política no Facebook: continuidades e disrupções**

A efetiva compreensão das novas formas de mobilização cívica passa pela abordagem ao complexo papel das mídias sociais em geral e das redes sociais digitais em concreto. O papel das novas mídias sociais é incontornável na



abordagem do contemporâneo ecossistema mediático e da articulação destes com a esfera pública (Dahlgren, 2014). De forma genérica, pode-se considerar que este tipo de ferramentas tecnológicas apresentam um forte pendor comunicacional ao potenciar a interação, comunicação, bem como a circulação de informação.

Sociologicamente, podemos considerar que redes sociais vão muito além da concepção comumente utilizada para se referirem a ferramentas digitais, como o Facebook ou Twitter. Na verdade, redes sociais envolve complexas relações e interações entre um conjunto relativamente extenso de atores, isto é, a existência de uma estrutura social com papéis e estatutos socialmente distribuídos (Boyd e Ellison, 2007). Por seu lado, as redes sociais digitais são sobretudo infraestruturas tecnológicas que permitem a comunicação entre atores, potenciando o estabelecimento de interações e sobretudo atribuindo visibilidade a estas (Recuero, 2017). O estudo do modo como estas são diversamente apropriadas pelos utilizadores é um desafio para a pesquisa em movimentos sociais.

256

Tanto a concepção como a apropriação das redes sociais digitais estão enredadas de recursos de poder. Considerando as circunstâncias de apropriação destas, pode-se observar que são fontes de iniquidades cívicas e políticas entre os integrantes de uma comunidade (Simões, 2005; Sousa, 2013). Uma efetiva apropriação se consumará naquilo a que Bruns (2008) designa por “produser” e que enfatiza a capacidade produtora de conteúdos, mas também de consumidor por parte dos utilizadores de redes sociais digitais.

Do ponto de vista da arquitetura das redes sociais digitais, em particular, deve-se considerar que estas são produtos da ação humana e que por isso não são política e ideologicamente neutras (Correia, 2016; Simões, 2005). Existem duas correntes que têm dominado debate em torno da mobilização cívica e política online: por um lado, os “otimistas tecnológicos”, e, por outro, os “distópicos tecnológicos” (Correia, 2014).

Deste ponto de vista, Olsson (2014) vai mais longe e considera que todo o espaço digital e a arquitetura em que sua estrutura são estabelecidos mediante interesses de grupos e categorias sociais particulares, acabando por se constituir como uma extensão de instituições sociais que legitimam a distribuição de poder e das desigualdades.

Contudo, uma postura mais otimista acerca do incremento tecnológico e das redes sociais digitais argumenta que estas possibilitam a emergência de novas formas de comunicação e interação, promovendo a mobilização cívica e política no âmbito da web 2.0. É compreensível a apropriação de algumas redes sociais digitais por parte de diversos movimentos sociais em diferentes latitudes, uma vez que facilitam o acesso às instituições políticas, intensificam o volume e ritmo da informação, diversificam escolhas eleitorais, promovem a transparência e a crescente responsabilização de decisores políticos (Tatagiba, Paterniani e Trindade, 2012).

Há, deste ponto de vista, um impulso à crescente descentralização da comunicação e, de certa forma, da quebra do monopólio de produção e disseminação de conteúdos informativos por parte das mídias tradicionais. Ainda que estejamos distantes de um espaço digital totalmente democrático no seu acesso, existem autores (cf. Figueiras, 2017) que veem, no atual espectro mediático, condições de autonomia para os atores assumirem-se não só como consumidores, mas também como produtores, dando guarida à ideia de autocomunicação de massas (Castells, 2007), na qual haveria lugar à autoexpressão e autorrepresentação individual (Coleman, 2017), contribuindo para a mitigação do papel mediador, desempenhado historicamente pelas mídias tradicionais.

O exacerbar do conflito social num quadro sociopolítico antiausteridade converge também com o incremento da digitalização do ecossistema mediático (Dahlgren, 2005). Para Coleman (2017), a convergência de fatores

sociopolíticos, associados à emergência das redes sociais digitais, torna o momento politicamente idiossincrático, na medida em que a multiplicação de meios digitais permite aos atores se mobilizarem em rede e conceberem ações coletivas de contestação às medidas de austeridade.

Por conseguinte, diversos cidadãos se mobilizam em torno de causas muito particulares e de contestação às medidas de austeridade. Neste período, experienciou-se uma crescente demarcação e perda de protagonismo de formas de representação institucionalizadas, como são as forças partidárias, dando lugar a formas de mobilização mais fluídas e espontâneas (Teixeira, 2018). Não obstante a relevância das redes sociais digitais, nos contextos mais concretos do Occupy nos EUA, ou os Indignados na Espanha, não podemos cair em explicações do tipo causais em que estes eventos se ficariam a dever exclusivamente a este tipo de plataformas (Fuchs, 2012, 2014a, 2014b; Fuchs e Sandoval, 2014). Ao enveredar por essa abordagem, estaríamos no campo do determinismo tecnológico. Há também ainda fatores sociopsicológicos que impactam positiva ou negativamente na predisposição dos atores e na sua capacidade de mobilização cívica e política (Dahlgren, 2014).

258

Percebendo esta conexão Castells (2013)<sup>5</sup> incluiu entre as dimensões constitutivas dos novos movimentos sociais duas dimensões estruturantes: (1) existência de comunicação em rede multimodal, concretizada, por exemplo, na apropriação de dispositivos de comunicação móvel entre os ativistas; (2) incremento de uma cultura deliberativa, de intensificação da democracia, quer internamente, através da comunicação e interação entre os diversos integrantes, quer através da monitorização da comunicação e interação externa, com atores que não sendo integrantes do movimento o seguem, por exemplo, no Facebook. Estes dois

---

<sup>5</sup> No total, são 12 dimensões. No contexto desta pesquisa, apenas mencionamos explicitamente duas, que são aquelas que servem de eixos analíticos e que pretendemos operacionalizar.

eixos caracterizadores dos movimentos sociais contemporâneos reportam-se às condições em que se estrutura a ação dos movimentos na esfera pública. Uma vez que estes se integram na sociedade em rede, interessa-nos enfatizar as dimensões comunicacionais, informacionais e interacionais dos movimentos estudados, servindo de eixos da análise que se pretende realizar. Pelo percurso teórico construído, cabe formular as seguintes hipóteses de pesquisa:

H1 – Os ativistas no seio do movimento social que integram, têm práticas deliberativas e de natureza essencialmente horizontal e informal na interação e comunicação com os seguidores no Facebook.

H2 – Os seguidores dos movimentos no Facebook participam de forma informal e espontânea seguindo uma lógica comunicativa e interacional tendencialmente horizontal com os ativistas.

## Metodologia

A secção seguinte tem como objetivo descrever toda a estratégia metodológica que implementámos de forma a operacionalizar a pesquisa. Desta forma, numa primeira fase procuramos explicar como procedemos à seleção dos movimentos sociais. De seguida, apresentamos e discutimos detalhadamente as dimensões e respetivos indicadores que medem a utilização do Facebook. Finalmente, apresentam-se as entrevistas e os respetivos entrevistados.

### *Seleção dos movimentos sociais*

Num período de recrudescimento do conflito social e político em Portugal, a atividade cívica extravasou os meros circuitos da política institucional. Também se observou uma substancial disseminação do Facebook entre a população portuguesa, de acordo com a Marktest<sup>6</sup>. Em pesquisas

<sup>6</sup> Documento consultável em: <https://bit.ly/3miVLUF>.

anteriores (cf. Figueiras e Espírito Santo, 2016; Figueiras, Espírito Santo e Cunha, 2015), alguns dos movimentos, como o Que se Lixe a Troika ou o Indignados Lisboa, foram objeto de estudo pelo papel desempenhado. Por estas duas circunstâncias, definiu-se como critério de seleção dos oito movimentos a analisar: aqueles em que neste período adquiriram notoriedade mediática e noticiosa, como são os casos do Indignados Lisboa e do Que se Lixe a Troika; mas também se optou por integrar movimentos que adotassem diferentes posturas e temáticas nas suas ações e publicações, como são os casos do RiseUp Portugal, com questões relacionadas ao ambiente e à sustentabilidade, o Democracia e Dívida, por se tratar de um tema central na então crise da dívida, questão premente num país à beira da rotura financeira. O movimento Artigo 21<sup>º</sup>, que visa a luta pela revisão da lei de bases do sistema educativo nacional, também foi incluído. Neste lote, há ainda o FLAN Colectivo, que se destaca por realizar ações com forte pendor imagético e permanente recurso à caricatura da realidade. Os restantes movimentos foram selecionados face a critérios de número de seguidores no Facebook, como é o caso O Povo é Quem mais Ordena e o 15 Outubro, que se formaram como resultado de manifestações e ações realizadas (Pereira, 2012).

Deste modo, obteve-se um conjunto de oito movimentos que integrando o círculo, ainda que restrito do ativismo social e político português, inscrevem-se em diferentes linhas programáticas e âmbitos de ação. Os oito movimentos têm a particularidade de terem “nascido” no Facebook, numa amplitude temporal que vai pouco além de um ano e meio, mais concretamente entre julho 2011 e abril 2013, o que de certo modo pode ser lido como um indício da “efervescência” social e política deste período. As respectivas páginas de Facebook dos oito movimentos detêm as seguintes características:

**Tabela 1**  
**Páginas de Facebook dos oito movimentos**

Movimento	Data de fundação	Nº de gostos	Nº de seguidores	Link
15 Outubro	12/07/2011	6 122	6084	facebook.com/15deOutubro/
Indignados Lisboa	20//07/2011	17 604	17 584	facebook.com/IndignadosLisboa/
RiseUp Portugal	09/06/2012	146 123	145 623	facebook.com/RiseupPortugal/
FLAN Colectivo	18/06/2012	2 998	3 012	facebook.com/flanparatodos/
Que se Lixe a Troika	27/08/2012	28 433	27 846	facebook.com/Que-se-Lixe-a-Troika-Queremos-as-nossas-Vidas-177929608998626/
O Povo é Quem Mais Ordena	10/10/2012	21 062	20 540	facebook.com/o.povo.ordena/
Democracia e Dívida	03/04/2013	1 125	1 133	https://www.facebook.com/Democracia-e-D%C3%ADvida-48740013108815/
Artigo 21 <sup>o7</sup>	-	-	-	-

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados das páginas (2021).

261

Todos eles têm pelo menos mil seguidores, chegando mesmo, no caso do RiseUp Portugal, a ir além 100 mil.

### *Modelo da análise conteúdo das páginas de Facebook*

A análise de conteúdo realizada às páginas de Facebook (cf. Dader e Cheng, 2011) articula duas dimensões: dinamização do debate; iniciativa e pró-atividade dos seguidores, compreendendo o período de uma semana entre 5 e 13 junho 2013. Cada uma visa objetivos próprios. Em dinamização do debate, pretende-se perceber e medir como os ativistas e membros dos oito movimentos em estudo definem estratégias comunicacionais e de interação com os restantes participantes. Por outro lado, a dimensão iniciativa e

<sup>7</sup> À data da atualização dos dados relativos às páginas de Facebook dos oito movimentos estudados, verifica-se que o movimento Artigo 21<sup>o</sup> não se encontra mais nesta rede social digital.

pró-atividade dos seguidores têm como finalidade medir o nível de participação dos seguidores de cada movimento nas respetivas páginas de Facebook, através da aferição de diversas práticas e mobilização de diferentes recursos. Ambas as dimensões são operacionalizadas por cinco indicadores.

A ordem com que são apresentados os cinco indicadores em cada uma das duas dimensões tem como critério a sua menor ou maior complexidade de execução, compreendendo níveis distintos de seletividade. O modelo (cf. Tabela 2) tem implícita a existência de diferentes práticas no Facebook e o modo como estas ao serem realizadas mobilizam diferentes recursos sejam cognitivos, sociais, tecnológicos ou até mesmo recursos políticos.

**Tabela 2**  
Síntese da grelha de análise de conteúdo

Dimensão	Indicadores	Pontuação
Dinamização do debate	Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas	Nada adequado (0) Muito pouco adequado (1) Pouco adequado (2) Adequado (3) Bem adequado (4) Muito adequado (5) Totalmente adequado (6)
	Bloco de Notas	
	Complexidade do enquadramento dos <i>posts</i> do movimento	
	Existência de comentários na própria página aos seus <i>posts</i> e aos dos seguidores	
	Correspondência por mensagem privada	
Iniciativa e pró-atividade dos seguidores	Número de seguidores	Nada adequado (0) Muito pouco adequado (1) Pouco adequado (2) Adequado (3) Bem adequado (4) Muito adequado (5) Totalmente adequado (6)
	Existência de <i>posts</i> e comentários dos seguidores	
	Uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos <i>posts</i> dos seguidores	
	Tom dominante dos <i>posts</i> e dos comentários dos seguidores	
	Complexidade argumentativa dos <i>posts</i> dos seguidores	

**Fonte:** Elaboração do autor com base na revisão teórica realizada.

Decorrente deste pressuposto, incluiu-se um ponderador em cada um dos indicadores, que multiplicam diretamente a pontuação absoluta obtida por parte de cada movimento social. De modo esquemático, diríamos que a ponderação no modelo de análise de conteúdo funciona da seguinte forma: a pontuação absoluta, obtida em cada indicador, será multiplicada no mínimo por um (no primeiro indicador), até cinco (no quinto indicador) de cada dimensão.

Neste caso, o movimento obteria a pontuação máxima nos cinco indicadores, o que se traduziria em 30 em termos absolutos e 90 com as ponderações. No computo das duas dimensões, seriam 180 pontos caso se mantivesse a mesma tendência. Por consequência, obtém-se a hierarquização dos cinco indicadores de cada dimensão, conferindo-lhes pesos distintos, em face dos diferentes níveis de complexidade que cada um operacionaliza.

Deste modo, será possível obter registos totais e parciais e assim possibilitar a comparação entre dimensões, mas sobretudo confrontar resultados de diferentes movimentos, bem como obter valores médios também por dimensão e por cada um dos movimentos estudados. Finalmente, referir que a codificação e tratamento dos dados foi realizada exclusivamente pelo investigador, garantindo a confiabilidade dos dados e dispensando a realização do teste do alfa Krippendorff (Krippendorff, 1980).

263

### *Dinamização do debate*

O debate, e mesmo a mais elementar troca de argumentos, requer não só a existência dos papéis de emissor e receptor, mas que estes concordem relativamente às regras do debate. Nesta dimensão, pretende-se caracterizar o modo como os diversos movimentos e, em particular, os seus respectivos ativistas comunicam e interagem com os seguidos do movimento no Facebook e a sua abertura à interação ao responder às questões levantas pelos



cidadãos que seguem o movimento. A dimensão dinamização do debate está construída de forma a incluir e medir o maior número de ferramentas que o Facebook dispõe e que permitem a interação e comunicação entre utilizadores. Os cinco indicadores que constituem esta dimensão estão ordenados mediante critérios de complexidade na sua execução.

1.1 – Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas: começamos por perceber que meios alternativos ao Facebook o movimento disponibiliza aos seus seguidores de forma a se comunicarem e interagirem. Para tal, serão considerados os três seguintes aspectos, sendo eles a existência de e-mail, o endereço postal e a existência de um site ou plataforma do movimento.

1.2 – Bloco de notas: é uma funcionalidade do Facebook só acessível aos seguidores e que tem um pendor de discussão programática do movimento. Os aspectos alvo da avaliação são a funcionalidade ativada, o bloco de notas atualizado até uma semana e a existência de troca de ideias entre ativistas.

1.3 – Complexidade do enquadramento dos *posts* do movimento: as qualidades substantivas da exposição e argumentação contidas nos *posts* do movimento são avaliadas considerando *posts* com ligação externa e enquadramento, existência de argumentos no enquadramento dos *posts* e originalidade dos *posts* publicados.

1.4 - Existência de comentários da própria página aos seus *posts* e dos seguidores: a existência de comentários dos ativistas em representação do movimento é um elemento relevante da interatividade e debate. Desta forma, serão procurados comentários dos ativistas nos próprios *posts*, comentários nos *posts* dos seguidores e comentários nas publicações do bloco de notas.

1.5 – Correspondência por mensagem privada: tem-se como objetivo testar a comunicação entre seguidores e os movimentos analisados. Consiste no envio de uma

mensagem privada com pedido de informação sobre alguma iniciativa a desenvolver no âmbito das celebrações do Dia de Portugal – 10 Junho. Ter-se-á em consideração respostas redigidas exclusivamente para o caso, o tempo de resposta até uma semana e respostas elaborada sobre os aspectos levantados na mensagem inicial. Por se tratar de um meio de maior privacidade e que mensura o interesse dos ativistas na interação com os seguidores, foi-lhe atribuída maior ponderação.

### *Iniciativa e proatividade dos seguidores*

Esta dimensão tem como objetivo caracterizar o uso e interação dos seguidores de cada movimento na respetiva página de Facebook. Procura-se perceber em que moldes se dá a interação entre ativistas e seguidores dos movimentos, podendo oscilar entre a postura de seguidor passivo, até aquele mais interventivo, com *posts* ou comentários e partilha de outros conteúdos. Deste modo, será possível classificar a participação dos seguidores ao longo de uma medição gradativa de maior simplicidade até maior complexidade. Os cinco indicadores estão precisamente ordenados mediante a complexidade e os recursos mobilizados na sua realização.

2.1 – Número de seguidores – considera-se as seguintes categorias: 1º <1000 seguidores; 2º ]1000-5000]; 3º >5000.

2.2 – Existência de *posts* e comentários dos seguidores – considera-se os seguintes indicadores: 1º existência de *posts*; 2º publicações dos seguidores no bloco de notas; 3º comentários dos seguidores aos *posts* do movimento.

2.3 – Recursos a elementos visuais como fotos/vídeos/gráficos nos *posts* dos seguidores. Para tal, será valorizada a presença de: 1º de comentários; 2º uso de vídeos nos comentários; 3º partilha de outras ligações.

2.4 – Tom dominante dos *posts* e dos comentários dos seguidores – serão considerados: 1º os comentários são

de apoio às publicações do movimento; 2º surgem como apoio espontâneo ao movimento; 3º de apoio no bloco de notas.

2.5 – Complexidade argumentativa dos *posts* dos seguidores – pretende-se observar as competências expositivas e de argumentação dos seguidores. A sua operacionalização passará por: 1º sem enquadramento; 2º enquadramento descritivo; 3º enquadramento argumentativo.

### *Entrevistas*

A realização das entrevistas presenciais semiestruturadas (Berger, 2016) teve como finalidade central apreender como os próprios atores, envolvidos no processo político e comunicativo em estudo, percebem a sua ação e a dos seguidores das páginas do Facebook do respectivo movimento. A opção pelas entrevistas presenciais permitiu mitigar obstáculos e potenciais objeções dos ativistas em expor e relatar as atividades experiências ocorridas no interior do movimento. Um exemplo deste tipo de questões sensíveis passava pela abordagem de conflitos e mal-entendidos entre os ativistas. Desta forma pudemos abordar um diversificado conjunto de questões respeitando as disposições individuais de cada ativista entrevistado (Ghiglione & Matalon, 2001). Na presente pesquisa procura-se não só descreve, mas também interpretar as opiniões e percepções dos ativistas dispensando-se qualquer procedimento de quantificação. O guião de entrevista conta com um total de vinte questões.

Relativamente às circunstâncias de realização das entrevistas (cf. Tabela 3), todas as seis se desenrolaram na cidade de Lisboa, em locais de acesso público. Os locais concretos de entrevista foram negociados entre investigador e entrevistado considerando sobretudo a disponibilidade e à-vontade destes últimos.

**Tabela 3**  
**Realização das entrevistas presenciais**

Movimento	Realização da Entrevista	Duração
Que se Lixe a Troika	14h30 – 20 agosto 2013 (Anjos)	54.21min
Indignados Lisboa	17h30 – 20 agosto 2013 (Cais do Sodré)	53.52min
Democracia e Dívida	14h15 – 2 agosto 2013 (Gulbenkian)	50.05min
O Povo é Quem Mais Ordena	14H30 – 30 julho 2013 (Campo de Ourique)	28.34min
RiseUp Portugal <sup>8</sup>	16h – 29 julho 2013 (Rossio)	1h53.22min
Artigo 21 <sup>o</sup>	–	–
15 Outubro	13h10 – 6 setembro 2013 (FCSH-Nova)	51.04min
FLAN Coletivo	–	–

**Fonte:** Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

Os entrevistados foram representantes dos respectivos movimentos, sob condição de anonimato. As entrevistas foram integralmente transcritas e, desta forma, tentou-se mitigar ao máximo qualquer enviesamento das potenciais interpretações das palavras dos ativistas. O agendamento das entrevistas foi desencadeado através de um contato inicial por parte do investigador responsável, via mensagem privada para as páginas de Facebook a cada um dos oito movimentos estudados. Em seguida, o investigador foi ora contactado via página do movimento, ora encaminhado para um ativista em particular. A duração das entrevistas oscilou entre aproximadamente 29 minutos até um máximo de 1h53. A duração média das seis entrevistas é de 59 minutos. A realização das seis entrevistas mediou entre 29 julho e 6 de setembro, pouco mais de um mês. No computo das seis entrevistas, obtiveram-se aproximadamente seis horas de registo áudio, totalmente transcritos. Ao cabo de diversas tentativas não foi possível estabelecer contato nem agendar entrevista com FLAN Colectivo e Artigo 21<sup>o</sup>.

A articulação entre entrevistas e análise de conteúdo assenta no princípio da complementaridade (Croucher e Cronn-Mills,

<sup>8</sup> Entrevista realizada ao movimento RiseUp Portugal contou com a presença de dois ativistas do movimento refletindo-se na maior duração.

2015), na abordagem a fenômenos complexos e multidimensionais, não se observado nenhuma ordem de prioridade.

As opiniões e percepções dos ativistas permitem perceber como estes entendem o papel do seu movimento, além das estratégias de comunicação e promoção do debate. Por outro lado, possibilitam apreender como é percebida a participação e o debate com os seguidores do movimento. As entrevistas também permitem acesso a informações sobre o número regular de ativistas. Por seu lado, a análise de conteúdo permite fazer um retrato quantitativo e quantificar práticas digitais concretas que estruturam o debate realizado no Facebook, tanto do lado dos ativistas como dos respectivos seguidores. Estamos perante peças distintas de um mesmo *puzzle*, o *puzzle* do debate no Facebook no âmbito dos oito movimentos sociais antiausteridade.

## Resultados

Das oito entrevistas inicialmente planeadas, foi possível realizar seis. Este déficit se deu pela ausência de resposta por parte dos movimentos FLAN Colectivo e Artigo 21º. Entre os sete entrevistados, encontramos três do sexo feminino e quatro masculino. A idade média dos entrevistados cifra-se nos 41 anos, sendo a ativista mais nova com 29 anos, e o mais velho com 66.

**Tabela 4**  
Caracterização social e demográfica dos entrevistados

Movimento	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação Profissional
Que se Lixe a Troika	Feminino	29	Licenciatura	Jornalista
Indignados Lisboa	Feminino	48	Licenciatura	Desempregada
Democracia e Divida	Masculino	66	Licenciatura	Reformado
O Povo é Quem Mais Ordena	Feminino	31	12º ano	Desempregada
RiseUp Portugal 1	Masculino	38	12º ano	Desempregado
RiseUp Portugal 2	Masculino	-	Licenciatura	Gestor
15 Outubro	Masculino	34	Mestrado	Desempregado

**Fonte:** Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

Na Tabela 4, pode se verificar que a maioria (cinco casos) têm diploma do ensino superior, ao passo que dois têm o ensino secundário. Para concluir a caracterização dos sete entrevistados, quatro destes encontravam-se desempregados aquando da realização das entrevistas, o que também não deixa de ser sintomático de um país que acaba de experimentar uma intensa crise económica e financeira. Entre os ativistas entrevistados, contam-se também uma jornalista, um gestor e um reformado. Adicionalmente, pode se dizer que todos eles viviam na Área Metropolitana de Lisboa, quer no núcleo mais restrito da cidade, quer nos municípios contíguos a este. Apenas num dos movimentos há alusão, em entrevista, à existência de membros ativistas de outras partes do país, nomeadamente Porto, o que também não deixa de ser revelador da centralidade da capital portuguesa no pulsar da atividade política e cívica em Portugal.

O Facebook encerra grande relevância na generalidade dos movimentos estudados, inclusivamente há aqueles que por lá nasceram “Epá é assim, começa no Facebook. Começa no Facebook.” (RUP 1), tal como no caso do movimento 15 Outubro “Surgiu numa fase, não sei exatamente qual a fase, mas acho que surgiu já numa fase posterior, havia a *mailing list*, havia a página, depois surge a necessidade de o Facebook, com a cada vez mais importância do Facebook.” Mas, as vantagens vão também ao âmbito da comunicação e interação interna, enquanto facilitador: “Nós, não nos reunimos fisicamente. Surge no contexto, neste momento do estado da crise. Surgiu nesse contexto. Surgiu no contexto da nossa vontade de querer fazer alguma coisa” (PQMO). De fato, o Facebook é percebido como uma ferramenta válida, ainda que incompleta para a comunicação entre ativistas: “um problema óbvio era que os servidores não são tão rápidos (refere-se ao software N-1) como os do Facebook. Porque depois fica-se com aquela ideia, se não tem lá um “smile”, já pensa que está zangado” (QSLT).

No que respeita aos resultados da análise de conteúdos às páginas de Facebook há a salientar que no período de uma semana (5 a 11 junho) o 15 Outubro foi o movimento que mais frequentemente publicou, com um total de 22 *posts* em sete dias, o que dá uma média de aproximadamente três *posts* por dia. Com médias acima ou igual a 2 estão ainda o Indignados Lisboa, RiseUp Portugal e Democracia e Dívida.

**Tabela 5**  
Número de *posts* analisados entre 5 e 11 junho 2013

Movimento	Nº de <i>post</i> analisados
15 Outubro	22
Indignados Lisboa	17
RiseUp Portugal	16
FLAN Colectivo	8
Que se Lixe a Troika	5
O Povo é Quem Mais Ordena	6
Democracia e Dívida	14
Artigo 21 <sup>o9</sup>	-

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados recolhidos no Facebook.

Os movimentos que menos publicam são o FLAN Colectivo, O Povo é Quem Mais Ordena e Que se Lixe a Troika, todos estes com um ou menos *posts* diários. Entre os oito movimentos estudados os resultados apresentam tendências convergentes, mas simultaneamente indiciadoras de divergência ao nível das duas dimensões estudadas abordadas.

Em geral verificam-se pontuações totais relativamente similares tanto na dimensão da dinamização do debate (124) como da iniciativa e proatividade dos seguidores (122), o que é corroborado pelas médias das pontuações obtidas pelos oito movimentos de 15,5 e 15,25 respetivamente (cf. Tabela 6 e 7).

<sup>9</sup> Não foi possível calcular o número de *posts* produzidos pelo movimento Artigo 21<sup>o</sup> uma vez que esta página foi desativada poucos dias após a recolha e análise dos dados.

**Tabela 6**  
Dinamização do debate

Movimento	Absoluto	Ponderado	Subtotais
RiseUp Portugal	20	64	84
O Povo é Quem mais Ordena	10	28	38
Indignados Lisboa	18	60	78
Democracia e Dívida	24	74	98
Artigo 21º	12	23	35
15 Outubro	20	66	86
Que se Lixe a Troika	12	26	38
FLAN Colectivo	8	16	24
Totais	124	357	481
Médias	15,50	44,63	60,13

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados recolhidos no Facebook.

Contudo, se consideradas as pontuações ponderadas verificamos que a disjunção entre a primeira e segunda dimensão se cifra nos 35 pontos, perfazendo em termos médios uma pontuação de 44,63 e apenas 40,25 respetivamente. Pelo que se pode observar que a dimensão dinamização do debate tem valores pontuais mais elevados, comparativamente à dimensão iniciativa e proatividade dos seguidores, sobretudo se considerados os valores ponderados.

A perceção que os ativistas têm da participação dos seguidores no Facebook reveste-se de alguma complexidade, uma vez que quase naturalmente e apenas questionados sobre a participação destes há quem alegue, como por exemplo os ativistas do RiseUp Portugal que ela é importante, ainda que admitindo que por vezes surgem problemas: “Nós temos meia-dúzia bloqueados. São malcriados. Não são pessoas que vão para ali a fazer um discurso coerente” (RUP 2). Ou que têm mesmo explícito na página como é o caso do Que se Lixe a Troika “Nós banimos qualquer comentário xenófobo, discriminatório”. Há quem expresse ter ficado negativamente surpreendido como a ativista do O Povo Quem Mais Ordena: “Não. Não, quer dizer



que há sempre aquelas pessoas que vão a tentar destabilizar. É normal. No Facebook vês de tudo, eu pronto nem imaginava e quando entrei nisto, perguntei “o que é isto?”

As perceções dos entrevistados relativamente à eficiência e funcionalidade do Facebook norteia-se entre a frustração na mobilização concreta e a eficácia na disseminação da informação e da mensagem:

“A gente costuma rir-se com isso, que só 10% é que vão. Portanto, quando estão 60 vão 6 é como a gente costuma considerar a coisa. O evento no Facebook serve muitas vezes para divulgar, serve para saber quantas pessoas ficaram a saber que existia, mas não determinamos nada pelas pessoas que dizem que vão. Nós, temos consciência que o Facebook é um “pau de dois bicos”. Tanto funciona bem para chegar às pessoas, como também é “flop” quando se trata de obter o *feedback* das pessoas.” (IL)

272

“Eh, pois, aí está uma diferença. É uma diferença brutal. Epá é uma diferença. Quem realmente aparece é sempre muito pouca, muito pouca gente e sempre os mesmos. Eu posso-te dizer que fui a muitas, manifestações o ano passado e via sempre as mesmas caras. [...] É uma discrepância muito grande”. (PQMO)

“Eu acho que é muito mais diminuta. Na movimentação social em Portugal, objetivamente. Epá eu não chamo movimentação social a manifestações que se fazem de depois “morre-se”. Isso são momentos catárticos. Mais nada, porque depois como não há nenhuma perspectiva de continuidade, como não há nenhuma perspectiva organizativa, aquilo é um “ah”. Não é outra coisa. Lembraste quando foi o 2 março, 1 milhão de pessoas, o que sobrou daquilo? Não sobrou nada.” (DD)

Contudo está subjacente a percepção de que os seguidores no Facebook são privilegiadamente simples recetores de

informação: “há pessoas novas que fazem “like” e começam a receber as nossas informações” (QSLT).

**Tabela 7**  
**Iniciativa e proatividade dos seguidores**

Movimento	Absoluto	Ponderado	Subtotais
RiseUp Portugal	20	58	78
O Povo é Quem mais Ordena	24	72	96
Indignados Lisboa	16	40	56
Democracia e Dívida	16	54	70
Artigo 21º	18	48	66
15 Outubro	12	24	36
Que se Lixe a Troika	8	10	18
FLAN Colectivo	8	16	24
Totais	122	322	444
Médias	15,25	40,25	55,5

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados recolhidos no Facebook.

273

Nenhum dos oito movimentos obtém os 30 potenciais pontos máximos. Os que mais se aproximam na dimensão dinamização do debate são: o Democracia e Dívida com 24, RiseUp Portugal e 15 Outubro ambos com 20. Nos antípodas encontramos o FLAN Colectivo com 8 ponto (cf. Tabela 6). Na dimensão iniciativa e proatividade dos seguidores observa-se que o registo máximo de 24 pontos é do O Povo é Quem mais Ordena, seguido do movimento RiseUp Portugal com 20 pontos. Se considerados os dados com os respectivos ponderadores, verificamos que a primeira dimensão cifra-se nos 357 pontos em contraste com os 322 da segunda dimensão, num diferencial de 35. Estes dados indicam que os movimentos, obtém em geral, melhores pontuações na primeira dimensão, comparativamente à segunda, mas sobretudo que o fator diferenciador está na menor pontuação obtida pelos movimentos nos últimos dois indicadores com maior ponderação na segunda dimensão.

Considerando resultados ponderados dos dois indicadores de maior complexidade observa-se que cinco dos oito movimentos obtêm maior pontuação na primeira dimensão comparativamente à obtida na segunda dimensão, são eles: RiseUp Portugal, IL, DD, 15 Outubro e QSLT. Em contraponto, os movimentos OPQMO, Artigo 21º e FLAN Colectivo apresentam tendência inversa. Mais, diferenças entre as pontuações dos dois referidos indicadores inferiores a seis pontos apenas se observam no RiseUp Portugal, com respetivamente 38 e 36 pontos. Uma possível leitura desta evidência empírica passa por considerar um duplo critério: por um lado, os movimentos tendem a “filtrar” os comentários e outro tipo de participação dos seguidores do movimento no Facebook, por outro lado, também pode ficar a dever-se em boa parte à possibilidade destes últimos estarem menos engajados, comparativamente aos ativistas de cada movimento.

274

**Tabela 8**  
Cálculo das médias do conjunto das duas dimensões

Movimento	Média Absoluta	Média Ponderada	Totais
RiseUp Portugal	30	93	123
O Povo é Quem mais Ordena	22	64	86
Indignados Lisboa	26	80	106
Democracia e Dívida	32	101	133
Artigo 21º	21	47	68
15 Outubro	26	78	104
Que se Lixe a Troika	16	31	47
FLAN Colectivo	12	24	36

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados recolhidos no Facebook.

Esboçando um balanço, consideremos o computo das duas dimensões e as suas respetivas médias (cf. Tabela 8). O Democracia e Dívida regista a pontuação mais alta, com um total de 133 pontos, seguido ainda relativamente perto de RiseUp Portugal, com 123, para além do Indignados Lisboa,

com 106, e do 15 Outubro, com 104, todos com mais de 100 pontos. Por outro lado, entre os movimentos com menores pontuações, o destaque vai para FLAN Colectivo, com 36, Que se Lixe a Troika, com 47, e o Artigo 21º, com 68.

Entre os quatro movimentos com maiores pontuações, a característica em comum é o fato de, em termos médios, a pontuação média absoluta quadruplicar quando ponderada, ao passo que, entre os movimentos com menores pontuações, no máximo triplicam-nas. Este fato pode ser lido como um indício da consistência do modelo implementado e de este conseguir distinguir níveis distintos de complexificação no seu uso e apropriação, o que, em última instância, pode-se traduzir em novas desigualdades, desigualdades digitais.

## Conclusões

A progressão do conhecimento em ciência implica a produção, mas também a demonstração empírica que o sustente. Para a prossecução deste desígnio é fundamental que este possa ser replicado, permitindo a sua corroboração ou refutação, numa permanente lógica dialética. Com esta pesquisa, pensamos ter contribuído para o debate em torno dos movimentos sociais integrando esta discussão numa perspectiva mais ampla da participação e mobilização cívica e política fora da esfera institucional.

A principal descoberta desta pesquisa passa por verificar que existem diferentes níveis de apropriação das ferramentas tecnológicas como o Facebook para fins cívicos e políticos. Por outras palavras, queremos advogar que efetivamente encontramos fortes indícios de que existem outros fatores que condicionam a mobilização e participação cívica e política online. Entre ativistas e cidadãos seguidores dos movimentos no Facebook, é observável uma substancial disjunção, consubstanciada na mobilização de diferentes recursos e da própria sofisticação das práticas digitais de uns e de outros. A reforçar esta descoberta está também o modo como os

próprios ativistas perspectivam a intervenção dos seguidores como limitada e até extemporânea e, por vezes, até disruptora de um saudável debate. O que nos permite corroborar as duas hipóteses que norteiam a presente reflexão.

Estas assimetrias nas práticas cívicas e políticas remetem a fatores que estão a montante do uso do Facebook. É provável que seguidores e ativistas partam de patamares distintos de recursos sociais, econômicos, educacionais e até de índole política. Esta constatação nos permite desde logo perceber alguns dos limites da presente investigação. A primeira passa pelo fato de abordarmos uma pequena porção das muito diversas práticas que os utilizadores de Facebook têm ao seu dispor diariamente. Uma segunda limitação diz respeito à socialização política em contexto digital e concretamente no Facebook ser muito mais diversificada. Não foram incluídos aspetos tão relevantes para a formação da opinião política, como a leitura de notícias ou de conteúdos oriundos de atores políticos e partidários, que possibilitam uma cidadania ativa e informada.

276

Não obstante estas limitações, contribuímos para o estudo dos movimentos sociais e o modo como é feita a apropriação das redes sociais digitais, com um modelo adaptável e replicável em circunstâncias diversas ao atual, como campanhas eleitorais ou surtos de contestação social. Com efeito, diríamos que importa continuar a estudar estes e outros movimentos fora dos episódios de *triggers* particulares e num contexto pós-pandêmicos de covid-19, em que é expetável uma forte precarização das condições de vida de muitas categorias sociais nos mais diversos países.

Os momentos de crise são também momentos desafiantes de se tentar fazer o que ainda não foi tentado. O voluntarismo destes movimentos sociais e seus ativistas é um traço caraterizador e distintivo, movendo-se por uma genuína vontade de agir sobre as condições políticas e sociais em que vivem. Talvez tenha sido esse o elemento propulsor da mobilização no

contexto mais amplo de crise da dívida soberana em Portugal, porém, não devemos subestimar o papel das redes sociais digitais. A emergência e desempenho destes movimentos sociais representou inequivocamente um afastamento por parte dos portugueses, dos mecanismos institucionais de participação cívica e política e esse fato é só por si relevante.

O que nos foi permitido desvelar foi um forte impulso de cidadãos/ativistas que até aqui detinham uma limitada ação cívica, ao passarem de uma posição de passividade à de proatividade, com práticas deliberativas. Contudo, foi observável que os seguidores de Facebook, embora participativos, demonstrem um nível de envolvimento menos complexo e mais limitado. Em outras palavras, diríamos que os movimentos sociais antiausteridade são um bom observatório das desigualdades de participação na esfera pública digital contemporânea, ao reproduzirem lógicas tradicionais *top-down* em termos comunicativos e interacionais.

277

### **João Carlos Sousa**

Doutorando no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa (Portugal) e bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Mestre em Sociologia: exclusões e políticas sociais (Universidade da Beira Interior – UBI) e licenciado em Sociologia. Participou (2010-2015) nos projetos “Agenda dos cidadãos: jornalismo” e “Participação cívica nos media portugueses e público e privado em comunicações móveis”, desenvolvidos no LabCom – Faculdade de Artes e Letras (FAL-UBI).

### **Bibliografia**

- ABERS, Rebeca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. 2018. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, n. 105, pp. 15-46.
- ACCORNERO, Guya. 2015. “Mild mannered”? Protest and mobilisation in Portugal under austerity, 2010-2013. *West European Politics*, v. 38, n. 3, pp. 491-515.

- ACCORNERO, Guya. 2019. “I wanted to carry out the revolution”: activists’ trajectories in Portugal from dictatorship to democracy. *Social Movement Studies*, v. 18, n. 3, pp. 305-323.
- ACCORNERO, Guya; PINTO, Pedro Ramos. 2015. “Brandos costumes?”: protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 41, n. 2, pp. 393-421.
- AMARAL, Inês. 2020. Citizens beyond Troika: media and anti-austerity protests in Portugal. *International Journal of Communication*, v. 14, pp. 309-329.
- BARRETO, António. 2004. *Tempo de incerteza*. Lisboa: Relógio d’Água.
- BAUMGARTEN, Britta. 2013. Geração à rasca and beyond: mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, v. 61, n. 4, pp. 457-473.
- BAUMGARTEN, Britta; GARCÍA, Rubén Díez. 2017. More than a copy paste: the spread of Spanish frames and events to Portugal. *Journal of Civil Society*, v. 13, n. 3, pp. 247-266.
- BERGER, Arthur Asa. 2016. *Media and communication research methods: an introduction to qualitative and quantitative approaches*. 4. ed. London: Sage.
- BOYD, Danah M.; ELLISON, Nicole B. 2007. Social network sites: definition, history and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 13, n. 1, pp. 210-230.
- BRUNS, Axel. 2008. *Blogs, Wikipedia, Second Life, and beyond: from production to produsage*. New York: Peter Lang.
- CARDOSO, Gustavo; PAISANA, Miguel; PINTO-MARTINHO, Ana. 2021. *Digital News Report 2021. Relatórios OberCom*, Lisboa.
- CASTELLS, Manuel. 2007. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, Manuel. 2013. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHOMSKY, Noam. 2013. *Occupy*. Lisboa: Antígona.
- COLEMAN, Stephen. 2017. *Can the internet strengthen democracy? Democratic futures*. Cambridge: Polity Press.
- CORREIA, João Carlos. 2014. O papel das redes digitais na configuração epistemológica dos debates de sociedade. *Estudos em Comunicação*, v. 15, pp. 77-92.
- CORREIA, João Carlos. 2016. Social media and political participation: the Portuguese “indignados” case. In: FIGUEIRAS, Rita; ESPÍRITO SANTO, Paula do (ed.). *Beyond the internet: unplugging the protest movement wave*. New York: Routledge. pp. 99-135.

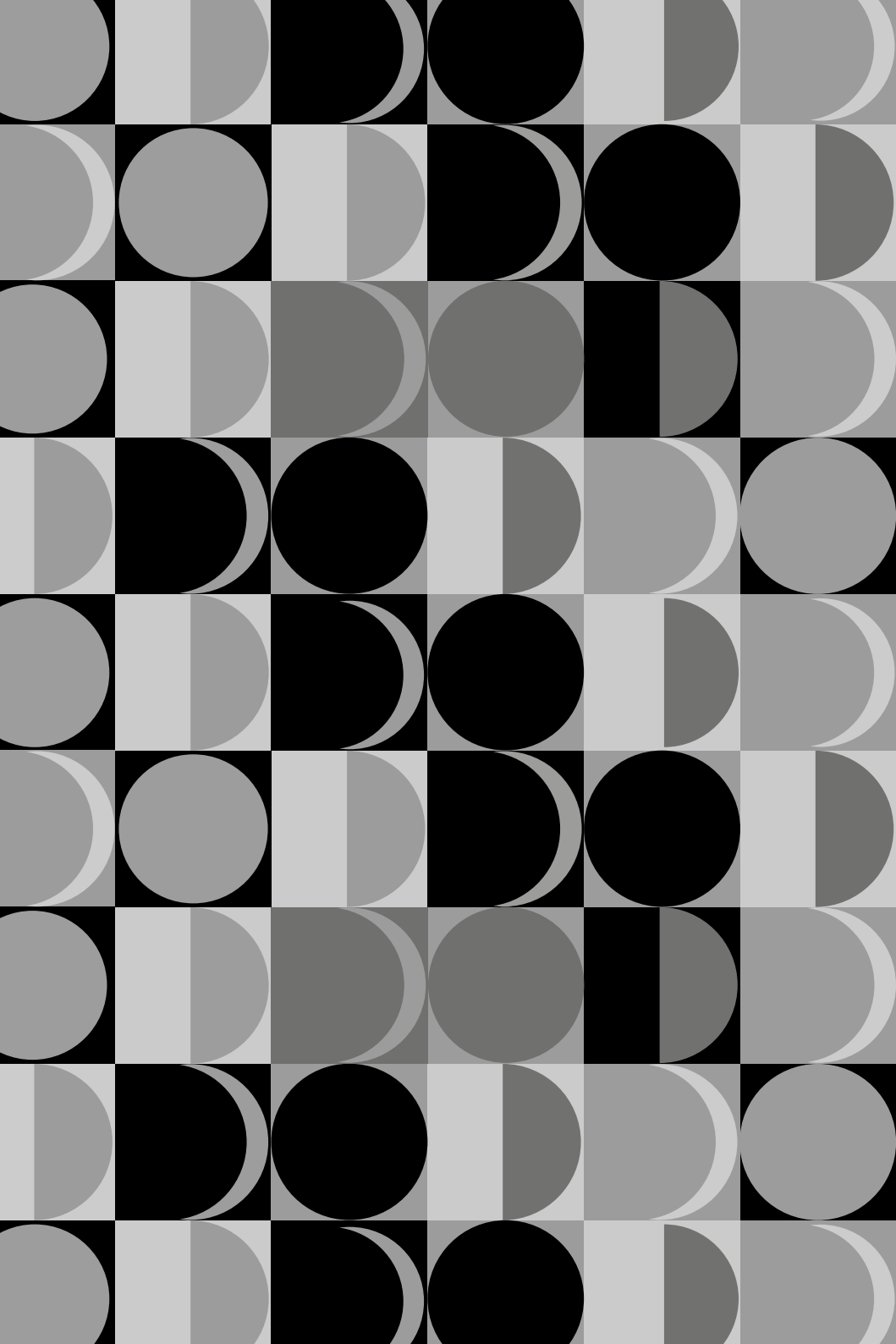
- CROUCHER, Stephen M.; CRONN-MILLS, Daniel. 2015. *Understanding communication research methods: a theoretical and practical approach*. New York: Routledge.
- DADER, José Luis; CHENG, Lifen. 2011. Análisis cuantitativo y cualitativo de las web de partidos”. In: BLANCO, Víctor F. Sampedro. (coord.). *Cauces y diques para la participación: las elecciones generales de 2008 y su proyección tecnopolítica*. Madrid: Editorial Complutense S.A. pp. 129-143.
- DAHLGREN, Peter. 2005. The internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation. *Political Communication*, Abingdon-on-Thames, v. 22, n. 2, pp. 147-162.
- DAHLGREN, Peter. 2014. Social media and political participation: discourse and deflection. In: FUCHS, Christian; SANDOVAL, Marisol (ed.). *Routledge studies in science, technology and society: critique, social media and the information society*. London: Routledge. pp. 191-202.
- DAVID, Isabel. 2018. Portuguese democracy under austerity: politics in exceptional times. In: PARKER, Owen; TSAROUHAS, Dimitris (ed.). *Crisis in the Eurozone periphery. The political economies of Greece, Spain, Ireland and Portugal*. Cham: Palgrave Macmillan. pp. 161-180.
- DELLA PORTA, Donatella. 2017. Political economy and social movement studies: the class basis of anti-austerity protests. *Anthropological Theory*, v. 17, n. 4, pp. 453-473.
- DELLA PORTA, Donatella et al. 2018. *Legacies and memories in movements*. Oxford: Oxford University Press.
- GARCÍA, Rubén Díez. 2017. The “Indignados” in space and time: transnational networks and historical roots. *Global Society*, v. 31, n. 1, pp. 43-64.
- FIGUEIRAS, Rita. 2017. *A mediatização da política na era das redes sociais*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- FIGUEIRAS, Rita; ESPÍRITO SANTO, Paulo (org.). 2016. *Beyond the internet: unplugging the protest movement wave*. New York: Taylor and Francis.
- FIGUEIRAS, Rita; ESPÍRITO SANTO, Paulo; CUNHA, Isabel Ferin (ed.). 2015. Democracy at work: pressure and propaganda in Portugal and Brazil. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FISHMAN, Robert M. 2011. Democratic practice after the revolution: the case of Portugal and beyond. *Politics & Society*, v. 39, n. 2, pp. 233-267.
- FISHMAN, Robert M. 2019. *Democratic practice: origins of the Iberian divide in political inclusion*. Oxford: Oxford University Press.
- FONTES, Leonardo de Oliveira. 2020. Da formação cultural à mobilização social: espaços de formação e mobilização ao longo de três gerações nas periferias de São Paulo. *Lua Nova*, n. 109, pp. 51-101.



- FREIRE, André; MAGALHÃES, Pedro. 2009. A abstenção eleitoral em Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- FUCHS, Christian. 2012. Behind the news: social media, riots, and revolutions. *Capital & Class*, v. 36, n. 3, pp. 383-391.
- FUCHS, Christian. 2014a. Critique of the political economy of informational capitalism and social media. In: FUCHS, Christian; SANDOVAL, Marisol (ed.). *Routledge studies in science, technology and society: critique, social media and the information society*. London: Routledge. pp. 63-77.
- FUCHS, Christian. 2014b. *Occupy Media! The Occupy Movement and social media in crisis capitalism*. Winchester: Zero Books.
- FUCHS, Christian; SANDOVAL, Marisol. 2014. Critique, social media and the information society in the age of capitalist crisis. In: FUCHS, Christian; SANDOVAL, Marisol (ed.). *Routledge studies in science, technology and society: critique, social media and the information society*. London: Routledge. pp. 1-47.
- GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin. 2001. *O inquirito*. 4. ed. Oeiras: Celta Editora.
- KLEIN, Ezra. 2020. *Why we're polarized*. London: Profile Books.
- KRIPPENDORF, Klaus. 1980. *Content analysis: an introduction to its methodology*. London: Sage.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. 2020. Interfaces socioestatais e instituições participativas: dimensões analíticas. *Lua Nova*, n. 109, pp. 13-49.
- MORAIS, Ricardo; SOUSA, João. 2012. Do envolvimento associativo à mobilização cívica: o potencial das redes sociais. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 7., 2012, Porto. Porto: Universidade do Porto.
- NUNES, Cristina. 2019. Portugal and Spain in the international protest cycles: from global justice movement to anti-austerity protests. In: PINTO, António Costa; TEIXEIRA, Conceição Pequito (ed.). *Political institutions and democracy in Portugal. Assessing the impact of the eurocrisis*. Cham: Palgrave Macmillan. pp. 195-213.
- OLSSON, Tobias. 2014. "The architecture of participation": for citizens or consumers? In: FUCHS, Christian; SANDOVAL, Marisol (ed.). *Routledge studies in science, technology and society: critique, social media and the information society*. London: Routledge. pp. 203-215.
- PEREIRA, Marcus Abílio. 2012. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. *Opinião Pública*, Campinas, v. 18, n. 1, pp. 68-87.

- PORTOS, Martín; CARVALHO, Tiago. 2019. Alliance building and eventful protests: comparing Spanish and Portuguese trajectories under the great recession. *Social Movement Studies*, v. 1, n. 1, pp. 1-20.
- RECUERO, Raquel. 2017. *Introdução à análise de redes sociais online*. Salvador: Edufba.
- SILVA, Célia Taborda. 2019. Civic participation and demonstrations in Portugal (2011-2012). *European Journal of Multidisciplinary Studies*, v. 4, n. 3, pp. 49-55.
- SIMÕES, Maria João. 2005. *Política e Tecnologia Tecnologias da Informação e da Comunicação e Participação Política em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- SOUSA, João Carlos Lopes de. 2013. Participação política no Facebook: continuidades e reconfigurações. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- SOUSA, João Carlos; MORAIS, Ricardo. 2021. A mobilização cívica e política na era das redes sociais: uma análise da ação de movimentos sociais no Facebook. *Opinião Pública*, v. 27, n. 1, pp. 51-89.
- TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. 2012. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. *Opinião Pública*, v. 18, n. 2, pp. 399-426.
- TEIXEIRA, Conceição Pequito. 2018. *Qualidade da democracia em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- TEJERINA, Benjamín *et al.* 2013. From indignation to occupation: a new wave of global mobilization. *Current Sociology*, v. 61, n. 4, pp. 377-392.





# **RESUMOS | *ABSTRACTS***



## ESFERA PÚBLICA SEM MEDIAÇÃO?

LEONARDO AVRITZER

**Resumo:** Em 2022 o teórico social Jurgen Habermas escreveu uma avaliação do seu livro *Mudança estrutural da esfera pública*, um texto clássico produzido 60 anos antes. Nesse texto, o teórico alemão liga a crise da democracia à perda do papel da imprensa e dos jornalistas na esfera pública. Nesse texto, dialogo com Habermas e procuro inserir uma análise complementar, mas não alternativa, com base no livro *A tradição anti-iluminista*, do historiador israelense Zeev Sternhell. A última parte do artigo dedica-se a aplicar a discussão ao Brasil.

**Palavras-chave:** Habermas; Esfera Pública; Crise da Democracia; Brasil; Redes

### *PUBLIC SPHERE WITHOUT MEDIATION?*

**Abstract:** *In 2022, the social theorist Jurgen Habermas wrote an evaluation of the now classic argument on the public sphere published in his book *The structural transformation of the public sphere*. In this sixty years old evaluation, Habermas links the crisis of democracy to changes at the level of the public sphere and the diminishing role played by the written press and professional journalists. In this article, I establish a dialogue with the German social theorist and try to bridge his analysis of the public sphere to the idea of an anti-enlightenment tradition based on the work of Zeev Sternhell. The last part of the article is an analysis of the Brazilian crisis of democracy from this perspective.*

**Keywords:** *Habermas; Public Sphere; Crisis of Democracy; Brazil; Social Networks.*

**Recebido:** 30/01/2023

**Aprovado:** 13/04/2023





## JOSÉ GUILHERME MERQUIOR E OS MARXISTAS BRASILEIROS: DIÁLOGOS E CONFLITOS

ALVARO BIANCHI

**Resumo:** O artigo reconstrói o diálogo intelectual do crítico e diplomata José Guilherme Merquior com marxistas brasileiros, vários dos quais pertenciam a uma geração intelectual comum e partilhavam com o autor uma mesma estrutura de sociabilidade. Destacam-se as ásperas polêmicas nas páginas da imprensa brasileira e troca de ideias na revista *Presença*, no final dos anos 1980 e início da década de 1990. Argumenta-se que o diálogo de Merquior com o marxismo foi, principalmente, uma conversa crítica, nem sempre explícita, com seus amigos Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, com os quais partilhou um terreno comum, caracterizado filosoficamente pela crítica ao irracionalismo e ao dogmatismo e, politicamente, pela defesa da Democracia.

**Palavras-chaves:** Irracionalismo; Democracia; Liberalismo, Marxismo, José Guilherme Merquior.

### *JOSÉ GUILHERME MERQUIOR AND THE BRAZILIAN MARXISTS: DIALOGUES AND CONFLICTS*

**Abstract:** *The article reconstructs the intellectual dialogue of the critic and diplomat José Guilherme Merquior with Brazilian Marxists, some of whom belong to a common intellectual generation and share the same structure of sociability. Here are highlighted the harsh controversies in the pages of the Brazilian press and the exchange of ideas in the journal *Presença* in the late 1980s and early 1990s. It is argued that Merquior's dialogue with Marxism was mainly a critical conversation, not always explicit, with his friends Leandro Konder and Carlos Nelson Coutinho. With them, Merquior had a common intellectual ground, philosophically characterized by the*



*criticism of irrationalism and dogmatism and, politically, by the defense of democracy.*

**Keywords:** *Irrationalism; Democracy; Liberalism; Marxism; José Guilherme Merquior.*

**Recebido:** 12/01/2022

**Aprovado:** 30/01/2023



## **MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO: ENTRE APROXIMAÇÕES E TENSÕES**

BRUNA DA PENHA DE MENDONÇA COELHO

**Resumo:** Este artigo objetiva dialogar com os pressupostos valorativos e metodológicos do materialismo histórico e dialético, estruturando-se em duas partes. A primeira diz respeito à compreensão desse método em eixos centrais e imbricados da obra de Marx (crítica da economia política, condições de surgimento do capitalismo, processo revolucionário e luta de classes). A segunda parte propõe uma análise comparativa e não estanque de possíveis tensões e aproximações com relação a escolhas metodológicas durkheimianas e weberianas, especialmente quanto à precedência entre indivíduo e sociedade, bem como quanto às preconcepções de mundo dos pesquisadores e às relações entre saber científico e ação política.

**Palavras-chave:** Materialismo Histórico-Dialético; Marx; Método; Clássicos Sociológicos.

## ***HISTORICAL AND DIALECTICAL MATERIALISM: BETWEEN APPROXIMATIONS AND TENSIONS***

**Abstract:** *The article aims to dialogue with the axiological and methodological assumptions of historical and dialectical materialism, and it is divided into two parts. The first one concerns the understanding about this method in central and intertwined axes of Marx's work (critique of political economy, conditions for the emergence of capitalism, revolutionary process and class struggle). The second part proposes a comparative and non-watertight analysis of possible tensions and approximations with respect to Durkheimian and Weberian methodological choices, especially regarding the precedence between individual and society, as well as*

*the researchers' biases and the relations between scientific knowledge and political action.*

**Keywords:** *Historical and Dialectical Materialism; Marx; Method; Sociological classics.*

**Recebido:** 01/01/2021

**Aprovado:** 09/12/2022



## O QUE OS “ARQUIVOS DO IMPERIALISMO” NOS ENSINAM SOBRE O FENÔMENO DA DESERÇÃO DE ATLETAS CUBANOS DURANTE A GUERRA FRIA

RENATO BESCHIZZA VALENTIN

**Resumo:** Este estudo buscou realizar uma reconstrução histórica da deserção de atletas cubanos durante a Guerra Fria. A partir da consulta e da análise dos documentos secretos dos serviços de inteligência do governo dos Estados Unidos, recentemente colocados à disposição nos acervos digitais da CIA e dos National Archives, concluímos que esse fenômeno foi induzido de forma sistemática, planejada e intencional por agentes da CIA e grupos cubano-americanos sediados nos Estados Unidos.

**Palavras-chaves:** Deserção; Guerra Fria; História do esporte; Revolução Cubana.

### *WHAT THE “ARCHIVES OF IMPERIALISM” TEACH US ABOUT THE PHENOMENON OF DEFECTION OF CUBAN ATHLETES DURING THE COLD WAR*

**Abstract:** *This study proposes a historical reconstruction of the defection of Cuban athletes during the Cold War. By consulting and analyzing secret documents produced by the US intelligence services, recently made available in digital collections of CIA and the National Archives, we conclude that this phenomenon was systematically and intentionally driven by CIA agents and Cuban-american groups living in the United States.*

**Keywords:** *Defection; Cold War; History of Sport; Cuban Revolution.*

**Recebido:** 02/03/2021

**Aprovado:** 09/12/2022





## DO FRÁGIL CONSENSO AO RADICAL DISSENSO: RUPTURAS NAS DISPUTAS POR DIREITOS E FISSURA NO PROCESSO DEMOCRÁTICO (1990-2020)

OTÁVIO DIAS DE SOUZA FERREIRA

**Resumo:** Na redemocratização, houve continuidades e rupturas em relação às disputas envolvendo discursos, vocabulário e práticas de direitos humanos. Presentes desde o início, as tensões se agravaram após 2010, com a formação de uma grande aliança contra os governos do PT e a “maré rosa” no continente. Atingiram, por fim, as bases do regime democrático. Em um cenário internacional de campanhas antiestablistas, com a expansão do uso de mídias e redes sociais digitais e crise econômica, a estratégia exitosa dessa aliança de centro-direita elegeu políticas de participação social e programas nacionais de direitos humanos como alvos preferenciais. Tal abordagem favoreceu contrapúblicos da extrema direita. Conjugando aportes teóricos sobre direitos humanos, participação social e esfera pública, esses fenômenos são analisados no período entre 1990 e 2020, a partir de banco de dados de reportagens, discursos, entrevistas e publicações em redes sociais.

**Palavras-chave:** Democracia; Direitos Humanos; Ideologia Política; Participação social; Esfera Pública.

### *FROM FRAGILE CONSENSUS TO RADICAL DISSENSUS: RUPTURES IN THE DISPUTES FOR RIGHTS AND FISSURE IN THE DEMOCRATIC PROCESS (1990-2020)*

**Abstract:** *In the redemocratization, there have been continuities and ruptures in relation to disputes involving human rights discourses, vocabulary, and practices. Present from the beginning, tensions worsened after 2010, with the formation of a large alliance against the PT governments and the “pink tide” on the continent.*

*They finally reached the foundations of the democratic regime. In an international scenario of anti-establishment campaigns, expanding use of digital media and social networks, and economic crisis, the successful strategy of this center-right alliance elected social participation policies and national human rights programs as preferred targets. Such an approach has favored far-right counterpublics. Conjugating theoretical contributions on human rights, social participation and public sphere, these phenomena are analyzed in the period between 1990 and 2020, based on a database of reports, speeches, interviews, and publications on social networks.*

**Keywords:** *Human rights; Democracy; Political ideology; Social participation; Public sphere.*

**Recebido:** 09/05/2022

**Aprovado:** 23/03/2023



## **AS PAISAGENS DE MORTE E A COVID-19 NAS AMÉRICAS: AS RESPOSTAS NORMATIVAS DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM TORNO DA VULNERABILIDADE-MORTE**

CLAUDIA MARCONI

RAFAEL DE SOUZA NASCIMENTO MIRANDA

ISABELA AGOSTINELLI DOS SANTOS

**Resumo:** O artigo parte das paisagens de morte das duas maiores democracias das Américas – Brasil e Estados Unidos – na crise de covid-19, oferecendo uma engrenagem conceitual denominada binômio vulnerabilidade-morte para ponderar em que medida a política da tragédia é um ponto de inflexão no tratamento das vulnerabilidades e da morte na política institucional, enfatizando o trabalho da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Analisando as respostas normativas da CIDH, percebeu-se não a articulação, mas a bifurcação da vulnerabilidade e da morte. Embora revele um não entrelaçamento normativo, a bifurcação não significa uma escolha entre caminhos binários. Ainda que as duas democracias das Américas tenham suscitado desafios institucionais, a CIDH revelou um aprofundamento do sentido da vulnerabilidade e empreendeu normativamente em torno da morte: questões historicamente ausentes da estrutura básica internacional e capazes de lançar um desafio produtivo para a teoria da justiça internacional.

**Palavras-chave:** Paisagens de Morte; Binômio Vulnerabilidade-Morte; Comissão Interamericana de Direitos Humanos; Resposta Normativa; Estrutura Básica Internacional.

295



**DEATH LANDSCAPES AND COVID-19 IN THE AMERICAS:  
NORMATIVE RESPONSES OF THE INTER-AMERICAN  
COMMISSION OF HUMAN RIGHTS TOWARDS  
VULNERABILITY-DEATH**

**Abstract:** *The article engages with the death landscapes of the Americas' two largest democracies – Brazil and the United States – during the Covid-19 crisis, offering a conceptual tool entitled vulnerability-death binomial to consider the extent to which a politics of tragedy is a turning point in the ways institutional politics addresses vulnerability and death, emphasizing the work of the Inter-American Commission on Human Rights (IACHR). When analyzing the normative responses of IACHR, no articulation was found between vulnerability and death but, instead, a bifurcation of each. Although it reveals that there is not a normative interplay between vulnerability and death, the bifurcation does not mean a choice between binary paths. While the two democracies have raised institutional challenges, the IACHR deepened certain senses of vulnerability and a normative movement towards death: issues historically absent from the international basic structure and capable of challenging the international justice theory.*

**Keywords:** *Death Landscapes; Vulnerability-Death Binomial; Inter-American Commission of Human Rights; Normative Response; International Basic Structure.*

**Recebido:** 29/03/2021

**Aprovado:** 30/01/2023



## TERRITÓRIOS EM DISPUTA: COMENTÁRIOS SOBRE O CONTRALAUDO ELABORADO SOBRE A TERRA INDÍGENA POTRERO GUAÇU

JOÃO MARCOS FRANCISCO SAMPAIO

JAYME BENVENUTO LIMA JÚNIOR

**Resumo:** Este artigo tem por intuito compreender os dilemas e as fricções nas relações disciplinares que se estabelecem em processos judiciais de demarcação de terras indígenas. Para tanto, analisar-se-á um laudo de assistência técnica elaborado no curso do processo judicial de demarcação da Terra Indígena Potrero Guaçu, ocupada por indígenas Guarani no estado de Mato Grosso do Sul. Para realizar a análise, buscou-se identificar os principais conceitos expostos no supra-mencionado laudo e confrontá-los com a literatura estabelecida sobre o tema. Dessa forma, procurou-se demonstrar que para um eficaz exercício da jurisdição no transcurso de lides fundiárias que envolvam populações indígenas, não basta o mero conhecimento dos dispositivos legais. Além disso, é preciso compreender quais as especificidades, saberes, metodologias e técnicas permitem que o perito antropólogo elabore um laudo cientificamente embasado, a fim de que possa ser realizada uma adequada apreciação da prova pericial nesse contexto de conflito fundiário.

**Palavras-chaves:** Demarcação de Terras Indígenas; Conflitos Fundiários; Perícia Antropológica.

### *DISPUTED TERRITORIES: COMMENTS ON THE COUNTER-REPORT PREPARED ON THE POTRERO GUAÇU INDIGENOUS LAND*

**Abstract:** *This article aims to understand the dilemmas and frictions in the relationships between Anthropology and Law, which are established in traditional lawsuits about demarcation of Indigenous*

*territories. Therefore, the technical assistance report prepared in the course of the judicial process of demarcation of the Potrero Guaçu Indigenous Territory, occupied by Guarani Indigenous people in Mato Grosso do Sul, will be analyzed. To carry out an analysis, we sought to identify the main concepts exposed in the aforementioned report, and confront them with an established literature on the subject. In this way, we sought to demonstrate which for an effective device of land disputes about Indigenous territories, knowledge about the judicial procedures is not enough. In addition, it is necessary to understand the specificities, knowledge, methodologies and techniques that allow the anthropologist expert to prepare a scientifically based report, so that an adequate assessment of the expert evidence can be carried out in this context of land conflict.*

**Keywords:** *Demarcation of Indigenous Territories; Land Conflicts; Expert Anthropological Evidence.*

**Recebido:** 29/04/2021

**Aprovado:** 30/01/2023



## **A TEORIA VIVIDA (COMO PSICOSE): OBJETIVISMO, SUBJETIVISMO E ESQUIZOFRENIA**

GABRIEL PETERS

**Resumo:** A relação entre os poderes de ação do indivíduo e os poderes condicionantes da sociedade não constitui apenas uma questão teórica das ciências sociais, mas um problema existencial que se impõe, na prática, a todo ser humano. Com base nessa premissa, o trabalho aplica à dicotomia subjetivismo/objetivismo na teoria social uma tese da psicopatologia fenomenológica, i.e., a ideia de que algumas formas de doença mental consistem em atitudes intelectuais existencialmente vividas. No “objetivismo” esquizofrênico, os indivíduos experimentam a si próprios como os “fantoches” das teorias hiperdeterministas. O “subjetivismo” psicótico envolve, por seu turno, uma inflação delirante do senso de controle do mundo que leva ao paroxismo as visões “heroicamente” voluntaristas da agência humana. Como parte de um programa de pesquisa em “heurística da insanidade”, o trabalho explora, assim, a relevância da teoria social para a fenomenologia da psicopatologia e vice-versa.

**Palavras-chaves:** Teoria social; Esquizofrenia; Fenomenologia; Objetivismo; Subjetivismo.

## ***THE EXPERIENCE OF THEORY (AS PSYCHOSIS): OBJECTIVISM, SUBJECTIVISM AND SCHIZOPHRENIA***

**Abstract:** *The relation between the individual's powers of agency and the conditioning powers of society constitutes not only a theoretical issue for the social sciences, but also an existential problem that imposes itself, in practice, upon every human being. Based on this premise, the article applies to the subjectivism/objectivism dichotomy in social theory a thesis from psychopathological phenomenology, i.e., the idea that some forms of mental illness consist in existentially*

*lived intellectual attitudes. Within schizophrenic “objectivism”, individuals experience themselves as the “puppets” of hyper-deterministic theories. Psychotic “subjectivism” involves, on the other hand, a delusional inflation of one’s sense of control over the world that epitomizes the “heroically” voluntaristic views of human agency. As part of a research program in the “heuristics of insanity”, the article explores, therefore, the relevance of social theory to the phenomenology of psychopathology and vice-versa.*

**Keywords:** *Social theory; Schizophrenia; Phenomenology; Objectivism; Subjectivism*

**Recebido:** 29/10/2021

**Aprovado:** 28/06/2022



## DA REINVENÇÃO À REPRODUÇÃO DO ATIVISMO CÍVICO: OS MOVIMENTOS SOCIAIS ANTIAUSTERIDADE EM PORTUGAL NO FACEBOOK

JOÃO CARLOS SOUSA

**Resumo:** Esta presente pesquisa tem como objetivo o estudo de como o Facebook foi apropriado entre os movimentos sociais antiausteridade em Portugal ao longo da Grande Recessão, num contexto marcado pela emergência das redes sociais digitais. Desta forma, podemos contribuir para o vasto debate em torno do papel das redes sociais digitais na participação política e cívica. Para a prossecução deste objetivo, realizamos uma análise do conteúdo de páginas do Facebook de oito movimentos sociais que se destacaram neste período e entrevistas semiestruturadas com ativistas destes. A principal descoberta feita pelo estudo consiste numa considerável desigualdade de recursos mobilizados nas práticas cívicas no Facebook entre ativistas e cidadãos utilizadores. Isso nos permite perceber que existem fatores que estão a montante, como a condição socioeconômica, educacional e até sofisticação política que impactam na apropriação das ferramentas digitais como o Facebook.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Facebook; Participação Cívica; Conflito Social; Desigualdades Sociais.

### *FROM REINVENTION TO REPRODUCTION OF CIVIC ACTIVISM: PORTUGAL'S ANTI-AUSTERITY SOCIAL MOVEMENTS ON FACEBOOK*

**Abstract:** *This research aims to study how Facebook was appropriated among anti-austerity social movements in Portugal during the Great Recession, in a context marked by the emergence of digital social networks. In this way, we can contribute to the vast debate around the role of digital social networks in political and civic participation.*

*To pursue this objective, we carried out content analysis on the Facebook pages of eight social movements that stood out in these period and semi-structured interviews with activists from these. The main finding consists in a considerable inequality of resources mobilised in civic practices on Facebook between activists and citizen users. This allows us to see that there are upstream factors such as socio-economic status, education and even political sophistication that impact on the appropriation of digital tools such as Facebook.*

**Keywords:** *Social Movements; Facebook; Civic Participation; Social Conflict; Anti-Austerity.*

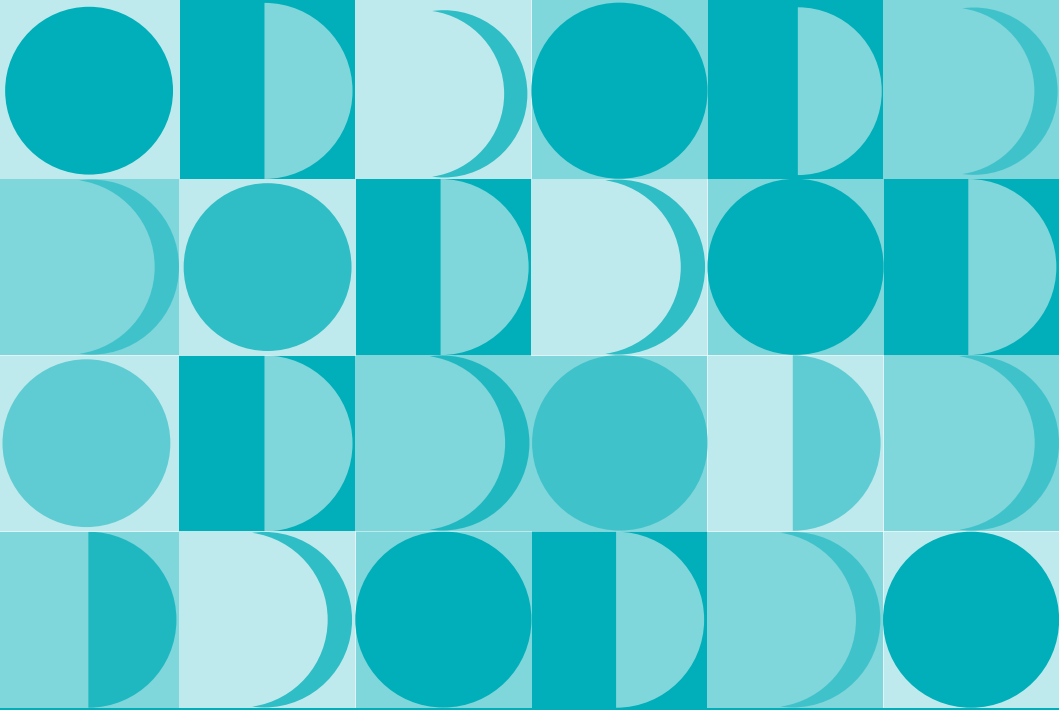
**Recebido:** 27/10/2021

**Aprovado:** 27/01/2023









ISSN 0102-6445



9 770102 644006